



FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS

**DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA GENERAL, LENGUAS MODERNAS, LÓGICA Y
FILOSOFÍA DE LA CIENCIA, TEORÍA DE LA LITERATURA Y LITERATURA
COMPARADA**

**PROGRAMA DE DOCTORADO EN ESTUDIOS ARTÍSTICOS, LITERÁRIOS Y DE LA
CULTURA**

MATERIA

“CIENCIA, CULTURA Y REPRESENTACIÓN”

TESIS DOCTORAL

**“O português brasileiro no contexto internacional: um estudo sociolinguístico,
educacional, cultural, econômico e geopolítico”**

Presentada por:

Eduardo Alves Vieira

Dirigida por:

Dra. Filipa Maria Valido Viegas de Paula Soares

Madrid, enero de 2017.



FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS

**DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA GENERAL, LENGUAS MODERNAS, LÓGICA
Y FILOSOFÍA DE LA CIENCIA, TEORÍA DE LA LITERATURA Y LITERATURA
COMPARADA**

**PROGRAMA DE DOCTORADO EN ESTUDIOS ARTÍSTICOS, LITERARIOS Y DE LA
CULTURA**

MATERIA

“CIENCIA, CULTURA Y REPRESENTACIÓN”

TESIS DOCTORAL

**“O português brasileiro no contexto internacional: um estudo sociolinguístico, educacional,
cultural, econômico e geopolítico”**

Presentada por:

Eduardo Alves Vieira

Dirigida por:

Dra. Filipa Maria Valido Viegas de Paula Soares

Madrid, enero de 2017.

Tesis para la obtención del título de Doctor por la Universidad Autónoma de Madrid presentada por el Licenciado D. Eduardo Alves Vieira bajo la dirección de la Doctora D^a. Filipa Maria Valido Viegas de Paula Soares, Contratada Doctora del área de Filología Portuguesa de la Universidad Autónoma de Madrid.

Madrid, enero de 2017

Dedico aos meus Pais, que são sinônimos de Vida e de Deus.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	A
RESUMO	C
RESUMEN	E
ABSTRACT	G
SIGLAS E ABREVIACÕES	K
INTRODUÇÃO.	1
<hr/>	
I IDENTIDADE, LÍNGUA E COMUNIDADE LINGÜÍSTICA.	1
II UMA LÍNGUA POR TODOS.	3
III A LÍNGUA COMO VALOR CULTURAL E ECONÔMICO.	4
IV DAS TEORIAS ÀS PRÁTICAS.	5
V OS ESPAÇOS PARA O PORTUGUÊS.	6
VI METODOLOGIA E MODELO ESTRATÉGICO.	6
INTRODUCCIÓN.	9
<hr/>	
I IDENTIDAD, LENGUA Y COMUNIDADES LINGÜÍSTICAS.	9
II UNA LENGUA POR TODOS.	11
III A LENGUA COMO VALOR CULTURAL Y ECONÓMICO.	12
IV DE LA TEORÍA A LA PRÁCTICA.	13
V LOS ESPACIOS PARA EL IDIOMA PORTUGUÉS.	14
VI METODOLOGÍA Y MODELO ESTRATÉGICO.	14
INTRODUCTION.	17
<hr/>	
I IDENTITY, LANGUAGE AND LINGUISTIC COMMUNITY.	17
II A LANGUAGE FOR ALL.	19
III LANGUAGE AS A CULTURAL AND ECONOMIC VALUE.	20
IV FROM THEORY TO PRACTICE.	21
V THE SPACES FOR THE PORTUGUESE LANGUAGE.	22
VI METHODOLOGY AND STRATEGIC MODEL.	22
1 POLÍTICA E PLANIFICAÇÃO LINGÜÍSTICA.	25
<hr/>	

1.1	MODELOS DE PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA.	25
1.2	NOVAS MUDANÇAS RUMO À SOCIOLINGUÍSTICA.	27
1.3	FERGUNSON, SITUAÇÕES PLURILÍNGUES E DIGLOSSIA.	30
1.4	CATEGORIZAÇÃO TIPOLOGICA DAS LÍNGUAS.	32
1.5	REALIZAÇÃO EFETIVA DA PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA.	36
1.6	OS ESPAÇOS E AS LEIS DAS LÍNGUAS.	38
2	OS VALORES DAS LÍNGUAS.	41
2.1	A LÍNGUA PORTUGUESA, HISTÓRIA E RELEVÂNCIA.	42
2.2	CONCEITOS SOBRES AS LÍNGUAS.	43
2.3	OS PASSOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.	46
2.4	NOSSA LÍNGUA NO MUNDO: POR QUE E COMO DIVULGÁ-LA?	49
2.5	O PORTUGUÊS HOJE.	51
2.6	ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA.	54
3	O PORTUGUÊS ENQUANTO LÍNGUA INTERNACIONAL.	61
3.1	ESPELHAMENTO LINGUÍSTICO.	62
3.2	CONSEQUÊNCIAS DE SEPARATISMOS E DUALIDADES.	63
3.3	CPLP: PROJETOS, ÊXITOS E IMPASSES.	66
3.4	BRASIL E PORTUGAL SOBRE LÍNGUA PORTUGUESA.	69
3.5	NOVOS HORIZONTES PARA A POLÍTICA EXPANSIONISTA.	71
3.6	AS OPORTUNIDADES PARA O IDIOMA.	73
4	O PAPEL DA CPLP NA DIVULGAÇÃO DA LÍNGUA E DA CULTURA DE SEUS PAÍSES.	79
4.1	ESTATUTOS DENTRO DA COMUNIDADE.	83
4.2	AS ESTRATÉGIAS E O INVESTIMENTO ECONÔMICO DA COMUNIDADE.	87
4.3	NOVAS PERSPETIVAS, NOVAS OPORTUNIDADES.	91
4.4	A REPRESENTATIVIDADE DO IILP.	93
4.5	A QUESTÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO, DE 1990 A 2016.	97
4.6	PARCERIAS, FERRAMENTAS E COMPROMETIMENTO NA DIVULGAÇÃO DA LÍNGUA E DA CULTURA.	101
5	O ENSINO DO PORTUGUÊS NO BRASIL, A MELHOR ABORDAGEM PARA UM APRENDIZADO EFICAZ.	105
5.1	O PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, FORMAÇÃO E ATUAÇÃO.	107
5.2	O ENSINO DE PORTUGUÊS ATRAVÉS DA HISTÓRIA BRASILEIRA.	110
5.3	CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA.	114
5.4	GRAMÁTICA E LÍNGUA.	120

5.5	O CASO DO ENSINO NOS PALOP.	123
-----	-----------------------------	-----

6	A RELAÇÃO DO BRASIL COM A CPLP E SEUS RESPECTIVOS PAPÉIS NA PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA.	127
----------	---	------------

6.1	LAÇOS POLÍTICOS BRASILEIROS E A LÍNGUA.	131
6.2	O BRASIL NA CPLP.	132
6.3	A DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E O PAPEL DO BRASIL.	140
6.4	AÇÕES BRASILEIRAS PARA A PROMOÇÃO DA LÍNGUA.	142
6.5	LUGARES JÁ ALCANÇADOS.	144
6.6	O CELPE-BRAS E OS CERTIFICADOS DE PROFICIÊNCIA.	147

7	A PROJEÇÃO DO PORTUGUÊS NO AMBIENTE DAS DIÁSPORAS.	151
----------	---	------------

7.1	MAS O QUE É SER BRASILEIRO EM MADRID?	158
7.2	OS ESPAÇOS BRASILEIROS EM MADRID.	162
7.3	O ENCONTRO COM A TERRA NATAL ATRAVÉS DOS ESPAÇOS VIRTUAIS	164
7.4	APLICANDO A ANÁLISE DO DISCURSO NO CORPUS.	167
7.5	A IDENTIDADE CULTURAL E NACIONAL DO BRASILEIRO REPRESENTADA POR BRAZILCOMZ E PELA CASA DO BRASIL.	168

8	ECONOMIA E LÍNGUA, UMA VIA DE MÃO DUPLA.	177
----------	---	------------

8.1	MODELOS DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS.	180
8.2	O MERCOSUL COMO PONTO CHAVE PARA A EXPANSÃO LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.	183
8.3	A PRESENÇA DO PORTUGUÊS NO MERCOSUL.	188
8.4	A ECONOMIA BRASILEIRA E O INTERESSE PELA LÍNGUA.	190

9	A LÍNGUA PORTUGUESA E AS PESQUISAS ACADÊMICAS.	191
----------	---	------------

9.1	A PARTIR DA GRAMMATICA PHILOSOPHICA DA LINGUA PORTUGUEZA.	194
9.2	O INTERESSE INTERNACIONAL PELO PORTUGUÊS.	198
9.3	REFORMULAÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS.	201
9.4	UMA LÍNGUA E VÁRIAS VOZES.	203
9.5	TERMINOLOGIAS COMUNS.	206

10	O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE TRABALHO.	209
-----------	---	------------

10.1	A LÍNGUA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.	210
10.2	OS VALORES DA LÍNGUA PORTUGUESA.	211
10.3	OS AMBIENTES PROFISSIONAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA.	212
10.4	ESPELHAMENTO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS, SEGUINDO EXEMPLOS.	214

10.5	UMA LÍNGUA DE HEMISFÉRIOS E DE ORGANIZAÇÕES.	217
10.6	CPLP HOJE E AS PROPOSTAS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA.	220
10.7	UMA LÍNGUA DE DIPLOMACIA.	223
10.8	AS SAÍDAS ACADÊMICAS E EMPRESARIAIS.	228

11 A CONEXÃO ENTRE LÍNGUA E O MUNDO DIGITAL. 231

11.1	LÍNGUAS, ESTATÍSTICAS E O CIBERESPAÇO.	234
11.2	OUTROS DADOS SOBRE O PORTUGUÊS E OS PAÍSES DA CPLP NA REDE.	238
11.3	AS LÍNGUAS NA INTERNET HOJE E SUAS EXPECTATIVAS.	240
11.4	A REINVENÇÃO DAS LÍNGUAS E DA LINGUAGEM HUMANA.	241
11.5	INTERFACES NATURAIS, INTUITIVAS E SUAS APLICAÇÕES.	243
11.6	O QUE FAZER COM E PELA LÍNGUA PORTUGUESA?	251
11.7	POR UMA MAIOR VISIBILIDADE DO PORTUGUÊS NO CIBERESPAÇO.	253
11.8	POR UMA LOGÍSTICA VIRTUAL E EXPANSIONISTA DA LÍNGUA PORTUGUESA.	256
11.9	O EXEMPLO A SER SEGUIDO: CENTRO VIRTUAL CAMÕES.	258
11.10	INSTITUTO MACHADO DE ASSIS.	260
11.11	AÇÕES FUTURAS PELA PRESENÇA DA LÍNGUA PORTUGUESA NA INTERNET.	262

CONCLUSÃO. 265

CONCLUSIÓN. 273

CONCLUSION. 281

BIBLIOGRAFIA 289

ANEXOS

ANEXO I: DECLARAÇÃO CONSTITUTIVA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP	I
ANEXO II: ESTATUTOS DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.	V
ANEXO III: RESOLUÇÃO SOBRE O REGULAMENTO DOS OBSERVADORES CONSULTIVOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA.	XVII
ANEXO IV: CARTA DE LUANDA.	XXV
ANEXO V: “XI CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA”	XXIX

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Exm^a Senhora Professora Doutora Filipa Maria Valido Viegas de Paula Soares, que desde o primeiro contato se mostrou uma profissional motivada e com uma força para motivar incomparável. Ao seus direcionamentos e conselhos profissionais e pessoais que colaboraram para o meu crescimento enquanto pesquisador e cidadão.

Aos meus pais que desde sempre me mostraram os caminhos do bem e da honestidade, guiando-me pelos campos mais férteis do amor, da fé e da prosperidade. Por regarem as primaveras da minha vida com palavras de incentivo e de compreensão, fazendo com que eu evoluísse a cada instante como ser humano. Por me ouvirem em todos os momentos de dúvidas e através de palavras ou de um gesto de afeto, tornarem as coisas mais claras e mais leves. Por gerarem a vida que habita em mim.

Aos meus professores queridos, que desde os primeiros anos da pré-escola até os frutíferos e intensos anos da vida universitária, me mostraram as belezas da vida docente. E por oferecerem, mesmo diante aos desafios da vida profissional diária, espaços para discussões enriquecedoras, capazes de definir o meu destino e de muitos.

Aos colegas de profissão, que ao trocarem experiências e ao disponibilizarem seu tempo, ajuda e serviços contribuíram para esta pesquisa e para a concretização dos meus planos profissionais.

A todas as pessoas que a vida me presenteou em forma de amigos. A vocês o meu brinde de celebração repleto de alegria, risos, confissões, histórias, segredos, amores, lágrimas, cumplicidade, sonhos e experiências que vivemos juntos. ‘A vida é agora’, meus caros!

Ao meu amor que chegou de repente e me mostrou o quanto é mais bonito viver a dois. Obrigado por me possibilitar essa grandeza que é a vida ao seu lado. Por todo o apoio, calma e ternura quando o cansaço me invade. Por toda a esperança que brota nos seus olhos quando olhamos juntos na mesma direção.

A todos os meus familiares que diretamente ou indiretamente possibilitaram a concretização dos meus sonhos. Sejam vocês coadjuvantes ou atores principais na peça da minha vida, muita gratidão.

Às novas pessoas, entre elas colegas, amigos e conhecidos que talvez sem se darem conta, inegavelmente contribuem para a minha satisfação pessoal e profissional.

Aos que já passaram por mim e continuam por aí em algum lugar deste mundo, e àqueles que já transcenderam essa experiência material, guardo todos dentro de mim.

Agradeço também aos lugares pelos quais passei, às distâncias já percorridas, aos espaços já habitados, às paisagens já contempladas e às sensações já saboreadas em cada um dos vários cenários nos quais vivi. A Jacareí que me apresentou ao mundo, à doce Araraquara que me iluminou e me aqueceu a alma e o corpo da maneira mais poética, a Madrid que me acolheu e me introduziu ao outrora imaginado e ao novo, à Holanda que hoje é lar. Obrigado à Vida e a Deus por ser, querer e fazer.

RESUMO

Para que a língua portuguesa e a identidade cultural brasileira sejam divulgadas no mundo, é necessário desenvolver uma análise contextual perspicaz e coerente, que permita que dita cultura em expansão se autoanalise e possa prosperar com todas as suas particularidades. Ao se considerar a condição *sine qua non* de que a comunicação é fruto da linguagem, de que a linguagem é materializada através das línguas, que por sua vez retratam realidades de identidades específicas, pode-se afirmar que a língua portuguesa exerce um papel importante e indispensável na projeção mundial do Brasil e dos países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Portanto, pretende-se com este trabalho analisar a política e planificação linguística daquela comunidade, tendo como base os pressupostos teóricos de Calvet (1997). Discutem-se nesta tese doutoral as questões inerentes à expansão linguística do idioma no contexto internacional, nomeadamente na sua variedade brasileira. A partir de uma abordagem sociolinguística, educacional, cultural, econômica e geopolítica, propõe-se um estudo que entenda a participação do Brasil na CPLP e no processo de difusão do idioma. Conseqüentemente, são apresentadas estratégias específicas como a reestruturação do ensino da língua no Brasil e das políticas conjuntas da CPLP, que tentam projetar o futuro do português no tempo e no espaço internacional. O propósito deste trabalho é oferecer um itinerário crítico que favoreça a divulgação da língua portuguesa no mundo, analisando as vantagens e desvantagens na sua tentativa de difusão linguística a partir da perspectiva daquele país, que assim como os demais países da CPLP, continuam em fase de desenvolvimento socioeconômico; exceto Portugal que por pertencer a União Europeia dispõe de mais recursos econômicos para promover a língua e sua cultura, uma vez que os índices de desenvolvimento nesse país não se comparam aos demais.

Concluindo, projetar a expansão dessa língua e das identidades culturais que nela coexistem é uma tarefa que exige uma política e planejamento linguístico conjunto entre todos os Estados Membros da CPLP, a fim de que o português ocupe seu devido lugar no mundo e na economia global. Ao realizar este estudo, pôde-se comprovar que muito se espera do Brasil para promover a língua portuguesa. Do mesmo modo, confirmou-se a hipótese de que o Brasil tem que se ocupar primeiramente de sua política interna, o que resulta em um atraso na difusão linguística do português pela CPLP. Ademais, as expectativas dos Estados Membros da entidade não condizem com a realidade da política externa brasileira, já que dependem demasiadamente da promessa de

que o Brasil é uma das novas potências econômicas globais. Portanto, o presente trabalho consiste em um estudo que discute as questões anteriores com a finalidade de contribuir para a visibilidade do idioma português no mundo, e conseqüentemente propor uma melhoria socioeconômica aos falantes da língua. Afinal, muitas das possibilidades de mercado são geradas por e em português.

RESUMEN

Para que la lengua portuguesa y la identidad cultural brasileña sean divulgadas en el mundo, es necesario desarrollar un análisis contextual perspicaz y coherente, que permita que dicha cultura en expansión se autoanalice y pueda prosperar con todas sus particularidades. Si se considera la condición *sine qua non*, que la comunicación es fruto del lenguaje, que el lenguaje es materializado a través de las lenguas, que a su vez retratan realidades de identidades específicas, se puede afirmar que la lengua portuguesa ejerce un papel importante e indispensable en la proyección mundial de Brasil y de los países de la CPLP (Comunidad de los Países de Lengua Portuguesa). Por tanto, se pretende con este trabajo analizar la política y planificación lingüística de aquella comunidad, teniendo como base los presupuestos teóricos de Calvet (1997). Se discuten en esta tesis doctoral las cuestiones inherentes al contexto de expansión lingüística del idioma internacionalmente, principalmente de su variedad brasileña. A través de un abordaje socio-lingüístico, educacional, cultural, económico y geopolítico, se propone un estudio que entienda la participación de Brasil en la CPLP y en el proceso de difusión del idioma. En consecuencia, son presentadas estrategias específicas como la reestructuración de la enseñanza de la lengua en Brasil y de las políticas conjuntas de la CPLP, que intentan proyectar el futuro del portugués en el tiempo y en el espacio internacional. El propósito de este trabajo es ofrecer un itinerario crítico que favorezca la divulgación de la lengua portuguesa en el mundo, analizando las ventajas y desventajas en su intento de difusión lingüística a partir de la perspectiva de aquél país, que al igual que los demás países de la CPLP, sigue en fase de desarrollo socioeconómico; excepto Portugal que por pertenecer a la Unión Europea, dispone de más recursos económicos para promover la lengua y su cultura, pues los índices de desarrollo en ese país no se comparan a los demás.

En conclusión, proyectar la expansión de esa lengua y de las identidades culturales que en ella coexisten, es una tarea que exige una política y planificación lingüística conjunta entre todos los Estados Miembros de la CPLP, a fin de que el portugués ocupe su debido lugar en el mundo y en la economía global. Al realizar este estudio se ha comprobado que mucho se espera de Brasil para promover la lengua portuguesa. Del mismo modo, si ha podido confirmar la hipótesis de que Brasil tiene que ocuparse primeramente de su política interna, lo que resulta en un retraso en la difusión lingüística del portugués propuesta por la CPLP. Además, las expectativas de los Estados Miembros de la entidad no condicen con la realidad de la política externa brasileña, ya que

dependen demasiado de la promesa de que Brasil es una de las nuevas potencias económicas globales. Por tanto, el presente trabajo consiste en un estudio que discute las cuestiones anteriores con la finalidad de contribuir para la visibilidad del idioma portugués en el mundo, y consecuentemente proponer una mejoría socioeconómica a los hablantes de la lengua. Al final, muchas de las posibilidades de mercado son generadas por y en portugués.

ABSTRACT

To divulge the Portuguese language and Brazilian cultural identity throughout the world, it is necessary to develop a contextual, perceptive and coherent analysis that allows said expanding culture to analyze itself and prosper with all its peculiarities. Considering the *sine qua non* condition that communication is the result of language, that language is materialized through idioms, which in turn portray the realities of specific identities, it can be affirmed that the Portuguese language plays an important and indispensable role in the global projection of Brazil and of the member countries of CPLP (*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Community of Portuguese Language Countries). Therefore, the aim of this study is to analyze the language policy and linguistic planning of such community, based on the theoretical assumptions of Calvet (1997). This PhD thesis discusses the issues inherent to the context of linguistic expansion of Portuguese internationally, especially its Brazilian variety. From a sociolinguistic, educational, cultural, economic and geopolitical approach, this study assesses the participation of Brazil in the CPLP and in the language diffusion process. Consequently, specific strategies are presented, such as the restructuring of language teaching in Brazil and the joint CPLP policies aiming to project the future of Portuguese in time and on the international scene. The purpose of this study is to provide a critical route that favors the dissemination of the Portuguese language in the world, analyzing the advantages and disadvantages in the attempt to diffuse it from the perspective of a specific country, Brazil, which, as well as the other member countries of the CPLP, is still in a phase of socioeconomic development. Except Portugal that belongs to the European Union and is granted more economic resources to promote its language and culture, moreover its development indexes do not compare to those of the other CPLP members.

In conclusion, designing the expansion of the Portuguese language, and of those cultural identities coexisting within this language, is a task that requires a language policy and a set linguistic planning among all member countries of the CPLP, in order for Portuguese to occupy its rightful place in the world and in the global economy. By conducting this study, the author could demonstrate that much is expected from Brazil to promote the Portuguese language. Likewise, the present study confirmed the hypothesis that Brazil has to solve its own domestic policies first, resulting in a delay of linguistic expansion of Portuguese by the CPLP. Moreover, the expectations of the other CPLP member countries do not match with the reality of Brazilian

foreign policy, as too dependent on the promise that Brazil is one of the new global economic powers. Hence, the present work is a study that discusses the abovementioned issues in order to contribute to the visibility of Portuguese in the world, and consequently offer a socioeconomic improvement to the speakers of the language. After all, many among the market possibilities are generated by and in Portuguese.

“Hay que saber para quién y para qué uso se transcribe, para quién y para qué uso se crean palabras, para quién y para qué uso se estandariza una lengua. Lo que significa que la intervención en la forma de una lengua debe estar ligada a una utilidad práctica, y no a la idea abstracta que se pueda tener de ella.”

(Calvet, 1997: 44)

SIGLAS E ABREVIACÕES

AD (Análise do Discurso)

APD (Ajuda Pública ao Desenvolvimento)

AUGM (Associação de Universidades – Grupo de Montevideu)

AULP (Associação das Universidades de Língua Portuguesa)

BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)

CAD (Comitê de Apoio ao Desenvolvimento)

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior)

CAPL (Comitê Assessor de Políticas Linguísticas)

CAPLE (Centro de Avaliação do Português Língua Estrangeira)

CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)

CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental)

CEEAC (Comunidade Econômica dos Estados da África Central)

CELU (Certificado de Español – Lengua y Uso)

CEPI (Curso de Espanhol-Português para Intercâmbio)

CVC (Centro Virtual Camões)

DPU (Dialecto del Portugués del Uruguay)

EBC (Empresa Brasil de Comunicação)

ECTS (European Credit Transfer System)

EUA (Estados Unidos da América)

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)

GTPL (Grupo de Trabalho de Políticas Linguísticas)

IBAS (Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa)

ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional)

IMA (Instituto Machado de Assis)

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira)

IOF (Organização Internacional da Francofonia)

IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento)

IPOL (Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística)

IsF (Inglês sem Fronteiras)

LLC (Leiden Learner Corpus)

MEC (Ministério da Educação e Ciência)

MRE (Ministério de Relações Exteriores)

MERCOSUL (Mercado Comum do Sul)

NILC (Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional)

NURC (Norma Urbana Culta)

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

OUA (Organização da Unidade Africana)

OIT (Organização Internacional do Trabalho)

OLP (Observatório da Língua Portuguesa)

OMS (Organização Mundial da Saúde)

ONG (Organizações Não Governamentais)

ONU (Organização das Nações Unidas)

PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa)

PBSL (Português do Brasil como Segunda Língua)

PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais)

PEC (Programa de Estudante-Convênio)

PEIBF (Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira)

PEPPFOL (Programa de Ensino e Pesquisa em Português para Falantes de Outras Línguas)

PET (Programa de Educação Tutorial)

PLA (Português como Língua Adicional)

PLP (Países de Língua Portuguesa)

PPPLE (Portal do Professor de Português Língua Estrangeira)

PROUNI (Programa Universidade Para Todos)

RAEM (Região Administrativa Especial de Macau)

REBRAC (Rede Europeia de Brazilianistas de Análise Cultural)

RTP (Rádio e Televisão de Portugal)

SADC (Southern Africa Development Community)

SCIELO (Scientific Eletronic Library Online)

TICS (Tecnologias da Informação e da Comunicação)

UCLA (Universidade da Califórnia em Los Angeles)

UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)

ULHT (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias)

UNASUL (União das Nações Sul Americanas)

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana)

UOL (Universo Online)

VOC (Vocabulário Ortográfico Comum)

Introdução.

I Identidade, língua e comunidade linguística.

Iniciamos nosso trabalho refletindo sobre a concepção de coletividades, antes mesmo de entrarmos nas discussões pertinentes à língua portuguesa. Entendemos que na contemporaneidade, os movimentos coletivos são caracterizados por um constante fluxo de identidades. Dito fluxo permite que a percepção de um indivíduo sobre si mesmo e sobre os que estão à sua volta seja reinterpretada. Afinal, ao se colocar em frente ao outro, que lhe é diferente ou semelhante, o homem se percebe como único e como membro dessa ou daquela comunidade. Entrar em contato com outras identidades e realidades culturais, linguísticas e civis, faz com que nossas múltiplas identidades sejam repensadas, reavaliadas e até mesmo renegociadas. Ao citarmos a possibilidade de se renegociar uma identidade, temos a intenção de direcionar nossa discussão para a vasta imensidão de identidades que ocupam o espaço da lusofonia. Acreditamos que todos os falantes da língua portuguesa dividem características que os aproximam em certo aspecto. No presente trabalho, entendemos que a língua que falamos é uma das fontes primárias de identificação pessoal. Ademais, vemos a língua portuguesa como uma das formas de se expressar e se estar presente no mundo. Assim sendo, realizaremos nossas análises e faremos nossas propostas nesta tese, a partir da interpretação de que a língua é um reflexo da sociedade em que vivemos, e que o contrário também se aplica. Nossa abordagem, essencialmente sociolinguística, nos permite perceber a língua portuguesa e suas políticas linguísticas através das interações entre seus falantes e representantes oficiais.

Pelo fato de a língua portuguesa ser veículo comunicativo comum entre brasileiros, europeus, africanos e asiáticos, o idioma possibilita que estas várias nacionalidades compartilhem uma mesma realidade, a de estarem inseridos no mundo da lusofonia. Ao fazermos parte dessa comunidade, argumentamos a favor da expressividade de nosso idioma com uma atitude essencialista enquanto falantes do português. Conseqüentemente, podemos abrir espaço para uma discussão favorável a todos os que têm o português como língua mãe, oficial, segunda, estrangeira e de negócios. Nada mais evidente do que juntarmos forças no presente, apesar dos conflitos do passado, e então almejarmos mais para a nossa língua, nossa identidade e em uma escala maior,

para nossas nações. Bourdieu (1991) afirma que quando um falante escolhe realizar esta ou aquela identidade através de uma língua específica, ou certos códigos linguísticos, é porque este indivíduo atribui significados particulares a tais recursos.

Através da perspectiva apresentada no parágrafo anterior, escolhemos como objeto de estudos a língua portuguesa e a comunidade que a representa no cenário mundial, a CPLP. Por terem o português como língua oficial, nove países se juntaram com a intenção de diminuir conflitos socioeconômicos dentro de suas sociedades e criar uma identidade linguística supranacional comum a todos. Analisaremos as propostas e ideais daquela comunidade com a finalidade de entender o processo de formação de sua agenda política, bem como as ações levadas a cabo pela mesma para promover a língua portuguesa. Focando sempre no conteúdo principal que possibilitou a criação da CPLP, o português, nosso trabalho entende as nações presentes nessa comunidade como abstrações. Ou seja, não temos a intenção de julgar ou definir as características culturais próprias de cada estado membro da CPLP, ainda que o façamos com relação ao Brasil. O que queremos é entender a existência de uma coletividade que aceita que uma nação linguística comum não dependa exclusivamente da interação diária entre seus cidadãos (Romaine, 2004). No caso da comunidade citada, a língua é o território e a nação de todos.

Línguas como o espanhol, o francês e o inglês, geram interesses comuns entre muitos países. Esses interesses podem ser de carácter cultural e socioeconômico. Como não poderia ser diferente, a hora da língua portuguesa chegou e no ano de 1996 o idioma assumiu uma nova postura, a de facilitar o diálogo geopolítico entre os que o têm como idioma comum. Depois da anglofonia, francofonia e da hispanofonia, aparecem as propostas socioeconômicas da lusofonia¹. Portanto, a criação da CPLP viabilizou as discussões referentes às propostas de colaboração mútua entre seus países membros. A entidade propôs já no seu início, a posta em prática das ações sociais, políticas e econômicas que gerassem benefícios aos seus países membros e associados.

De tal modo, analisaremos neste trabalho as políticas linguísticas desenvolvidas pela CPLP que preveem a expansão do idioma pelo mundo. Refletiremos sobre os possíveis obstáculos que a

¹ Entendemos o termo lusofonia como a voz uníssona dos falantes de português, sem classificar o termo enquanto fonia de colonização. Não desconsideramos os fatos históricos referentes aos anos infelizes da colonização. No entanto, abordamos o termo neste trabalho como uma voz que conjuga um *nós* atual, dos falantes do português, e que prestigia um futuro exitoso à língua.

língua enfrenta no maior país membro da comunidade: o Brasil. Ofereceremos uma análise sobre os muitos ambientes em que o português possa estar e / ou já está presente. Ademais, observaremos as atitudes dos falantes do português com relação à sua língua e as decisões já tomadas por aquela comunidade para que o idioma esteja em evidência na cena internacional.

II Uma língua por todos.

O fato de se ter uma língua comum em um bloco geopolítico permite certos avanços aos envolvidos desta zona. Pois na tomada de decisões, quaisquer que elas sejam, há sempre uma vantagem ao se comunicar fluentemente em uma mesma língua. No caso da CPLP, a língua portuguesa atua, portanto, como facilitadora para interação entre os nove membros da comunidade.

Ainda que a língua seja a mesma, há muitas questões a serem levadas em consideração quando as realidades socioeconômicas dos países da CPLP são tão díspares. O fato de o português estar presente em quase todos os continentes pressupõe um confronto social, econômico e político entre os países que o têm como língua oficial. Falar português no Brasil não é o mesmo que falar o idioma na África, em Portugal e na Ásia. A língua apresenta uma gama de variedades linguísticas, assim como coexiste com diferenças socioeconômicas atroztes entre seus falantes.

Devido a pluralidade linguística do português, de suas muitas culturas e sociedades, há que se pensar em uma estratégia linguística democrática para o idioma. Caso não sejam levadas em consideração as diferenças sociais, econômicas e políticas presentes nos nove estados membros da CPLP, se repetirá um imperialismo dentro da lusofonia que não tem razão de ser. Por isso, ainda que canalizemos nossas forças na realidade brasileira em nosso trabalho, aconselhamos a implementação de uma política linguística do português que beneficie a todos, negros e brancos, homens e mulheres, crianças, jovens e adultos.

III A língua como valor cultural e econômico.

O português, assim como será demonstrado neste trabalho, é um idioma de riquezas vastas. Quando pensamos em riqueza nesta tese, nos referimos ao potencial cultural e econômico que uma língua pode gerar a suas nações. Sobre o potencial econômico da língua portuguesa, Reto (2012)² descreveu de maneira primordial quais são as empreitadas a serem realizadas para que nossa língua gere mais mercado e assim movimente a economia dos países da CPLP. Com relação à riqueza cultural da nossa língua, seria uma tarefa quase que impossível descrevê-la por inteira. Por isso, nos limitamos a citar alguns dos campos em que a língua se vê retratada como elemento primordial da cultura. Entre esses, elencamos: a música, a dança, o teatro, a poesia e a literatura, o cinema, as produções televisivas, os trabalhos acadêmicos realizados sobre e em língua portuguesa, entre outros.

No caso específico do Brasil, assim como de Angola em um menor grau, existe uma promessa de desenvolvimento econômico neste século XXI, que coloca ambos países, principalmente aquele primeiro, em posição de destaque. Esse prestígio gera um grande mercado linguístico para a língua portuguesa, se se elaborar uma política linguística para o idioma que favoreça sua utilização enquanto língua internacional. Assim como propõe Silva (2005)³, a língua é entendida como uma mais valia para a política externa de um país. Portanto, pensar em uma política linguística de expansão da língua portuguesa pelo mundo e concretizá-la significa investir na mudança da realidade social e econômica de muitos. Investir em expansão linguística é a chave essencial para que a cultura e, conseqüentemente, a economia dos nove países da CPLP sejam beneficiadas.

Assim sendo, esta tese está formulada sob a condição de que é necessário que se pense em política linguística para a expansão do português. Logo, tomamos como ponto de partida para a análise aqui feita: os questionamentos sobre a visibilidade do idioma no cenário internacional; quais as conseqüências de dita expansão para os estados que tem o português como língua oficial;

² Reto, Luís Antero. *Potencial económico da língua portuguesa*. Leya, 2012.

³ Há 11 anos, Mário Filipe da Silva, ex-vice-presidente do Instituto Camões, realizou sua tese de doutorado intitulada *Promoção da língua portuguesa no mundo: hipótese de modelo estratégico*. Seguindo a linha de raciocínio desse autor, criamos o nosso próprio modelo estratégico de divulgação do português, através da realidade linguística e socioeconômica do Brasil.

o que já foi feito para realizar o planejamento linguístico acerca do idioma, e por fim constatar a presença do idioma e seu ensino em ambientes diversos.

IV Das teorias às práticas.

Como fio condutor para esta tese, utilizamo-nos de análises sobre as políticas linguísticas da língua portuguesa a nível nacional e internacional. Sobre o primeiro, refletimos sobre as particularidades do português no Brasil enquanto língua oficial de um sistema educativo vulnerável. Também apresentamos reflexões muito breves sobre o ensino da língua portuguesa nos países africanos que contam com uma diversidade linguística enorme, e que exigem diferentes estratégias de ensino. Já com relação ao segundo nível, o internacional, nossas análises baseiam-se em consultar a agenda política da CPLP e assim refletir sobre seus planos e ações. Para que possamos, de tal forma, avaliar a viabilidade desses ideais político-linguísticos e oferecer um parecer crítico que permita uma mudança de estratégia para a divulgação do idioma. Sobretudo, no que diz respeito à execução dos planos e ações, a teoria se invalida sem a prática.

Analisamos o papel da CPLP como comunidade representativa do português e nos focamos nas ações e planos brasileiros para a divulgação do idioma. O Brasil que tem desenvolvido uma política externa que privilegia as relações no hemisfério sul, tem andado, ainda que a passos curtos, rumo à promoção da língua. No entanto, assim como mostraremos, a agenda política brasileira para divulgar o português pauta-se muito mais em elaborações do que em realizações.

Baseando-nos nas constatações acima, analisamos neste trabalho as relações entre o Brasil e a CPLP, e entre outros companheiros do MERCOSUL que a cada dia estreitam mais suas relações com o nosso país. Ao refletirmos sobre as relações políticas e socioeconômicas entre o Brasil e aquela comunidade, entre o país e esse Mercado, podemos analisar, mais uma vez, quais as ações já postas em prática por todos estes agentes que diretamente ou indiretamente são os responsáveis pela difusão da língua portuguesa no mundo.

V Os espaços para o português.

Ademais das questões até ao momento apresentadas, nos atemos também a avaliar outros cenários onde o português habita. Nos referimos, portanto, a presença do idioma em comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo. Dando ênfase à comunidade de brasileiros que vivem na cidade de Madrid – Espanha, e que ao falarem e praticarem o português brasileiro, contribuem para a expansão do idioma e da cultura do Brasil. Assim como o ambiente da diáspora tem extrema importância para a conservação e divulgação do idioma, também abordamos neste trabalho o estatuto da língua portuguesa enquanto idioma de trabalho em organizações internacionais. Na verdade, o português, uma vez utilizada como língua oficial de trabalho em certas instâncias políticas e jurídicas, representa a realidade socioeconômica dos estados da CPLP. Do mesmo modo, ainda nesse contexto, o idioma enquanto língua de trabalho é capaz de gerar novas oportunidades aos seus falantes.

Pensar na presença do português em todos os ambientes aqui já citados, permite-nos refletir sobre os espaços geográficos e geopolíticos que a língua ocupa enquanto representantes da sua realidade social e econômica e sobre esses espaços que permitem a expansão do nosso idioma, considerando também o espaço virtual e digital que ultrapassam fronteiras físicas. Por trazer uma nova realidade à expansão da língua portuguesa, dedicamo-nos também a pensar sobre a presença do idioma no mundo tecnológico.

VI Metodologia e modelo estratégico.

Tomamos como objeto de estudo a língua portuguesa, a agenda política interna brasileira para expansão e ensino da mesma, a participação do Brasil na CPLP e a proposta de divulgação do português elaborada por esta comunidade. Ao analisarmos o discurso institucional brasileiro e da CPLP para a difusão e ensino do português, oferecemos o nosso plano de estratégia para que a língua finalmente ocupe seu espaço no cenário internacional.

Realizamos este estudo através de uma abordagem descritivista que nos permite analisar o discurso sobre a expansão da língua portuguesa encontrado em diferentes fontes de informação sobre o assunto. Nosso estudo está dividido em treze capítulos que passamos a expor sucintamente.

No capítulo um, fazemos uma introdução aos estudos sobre as políticas linguísticas e nos baseamos nos pressupostos teóricos de Calvet (1997) e de outros autores essenciais a este trabalho. Assim o fazemos para que tenhamos todas as ferramentas necessárias ao avaliarmos os discursos recém mencionados e então, oferecer parâmetros para uma autorreflexão por parte do governo do Brasil e da CPLP enquanto responsáveis pela expansão do idioma no mundo.

No capítulo dois analisaremos a expressividade do português no mundo hoje. Oferecemos relatos históricos que fundamentam a motivação primeira desta tese doutoral, a de contribuir para a expansão do idioma. Nossa intenção aqui é enaltecer a língua portuguesa, que por mais que não seja uma língua minoritária, muito pelo contrário, ainda necessita atenção a fim de fazer jus ao quarto lugar que ocupa entre as línguas mais faladas no planeta.

Em seguida, no capítulo três, trazemos à discussão a questão da internacionalização da língua e analisamos as intenções da CPLP nas políticas de difusão e implementação do português. Do mesmo modo, analisamos as consequências, benefícios e percalços deste investimento de divulgação da língua no âmbito internacional; assim como refletimos sobre a maneira mais democrática de se divulgar o idioma, beneficiando a todos os países da comunidade com essa expansão linguística e não somente a alguns.

Enquanto no capítulo três oferecemos uma introdução sobre a internacionalização da língua e de sua gestão, no capítulo quatro entramos mais detalhadamente no mundo jurídico da CPLP. Fazemos, portanto, uma análise mais sucinta da entidade, oferecendo assim nossas considerações sobre o papel da mesma e de seus respectivos representantes, como o IILP.

Após avaliarmos o contexto descrito anteriormente, mudamos o foco da nossa análise no capítulo cinco e avaliamos o contexto de ensino do idioma no Brasil. Discutimos nesse momento como se ensina o português no país enquanto língua materna e apontamos falhas do sistema educacional brasileiro. Contribuímos também com a língua portuguesa nesse contexto ao proporcionarmos uma possível saída para alguns dos problemas no ensino do idioma no Brasil e nos PALOP, ainda que neste último caso nossa contribuição seja breve.

Durante o capítulo seis, centramos a nossa atenção no Brasil, avaliando a sua participação na tarefa que lhe é destinada: a de divulgar o idioma internacionalmente. Repensamos as ações tomadas pelo país que teoricamente cumpriria com a agenda político-linguística da CPLP, ou seja, qual seria o papel do Brasil ao fazer parte do grupo de membros da comunidade.

Posteriormente, analisamos no capítulo sete a importância da presença do idioma no ambiente das diásporas. E com o intuito de mostrarmos a notoriedade que nosso idioma vem ganhando a cada dia, adentramo-nos no contexto espanhol. Avaliamos então que o português ganha cada vez mais espaço por onde passam seus falantes. Além do mais, apresentamos algumas reflexões sobre o papel do Brasil ao divulgar a língua portuguesa de variedade brasileira em Madrid.

Avaliamos no capítulo oito a relação que o Brasil estabelece com os seus parceiros do Mercosul. De tal modo, criamos espaço para se refletir sobre as vantagens de se ensinar o português nos países pertencentes àquele mercado.

No capítulo nove, voltamos à questão da presença da língua no sistema educacional. Entretanto, discutimos aqui os porquês de se investir na divulgação da língua portuguesa enquanto língua acadêmica e de pesquisa.

No penúltimo capítulo, discutimos a importância de se continuar caminhando rumo à consolidação da língua portuguesa enquanto idioma de trabalho em organizações e empresas internacionais de grande influência nos setores diplomáticos e econômicos.

Por fim, no capítulo onze apresentamos um panorama da presença do português no mundo digital e tratamos de enfatizar o quão significativo é investir em tecnologia do idioma, uma vez que o mercado linguístico-tecnológico está a cada vez mais em evidência.

Em suma, através de uma abordagem sociolinguística, educacional, cultural, econômica e geopolítica, propomos um estudo que apresente estratégias específicas para que se concretizem as políticas conjuntas da CPLP após seus vinte anos de existência.

Introducción.

I Identidad, lengua y comunidades lingüísticas.

Este trabajo empieza con la reflexión sobre el concepto de colectividad, antes de iniciar los debates pertinentes sobre la lengua portuguesa. Se entiende que en la contemporaneidad, los movimientos colectivos se caracterizan por un flujo constante de identidades. Dicho flujo permite que la percepción de un individuo sobre sí mismo y sobre los que le rodean sea reinterpretada. Al final, al ponerse en frente del otro, ya sea semejante o diferente, el ser humano se ve a la vez como ser único e independiente y también como miembro de una comunidad. El hecho de entrar en contacto con otras identidades y realidades culturales, lingüísticas y sociales, nos hace repensar, reevaluar e incluso renegociar nuestras múltiples identidades. Al plantear la posibilidad de renegociar una identidad, nuestro objetivo es encaminar los debates hacía una amplia diversidad de identidades que ocupan el espacio de la lusofonía. Creemos que todas las personas de habla portuguesa comparten características que les aproximan de cierto modo. Entendemos que la lengua portuguesa es una de las fuentes primarias de identificación personal, una de las formas de expresarse y de se estar presente no mundo. En esta tesis, realizaremos varios análisis y elaboraremos varias propuestas a partir de la interpretación del hecho de que la lengua es uno de los reflejos de la sociedad en la que vivimos y vice versa. Nuestro enfoque, principalmente sociolingüístico, nos da la posibilidad de percibir la lengua portuguesa y sus políticas lingüísticas a través de las interacciones entre sus hablantes y representantes oficiales.

Debido al hecho de que la lengua portuguesa es un vínculo comunicativo común entre brasileños y europeos, africanos y asiáticos, hace que el idioma ofrezca la posibilidad que estas diferentes nacionalidades compartan una misma realidad, al estar implantadas en el mundo de la lusofonía. Al formar parte de dicha comunidad, argumentaremos a favor de la expresividad de la lengua portuguesa con una actitud esencialista con respecto a sus hablantes. A consecuencia de ello, abriremos un debate favorable a todos los que tengan el portugués como lengua madre, oficial, segunda, extranjera y de negocios. ¿Qué más evidente que juntar nuestras fuerzas en el presente? A pesar de los conflictos del pasado, permitiremos así darle más valor a la lengua portuguesa, a su identidad y llevarla a un nivel superior para sus naciones. Bourdieu (1991) afirma que cuando un

hablante escoge una u otra identidad a través de una lengua específica o ciertos códigos lingüísticos, es porque atribuye significados particulares a esos recursos.

A través de la perspectiva presentada en el párrafo anterior, escogeremos como tema de estudios la lengua portuguesa y la comunidad que representa en el escenario mundial, la CPLP (Comunidad de los Países de Lengua Portuguesa). Al tener el portugués como lengua oficial, nueve países se han juntado con la intención de diseminar conflictos socioeconómicos dentro de sus propias sociedades y crear una identidad lingüística supranacional común. Analizaremos las propuestas e ideales de la comunidad para entender el proceso de formación de su agenda política, así como las acciones llevadas a cabo por la misma para promover la lengua portuguesa. Nos enfocaremos siempre en el contenido principal que hizo posible la creación de la CPLP, el idioma portugués. Con este trabajo, entendemos las naciones presentes de dicha comunidad como ideas abstractas, es decir que no hay ninguna intención de juzgar o definir las características culturales propias de cada estado miembro de la CPLP, aunque lo hagamos con Brasil. Nuestra intención es entender la existencia de una colectividad que acepta que una nación lingüística común no dependa exclusivamente de la interacción cotidiana entre sus propios ciudadanos (Romaine, 2004). En el caso de la comunidad anteriormente citada, la lengua y el territorio son la nación de todos.

Lenguas como el español, el francés o el inglés generan intereses comunes entre varios países y pueden ser de carácter cultural y socioeconómico. Finalmente, llegó la hora de la lengua portuguesa en el año 1996, año en el que el idioma adoptó una nueva postura, la de facilitar el diálogo geopolítico entre los que tienen la lengua portuguesa como idioma común. Después de la anglofonía, francofonía ya la hispanofonía, aparecieron las propuestas socioeconómicas de la lusofonía⁴. Por lo tanto, la creación de la CPLP hizo posible los debates sobre las propuestas de colaboración mutua entre sus países miembros. La entidad ya propuso en sus inicios, la puesta en práctica de las acciones sociales, políticas y económicas que generarían beneficios para los países miembros y asociados.

⁴ Entendemos el término lusofonía como la voz unísona de los hablantes del portugués, sin clasificar el término fonía de colonización. No desconsideramos los hechos históricos referentes a los deplorables años de la colonización. Aun así, abordamos el término como una voz que conjuga un *nosotros* actual de los hablantes del portugués y que tiene un futuro con éxito para la lengua.

En esta tesis, analizaremos las políticas lingüísticas desarrolladas por la CPLP que promueven la expansión del idioma a través del mundo, los posibles obstáculos con los que la lengua se haya enfrentado en el mayor país miembro de la comunidad: Brasil. Trataremos sobre los diferentes ambientes en los que el portugués pueda estar o ya está presente. Observaremos las actitudes de los hablantes del portugués en relación con su lengua y las decisiones ya tomadas por dicha comunidad para que el idioma esté en evidencia en el panorama internacional.

II Una lengua por todos.

Al ser una lengua común en un bloque geopolítico, permite ciertos avances en esta zona. A la hora de tomar decisiones sean las que sean, siempre habrá una ventaja en comunicarse con fluidez en una lengua común. En el caso de la CPLP, la lengua portuguesa actúa como elemento facilitador para la interacción entre los nueve miembros de la comunidad.

Aunque el idioma sea el mismo, hay que considerar varias cuestiones en cuanto a las realidades socioeconómicas de los países de la CPLP. Al estar la lengua presente en casi todos los continentes, hay susceptibilidad de que estallen confrontaciones sociales, económicas y políticas entre los países con el portugués como lengua oficial. Hablar portugués en Brasil no es igual que hablar portugués en África, en Portugal o en Asia. El idioma posee una amplia gama de variedades lingüísticas al igual que coexiste con diferencias socioeconómicas atroces entre sus hablantes.

Debido a la pluralidad lingüística del portugués, de sus múltiples culturas y sociedades, hemos de pensar en una estrategia lingüística democrática para el idioma. En el caso de que no se tomen en consideración las diferencias sociales, económicas y políticas presentes en los nueve estados miembros de la CPLP, volverá un imperialismo dentro de la lusofonía que no tiene razón de ser. Por eso, aunque que canalicemos nuestras fuerzas en la realidad brasileña en nuestro trabajo, aconsejaremos la implementación de una política lingüística del portugués de la que todos los miembros beneficiarán, sean negros, blancos, hombres, mujeres, niños, jóvenes y adultos.

III A lengua como valor cultural y económico.

En esta tesis, demostraremos que el idioma portugués es un idioma de riquezas. Cuando pensamos en riquezas, nos referimos al potencial cultural y económico que una lengua puede generar para sus naciones. Con respecto al potencial económico de la lengua portuguesa, Reto (2012)⁵ describe de manera primordial cuales son los emprendimientos que deben ser realizados para que la lengua portuguesa genere más mercado, con el fin de dinamizar la economía de los países de la CPLP. Con respecto a las riquezas culturales, sería una tarea casi imposible describirlas todas y por eso, nos limitaremos a citar algunos campos en los que la lengua se ve retratada como un elemento primordial de la cultura. Entre ellos destacamos la música, el baile, el teatro, la poesía y la literatura, el cine, la televisión, las obras académicas realizadas sobre la lengua portuguesa y en portugués, etc.

En el caso específico de Brasil, y Angola a menor escala, existe una promesa de desarrollo económico en el siglo XXI que coloca a ambos países en posición de destaque. Este prestigio genera un gran mercado lingüístico para la lengua portuguesa, en el caso de que se elabore una política lingüística que favorezca su uso como lengua internacional. Tal y como lo propone Silva (2005)⁶, la lengua se valorará más para la política externa de un país. Por lo tanto, pensar en una política lingüística de expansión de la lengua portuguesa por el mundo y concretizarla, significa invertir en el cambio de la realidad social y económica de muchos. El hecho de invertir en la expansión lingüística es la clave esencial para que la cultura y por consecuencia la economía de los nueve países de la CPLP sean beneficiadas.

Esta tesis está formulada bajo la condición de que es necesario pensar en una política lingüística para la expansión del portugués. Tomaremos como punto de partida de nuestro análisis: los cuestionamientos sobre la visibilidad del idioma en el panorama internacional; cuáles son las consecuencias de dicha expansión para los estados que tienen el portugués como lengua oficial; lo

⁵ Reto, Luís Antero. (2012) *Potencial económico da língua portuguesa*. Leya.

⁶ Hace 11 años, Mário Filipe da Silva, ex-vice-presidente del Instituto Camões realizó su tesis de doctorado titulada *Promoção da língua portuguesa no mundo: hipótese de modelo estratégico*. Siguiendo la línea del racionamiento de este autor, creamos nuestro propio modelo estratégico de difusión del portugués, a través de la realidad lingüística y socioeconómica de Brasil.

que ya se hizo para realizar la planificación lingüística acerca del idioma, y por fin constatar la presencia del idioma y su enseñanza en diversos ambientes.

IV De la teoría a la práctica.

Usaremos como hilo conductor los análisis sobre las políticas lingüísticas de la lengua portuguesa a nivel nacional e internacional. Sobre el primero, reflexionaremos sobre las particularidades del portugués en Brasil como lengua oficial de un sistema educativo vulnerable. Presentaremos también breves reflexiones sobre la enseñanza de la lengua portuguesa en los países africanos que cuentan con una amplia diversidad lingüística, y que exigen varias estrategias de enseñanza. Con respecto al nivel internacional, nuestros análisis se basan en consultar la agenda política de la CPLP y así reflexionar sobre sus planes y acciones. De este modo, se podrá valorar la viabilidad de estos ideales político-lingüísticos y ofrecer un parecer crítico que permita un cambio de estrategia para la difusión del idioma. Sobre todo lo que se refiere a la ejecución de los planes y acciones, visto que la práctica valida la teoría.

Analizaremos el papel de la CPLP como comunidad representativa del idioma portugués, bien como nos enfocaremos en las acciones y planes brasileños para la difusión del idioma. Brasil viene desarrollando una política externa que privilegia las relaciones en el hemisferio sur rumbo a la promoción de la lengua, aunque éste proceso se realice lentamente. Sin embargo, la agenda política brasileña se aferra mucho más en elaboraciones que en realizaciones para difundir el idioma portugués, como veremos más adelante.

Basándonos en las constataciones previamente mencionadas, analizaremos las relaciones políticas y socioeconómicas entre Brasil y la CPLP, bien como con otros miembros de MERCOSUR, entidad que promueve cada día más sus relaciones con el país. Al reflexionar sobre dichas relaciones, podemos analizar una vez más, cuáles son las acciones ya puestas en práctica por todos los agentes que, directa o indirectamente, son responsables de la difusión de la lengua portuguesa en el mundo.

V Los espacios para el idioma portugués.

Además de los planteamientos presentados hasta ahora, valoraremos también otros panoramas donde se encuentra la lengua portuguesa. Nos referimos por lo tanto a la presencia del idioma en comunidades lusófonas esparcidas por el mundo. Haremos hincapié sobre la comunidad de brasileños que viven en Madrid – España. Al hablar y al practicar el idioma portugués de Brasil, contribuyen a la expansión del idioma y de la cultura de este país. Así como ese ambiente de diáspora tiene una importancia capital para la conservación y difusión del idioma, también hablaremos del estatuto del idioma portugués como idioma de trabajo en organizaciones internacionales. Una vez utilizada como lengua oficial de trabajo en ciertas instancias políticas y jurídicas, el idioma portugués representa la realidad socioeconómica de los estados de la CPLP. Del mismo modo y en el mismo contexto, el idioma como lengua de trabajo puede generar nuevas oportunidades para los hablantes.

Pensar en la presencia del portugués en todos los ambientes ya citados nos permite reflexionar que los espacios geográficos y geopolíticos que la lengua ocupa representan su realidad social y económica. Es en esos espacios que se permite la expansión del idioma portugués. También consideraremos el mundo virtual y digital, que van más allá de las fronteras físicas. Para traer una nueva realidad a la expansión de la lengua portuguesa, pensaremos también en la presencia del idioma en el mundo tecnológico.

VI Metodología y modelo estratégico.

Hablaremos de la agenda política interna brasileña para la expansión y la enseñanza del idioma, de la participación de Brasil en la CPLP y de la propuesta de difusión del portugués elaborada por esta comunidad. Al analizar el discurso institucional brasileño y el de la CPLP para la difusión y la enseñanza del portugués, ofrecemos nuestro plan de estrategia para que la lengua finalmente ocupe su espacio en el panorama internacional.

Realizaremos este estudio a través de un enfoque descriptivista, que nos permita analizar el discurso sobre la expansión de la lengua portuguesa encontrado en diferentes fuentes de

información sobre el asunto. Nuestro estudio está dividido en trece capítulos que exponemos sucintamente a continuación.

En el capítulo uno, haremos una introducción a los estudios sobre las políticas lingüísticas y nos basaremos sobre las suposiciones teóricas de Calvet (1997), y de otros autores esenciales para este trabajo. Tendremos todas las herramientas necesarias para valorar los discursos recién mencionados. Ofreceremos parámetros que darán paso a una autorreflexión por parte del gobierno de Brasil y de la CPLP como responsables de la expansión del idioma portugués en el mundo.

En el capítulo dos analizaremos la expresividad del idioma portugués en el mundo hoy en día. Mostraremos relatos históricos que fundamentan el objetivo principal de esta tesis doctoral: la contribución para la expansión del idioma portugués. Nuestra intencionalidad es elevar la lengua portuguesa, que aunque no sea una lengua minoritaria – al contrario – todavía necesita atención para merecerse el cuarto lugar que ocupa entre las lenguas más habladas del planeta.

Después, en el capítulo tres, trataremos la cuestión de la internacionalización de la lengua y analizaremos las intenciones de la CPLP en sus políticas de difusión e implementación del portugués. Del mismo modo, haremos un análisis de las consecuencias, beneficios y percances de esta inversión para la difusión de la lengua en el ámbito internacional. Reflexionaremos sobre la manera más democrática de difundir el idioma, beneficiando así a todos de la comunidad con esa expansión lingüística y no solo a algunos países.

En el capítulo cuatro, entraremos más en detalle en el mundo jurídico de la CPLP. Por lo tanto, haremos un análisis más conciso de la entidad, ofreciendo así nuestras consideraciones sobre el papel de la misma y de sus respectivos representantes, como el IILP (Instituto Internacional de la Lengua Portuguesa).

A continuación, después de examinar el contexto descrito anteriormente, cambiaremos el enfoque del análisis en el capítulo cinco y evaluaremos el contexto de enseñanza del idioma en Brasil. Hablaremos del modo de enseñanza del portugués en el dicho país como lengua materna y destacaremos las necesidades del sistema educacional brasileño. También aportaremos a la lengua portuguesa en ese contexto al proporcionar una solución potencial para algunos de los problemas en la enseñanza del idioma.

Seguiremos con el enfoque sobre Brasil durante el capítulo seis, evaluando la participación del país en la tarea de divulgar el idioma a nivel internacional. Reconsideraremos las acciones tomadas por el país que teóricamente cumplirían con la agenda político-lingüística de la CPLP, es decir, cuál sería el papel de Brasil al formar parte de los miembros de la comunidad.

Posteriormente, en el capítulo siete, analizaremos la importancia de la presencia del idioma en el ambiente de las diásporas y también el contexto español para mostrar la notoriedad que el idioma portugués va consiguiendo día tras día. Evaluaremos entonces que el idioma portugués consigue cada vez más espacio por donde pasan sus hablantes. Más adelante, destacaremos algunas reflexiones sobre el papel de Brasil en la difusión del portugués de Brasil en Madrid.

Evaluaremos la relación que el mismo establece con sus compañeros de Mercosur en el capítulo ocho. De ese modo, podremos reflexionar sobre las ventajas de la enseñanza del portugués en los países del dicho mercado.

En el capítulo nueve, volveremos a la cuestión de la presencia de la lengua en el sistema educacional. Entretanto, debatiremos sobre la importancia de la inversión en la difusión de la lengua portuguesa con respecto a sus propiedades académica y de investigación.

En el penúltimo capítulo, hablaremos sobre la importancia de consolidar el idioma como lengua de trabajo en organizaciones y empresas internacionales de gran influencia en los sectores diplomáticos y económicos.

En el capítulo onze, presentaremos el panorama de la presencia del portugués en el mundo digital y trataremos de enfatizar la importancia de la inversión en la tecnología del idioma, en una era donde el mercado lingüístico-tecnológico es cada vez más expansivo.

Por último, propondremos un estudio que presente estrategias específicas para que se concreten las políticas conjuntas de la CPLP tras veinte años de existencia, a través de un enfoque sociolingüístico, educacional, cultural, económico y geopolítico.

Introduction.

I Identity, language and linguistic community.

The present work begins with reflecting on the concept of communities, even before introducing the discussion regarding the Portuguese language. It is acknowledged that, in present times, collective movements are characterized by a constant flow of identities. Such flow allows the perception of individuals over themselves, and over those around them, to be reinterpreted. After all, when positioning themselves in front of others, whether different or similar, human beings perceive themselves as unique and as members of this or that community. Entering in contact with other identities and other cultural, linguistic and civic realities causes multiple identities to be rethought, reevaluated and even renegotiated. Quoting the possibility of renegotiating an identity, the present discussion intends to focus on the vast immensity of identities occupying the space of Portuguese-speaking world (lusophonia). The author believes all Portuguese language speakers share characteristics, which bring them together to quite an extent. In the present work, the spoken language is considered as one of the primary sources of personal identification. Furthermore, the Portuguese language is seen as a way of self-expression and presence in the world. Therefore, the analysis and proposals in this thesis derive from the interpretation that language is a reflection of the society we live in, and that the opposite is valid as well. The approach in the present work is essentially sociolinguistic, which allows the understanding of the Portuguese language and its language policies through interactions between its speakers and official representatives.

Since Portuguese is a common communication vehicle between Brazilians, Europeans, Africans and Asians, the language enables these various nationalities, from sharing the same reality to be inserted in the world of lusophonia. As part of such community, the author argues in favor of expressiveness of language with an essentialist attitude as Portuguese native speaker. Consequently, room can be made for a favorable discussion to all those who have Portuguese as their mother tongue, as well as official, second, foreign and business language. Nothing more evident than joining forces in the present, despite the conflicts of the past, and then yearning for your own language, identity and on a larger scale, your own nations. Bourdieu (1991) states that

when a speaker chooses to perform any identity through a specific language, or certain language codes, is because this individual attributes particular meanings to such resources.

Through the perspective presented in the previous paragraph, the selected objects of study are the Portuguese language and the community that represents it at a global level, the CPLP (*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Community of Portuguese Language Countries). Having Portuguese as their official language, nine countries joined together with the intention of reducing socioeconomic conflicts within their societies and creating a common international linguistic identity. We shall review the proposals and ideals of such community in order to understand the process of formation of its political agenda, as well as the actions taken by the same community to promote the Portuguese language. Focusing on the main content that enabled the creation of the CPLP, the language itself, the present work considers the nations of this community as abstractions. That is, there is no intention to judge or define the specific cultural characteristics of each CPLP member state, with the exception of Brazil. The aim is to understand the existence of a community which accepts that a common linguistic nation does not rely solely on the daily interaction among its citizens (Romaine, 2004). In the case of the aforementioned community, the language is the territory and the nation of all.

Languages such as Spanish, French and English, generate common interests among several countries. These interests may be of cultural and socioeconomic nature. Since it could not have been otherwise, the time for Portuguese arrived and, in 1996, the language has assumed a new position, to facilitate the geo-political dialogue between those countries that have it as common language. After the Anglophone, Francophone and Hispanophone worlds, the socioeconomic proposals of the Lusophone world have appeared⁷. Therefore, the creation of the CPLP facilitated discussions regarding mutual cooperation proposals among its member countries. The entity already proposed, in its inception, to put into practice the social, political and economic policies that would generate benefits to its members and associated countries.

⁷ The term "lusophonia" is meant as the united voice of Portuguese speakers, without classifying the term as language of colonization. The present work does not neglect the historical facts concerning the tragic years of colonization. However, the term is approached in this work as a voice that combines a current "we", that regroups all Portuguese speakers, and wishes a successful future to the language.

Thereby, this work shall analyze the language policies developed by the CPLP, advocating for the expansion of the language worldwide. The author shall reflect on the possible obstacles that language is facing in the largest country member of the community, Brazil. The dissertation shall offer an analysis of the many environments in which Portuguese can be and is already present. Additionally, the attitude of Portuguese speakers shall be observed, regarding their language and the decisions already taken by that community where the language is in evidence on the international level.

II A language for all.

Having a common language in a geopolitical block grants certain advances to the involved countries. In decision-making processes, whatever such decisions may be, being able to communicate fluently in the same language is advantageous. In the case of the CPLP, Portuguese acts therefore as a facilitator for interaction among the nine members of the community.

Although the language is the same, there are many issues to be taken into account, as the socioeconomic realities of the CPLP countries are so diverse. The fact that Portuguese is present in almost every continent implies a social, economic and political confrontation between the countries that have it as official language. Speaking Portuguese in Brazil is not the same as speaking it in Africa, Portugal and Asia. The language has a range of linguistic varieties and coexists with shocking socioeconomic differences among its speakers.

Due to the linguistic plurality of Portuguese, its many cultures and societies, a democratic linguistic strategy for the language has to be planned. Not considering the social, economic and political differences present in the nine member states of the CPLP, shall repeat an imperialism within the Portuguese-speaking world that has no reason to be. Therefore, although the research focuses on the Brazilian reality, the author recommends the implementation of a Portuguese language policy that shall benefit all, black and white, men and women, children, youth and adults.

III Language as a cultural and economic value.

Portuguese, as will be demonstrated in this work, is a language of vast richness. When “wealth” is mentioned here, it refers to the cultural and economic potential that a language can generate for its nations. On the economic potential of the Portuguese language, Reto (2012)⁸ described primarily what are the policies to be carried out so that the language generates more market volume, and thus stimulates the economies of the CPLP countries. Regarding the cultural richness of the Portuguese language, it would be an almost impossible task to describe it thoroughly. Therefore, the present work quotes only a few among the fields where the language is portrayed as a major cultural element. Among these: music, dance, theater, poetry and literature, film, television productions, academic work on and in Portuguese, etc.

In the specific case of Brazil, as well as Angola to a lesser extent, there is a promising economic development in the XXI century, which places both countries, especially the former, in a prominent position. This prestige generates a large linguistic market for Portuguese, if a linguistic policy for the language is elaborated, to favor its use as an international language. As proposed by Silva (2005)⁹, language is seen as an asset to the foreign policy of a country. Hence, reflecting on a language policy for the expansion of the Portuguese language in the world and accomplishing it, signifies investing in a socioeconomic change for the lives of many. Investing in linguistic expansion is the essential key to a benefit for the culture and, consequently, the economy of the nine countries of the CPLP.

Thus, the present thesis is formulated under the condition that it is necessary to think of language policy for the expansion of Portuguese. Afterwards, the following are considered as starting points for the analysis: the questions on language visibility on the international scene; what are the consequences of mentioned linguistic expansion to the countries that have Portuguese as

⁸ Reto, Luís Antero. *Potencial económico da língua portuguesa*. Leya, 2012.

⁹ 11 years ago, Mário Filipe da Silva, a former vice president of the *Camões* Institute, conducted his doctoral thesis, titled: *Promoção da língua portuguesa no mundo: hipótese de modelo estratégico*. Following the reasoning line of this author, the present research created its own strategic model for disseminating the Portuguese language, through the linguistic and socioeconomic reality of Brazil.

official language; what has already been done to achieve the linguistic plan concerning the language; and, finally, the presence of language and its teaching in diverse environments.

IV From theory to practice.

As guideline for this thesis, the author analyzes Portuguese language policies, both at national and at international level. On the former, he reflects on the particularities of Portuguese in Brazil, as the official language of a flawed education system. A few very brief reflections are present as well, on Portuguese language teaching in African countries, which present a huge linguistic diversity and thus require different teaching strategies. In relation to the second level, the international one, the analysis is based on the CPLP political agenda, reflecting on its plans and actions; to evaluate, in such a way, the viability of these political-linguistic ideals and offer a critical opinion to allow a change of strategy for disseminating the language. Especially regarding the implementation of plans and actions, since, after all, theory is not valid without practice.

The present dissertation assesses the role of the CPLP as representative of the Portuguese-speaking community, and focuses on Brazilian actions and plans for the dissemination of the language. Brazil has developed a foreign policy that favors relations in the southern hemisphere, and has been moving, although in short steps, toward the promotion of the language. However, as demonstrated below, the Brazilian political agenda to promote the Portuguese language has many more plans than achievements.

Based on the above-mentioned statements, this study analyzes the relations between Brazil and the CPLP, and between Brazil and the other members of the Mercosul, which every day strengthen closer relations with this country. Reflecting on the political and socioeconomic relations between Brazil and the CPLP, and between Brazil and the Mercosul, it is once again possible to investigate what are the actions already implemented by all these agents which, directly or indirectly, are responsible for the diffusion of the Portuguese language in the world.

V The spaces for the Portuguese language.

Besides the questions so far presented, this dissertation also assesses other scenarios where Portuguese dwells. What is meant here, therefore, is the presence of the language in Portuguese-speaking communities around the world. The emphasis is on the community of Brazilians living in the city of Madrid – Spain who, through speaking and practicing Brazilian Portuguese, contribute to the expansion of the language and culture of Brazil. As the diaspora environment has extreme importance to the conservation and dissemination of language, it is also discussed in this paper the *status* of the Portuguese language as working language in international organizations. Because once used as an official working language in certain political and legal instances, Portuguese represents the socioeconomic reality of the CPLP States. Similarly, even in this context, the language as working language is capable of generating new opportunities for its speakers.

Thinking about the presence of Portuguese in all settings already mentioned here, allows us to reflect on the fact that the geographic and geopolitical spaces occupied by the language represent its social and economic reality. And regarding those spaces that allow for the expansion of this language, the digital and virtual ones shall be considered as well, since these go beyond physical boundaries. For its role of a new reality to the expansion of Portuguese language, the present work also examines the presence of the language in the technological world.

VI Methodology and strategic model.

The paper examines, as objects of study, the Portuguese language, Brazilian domestic policy agenda for the expansion and teaching of such language, the participation of Brazil in the CPLP and the proposal for linguistic diffusion, elaborated by this community. Analyzing the Brazilian institutional discourse and the CPLP for the diffusion and teaching of Portuguese, the present thesis offers its own strategic plan for the language to finally occupy its space in the international arena.

This study was realized through a descriptivist approach that permits to analyze the discourse on the expansion of the Portuguese language found in different sources of information on the subject. The study is divided into thirteen chapters, each one of them as described in the following paragraph.

Chapter number one introduces the studies on the language policies, based on the theoretical assumptions of Calvet (1997) and other essential authors to this work. Such part is necessary to have at disposal all the tools to evaluate the afore-mentioned discourses, and then provide parameters for a self-reflection by the government of Brazil and the CPLP as responsible for the expansion of the language in the world.

The following chapter, number two, assesses the expressiveness of Portuguese in the world today. Historical accounts are offered to underlie the first motivation of this doctoral thesis. That is, to contribute to the expansion of the language. The intention is to praise the Portuguese language, although it is more than a minority language – quite the contrary, and yet still needs attention in order to do justice to the fourth place it occupies among the most widely spoken languages on the planet.

Then, in chapter three, the discussion deals with the internationalization of the language and analyzes the intentions of the CPLP to manage the Portuguese language itself. Likewise, the present work analyzes the consequences, benefits and drawbacks of this investment on language disclosure internationally; also, it reflects on the most democratic way to promote the language, to benefit all the countries of the community with this linguistic expansion, and not only a few.

While chapter three introduces the internationalization of the language and its management, chapter four explores more thoroughly the legal world of the CPLP. Hence, the author synthetically examines the organization, thus offering his consideration on its own role of and that of its representatives, such as the IILP (*Instituto Internacional da Língua Portuguesa*, International Institute of the Portuguese Language).

After evaluating the context described above, chapter five focuses on the language teaching context in Brazil. Chapter five discusses how the teaching of Portuguese functions in the country as mother tongue, and emphasizes the flaws of Brazilian educational system. The present research also contributes to the Portuguese language in such context, proposing possible solutions to some

of the problems in the language teaching process. It is also proposed, briefly, some solutions regarding the problems of the same process in the PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, African Countries of Portuguese as an Official Language).

In chapter six, the research focus is still on Brazil, however, the paper evaluates the participation of this country in its own task: to divulge the language internationally. The present research rethought the actions taken by the country that theoretically would fulfill the political and linguistic agenda of the CPLP, namely, what is the role of Brazil within the group of community members.

Subsequently, chapter seven analyzes the importance of the language presence in its diasporas. In order to demonstrate the notoriety that Portuguese is gaining every day, the focal point moves toward the Spanish context. According to the research results, Portuguese is gaining more and more space wherever its speakers pass through. Moreover, we present some reflections on the role of Brazil to diffuse the Brazilian Portuguese linguistic variety in Madrid.

The thesis then evaluates, on chapter eight, the relationship established between Brazil and its Mercosul partners. Thus, the research creates space to reflect upon the advantages of teaching Portuguese in the countries belonging to the Mercosul market area.

Chapter nine returns on the issue of the language's presence in the education system. However, the discussion in such chapter also concerns the reasons to invest in the diffusion of Portuguese, as academic and research language.

In the penultimate chapter, number ten, the author argues on the importance of walking towards the consolidation of the Portuguese language as a working language in international organizations and companies of great influence in diplomatic and economic sectors.

Finally, chapter eleven presents an overview of the presence of Portuguese in the digital world and the significance of investing in language technology, since the linguistic-technological market is consistently increasing.

To summarize, through a sociolinguistic, educational, cultural, economic and geopolitical approach, this study presents specific strategies to materialize the joint CPLP policies after its twenty years of existence.

1 Política e planificação linguística.

Desde sempre o homem e o Estado travam batalhas intelectuais, quando não físicas, para decidir o que é melhor e mais viável para uma determinada língua e conseqüentemente para o povo que a fala. No entanto, a ideia de “política linguística” que determina quais são as ações que um Estado e seu povo devem tomar com relação à sua língua, bem como a posta em prática dessas ações, ou seja, sua “planificação linguística”, são temas recentes que discutem assuntos antigos. Entre esses assuntos destacam-se: saber se alguém comanda uma língua ou a define, quem a estandardiza ou interfere no seu uso e quais são as conseqüências destes tipos de intervenções. Com o intuito de defendermos os questionamentos principais dessa tese doutoral, escolhemos como embasamento teórico para o nosso trabalho as discussões inerentes à política linguística e a planificação linguística, conceitos inseparáveis, e que são precisamente reavaliados por Calvet (1997). Pretendemos realizar uma revisão literária sobre a política e planificação linguística e através das configurações advindas desses modelos de atuação sob à língua, analisar o caso da lusofonia e as propostas de divulgação do nosso idioma apresentadas pela CPLP.

1.1 Modelos de planificação linguística.

O primeiro modelo de planificação linguística apareceu em 1959, trazido por Einar Haugen que discutia os problemas linguísticos da Noruega. Após anos de domínio dinamarquês, o Estado norueguês resolveu intervir na língua de seu país com o intuito de estandardizá-la e assim criar uma identidade nacional. Este acontecimento foi o que motivou Haugen a discutir o universo das reformas linguísticas - política e planificação. Em uma reunião preparada por William Bright na UCLA em 1964, Haugen¹⁰ rediscutiu o tema da planificação linguística, marcando também o nascimento da sociolinguística, que anos mais tarde receberia o nome de sociolinguística aplicada por Joshua Fishman. Seis anos depois, este mesmo autor apresentou a noção de política linguística

¹⁰ Haugen, Einar, "Linguistics and Language Planning", in William Bright, *Sociolinguistics*, La Haya, Mouton, 1966.

em inglês¹¹ que sucederiam propostas em espanhol elaboradas por Rafael Ninyoles¹² e em alemão por Helmut Glück¹³ (Calvet, 1997: 3). De acordo com Calvet, todos os casos anteriores que discutiam as relações entre política linguística e planificação linguística contavam com a ideia de subordinação, na qual a planificação era a execução prática da política linguística.

Os primeiros textos que discutiram a planificação linguística de Haugen datam de 1959¹⁴ e a partir de seus estudos surgiram incontáveis publicações sobre o mesmo tema. Seus textos sobre a realidade norueguesa da época possibilitaram discussões sobre as relações entre a língua e a sociedade, problematizaram a identidade cultural, econômica e o desenvolvimento de uma nação. Assim como uma vez aconteceu, ainda acontece com todo e qualquer Estado.

Segundo Calvet, a ideia de planificação linguística seguia neste momento o parâmetro aplicado ao planejamento econômico e estatal. Nesse modelo de *planning* determinavam-se os objetivos a serem alcançados e a provisão dos meios necessários para sua realização:

“El aspecto "nacional" o "estatal" de la política lingüística que aparece aquí es un rasgo importante de su definición. En efecto, cualquier grupo puede elaborar una política lingüística: una diáspora (los sordos, los gitanos, los hablantes de ídish, etc.) puede reunirse en congresos para determinar una política, y un grupo minoritario dentro de un Estado (los bretones en Francia, por ejemplo, o los indios quechuas en Ecuador) puede hacer lo mismo. Pero sólo el Estado tiene el poder y los medios para pasar al estadio de la planificación, poner en práctica sus opciones políticas. Es por ello que, sin excluir la posibilidad de políticas lingüísticas que trasciendan las fronteras (es el caso de la francofonía, por, ejemplo, pero se trata entonces de una reunión de Estados) ni la de política lingüística que involucre a entidades más pequeñas que el Estado (las lenguas regionales, por ejemplo), hay que admitir que en la mayoría de los casos las políticas lingüísticas son obra del Estado o de una entidad en el seno del Estado que disponga de cierta autonomía política[...] La manera en que Haugen, en su comunicación en la reunión de Los Angeles en 1964, definía la noción de planificación muestra que se situaba en este campo ideológico: "La planificación es una actividad humana que surge de la necesidad de encontrar una solución a un problema. Puede ser completamente informal y *ad hoc*, pero puede ser también organizada y deliberada. Puede ser emprendida por individuos privados o ser oficial. (...) Si la planificación está bien hecha, comprenderá etapas tales como la indagación extensiva de datos, la consideración de planes de acción alternativos, la toma de decisiones y su puesta en práctica." (Calvet, 1997: 5 – 6).

¹¹ Fishman, Joshua A. "Sociolinguistics: A brief introduction." (1970).

¹² Ninyoles, Rafael L. *Estructura social i política lingüística*. 1989.

¹³ Glück, Helmut. *Sprachtheorie und Sprach (en) politik*. Fachbereich 7, Kommunikation/Ästhetik der Universität Osnabrück, 1981.

¹⁴ Haugen, Einar. "Planning in Modern Norway", in *Anthropological Linguistics*, 1/3, 1959.

As análises sobre as planificações linguísticas propostas por Haugen deram-se principalmente por causa da normatização da língua. De acordo com Haugen, a planificação linguística deveria ser apoiada pelas várias forças sociais que influenciavam a língua, o que o linguista nomeava de *planificação indicativa*. Para estruturar melhor o seu modelo, este estudioso das línguas incorporou aos seus trabalhos a *teoria da decisão* utilizada em gestão econômica e recorreu ao modelo de Herbert Simon que propôs quatro fases, então adaptadas, à planificação linguística: a) o diagnóstico de um problema, que para Haugen se resumia ao sucesso ou fracasso da comunicação, pelo fato dos falantes utilizarem a língua de uma mesma forma ou diferente; b) a conceção das possíveis soluções, tópico que basicamente tentava responder à questão: *Quem tem o poder e comanda uma mudança linguística?*; c) a escolha de uma das soluções que desenvolvesse uma planificação linguística que contemplasse desde grupos pequenos até grandes nações; d) avaliação da solução adotada, tema que limitava a intervenção na língua, ou seja, até que ponto era possível realizar esta ou aquela mudança em discussão. Ademais destes quatro pontos estratégicos, em seu “primeiro modelo”, Haugen também propôs como deveria ser realizada a parte prática desta planificação linguística. Para ele, os usuários eram os que deveriam decidir o que se muda ou se mantém em uma língua, afinal língua e usuário são peças inextricáveis de toda reforma linguística (Calvet, 1997: 6 – 7). Ainda que esse “primeiro modelo de Haugen” soasse exemplar, inovador e autoral, na realidade, o autor apenas compilava seus conhecimentos sobre línguas (principalmente sobre o norueguês), sobre economia, gestão e os aplicava neste novo sintagma de planificação linguística. Em outras palavras, esta primeira proposta de Haugen se resumiria em solucionar as questões referentes à normatização das línguas.

1.2 Novas mudanças rumo à sociolinguística.

Desde o estruturalismo saussuriano, os estudos sobre língua(gem) que seguem a linha de pensamento de Saussure têm negado a relação da língua com a sociedade, e em manifesto contra esta abordagem estruturalista que limita os feitos da língua, nasceu a sociolinguística. No entanto, ainda que com um enfoque mais instrumentalista, as discussões sobre as políticas linguísticas já

eram realizadas por autores como Ray Punya¹⁵ que propunha melhorias no funcionamento da língua através de reformas na escrita, na gramática ou no léxico (Calvet, 1997: 7). No entanto, esta abordagem um tanto quanto mecânica sobre as facetas da linguagem, não foram muito frutíferas no campo da política linguística devido ao fato de que dito *approach* tentava normalizar uma língua e medir seu grau de eficiência, e como bem coloca Calvet (1997), *como se mede o grau de eficiência de uma língua?* Antes da sociolinguística era inimaginável conceber a língua sem o *princípio da imanência* de Saussure, tudo o que acontecia na língua era motivado e explicado pela própria estrutura da língua, ou seja, por forças internas à língua e sem influências externas. A língua, portanto, era vista por autores como Valter Tauli¹⁶ como um instrumento que poderia ser avaliado, alterado, corrigido e ‘melhorado’. De tal modo, a proposta de planificação linguística a partir desta perspectiva ficou definida como “uma atividade cujo o fim era o melhoramento e a criação de línguas”¹⁷ (Tauli, 1964 *apud* Calvet, 1997: 8). Como fruto da escola estruturalista e da teoria de planificação linguística discutido até àquele momento, Ray e Tauli apresentaram ideias para uma nova planificação linguística incompleta. A partir desses modelos de planificação, ainda escassos teoricamente, surgiram outros apontamentos que passavam dos “problemas de forma a problemas de estatuto” e que pouco a pouco originaria a sociolinguística (Calvet, 1997: 8).

No ano de 1967, o linguista alemão Heinz Kloss¹⁸, uma das autoridades em minorias linguísticas, criou os termos *abstandsprache* e *ausbausprache*, que respectivamente se referem aos termos *línguas de distância ou separação* e a *línguas em desenvolvimento ou elaboração*. Kloss foi um dos grandes nomes a tentar descrever uma das dúvidas da sociolinguística, *o que é língua e o que é dialeto?* O linguista alemão introduziu também a diferença entre *planificação do corpus* e *planificação do status* que ecoaria fortemente nos estudos da sociolinguística e sobre as políticas linguísticas. Conforme as propostas de Heinz, a planificação do *corpus* reflete diretamente na forma da língua, na criação de sua escrita, nos neologismos, na normatização. Enquanto que a planificação do *status* retrata o posicionamento da língua perante as outras línguas com as quais

¹⁵ Ray Punya, S. *Language Standardization: Studies in Prescriptive Linguistics*, La Haya, Mouton, 1963.

¹⁶ Tauli, V. “Practical Linguistics: The Theory of Language Planning”, *Proceedings of the Ninth Congress of Linguists*, Cambridge, Mass., 1962, La Haya, Mouton, 1964, p. 605.

¹⁷ Tradução nossa.

¹⁸ Heinz Kloss, “Abstand Languages and Ausbau Languages”, in *Anthropological Languages*, 9, 1967.

coexiste. A dicotomia de planificações de Heinz abriu um leque muito mais amplo para o tema das políticas linguísticas e se desvinculou do aspecto instrumentalista de antes.

As contribuições teóricas de Kloss foram retomadas mais tarde por Haugen¹⁹ que apresentou seu novo modelo de planificação linguística. Neste modelo, Haugen acabou pecando por entregar a autonomia da língua ao Estado que tende a tornar a planificação linguística algo muito técnico e burocrático. Por certo, o *segundo modelo de Haugen* não fazia referência a democratização da língua. Excluindo, portanto, o papel dos falantes da língua, que são aqueles a quem a língua pertence. O segundo modelo de Haugen pode ser representado pela seguinte tabela:

Tabela 1: Noções de *status* e *corpus* com as noções de forma e de função da língua.

	Forma (planificación lingüística)	Función (cultivo de la lengua)
Sociedad (planificación del estatus)	1. <i>Elección</i> (proceso de toma de decisión) a) identificación del problema b) elección de una norma	3. <i>Aplicación</i> (proceso educacional) a) corrección b) evaluación
Lengua (planificación del corpus)	2. <i>Codificación</i> (estandarización) a) transcripción gráfica b) sintaxis c) léxico	4. <i>Modernización</i> (desarrollo funcional) a) modernización de la terminología b) desarrollo estilístico

Fonte: (Calvet, 1997: 9)

Muitas das propostas de Haugen, Kloss, Ray e Tauli foram aplicadas, porém, houve uma porcentagem de seus trabalhos que não foi levada à cabo. Eles participaram da elaboração teórica das planificações linguísticas às quais se propuseram, as observaram, as avaliaram, fizeram propostas de mudanças, mas nem sempre as concretizaram na prática. Muitos desses teóricos considerados então especialistas sobre a política e a planificação linguística apresentaram falhas teóricas e tendiam a descuidar o aspecto social da intervenção planificadora das línguas. Contrário

¹⁹ Haugen, Einar, "The implementation of Corpus Planning: Theory and Practice", in Cobarrubias, Juan and Joshua Fishman, *Progress in Language Planning. International Perspectives*, Mouton, 1983.

a estes, outros linguistas europeus que nasceram em situações de diglossia, como Robert Lafont²⁰, Lambert-Félix Prudent²¹ e Lluís Aracil²², insistiram na existência de conflitos linguísticos e enriqueceram a teoria sobre a política e a planificação linguística. Esses últimos, por fazerem parte de um contexto de conflitos linguísticos, acabaram se envolvendo mais com a militância política e mantiveram sempre em mente que *além da política linguística há também a política*. Por falta de aparato linguístico teórico, os planos apresentados por Haugen, Kloss, Ray e Tauli acabaram sendo deficitários. A possível fórmula de planificação linguística que seguiu o esquema *identificação de um problema na esfera sociolinguística, análise de soluções, eleição das melhores estratégias para resolver tal problema e implementação da teoria escolhida*, não foi o suficiente para estabelecer políticas e planificações linguísticas. O que se deveu à falta de meios científicos para avaliar e intervir nestas situações, meios que seriam mais tarde elaborados pela sociolinguística. Um dos principais assuntos abordados nos textos destes autores é a *ação sobre a língua*, ou seja, o que se pode fazer com a língua em termos de normatização, mudanças linguísticas e regulamentação, se é que uma língua é passível de ser regulamentada (Calvet, 1997: 10 – 13).

1.3 Ferguson, situações plurilíngues e diglossia.

Com o texto *Diglossia*²³ de Ferguson, outros contextos sobre a política e a planificação linguística começaram a ser explorados, as *situações plurilíngues*. Ferguson começou a analisar e a teorizar sobre as situações nas quais duas línguas conviviam harmoniosamente ou não. De acordo com este autor há inúmeras variedades linguísticas que são usadas em situações específicas e a partir desta formulação surgiram as tipologias *variedade alta* (típica dos discursos políticos, eclesiásticos e dos meios de comunicação massivos) e *variedade baixa* (que ocorrem no contexto doméstico, familiar, na vida cotidiana e na literatura popular). A partir desta primeira separação de variedades, o linguista pôs em pauta a discussão sobre a diglossia e afirmou que esta se faz

²⁰ Lafont, R. "Un problème de culpabilité sociologique: la diglossie franco-occitane", in *Langue française*, 9, 1971.

²¹ Prudent, Lambert-Félix. "Diglossie et interlecte." *Langages* 61 (1981): 13-38.

²² Aracil, Lluís V. "Conflicte lingüístic i normalització lingüística a l'Europa nova." *Papers de sociolingüística* (1965).

²³ Ferguson, Charles A. "Diglossia." *word* 15, no. 2 (1959): 325-340.

presente cada vez mais, separando os usos de duas ou mais línguas ou até mesmo de duas ou mais formas de uma mesma língua, onde uma sobressairá.

O novo conceito introduzido por Ferguson tomou uma proporção imensa e é tema de discussões linguísticas, artigos e livros célebres que tratam da diferença de *status* sociopolítico no campo das línguas. Logo após o lançamento do conceito de diglossia, outros conceitos derivados da ideia de Ferguson foram inseridos no panorama dos estudos linguísticos, entre eles, destacam-se a *triglossia*, *tetraglossia*, *decaglossia*, *ecoglossia*, etc. O que Ferguson pretendia com a discussão sobre diglossia é deixar um legado para os futuros estudos sobre as tipologias plurilíngues:

“Su intención era inaugurar una serie de descripciones de situaciones tipo, y esperaba que otros lingüistas describieran otras situaciones de manera de elaborar una taxonomía a partir de las cuales se construirían principios descriptivos y una teoría. Ferguson se explayó sobre este punto en un artículo reciente: “*Diglossia revisited*”, *South West Journal of Linguistics*, V, 10, nº 1, 1991. Escribe allí en particular: “Mis objetivos eran, en orden creciente: situaciones claras, taxonomía, principios, teorías.” Se comprende mejor su intención cuando se examinan sus intervenciones ulteriores en el campo de la tipología de las situaciones plurilingües. En efecto, saldrá a la luz otra preocupación, un intento de modelizar o formalizar las situaciones plurilingües de diferentes países.⁶ El texto de Ferguson dedicado a este problema es muy claro en este punto. Desde la primera fase el autor precisaba su objetivo: comparar diferentes situaciones. Luego proponía distinguir entre tres categorías de lenguas (*major languages*, *minor languages* y *languages of special status*), cinco tipos de lenguas (vernácula, estándar, clásica, pidgin, criolla) y siete funciones (gregaria, oficial, vehicular, lengua de enseñanza, religión, lengua internacional, lengua objeto de enseñanza).” (Calvet, 1997: 14)

Após alguns experimentos com seus alunos nas Universidades de Washington e Georgetown, Ferguson criou a ideia de *profiles formulas*, derivadas de trabalhos comparativos entre o inglês técnico e o inglês corrente. No entanto, para aplicar estas fórmulas concretamente, ele precisaria selecionar algumas línguas que serviriam de objetos de estudo para a sua classificação de *major languages*, *minor languages* e *languages of special status*. Intuitivamente, as línguas foram selecionadas e criaram-se os critérios para formalizar as categorias tipológicas por ele propostas. Por exemplo, para que uma língua fosse categorizada como *major*, ela teria que ser falada por mais de vinte e cinco por cento da população, ou por mais de um milhão de pessoas. Para que fosse considerada língua oficial e fosse língua de ensino, estaria presente em no mínimo cinquenta por cento das escolas secundárias de seu país. Continuando com os procedimentos entre

professor e alunos, Ferguson seguiu a mesma linha de raciocínio para classificar as línguas *minor* e de *special status*. Esse seu trabalho consistiu em definir as categorias para tais línguas nos diferentes contextos nacionais em que se encontravam. Ainda que os estudos de Ferguson fossem fundamentados e consistentes, o linguista percebeu que as informações conseguidas nos seminários com seus alunos eram um pouco limitadas. Consciente da complexidade do trabalho que estava desenvolvendo, o professor admitiu que comparar línguas e nações de um modo útil a partir de uma perspectiva sociolinguística é trabalho que exige constantes revisões. Por isso, o autor da teoria da diglossia incorpora em seus conceitos as formulações de Stewart em 1962²⁴, “reduzindo o número de tipos de sete a cinco (abandona os tipos “artificial” e “marginal”) e conserva as sete funções” (Calvet, 1997: 15).

1.4 Categorização tipológica das línguas.

William Stewart²⁵, depois de revisar seus trabalhos anteriores a 1968, resolveu considerar quatro novos atributos na sua teoria de categorização tipológica – *standardização*, *autonomia*, *historicidade* e *vitalidade*. Acrescentou então, outras três funções às sete formuladas por Ferguson: *provincial*, *capitalina* e *literária*, subdividindo as línguas em seis classes de acordo com o número de falantes, mais precisamente de acordo com a porcentagem das populações que as falassem. Sua proposta acabou sendo inovadora por um lado, mas deixou a desejar por outro. Afinal suas escolhas para definir os atributos e as classes das línguas acabaram sendo inconsistentes em alguns casos. Como por exemplo quando afirmou que o crioulo não possuía autonomia. A partir da presença e/ou ausência dos novos atributos, Stewart definiu sete tipos de línguas conforme mostra a tabela a seguir:

²⁴ Stewart, William A. "An outline of linguistic typology for describing multilingualism." Study of the role of second languages in Asia, Africa and Latin America, Washington, DC: Center for Applied Linguistics (1962): 15-25.

²⁵ Stewart, William. "A Sociolinguistic Typology for Describing National Multilingualism", Reading in the Sociology of Language, La Haya, Mouton (1968).

Tabela 2: Tipos de línguas por Stewart (1968).

Atributos				Tipos de línguas
<i>Estandarización</i>	<i>Autonomía</i>	<i>Historicidad</i>	<i>Vitalidad</i>	
+	+	+	+	estándar
+	+	+	-	clásica
+	+	-	-	artificial
-	+	+	+	vernácula
-	-	+	+	dialecto
-	-	-	+	criolla
-	-	-	-	pidgin

Fonte: (Calvet, 1997: 15)

Em 1984, Ralph Fasold retomou os trabalhos de Ferguson e Stewart com *The Sociolinguistics of Society*, resumindo as ideias dos dois linguistas e abordando suas questões através de uma outra perspectiva. Segundo Calvet (1997: 16), os trabalhos de Ferguson, Stewart e Fasold acabaram por integrar os dados funcionais e simbólicos da língua. Entretanto, não deram conta do fator diacrônico, já que apresentaram uma visão estática das situações das línguas que estão em constante evolução.

Fasold (1984) destacou a previsibilidade das funções assumidas pela língua, sendo que não são todas as línguas que podem cumprir quaisquer funções; também acrescentou que para cumprir uma determinada função, esta mesma língua deve estar predicada de certos atributos. Na visão de Fasold, as funções foram divididas em sete categorias e cada uma destas categorias exigiam atributos sociolinguísticos. Embora pareça uma visão mais elaborada que as anteriores, essas propostas de Fasold apresentaram alguns problemas, sobretudo no atributo *clássico* da função *religiosa* da língua. O linguista excluiu de seus estudos algumas línguas por não fazerem parte de uma religião difundida e comum, como é o caso da língua do vodu africano. O mesmo deslize teórico aconteceu com a função *internacional* da língua que claramente favorece a análise de línguas como o inglês, francês, espanhol, mas que exclui o árabe, o quíchua, o malaio, etc. Por se tratar de uma ideia interessante, mesclar atributos e funções da língua, as propostas de Fasold podem ter encontrado seu lugar na aplicação da planificação linguística. Por isso, trazemos o quadro apresentado por Calvet que resume os conceitos aqui discutidos:

Tabela 3: Propostas de Fasold sobre as funções e atributos sociolinguísticos.

<i>Funciones</i>	<i>Atributos sociolingüísticos requeridos</i>
Oficial	1. estandarización 2. utilizada correctamente por cierto número de ciudadanos educados
Nacionalista	1. símbolo de identidad nacional para una parte importante de la población 2. utilizada ampliamente en la comunicación cotidiana 3. hablada amplia y corrientemente en el país 4. que no exista en el país otra lengua importante en competencia para la misma función 5. aceptada como símbolo de autenticidad 6. vínculos con un pasado glorioso
Grupal	1. utilizada por todos en la conversación cotidiana 2. considerada por los hablantes como elemento de unificación y diferenciación respecto de los separación de los otros
Vehicular	1. considerada como "aprendible" por al menos una minoría del país
Internacional	1. incluida en la lista de "lenguas internacionales potenciales"
Escolar	1. estandarización igual o mayor que la de la lengua de los alumnos
Religiosa	1. clásica

Fonte: (Calvet, 1997: 17).

Outro estudioso das línguas que elaborou uma ferramenta para medir e comparar o *status* e o *corpus* das línguas é Robert Chaudenson. Em seu trabalho intitulado *La francophonie: représentations, réalités, perspectives* de 1991, o linguista se ocupou do estudo sobre as políticas e planificações linguísticas tomando como objeto de análise a língua francesa e suas diferentes atuações nos países francófonos. Chaudenson ressalta que em realidade o procedimento utilizado por ele para medir e comparar o francês pode ser utilizado com qualquer outro idioma. Segundo a complexa análise do autor, pode-se medir e comparar uma língua a partir dos seguintes parâmetros: 1) *Status* (oficialidade, usos "institucionalizados", educação, meios de comunicação em massa, setores secundário e terciário); 2) *Corpus* (apropriação linguística, vernaculidade/vernaculização vs veicularidade/veicularização, tipos de competências, produção e exposição linguísticas). Com o uso de gráficos, Robert expôs os resultados de uma análise que permite apresentar o conhecimento sobre a situação da língua francesa em diferentes países da francofonia. Tais gráficos providenciam "imediatamente a relação entre *status* e *corpus* para cada língua analisada

por essa metodologia, bem como apresentam a situação linguística de cada país observado²⁶ (Calvet, 1997: 18 – 22).

Muito se tem pesquisado sobre as políticas e planificações linguísticas e seguramente muito mais ainda será estudado. Afortunadamente, depois de *As Políticas Linguísticas*, as discussões sobre esses temas se tornam mais críticas e modelos de análise sobre a política e a planificação linguística são trazidos à luz. Assim sendo, para que possamos continuar nos beneficiando com os estudos desses e de futuros modelos, consideramos as seguintes palavras de Calvet (1997, p.23):

“En efecto, para elaborar un modelo capaz de dar cuenta de la complejidad de las situaciones, sería conveniente considerar diferentes factores; la lista que sigue puede dar una idea:

1/ Datos cuantitativos: cuántas lenguas, cuántos hablantes para cada una de ellas.

2/ Datos jurídicos: estatutos de las lenguas en presencia, reconocidas o no por la Constitución, utilizadas o no en los medios, la enseñanza, etc.

3/ Datos funcionales: lenguas vehiculares (y su índice de vehicularidad), lenguas transnacionales (habladas en diferentes países fronterizos), lenguas gregarias, lenguas de uso religioso, etc.

4/ Datos diacrónicos: expansión de las lenguas, índice de transmisión de una generación a la otra, etc.

5/ Datos simbólicos: prestigio de las lenguas en presencia, sentimientos lingüísticos, estrategias de comunicación, etc.

6/ Datos conflictuales: tipos de relaciones entre las lenguas, complementariedad funcional o competencia, etc.”.

Em suma, política e planificação linguística são temas que constantemente se atualizam. Há sempre uma teoria nova que acaba incrementando uma teoria antiga ou até mesmo contradizendo teorias talvez obsoletas e não muito pragmáticas. Mas, independentemente de quais teorias os Estados escolham para explicar e promover suas línguas, toda política e planificação linguística depende de meios disponíveis, para que os projetos saiam dos papéis e tomem formas

²⁶ Para mais detalhamentos sobre a análise da situação da língua francesa e o modelo de gráficos de Robert, sua política e planificação linguística consultar Chaudenson (1991).

práticas e concretas; considerando sempre a participação dos falantes que são aqueles que moldam a língua à sua maneira.

1.5 Realização efetiva da planificação linguística.

É evidente pensar que ao realizar uma política e uma planificação linguística, um dado Estado tem como objetivo tirar a sua língua de uma situação sociolinguística atual, talvez insatisfatória, e levá-la a outro ponto onde haverá mais oportunidades para e nesta língua. Não obstante, sair da discussão sobre a política linguística e passar para a ação da planificação linguística é um empreendimento que demanda intervenções adequadas, na forma desta língua e modificações na sua relação com outras línguas.

Seria romântico demais pensar que todas as línguas ocupam o mesmo lugar na hierarquia da intensa competitividade linguística que presenciamos. No que diz respeito à igualdade de valores e riquezas culturais, toda língua merece atenção e cuidado, seja no estudo de sua historicidade, preservação ou divulgação. Porém, ainda que todas as línguas sejam passíveis de análise, nem toda língua pode cumprir as mesmas funções, pois algumas são melhores “equipadas” do que outras. Com o intuito de refletirmos sobre os “equipamentos” necessários para a expansão das línguas através de sua política e planificação linguística, apresentamos algumas reflexões sobre os tópicos discutidos por Calvet (1997).

Antes de se promover uma língua, precisa-se avaliar seus “equipamentos”, e quando ausentes gerá-los; dá-se, portanto, uma atenção especial à *escritura*, ao *léxico* e à *standardização* da língua. Sobre a *escritura*, é mister verificar se a língua analisada conta ou não com um sistema de escrita e logo estabelecer uma descrição fonológica da mesma. Em seguida, deve-se escolher um tipo de escrita, alfabético ou não alfabético. Caso a opção seja por um tipo de escrita alfabético, qual será o seu alfabeto? Uma vez definido o sistema alfabético e realizada a descrição precisa da língua, é necessário discutir o que se espera do sistema de escrita eleito. Finalmente, dados os passos anteriores, chega o momento de difundir o sistema linguístico em questão através da produção de materiais e movimentos que o representem e o consolidem. Com relação ao *léxico*, destaca-se principalmente a questão dos empréstimos linguísticos que algumas línguas realizam

por não contarem com um vocabulário vasto, sobretudo na área da ciência e tecnologia. Os empréstimos linguísticos não devem ser vistos com depreciação, muito pelo contrário, devem ser apreciados quando não utilizados excessivamente. Para que uma língua tenha mais autonomia é necessário que ela seja adepta de neologismos que a fortaleçam em sua própria comunidade linguística. Esse processo de criação de palavras deve ser produto de uma análise linguística competente: da qual se extraia palavras que respeitem a produtividade e o bom senso da derivação de palavras; da composição que acontece nessa língua e principalmente que satisfaçam a realidade dos falantes desse idioma. O outro aspecto que deve ser considerado na hora de promover uma língua é a *standardização*. Para que essa promoção linguística tenha êxito é preciso que se discuta com cuidado e sensibilidade as variedades que acontecem na língua a ser difundida, para que o preconceito linguístico não impere e desfavoreça qualquer variedade linguística. Sobre essa *standardização* recomenda-se um estudo incansável sobre o léxico, a fonologia e a sintaxe da língua a ser promovido.

De acordo com os estudos feitos sobre a evolução²⁷ das línguas confirma-se que toda língua está sujeita a mudanças, assim como demonstra a breve discussão no parágrafo anterior. As mudanças que acontecem em uma língua são motivadas por estímulos que podem ser conduzidos por práticas sociais e este tipo de mudança é chamado por Calvet (1997) de “gestão *in vivo*”. Há também um segundo tipo de mudanças que são induzidas por linguistas ou pelo poder que comanda alguns tipos de variações linguísticas, denominada “gestão *in vitro*”. Entendemos que ambos tipos de mudanças são interessantes e podem ser proveitosos para a língua que está evoluindo, mas não desconsideramos que estas mudanças devem respeitar a realidade de seus falantes. Impor uma mudança linguística não é a melhor solução, já que essas suas “aproximações são, pois, extremamente diferentes e suas relações podem ser às vezes conflitivas, se as eleições *in vitro* vão na contramão da gestão *in vivo* ou dos sentimentos linguísticos dos falantes” (Calvet, 1997, p. 28)²⁸.

O ideal esperado dos “equipamentos” da língua, da “planificação linguística” e suas mudanças – sejam elas *in vivo* ou *in vitro*, é uma concordância entre povo e poder para que as

²⁷ No âmbito da sociolinguística, o termo “evolução” equivale as mudanças ocorridas em uma língua. Não há qualquer tipo de valorização associado, não se avalia uma língua positiva ou negativamente. As línguas evoluem porque simplesmente mudam, nem para melhor, nem para pior.

²⁸ Tradução nossa.

decisões sejam colocadas em prática de modo a satisfazer os dois lados da moeda. Sabemos que essa situação é muito mais complexa do que parece. Portanto, recomendamos mais discussões de cunho sociolinguístico para que as políticas linguísticas e as planificações das línguas tenham um carácter mais democrático e livres de autoritarismos. Assim como os “equipamentos” da língua são essenciais para sua política e planificação, tem-se que considerar o “entorno linguístico” e as “leis linguísticas” que regem as situações das línguas.

1.6 Os espaços e as leis das línguas.

Antes de ressaltar a importância que o *entorno linguístico* tem no processo de divulgação ou difusão linguística, é necessário entender este conceito. *Entorno linguístico* é a “presença ou ausência de línguas em sua forma oral ou escrita na vida cotidiana” (Calvet, 1997: 29)²⁹. Através das planificações linguísticas *in vivo* ou *in vitro* marca-se um território que acabará atuando como catalizador de uma língua. Quando essa *marcação do território* acontece de forma natural, ou seja, motivada pelas mudanças sociais que dão vida à língua, os falantes moradores ou frequentadores desse território presenciam a realidade sociolinguística do local, com as variantes linguísticas existentes; ainda que muitas das variantes não estejam presentes no espaço delimitado. Se a marcação territorial acontece através da planificação linguística *in vitro*, o enfoque é outro, pois há uma tentativa de regramento no uso de uma ou mais línguas. Neste último caso, a planificação linguística acontece por intervenção da lei e não de forma espontânea. No entanto, mesmo que existam duas maneiras de se marcar um território linguístico, a função dessa ação acaba sendo a mesma nos dois casos, *in vivo* e *in vitro*. Ao delimitar um território com a presença desta ou daquela língua, o ambiente confirmará aos leitores que convivem ou visitam o local que este sítio é um espaço de presença lusófona, hispânica, anglófono, francófono, etc. A representatividade que as línguas possibilitam é o que comprova a importância do *entorno lingüístico*.

A outra ideia que também exerce influência na circulação das línguas em seus entornos / territórios linguísticos é o das “leis linguísticas”. Para se divulgar ou até mesmo impor uma língua, o Estado regula por lei que uma língua é o idioma que deve ser praticado em dado local, exercendo

²⁹ Tradução nossa.

a gestão *in vitro*. Por certo, perguntas do tipo ‘*O estado tem poder sobre a língua?*’, ‘*É possível controlar uma língua?*’, podem gerar desconforto aos mais ‘liberais’ ou ‘leigos’ nos assuntos de políticas e planificações linguísticas. Porém, não restam dúvidas de que o Estado toma partido nos comportamentos linguísticos e no uso das línguas, pois para que uma planificação linguística aconteça é necessário uma intervenção jurídica, na maior parte dos casos. Para melhorar as diversas concepções sobre as leis linguísticas, recorremos a Calvet (1997: 30):

“En efecto, hay - leyes que se refieren a la forma de la lengua, que fijan, por ejemplo, la grafía, o intervienen en el vocabulario a través de listas de palabras; - leyes que se refieren al uso que los hombres hacen de las lenguas, que indican qué lengua hay que hablar en tal o cual situación, en tal o cual momento de la vida pública, y fijan, por ejemplo, la lengua nacional de un país o las lenguas de trabajo de una organización; - leyes que se refieren a la defensa de las lenguas, ya se trate de garantizarles una mayor promoción, por ejemplo, internacional, ya de protegerlas como se protege un bien ecológico. Desde luego, es posible avanzar en el detalle de las legislaciones lingüísticas, intentar establecer una tipología. Joseph Turi [...] por ejemplo, propuso una clasificación relativamente compleja que distingue en primer lugar entre legislaciones lingüísticas estructurales, que intervienen en el estatuto de las lenguas, y legislaciones lingüísticas funcionales, que se refieren al uso de las lenguas. Entre estas últimas distingue luego entre legislaciones lingüísticas oficiales, que intervienen en el uso oficial de las lenguas, legislaciones lingüísticas institucionales, que afectan el uso no oficial de las lenguas, legislaciones lingüísticas estandarizantes o no estandarizantes, legislaciones lingüísticas mayoritarias, que protegen las lenguas de una mayoría, y legislaciones lingüísticas minoritarias, que protegen las lenguas de minorías, etc. Como se ve, todo esto es extremadamente complicado, pero siendo la ley uno de los principales instrumentos de la planificación lingüística, es importante poner un poco de orden en esta abundancia.”

O trabalho de legislar uma língua é complexo e por isso é preciso prestar atenção às leis linguísticas com atenção. Uma lei linguística pode ser referida desde um aspecto geográfico, segundo uma legislação internacional, assim como acontece em organizações internacionais como a ONU e a UNESCO. Esses tipos de organizações adotam determinadas línguas de trabalho respeitando uma lei internacional. O mesmo acontece em organizações que protegem minorias linguísticas, que delimitam fronteiras estatais ou regionais, e que também usam determinada língua por respeitarem um estatuto legal. Da mesma maneira que se deve conhecer o estatuto que legaliza o uso de uma língua em determinado país, estado ou comunidade, deve-se analisar o nível de influência que esse estatuto exerce em dado território linguístico. Para melhor entender este nível de intervenção, trazemos a leitura do quadro de Calvet (1997: 31). Praticamente, *o nível de*

intervenção das leis linguísticas pode ser resumido em *geográfico* (*internacional, nacional, regional*); *jurídico* (*constituição, lei, decretos, resoluções, recomendações, etc*); *modo de intervenção* (*indicativo ou imperativo*); e *conteúdo da intervenção* (*forma das línguas, uso das línguas e defesa das línguas*). No entanto, como o próprio autor sublinha, este resumo do nível de intervenção das leis linguísticas não aborda todos os problemas de intervenção jurídica na língua, tampouco as repercussões desta intervenção são nitidamente visíveis nas línguas. Afinal, a língua pode ser mais ágil e mutável que a lei.

Uma vez concebida esta análise sobre a política e a planificação linguística, podemos afirmar que ambas dependem dos esforços dos profissionais da linguagem. São esses os que se responsabilizam pelos estudos das situações sociolinguísticas, que analisam ou causam mudanças na língua, sejam elas mudanças motivadas pela gestão *in vivo* ou *in vitro*. Portanto, somos nós linguistas os que podemos advertir sobre as mudanças técnicas aceitáveis pelo público que utiliza a língua, assim como estudar seus variados contextos afim de proporcionar uma melhor compreensão sobre as conjunturas legais e sociais da língua. Em conjunto com os que decretam legalmente as situações das línguas, nós, os linguistas, podemos contribuir para a difícil tarefa de equalizar as vozes técnicas das intervenções linguísticas com as vozes dos falantes que se apropriam de seus idiomas a cada instante.

A política linguística é tema universal que gera polêmicas e controvérsias, no âmbito político e social. Mesmo antes do nascimento da linguística e da sociolinguística, esse assunto já marcava presença nas discussões sobre língua e sociedade. Os fatores que possibilitam a realização de uma política linguística podem ser históricos, técnicos como a falta de “equipamento” das línguas, e indubitavelmente, fatores políticos – como a própria nomenclatura do termo presume. Tendo dito, a intervenção do homem é fundamental para que se realize uma política e planificação linguística, *indicativa* ou *imperativa*. Para que sejam realizadas com êxito é necessário investimento e teorização, sempre respeitando as realidades sociolinguísticas que habitam cada língua. Assim sendo, tomamos como base teórica para a realização deste trabalho, as discussões propostas até ao momento para que possamos analisar a política e a planificação linguística da língua portuguesa propostas pela CPLP, principalmente através da perspectiva de um de seus estados membros, o Brasil.

2 Os valores das línguas.

É de conhecimento geral que algumas línguas têm grande visibilidade no mundo e esse prestígio linguístico deve-se ao fato de que estas línguas são praticadas por um número expressivo de falantes. Também se validam sua historicidade, significativa em termos culturais e literários, ou simplesmente porque são a ferramenta de comunicação utilizada para a realização de transações monetárias no comércio internacional. Para exemplificar estes três parâmetros que qualificam a importância de uma língua, podemos citar o mandarim como uma das línguas que tem grande relevância no mundo devido ao seu número de falantes nativos, cerca de 885 milhões, e mais de 120 milhões como segunda língua. Devido a esta quantidade de falantes, o chinês ocupa o primeiro lugar no *ranking* das línguas mais importantes do mundo hoje. Outros bons exemplos de idiomas importantes no contexto internacional devido suas contribuições históricas e culturais são o inglês, o francês e o espanhol. Além de terem números expressivos de falantes, nativos ou não nativos, estas três línguas têm produções imbatíveis de textos históricos, produções de obras literárias e uma inquestionável produção linguística.

Independentemente dos fatores exemplificados anteriormente, cada língua é única e tem sua importância e beleza, assim como cada cultura que a hospeda. Discriminar uma língua pelo seu número de falantes ou pela sua contribuição histórica é o mesmo que desprezar uma dada cultura, região ou país. Destruir uma língua significa discriminá-la, não há razão de ser, pois todas as variedades linguísticas estão compostas por riquezas socioculturais. Uma língua não pode e não deve ser julgada melhor do que outra porque não existe melhor nessa análise, o que sim existe é a maior ou menor expressividade dessa língua no mundo atual.

Nosso trabalho exclui qualquer comparação entre línguas desde uma perspectiva qualitativa e que possa soar pejorativa a qualquer um dos idiomas aqui citados. Uma de nossas certezas ao realizar este estudo é que não há conhecimento científico que comprove que uma língua é melhor do que a outra, afinal, todas as línguas possuem seu devido valor.

2.1 A língua portuguesa, história e relevância.

Poderíamos tratar a diversidade e a unidade da língua portuguesa, movimentos antagônicos que descrevem dialetalmente o surgir do idioma no noroeste da Península Ibérica do Século XII até aos dias de hoje. Se o fizéssemos realçaríamos ainda mais a riqueza da língua a partir de diferentes perspectivas, entretanto, nos ateremos ao contexto atual do idioma, sobretudo o caso brasileiro desta língua.

Se analisarmos a visibilidade do português no contexto internacional hoje, poderemos verificar que o idioma de Machado de Assis, de Clarice Lispector, de João Cabral de Melo Neto e de muitos outros, é instrumento de comunicação de mais 250.000.000 de indivíduos dispersos pelo globo terrestre. É idioma oficial no continente americano e europeu e língua materna em países que apresentam mais variedades linguísticas, tornando-o assim, um idioma de países multilíngues. Nessa categoria de países multilíngues inserimos o próprio Brasil que conta com a influência de línguas indígenas e de outras culturas como a japonesa, italiana, alemã, holandesa, e muitas outras. Ditas culturas repensam a língua portuguesa no país a cada instante. Tais mesclas linguísticas e culturais enriquecem o idioma nos países multilíngues como o Brasil sem que a língua oficial perca sua originalidade e continue se desenvolvendo naturalmente. À parte do Brasil, brindamos a presença do português nas outras ex-colônias multilíngues que têm o idioma como língua oficial: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Macau, Goa e Timor-Leste, e a Guiné Equatorial que mais recentemente também oficializou o uso da língua.

Do mesmo modo, registramos a importância do idioma em contextos internacionais, pois como se sabe, há inúmeras comunidades de falantes do idioma que vivem em diferentes países de todos os continentes do mundo e que representam a língua e suas respectivas particularidades socioculturais, contribuindo, portanto, para a expansão do idioma a nível mundial. Ademais do quesito geográfico, são de extrema relevância os diferentes extratos sociais nos quais o português se manifesta, independente do país onde é falado. É uma língua plural não somente pela sua disposição na Terra, mas também porque é instrumento de comunicação entre diferentes classes. Devido à riqueza multicultural que a língua apresenta, deve-se destacar que o conceito de norma *standard* ou modelo padrão do idioma pode variar de um local para o outro.

A autora Rosa Virgínia em um misto de conferência e aula, expressa com precisão as *nuances* que compõem o idioma sem que o mesmo perca sua essência:

“A esse entrecruzar-se de dialectos sociais, espaciais e de normas linguísticas impõem-se as normas específicas da língua escrita que neutralizam muitas das diferenças da fala quotidiana, mas está longe de anulá-las. A espinha dorsal que, entretanto une todas essas diferenças se capta em um nível de abstracção maior, que é do sistema de regras comuns que subjaz a essas diferenças, e que dá o suporte a que, enquanto fenómeno histórico se possa afirmar que nesses diferentes pontos do globo está, ali, a língua portuguesa e não outra língua.” (Silva, 1988: 2).

2.2 Conceitos sobre as línguas.

Queremos também citar nestas definições preliminares o contraste teórico na definição do termo língua de acordo com três principais correntes linguísticas. A primeira teoria que consideramos é a corrente gerativista de Noam Chomsky que define língua como um “tipo de noção política, mas não linguística” (Chomsky, 1982 *apud* Mattos e Silva, 1988: 3). A segunda definição relevante é a da proposta saussuriana estruturalista da primeira metade do século XX que define a língua como um conjunto de dicotomias funcionais, estruturado em vários níveis ou subsistemas, que são comuns a todos cidadãos de uma dada sociedade, um fenómeno psicossocial. Finalmente, como último conceito de língua que avaliaremos em nossos estudos, tem-se o conceito de língua histórica que se dá em uma formulação teórica a partir de fatores políticos e históricos, o que para Chomsky (1982 *apud* Mattos e Silva, 1988: 4) é um “tipo de noção política, não linguística”. Todos os três conceitos de língua resumidos aqui são válidos como teoria para a realização do nosso trabalho, entretanto, o último conceito, o de *língua histórica* é sem dúvida a chave que dá acesso ao entendimento da questão da língua portuguesa nos diversos cenários geográficos, históricos e políticos que queremos apresentar.

O conceito de variedade de prestígio linguístico também deve ocupar seu lugar em nosso trabalho. Acentuaremos a discussão do termo como o ‘modelo’ a ser seguido por razões sócio-políticas e culturais; mas não por razões estritamente linguísticas. Pois o que se percebe com relação à língua portuguesa e seu uso é que o prestígio que um falante pode receber ao falar o português vem, na maioria dos casos, de fatores extralinguísticos.

Tomando como base as palavras de Paul Teyssier (1982) e Rosa Virgínia (Mattos e Silva 1988), podemos afirmar que o português é uma língua quase “perfeita”. Segundo esses autores, as questões territoriais, sociais e políticas que permeiam a língua portuguesa são o grande diferencial que este idioma apresenta. Para exemplificar a territorialidade do idioma, Rosa Virgínia ressalva o fato de que Portugal não apresenta línguas minoritárias (omitindo a coexistência do mirandês em território lusitano) como por exemplo o que ocorre na Espanha, onde além do castelhano fala-se o galego, o euskera, o catalão e muitas de suas variedades. A autora destaca também a questão da expansão da língua portuguesa na Europa, que sai de Portugal e dialoga com território espanhol vizinho nas regiões de Zamora, Ermisende, Alamedilha, Eljas, Valverde del Fresno, San Martin de Trevejo, Herrera de Alcántara e em Olivença. Assim como outros idiomas, o português apresenta diferenças dialetais diatópicas e diastráticas que o enriquecem ainda mais, de tal modo, pensamos sobre o quesito diversidade linguística com muito respeito.

O Português no Brasil, assim como nos outros países membros da CPLP, se faz presente em áreas complexas de diversidade linguística devido às muitas regiões em contato com outros idiomas. Como exemplo dessa diversidade, citamos o espanhol das fronteiras sul-americanas, as línguas ameríndias, o francês, o inglês, etc. Por estar em contato com Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela, o Brasil proporciona uma complexa diversidade linguística a todos os seus habitantes ao entrar em contato com o espanhol. Além desse idioma, o português brasileiro apresenta variedades linguísticas em algumas regiões amazônicas onde há o contato com línguas indígenas, que mesmo sendo ‘minorias’ na atualidade têm desenvolvido um papel importantíssimo na reformulação linguística do idioma no Brasil. Fato que vem acontecendo desde a época da chegada dos portugueses e africanos à América do Sul. Outro fator importante a se considerar na situação de contato entre línguas no português brasileiro é o caso de contato com a língua inglesa falada na Guiana, do neerlandês falado no Suriname e do francês da Guiana Francesa, bem como com as línguas crioulas faladas nestas regiões. Seguindo com Mattos e Silva (1988: 17), temos uma excelente consideração com relação a tal diversidade do português no Brasil:

“Embora oficialmente ainda seja definido como uma nação monolíngue, por não reconhecer-se que com o português, língua majoritária, como se vê, incontestavelmente, convivem cerca de 170 línguas indígenas, as línguas brasileiras autóctones,

identificadoras de mais de 180 nações indígenas, com uma população de mais de 220 000 índios que sobreviveram e sobrevivem ao processo etnocida e glotocida, que desde o século XVI segue e persegue o avanço da língua portuguesa. Um dos instrumentos da colonização portuguesa no passado é hoje um dos instrumentos de dominação dos segmentos que detêm o poder na sociedade brasileira. O processo quinhentista persiste, a ideologia da homogeneização cultural e linguística também, mudados apenas os senhores.”.

Exige-se imenso cuidado na hora de analisar tais contatos linguísticos independente de seu patamar, pois cada grupo étnico-linguístico possui especificidades culturais que podem gerar graus, maiores ou menores, de interferência ou influência linguística. Para situar nosso leitor nessa teoria, podemos apresentar alguns exemplos dessas especificidades: a história de contato de cada grupo com a língua portuguesa, grau de fidelidade à língua materna, nível de tolerância com comunidades externas, além de fatores linguísticos que podem facilitar ou dificultar o contato com uma língua estrangeira e até mesmo a aquisição desta. É importante ressaltar que neste contexto de contato linguístico entre o português e as línguas nativas brasileiras surgiram, e continuam surgindo, várias interlínguas, ou *pidgins*, utilizadas pelos indivíduos que não dominam a língua local majoritária. Rosa Virgínia (Mattos e Silva, 1988: 19) traz exemplos significativos de pidgins no território brasileiro dos quais fazemos uso:

“[...] entre os kamayurá, do Alto Xingu, que tive a oportunidade de observar, entre os 119 indivíduos que compunham o grupo, naquele momento, as mulheres, os velhos e as crianças na primeira infância não falavam português. Entre os homens, rapazes, adolescentes masculinos e meninos na sua segunda infância variava o grau de fluência: 11 estavam num grau que denominei I (o mais alto) e 30, no IV (o mais baixo); nos intermediários, 12 (8 no II e 4 no III) (MATTOS E SILVA, 1972: 80 e idem, 1981). Isso permite dizer que, naquele pequeno grupo de falantes nativos do kamayurá, o uso do português ia de um pidgin de intercurso prático a um nível de fluência ótimo para um falante que aprende assistematicamente uma língua estrangeira, isto é, sem interferência de um processo de ensino / aprendizagem e sem intermediação da escrita, mas na prática cotidiana.”

Ainda que contemos com um pequeno comentário sobre a diglossia no Brasil, alertamos para o fato de que se faz necessário um estudo exaustivo do tema para que se conheça melhor o real panorama de influências linguísticas na contemporaneidade luso-brasileira. Assinalamos que não somente de glotocídios viveu a língua portuguesa como no caso da dominação linguística nas

regiões de contato brasileiras com línguas indígenas. O idioma lusitano também gerou novas línguas que são resultados de misturas com outros idiomas tais como os crioulos de bases portuguesa, francesa, neerlandesa e inglesa. Reconhecemos a importância dessas línguas crioulas geradas através da expansão cultural europeia além-mar para cada uma de suas sociedades. No entanto, seria quase que impossível tratar do assunto nestas páginas, pois nosso foco neste trabalho é ressaltar o papel do português no contexto internacional, em vias sociolinguísticas, educacional, cultural, econômica e geopolítica. Mencionamos alguns casos de crioulos derivados do português (extintos ou novos) como ilustração da trajetória da língua portuguesa além-mar: os do grupo sino-português, malaio-português e indo-português na Ásia; do golfo da Guiné, das ilhas de Cabo Verde, de Guiné-Bissau e do Senegal na África. Para se aprofundarem no tema sobre os crioulos e línguas restantes das mesclas culturais, nossos leitores poderão consultar as sugestões de Rosa Virgínia (Mattos e Silva, 1988) e se informarem com os trabalhos de Tarallo e Alkmin (1987)³⁰ e Celso Cunha (1981)³¹.

2.3 Os passos do português brasileiro.

A língua nacional no Brasil é falada por mais de 200 milhões de falantes, enquanto em Portugal o número é de mais de 10 milhões. Tanto em um país quanto no outro a língua se mantém em áreas linguísticas estáveis. Não obstante, destacamos que no caso brasileiro a língua conta com mais influências externas devido às fronteiras sociopolíticas com seus países vizinhos, sobretudo de língua espanhola e com os próprios nativos remanescentes.

Convém acrescentar que o português brasileiro é consideravelmente jovem, se levarmos em consideração que somente a partir de 3 de maio de 1757 Marquês de Pombal, primeiro ministro e diplomata português, institucionalizou o idioma como língua oficial na América. A partir desta data é quando uma nova política linguística e cultural começou a acontecer na colônia americana. Tal fato histórico merece atenção porque foi a partir deste momento que a primeira rede leiga de ensino foi criada no Brasil e que os jesuítas foram expulsos. Portanto, uma nova ordem jurídico-

³⁰ Tarallo, Fernando; Tânia Alkmin. *Falares crioulos: línguas em contato*. Ática, 1987.

³¹ da Cunha, Celso Ferreira. *Língua, nação, alienação*. Editora Nova Fronteira, 1981.

administrativa passou a operar no país obrigando o uso do idioma, o que marcou um momento definitivo no uso do português no Brasil. Ainda que o domínio seja do lado português, curiosamente, a língua de comunicação entre os habitantes do Brasil neste período histórico era uma língua de base geral indígena, obviamente marcada e readaptada pela versão dos jesuítas:

“Sabe-se que não é o português a língua das reduções e missões jesuíticas, sabe-se que nas fazendas e no ambiente rural em geral (e o que seria urbano então no Brasil?), na casa dos senhores e dos outros era uma língua, não a portuguesa transplantada, mas com interferências certamente dela, que se constituía. De base indígena e com marcas africanas era aceita, entretanto, pelo poder leigo e da igreja, esta que foi a legitimadora da língua geral para a catequese e domínio dos indígenas nos primeiros tempos coloniais.” (Mattos e Silva, 1988: 22).

Como recém mencionamos, Marquês de Pombal marcou a obrigatoriedade da língua portuguesa no Brasil e além deste feito histórico outros eventos culminaram no uso do português como língua oficial³².

Pensando na sincronia evolutiva do português brasileiro e europeu, sublinham-se várias diferenças horizontais (diatópicas) e verticais (diatráticas). Talvez, por questões de igualdade socioeconômica, a diversidade diatópica seja mais notória do que a diatrática em Portugal. Enquanto que no Brasil o movimento dá-se de forma distinta, ou seja, devido a grande desigualdade social e até mesmo a imensidão territorial do país, nota-se uma maior diversidade dialetal diatrática, ainda que a diversidade diatópica no país também seja expressiva. As diferenças entre o português brasileiro e o europeu são pontuais e muito bem marcadas. Claramente um falante brasileiro identifica um falante português e vice-versa, não somente pelo sotaque, mas também por questões lexicais, sintáticas e fonéticas. Mesmo com muitas diferenças linguísticas no Brasil, pode-se considerar que existe “unidade” linguística local, o que impressiona pela extensão territorial do país e suas diferentes culturas regionais. Ainda que exista uma “unidade” linguística

³² Entre esses eventos destacamos a vinda da corte portuguesa ao Brasil no início do século XIX e o processo de urbanização em crescimento que exigia o uso da língua. Para uma melhor compreensão destes fatos histórico, solicita-se um estudo sistemático e bem fundamentado que possibilite traçar todas (ou as possíveis) *nuances* entre o português europeu dessa época e a transformação do mesmo para um português brasileiro com suas mesclas culturais.

no português brasileiro, muitos estudiosos se confrontam com a norma culta do idioma no Brasil. Seria ela a língua da cultura letrada, em um país que apresenta baixíssimo nível educacional? Ou seria ela a língua utilizada pela maioria da população que acaba por desviar o uso da norma, levando a língua padrão à uma reinterpretação? Rosa Virgínia (Mattos e Silva, 1988: 26) é assertiva ao afirmar que “até hoje não temos como definir uma fronteira dialetal do português brasileiro”. Ainda que se reconheçam as variedades dialetais diatópicas no Brasil, está por ser feito um estudo mestre que aborde todas as possibilidades de realização do português brasileiro. Desde a década de setenta os estudos de variações linguísticas têm crescido muito, o que mostra a preocupação dos pesquisadores em realçar a importância da variedade brasileira do português. Utilizando as palavras daquela mesma autora, podemos justificar que:

“Os estudos sociolinguísticos, no seu sentido mais amplo, são fundamentais numa sociedade estratificada e altamente complexa nas suas configurações sociais como a nossa; numa nação multilíngue e pluriétnica, em que os grandes centros urbanos abrigam as mais diversas etnias, com populações em vários níveis de aculturação, decorrendo disso problemas sociais de diversas naturezas. Entre eles se avulta o do estabelecimento da norma ou das normas de prestígio que, quer se queira quer não, efetivamente existem em uma sociedade segmentada e em que a língua escrita é instrumento essencial.” (Mattos e Silva, 1988, p. 27).

Já existe de alguma forma um consenso, principalmente pelas gerações mais jovens, de que a norma culta herdada pela tradição literária europeia já não é a que prepondera no Brasil. Muitas vezes essa norma é considerada ultrapassada e muitos falantes (quase todos) utilizam sua dialeção diatópica e diastrática cotidiana e contemporânea como variedade de prestígio. Grupos de estudos como o NURC do estado do Rio de Janeiro, desenvolvem pesquisas sobre a diversidade sociolinguística ou dialeção diastrática, sobre vários aspectos da complexa diversidade linguística no Brasil. A intenção inicial de projetos como o do grupo NURC é observar como falam segmentos do nível mais alto de escolaridade em cinco capitais brasileiras, para, então, baseando-se nos dados recolhidos, estabelecer princípios para os usos linguísticos socialmente aconselhados e determinados por instituições sociais.

O que se pode concluir nestas primeiras impressões sobre o português do Brasil é que o idioma é rico em variedade linguística e histórica. No entanto, passaremos para a próxima discussão sobre o valor que a nossa língua portuguesa tem no mundo atualmente.

2.4 Nossa língua no mundo: por que e como divulgá-la?

A principal motivação deste trabalho de doutorado é ressaltar a importância do idioma português no mundo atualmente. Procuram-se meios e estratégias para reforçar a presença da língua no contexto internacional e avaliar quais as medidas necessárias para que a língua, sobretudo de variedade brasileira, se possa expandir de modo eficaz, respeitando sempre as particularidades culturais e sociolinguísticas que advêm da realidade social do Brasil. Contudo, antes de aportar nossas considerações prévias em relação à proposta inicial do nosso trabalho, torna-se necessário questionar algumas motivações dos porquês sobre a difusão do idioma hoje em dia.

A primeira pergunta que nos ocorre neste momento é *‘Difundir o português?’*. Consequentemente, *‘O que significa difundir este idioma?’*, *‘Porque torná-lo a língua de comunicação privilegiada no mundo atual?’*. Não há dúvidas de que o estatuto de *‘língua privilegiada’* é almejado por muitas nações e culturas. Porém, quais são os reais benefícios dessa expansão idiomática na contemporaneidade? O que esperam seus falantes quando pensam em difundir seus idiomas? Talvez teremos estes questionamentos iniciais mais esclarecidos ao observarmos alguns momentos da história do nosso idioma. Assim, questionaremos também quais os diversos papéis que esta língua emprega no cenário mundial.

Se analisarmos o papel da língua portuguesa no mundo na época em que os navegantes europeus pisaram remotos territórios litorâneos, constataremos que o idioma foi língua de prestígio entre asiáticos, africanos e sul-americanos ameríndios. O idioma adaptou-se a distintas culturas durante o período do reconhecimento das novas terras ‘portuguesas’; manteve-se como língua geral nos litorais africanos e asiáticos durante os séculos XV, XVI e XVII; foi tido como língua de expansão que se difundiu naturalmente através do comércio, na construção do império português e na dominação dos escravos. Neste determinado momento, não era necessário justificar

o porquê da difusão do idioma, dado que a língua se propagava por um povo em crescimento que forçava seu poder e importância, não só como as atividades comerciais realizadas, mas também através da fé e do império criado, a língua se ia difundindo. Um dado importante a ser lembrado neste momento é que desde finais do século XVI até ao século XIX, o português era a língua que, além de utilizada no Brasil, tinha o estatuto de língua de comunicação generalizada no litoral da África e de língua franca nos portos da Índia e do sudeste da Ásia. Neste período da história, o português gozava do privilégio de ser amplamente difundido e por razões de força maior a língua era aprendida e propagada.

No início da colonização do Brasil o idioma europeu do século XVI entrou em contato com a língua falada pelos habitantes ameríndios. Durante o processo de colonização, o número de indígenas era muito mais expressivo que o de portugueses, fazendo-se a comunicação entre os diferentes povos nas línguas gerais indígenas. Com a chegada dos escravos africanos à América, que desconheciam as línguas locais dos indígenas, o português passou a ser usado como meio de comunicação entre europeus e africanos. Posteriormente, com a deslocação da corte portuguesa para o Brasil nos séculos XVII e XVIII, seguida pelas imposições sociolinguísticas do Marquês de Pombal, e com a presença da coroa portuguesa na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, o português se sobrepôs às línguas autóctones e de origem africana. Tais acontecimentos foram os grandes responsáveis pela substituição da língua na comunicação diária entre as diferentes classes sociais e culturais, impondo-se o português como língua nacional no Brasil.

O mesmo aconteceu nas regiões africanas colonizadas pelos portugueses onde o português era mantido como língua nacional que se sobrepunha as várias línguas aí faladas. Portanto, tanto na América do Sul quanto na África, o idioma gerava novas identidades sociolinguísticas.

Um período também importante para o idioma português deu-se no momento em que países independentes africanos começaram a surgir. A independência africana gerou um paradoxo para a língua que se apresentava como língua de unidade nacional de nações plurilíngues. Um novo panorama da língua começou a se apresentar, o português começou a perder a sua condição de língua de submissão cultural, convivendo lado a lado com as línguas autóctonas. O português moçambicano; o de Guiné-Bissau que faz fronteira com o francês de ex-colônias francesas; o angolano que se mescla com outras línguas nacionais como o kikongo, o umbundu e o kimbundu; o português cabo-verdiano e de São Tomé e Príncipe são exemplos das novas faces da língua. A

relação entre língua e identidade cultural surge no momento em que uma determinada língua assume o papel de língua de afirmação, conservando diferenças culturais e históricas, reforçando a apologia da luta pela autonomia cultural e nacional.

2.5 O português hoje.

O português é hoje uma língua de tradição, é um conjunto de memoriais nacionais que aproxima culturas, é patrimônio, assim como seu estudo, suas canções, histórias e poesia. É idioma que já teve seu estatuto de instrumento de imposição, mas que hoje conjuga a liberdade de expressão de diferentes nacionalidades. É uma opção política no continente africano, adota carácter nacional e atualmente tem forte influência na sobrevivência dos territórios como países independentes. Difundir esse idioma é tarefa que motiva nossa pesquisa acadêmica, pois como já esclarecemos, reconhecemos a importância da língua no ontem, no hoje e no amanhã.

A língua portuguesa ocupa o quarto lugar entre as línguas mais faladas do mundo e é língua nacional ou oficial em 9 países de diferentes continentes. Nestes diferentes continentes encontram-se Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. A parte destes países, também está Macau que tem o português como língua oficial até 2049 e a Guiné Equatorial onde o idioma divide o cenário linguístico com o espanhol e o francês, como já explicamos anteriormente.

Vale a pena destacar que o idioma em questão é falado no maior país da América do Sul, ainda que todos seus outros países vizinhos falem espanhol. Também no mesmo continente há a cidade de Pedro Juan Caballero no Paraguai, onde os cidadãos da capital do Departamento de Amambai convivem com três idiomas de uma só vez, o castelhano, guarani e o *pidgin* yopará. Especificamos este ponto turístico comercial da América do Sul por se tratar de uma zona fronteira entre o Paraguai e o Brasil, onde há uma outra “versão” do idioma português que se mescla com o espanhol, dando origem ao *pidgin* espanhol-português, o tão conhecido portunhol. A incidência dos meios de comunicação brasileiros nesta região sul-americana e a presença de colonos no local faz com o português brasileiro prevaleça. Nosso papel não é discutir a validade e autenticidade dessa mescla linguística específica, mas sim sublinhar a importância do português

em áreas de grande interação comunicacional. Bem como a cidade paraguaia, há outras regiões onde a língua portuguesa exerce grande influência: Galícia – Espanha, Goa, Damão e Diu – Índia e Rivera no Uruguai. Sendo essa última uma cidade que também faz fronteira com o Brasil, com o estado do Rio Grande do Sul e, portanto, recebe influência do nosso idioma.

Encarando o fato de que a língua que estamos analisando é de suma importância e relevância no cenário internacional, nos vem mais um inquietante questionamento motriz, o de *‘como e por que expandir a nossa língua em todos os continentes?’*.

Somos conscientes de que a tarefa de expandir uma língua e uma cultura exige um plano eficaz, plano este que deve contar com o trabalho e participação de vários agentes. Somente trabalhando em conjunto, com perseverança e profissionalismo é que se alcançará tal objetivo.

Afirmamos que é necessário a criação de uma política linguística que tome como exemplo qualquer outro tipo de ação política, seja ela cultural, social, etc. Faz-se necessário que aqueles que exerçam os poderes legislativo e executivo no Brasil se envolvam nesta causa, já que o apoio das autoridades governamentais é imprescindível nesta empreitada. É necessário que os governantes, que têm o poder de decisão, criem uma estrutura coordenadora que agrupe os agentes dessa expedição. Gerar esta estrutura político-linguística é determinar quais são os passos a serem tomados com o intuito de alcançar o objetivo final, divulgar a língua.

Consideramos que a língua é um dos maiores bens que uma sociedade possui, porque é com ela que nos reconhecemos como cidadãos e indivíduos. Portanto, nada mais racional que querer expandir essa língua e cultura para e pelo mundo, pois vivemos em um mundo que exige, e ao mesmo tempo nos presenteia, com a opção de sermos vistos e ouvidos. Por essa simples razão já justificamos os esforços que devem ser feitos para que nossa língua portuguesa seja de fácil acesso a todos os que queiram e tenham que nos conhecer. De tal modo, criar uma política de expansão e ensino do português é aumentar ainda mais a visibilidade dos integrantes da CPLP.

Assim como o ensino do inglês, espanhol, francês e do chinês têm grande influência no contexto internacional, reconhecemos a importância de ensinar a nossa língua. Aprender e ensinar uma língua estrangeira é a peça chave para a integração social entre diferentes culturas, por conseguinte, dar à nossa língua o seu devido valor é tarefa que cabe a nós mesmos, falantes do português.

Organismos de suma seriedade como a UNESCO reconhecem que o ensino de segundas línguas ajuda no desenvolvimento cognitivo das crianças. Melhora também a preparação profissional de jovens e adultos para um mercado profissional globalizado competitivo. Além dos benefícios citados, o ensino multilíngue é essencial para uma evolução cultural. Aprender e ensinar português é abrir as portas para um mundo cheio de diversidades culturais: latina, europeia, africana e asiática.

Ademais de ocupar a posição de língua de referência cultural, nossa língua também exerce sua função nas áreas das ciências atuais e tecnologias, pois como sabemos, pesquisas acadêmico-científicas de alto calibre são realizadas no nosso idioma. Por uma questão político-econômica acabamos submetendo nosso idioma a um *status* de ‘menos importante’, dando espaço a outros idiomas como o inglês e o francês, por exemplo. Não temos intenção alguma de menosprezar qualquer idioma e cultura, muito pelo contrário, reconhecemos a riqueza de todos e todas. Neste trabalho, apenas citamos os idiomas como referência para enfatizar que o nosso é de grande valor, não somente para nós falantes nativos, mas também para todos aqueles que se beneficiam em aprender sobre o mundo luso-brasileiro.

O Português falado por mais de 250 milhões de pessoas é a via pela qual várias interações econômicas acontecem. Grandes operações comerciais e econômicas são realizadas em português, independentemente destas operações serem feitas por nativos do idioma ou não. Portanto, divulgar esta língua é um *plus* para cada país da CPLP no cenário econômico internacional.

Definir uma política linguística do português é ação que deve ser tomada mais cedo ou mais tarde e quanto antes, melhor. As motivações apresentadas são várias e se complementam, sejam elas pelo enriquecimento cultural e científico que aportam, pela preservação e propagação da história devido ao seu carácter psicossocial ou por motivações econômicas.

Acreditamos que para concretizar essa política e propagar nosso idioma e cultura, temos que exigir que o Estado se comprometa para que esse plano seja bem executado. No que concerne ao Brasil, tememos que exista uma ilusão na sua divulgação cultural. Pudemos perceber, ao analisar a divulgação linguístico-cultural, que nosso país não se engaja de maneira assídua e até mesmo incorreta, ou seja, ineficaz. O pouco que é feito é visto como uma medida paliativa através da qual os cidadãos brasileiros são ludibriados em acreditar que o trabalho está sendo realizado. Da mesma maneira, a realidade que é passada para o estrangeiro motivado a nos conhecer nada

mais é que uma miragem. Uma vez vivendo em nosso país e pertencendo à nossa cultura, somos capazes de enxergar claramente que o governo precisa melhorar em muitos aspectos. Fazer de conta que a cultura e a língua são estudadas por seus cidadãos e divulgá-las sem paixão e afincos é o mesmo que nada fazer.

Vemos que o problema de orgulho nacional e linguístico é falho desde a pré-escola, pois o conteúdo que aprendemos desde pequenos é vago e não adentra a cultura brasileira contemporânea a partir de uma perspectiva nacional. O conteúdo é ensinado através de uma perspectiva de absorção de tudo o que nos é alheio. Reformular os materiais escolares, incentivar a tradução de textos do nosso idioma e para o nosso idioma, fomentar pesquisas em todas as áreas da educação e não somente as mais rentáveis no mundo atual; tudo isso é trabalho que exige disciplina e investimento. Se o nosso governo não se compromete verdadeiramente com esses tópicos, ele não aporta nada na divulgação do que temos e somos.

2.6 Estratégias de divulgação da língua portuguesa.

Assim sendo, avistamos duas táticas de divulgação do nosso idioma. A primeira delas é o que expressamos linhas atrás, reestruturar o ensino no país, oferecendo conteúdo escolar digno que nos classifique como cidadãos capazes de expandir nossos horizontes. Tal conteúdo deve ser reavaliado com a intenção de nos tornar mais críticos e proprietários dos nossos maiores bens culturais, nossa identidade e nossa língua. A segunda maneira de divulgar o binômio ser identitário e linguístico luso-brasileiro é estabelecer políticas conjuntas reais com a CPLP, que promovam o ensino do idioma em comunidades estrangeiras, que valorizem nossa língua como instrumento de trabalho reconhecido internacionalmente, que seus responsáveis a divulguem o máximo possível, seja nas diásporas do português, na internet, através de pesquisas acadêmicas, ou outras. As duas estratégias principais propostas aqui contam com planejamentos e execuções diferentes, pois a primeira trata-se de melhorar o ensino da língua de escolarização e veicular no Brasil. Já a segunda estratégia serve para divulgar nossa língua abordando-a como língua internacional.

Reconhecemos o quão complexo é a reestruturação da educação nacional desde a pré-escola, mas acreditamos que é uma urgência nacional ocupar-se do tema. Nós, brasileiros, bem

sabemos o que significa ser aluno em um sistema escolar deficitário, sobretudo alunos do ensino público. Rogamos que este trabalho de reformar a política educacional seja feito com constância e esmero, pois somente assim veremos um futuro digno às atuais e próximas gerações.

Estamos todos cientes de que em nossa sociedade globalizada o conhecimento de mais idiomas, além dos nativos, é imprescindível para aqueles que pretendam explorar diferentes realidades culturais, acadêmicas, profissionais e pessoais. Koïchiro Matsuura, diretor geral da UNESCO, em 2008 em um comunicado por ocasião do Dia Internacional da Língua Materna explicitou o seguinte: “Longe de constituírem um espaço reservado à análise dos especialistas, as línguas estão no cerne de toda vida social, econômica e cultural³³”. De tal modo, afirmarmos que as barreiras linguísticas existem no que se refere à geografia e à geopolítica. No entanto, os movimentos das sociedades atuais desconhecem tais barreiras, no que concerne às exigências dos mundos profissional e acadêmico que estão cada vez mais conectados.

Especialistas comprovam que o conhecimento de línguas não maternas gera grandes frutos ao aprendizado e desenvolvimento das crianças. Ao aprenderem um novo idioma, as crianças têm mais chances de atingir um nível superior de desenvolvimento das capacidades comunicativas: metalinguísticas e cognitivas. Ademais, são mais propícias a estudarem novos idiomas, realidades culturais diferentes das suas e, conseqüentemente, valorizam tais aprendizados quando se deparam com o contexto multicultural no qual estão inseridas. Não é de se estranhar que o sistema de ensino inclua, de maneira obrigatória, a aprendizagem de línguas estrangeiras nas grades curriculares. Do mesmo modo, escolas que são vistas como exemplos a serem seguidos, sejam quais forem suas metodologias, colocam o ensino de línguas estrangeiras no mesmo patamar de outras matérias escolares. Sabemos que a realidade brasileira é controversa, pois no ensino privado de qualidade os alunos contam com uma aprendizagem bilíngue, e muitas vezes, convivência com nativos de outros idiomas. Todavia, no ensino público os alunos são fadados a aprender um único verbo do idioma estrangeiro, da pré-escola ao ensino médio, quando aprendem; *“to be or not to be”*.

Assim sendo, se realmente quisermos dar o devido valor à nossa língua e expandi-la internacionalmente, temos que partir de uma política de difusão da língua, como a que é defendida

³³ Matsuura, Koïchiro. UNESCO: 50% das línguas faladas no mundo estão em extinção. UNRIC Centro Regional de Informação das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/15531>>. Acesso em: 11 maio, 2016.

neste trabalho. Afinal, reconhecemos o valor que nosso idioma e cultura têm. Aqueles que já aprendem ou que aprenderem nosso idioma terão como ferramenta uma língua peculiar para expandir suas capacidades linguísticas. Além disso, nossa língua é falada por milhões de pessoas como língua materna; conta com o alfabeto latino que também é utilizado por outras línguas, e portanto, apresenta a mesma riqueza linguística. O português relaciona-se historicamente e contemporaneamente com outras línguas de importante valor cultural devido à sua geografia. A língua já é aprendida por muitos emigrantes que reconhecem o seu valor, e também já é vista como uma mais valia no campo da economia – principalmente nossa variedade brasileira, pois o Brasil tem sido considerado uma grande potência mundial em ascensão.

Outro fator atraente a indicar é a constatação de que contamos com organismos internacionais que adotam o português como língua de negociação e de trabalho. Referimo-nos, entre outros, ao Mercosul, à OUA, ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia. A importância do uso do nosso idioma nestes locais é cada vez mais significativa.

Deve-se definir também, quais são os países em que nosso idioma se faz presente e difundir-lo ainda mais nesses territórios, seja nas diásporas da língua portuguesa ou em países que adotam o ensino do português como língua estrangeira. Nos parece imprescindível investir mais na difusão do português nesses contextos, seja em países vizinhos à nossa língua, como no caso dos países do Mercosul, ou em países mais distantes nos quais o português é língua empresarial ou língua de herança.

Também devemos prestigiar o ensino do nosso idioma em universidades e instituições de ensino superior e projetá-lo como língua de comunicação internacional. Para que tal passo seja dado, é necessário investir em estratégias prévias a esta divulgação. Portanto, devemos exigir que os professores de português sejam mais valorizados em universidades estrangeiras, pois desconhecemos um lugar melhor para se propagar o conhecimento de alto nível do que o ensino universitário. Uma vez instalado no contexto universitário, o português ocupará o mesmo lugar de valor de qualquer outra língua estrangeira, como por exemplo do inglês, espanhol e francês que estão presentes em um número infinito de instituições de ensino superior pelo mundo.

Outro aspecto de grande relevância para a expansão do idioma é o intercâmbio entre instituições brasileiras e estrangeiras, que conjuntamente possam estabelecer acordos que privilegiem o aprendizado de nosso idioma. Da mesma maneira, deve-se incentivar ainda mais

programas internacionais de bolsas de estudos para estudantes luso-brasileiros que por sua vez atuarão como embaixadores do idioma e da cultura brasileira. Vale a pena ressaltar que programas como o *Ciências sem Fronteiras* promovem a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Programas desse teor devem ser mantidos e expandidos à todas as áreas do ensino universitário, principalmente na área das humanidades que continuam sendo desprestigiadas no Brasil. Dito fato é a grande contradição que o governo brasileiro e sua sociedade precisam repensar, pois a língua e a cultura são o cartão de visita de cada país, é através delas que todas outras relações se estabelecem. Fomentar a língua e a cultura é responsabilidade de todos e necessidade imediata.

Analisar os organismos responsáveis pela divulgação de outras línguas e culturas é tarefa que rende muitos benefícios. Organismos como o Instituto Cervantes, Universidade de Cambridge, Aliança Francesa, Instituto Camões, entre outros, são exemplos a serem seguidos por todos os países da CPLP. Tais instituições nacionais são as grandes responsáveis por nivelar o conhecimento de seus respectivos idiomas por falantes não nativos através de critérios atentamente formulados. Do mesmo modo, estes organismos promovem seus idiomas e culturas de maneira sistemática e coerente de acordo com as necessidades do mercado econômico contemporâneo, ou seja, fomentando provar o conhecimento de uma determinada língua através dos cursos de idiomas e da realização de certificados de proficiência linguística. Se os países da CPLP se coordenarem, respeitando as diversidades do português, haverá mais chances de sincronizar os interesses linguísticos de mostrar nossas culturas e língua mundo afora. Logo, é preciso sincronizar com eficácia os ministérios e instituições governamentais responsáveis pela política linguística do idioma.

Poder-se-ão elaborar materiais didáticos - impressos e midiáticos - para o aprendizado e divulgação do idioma, um exame de proficiência linguística comum que passará a ser exigido por qualquer universidade onde o português é língua oficial ou acadêmica, fazendo com que nossa língua seja encarada com mais seriedade. Por conseguinte, esse tipo de política linguística viabiliza a obrigatoriedade do conhecimento da língua para trabalhadores estrangeiros que queiram trabalhar em território nacional onde a língua portuguesa é pátria. Ainda no que concerne aos materiais didáticos, após preparados, deve-se criar metodicamente uma lista destes materiais e

publicá-la na internet para que todos tenham acesso. Também é necessário que a divulgação desses materiais seja feita de maneira insistente, seja pelo MEC, pelo IMA, pelo IILP ou pelo Centro Virtual Camões que já realiza este trabalho com muito comprometimento e primazia.

O apoio aos professores desde a escola primária até ao ensino universitário também é um dos meios de concretização da expansão do nosso idioma. Uma vez motivados, os professores estarão melhor preparados e terão mais orgulho em fazerem parte do quadro de profissionais do ensino. Além de apoiar os professores, também se deve implementar na política linguística do português, um maior número de vagas para professores leitores em universidades estrangeiras, para que assim o idioma seja representado por profissionais seriamente qualificados.

Para os que optem por se tornarem professores de português como língua estrangeira é importante que durante o período universitário o tema seja abordado com mais especificidade já que muitos dos cursos de Letras focam no ensino – aprendizagem a partir da perspectiva do falante nativo da língua. Temos que qualificar melhor esses profissionais para que estejam mais preparados no momento de ensinar o idioma como língua estrangeira. Falar um idioma e ensiná-lo a um falante nativo é tarefa totalmente distinta de ensiná-lo a um estrangeiro. Cabe também sublinhar que em países em que o português é tido como língua oficial e veicular, mas não como língua materna, é necessário elaborar táticas parecidas com as apresentadas aqui. Entretanto, exige-se outro tipo de cuidado e atenção, pois nestes países multilíngues a língua tem o *status* de língua segunda, o que implica que os falantes são escolarizados em português e fora da escola exercem, por vezes, suas línguas maternas, como eventualmente ocorre nos PALOP.

Ademais das questões mencionadas até ao momento, há outras tarefas a serem cumpridas. Uma delas é o incentivo e a fomentação da produção e tradução de textos em língua portuguesa. Ainda que não esteja acessível a todos, brasileiros e estrangeiros, os textos produzidos em português possuem sua excelência, sejam eles textos acadêmico-científicos, literários ou técnicos. Sabe-se que a língua portuguesa é rica por natureza, assim como todas as demais. Devido a essa riqueza, se reconhece a viabilidade de desenvolver projetos na área lexical e de modelização computacional usando o português. Essa língua pode ser usada como instrumento científico e tecnológico conforme as exigências da sociedade contemporânea. Do mesmo modo, promover a língua portuguesa na internet e como língua de trabalho em organizações como a ONU, são afazeres que beneficiarão o idioma e conseqüentemente as culturas que são hospedadas por ele.

Reconhece-se a importância do Brasil no cenário internacional, pois a cada dia que passa, o país ganha mais visibilidade em termos econômicos e culturais ao redor de todo o mundo. Este país do Mercosul com uma extensão territorial de 9.372,614 km² ocupa a quinta posição mundial entre os países que possuem territórios com grandes extensões. O idioma que falamos ocupa a quarta posição entre os idiomas mais falados no globo terrestre. Como já é de conhecimento geral, o português é falado por mais de 250 milhões de pessoas, um número significativo que atesta a importância desta língua e que não aceita contestações com relação à sua expressividade cultural.

Ainda que o Brasil esteja rodeado de países de língua hispânica e que seja o único membro da América Latina a falar português, não podemos dizer que exista uma situação de desvantagem em relação a uma cultura expansionista da língua face ao espanhol. Muito pelo contrário, o português é fonte de riqueza cultural em uma América Latina que compartilha de uma mesma posição social, onde ricos e pobres, intelectuais e marginalizados propagam suas culturas; diferentemente de Portugal, que de algum aspecto tem uma restrição geográfica ao estar localizado em uma Europa que atualmente é dominada por três dos idiomas principais devido à fatores econômicos: o francês, o inglês e o alemão.

Seguramente, se pensamos no nosso idioma em uma escala mundial, verificamos que há muito por fazer para que ocupe sua devida posição, para que não seja grande apenas no número de falantes, mas também porque o futuro que nos espera depende indubitavelmente de nossa língua. Quando a política linguística do português, elaborada pela CPLP, conseguir satisfazer os interesses advindos da comunicação e proporcionar a afirmação das identidades vividas na língua portuguesa em um patamar internacional, poderemos dizer que a promoção do idioma foi feita apropriadamente.

3 O português enquanto língua internacional.

Assim como demonstrado anteriormente, Calvet (1997) acentuou a reflexão sobre a política e a planificação linguística, da mesma maneira, contemplou as discussões relativas a internacionalização das línguas. Baseando-nos nas discussões desse autor, asseguramo-nos que, para que se internacionalize uma língua, é necessário que haja uma gestão da mesma e que seus gestores criem e implementem uma política linguística consonante aos interesses de seus falantes, respeitando seu universo sociocultural e linguístico.

Ao observarmos a evolução das línguas e a expansão de algumas pelo mundo, podemos verificar que muitas delas se destacam pela excelência com que foram ou são internacionalizadas. Mas, como se dá esse processo de internacionalização de um idioma, de tal modo que haja o êxito esperado com relação ao seu reconhecimento no contexto global? Não há dúvidas que com um plano estratégico coerente e aplicado, com investimento econômico e político, uma dada língua pode alcançar o estatuto de língua prestigiada internacionalmente. O trabalho não é simples e muito menos rápido, pois cada país conta com diferentes realidades sociais, educacionais, econômicas e políticas que impossibilitam a visibilidade de seu idioma. Assim como aprecia Gilvan Muller (Oliveira, 2013), Ex-Diretor Executivo do IILP, ao recorrer ao texto de Laponce³⁴:

“Most languages lack pilots; most of them are like leaves in the wind. But major standardized languages have at least some control over their own evolution, and those that are supported by a government have ways of steering their relations among the other languages with which they are linked by communication, competition, cooperation and conflict. What should the geopolitical survival strategy of such a language be when it is confronted with a more powerful competitor?” (Laponce, 2001: 58 *apud* Oliveira, 2013: 420).

³⁴ Laponce, Jean. "Babel and the market: Geostrategy for minority languages." *Languages in a globalising world* (2001).

3.1 Espelhamento linguístico.

Como não poderia ser diferente, o caso do português é o mesmo que o de qualquer outro idioma. Somos ricos culturalmente, temos todo um potencial econômico a ser explorado em nosso idioma e somos privilegiados por um número de falantes que possibilita uma visibilidade internacional. Somos cientes de que fazer qualquer comparação cultural entre nosso idioma e outros seria algo leviano e reforçamos que não acreditamos que existam melhores ou piores nessa jornada de difusão linguística. No entanto, reconhecemos a importância que o nosso idioma tem, tanto dentro da CPLP como fora dela. Por isso é que propomos um estudo de espelhamento linguístico³⁵, pois observar as estratégias de divulgação de outros idiomas, e então refletir sobre seus ideais e ações, pode ajudar a língua portuguesa a alcançar o posto de importância social, cultural e econômica; sempre que estas estratégias promocionais sejam coerentes com a realidade cultural e política dos PLP. Podemos confirmar que a reprodução dos passos seguidos pelas línguas inglesa, francesa e espanhola podem ser eficazes para a língua portuguesa quando coerente ao contexto em que o português se encontra, ou seja, precisamos jogar com as cartas que temos tendo como arquétipo toda ação positiva para a divulgação do idioma. De acordo com o Ex-Presidente do IILP, a anglofonia, a francofonia, a hispanofonia e a lusofonia contam com modelos de gestão distintos “historicamente desenvolvidos”. Os quatro critérios utilizados na comparação daquele autor são interessantes à nossa linha de raciocínio: “a) centralização ou não da Norma, b) protagonismo ou não da ex-potência colonial europeia, c) relação entre Estado e Mercado na promoção da língua, d) expansão ou retração em mercados linguísticos determinados [...]” (Oliveira, 2013: 420).

Analisando os critérios acima citados, averigua-se que no caso da língua inglesa, a norma não pertence a um único país; não existe um responsável pela promoção do idioma no mercado linguístico e econômico, mas sim vários responsáveis. O mercado que circula nesse idioma é intenso, o que possibilita sua supremacia no mundo. Por ser uma língua de absoluta importância

³⁵ Definimos por espelhamento linguístico o ato de observação às estratégias de difusão linguística de outros idiomas (e.g. francês, inglês, espanhol), e que devido a suas políticas linguísticas já ocupam posição de prestígio no cenário econômico internacional.

no mundo, o inglês acaba por ofuscar o brilho dos demais idiomas, até mesmo em países que não o têm como língua materna, mas que apresentam total domínio deste idioma. Com relação ao modelo de gestão da língua francesa, observa-se que a norma é controlada pela França que destaca o dialeto parisiense como o privilegiado. Seu estado coopera no financiamento da visibilidade do idioma francês com recursos orçamentários públicos, ainda que limitados, mas que acabam por determinar a influência dessa língua no mundo. Ainda que o francês seja uma língua que cresce cada vez mais, sobretudo nos países da África, ele disputa o mercado linguístico com o inglês e com outras línguas de extrema importância neste contexto, como por exemplo o árabe e o espanhol. No caso hispânico, a Espanha controla a norma da língua assim como a França, e devido a isto, o idioma acaba sendo demasiadamente promovido a partir de uma perspectiva europeia e não incorpora como se deveria a perspectiva dos outros Estados que têm o espanhol como língua materna. Tal feito, como expõe Oliveira (2013: 421), faz com que este idioma deixe de “aproveitar os recursos e sinergias do conjunto da fonia”, e como consequência acaba “criando a situação de que uma crise neste único país desguarnece a ação global para com o idioma”. Ademais de possuir um incentivo estatal imenso por parte da Espanha para promover o idioma, esta língua conta com um mercado privilegiado e com recursos da União Europeia. Por ter um investimento modelo em sua promoção, o idioma de Cervantes faz-se concorrente páreo para as demais línguas.

3.2 Consequências de separatismos e dualidades.

Após analisar brevemente as políticas linguísticas do inglês, francês e espanhol, podemos voltar nosso foco ao caso do português. A norma do nosso idioma é “descentralizada e dual”, ainda que existam tentativas, não muito bem-sucedidas, de uma coerência e concisão como o caso do Acordo Ortográfico de 1990 (Oliveira, 2013: 421). Os Estados com mais representatividade na divulgação do Português são o Brasil e Portugal, que em conjunto com a CPLP acabam conduzindo o olhar internacional para os demais países de língua portuguesa. Confiamos que a visibilidade do nosso idioma está em fase crescente, uma vez resolvidos os impasses sociopolíticos e econômicos que se apresentam, dos quais trataremos mais adiante.

A História de Portugal e do Brasil pode nos mostrar que não somente pela independência política estas nações se separaram. Como resultado previsível das medidas separatistas entre os

estados, várias diferenças linguísticas foram atenuadas, o que nos confirma a dualidade e descentralização da norma da língua portuguesa de hoje, assim como explica Gilvan:

“A independência política levou o Brasil a declarar, com o tempo, uma semi-independência linguística: estabeleceu o português sim como língua oficial e de identidade nacional, mas pretendeu construir uma Norma própria [...] para virar efetivamente uma questão de Estado nos encaminhamentos parlamentares sobre o Nome da Língua, quando o Congresso Nacional votou, em 1946, se a língua permanecia com o nome de português ou se passava a chamar-se, a partir de então, brasileiro [...] Neste processo, em disputas entre nacionalistas linguísticos por um lado e advogados de uma unidade da língua, emerge o atual panorama sociolinguístico do português brasileiro: uma diglossia entre uma Norma Oral endógena, desenvolvida no processo histórico de construção do Brasil, e uma Norma escrita exógena, criada por uma espécie de compromisso com Portugal no âmbito da escritura, com a importação de traços gramaticais que se instalaram no português europeu a partir do século XVIII, mas não no português brasileiro. Esta distância gramatical e simbólica entre a norma falada endógena e a norma escrita exógena tem trazido desconforto a muitos intelectuais brasileiros, que discutem como o papel da norma escrita exógena tem dificultado a escolarização e a consequente incorporação das classes populares à cidadania. Para muitos deles, a solução separatista parece ser condição para uma “correção” do processo histórico, trazendo a possibilidade da reforma da Norma e sua aproximação com o português popular. Subjaz, a esta concepção, a ideia de desvencilhar-se dos compromissos e dos vínculos externos com outros países de língua portuguesa, especialmente Portugal, levaria a uma reforma da Norma e sua aproximação aos usos populares majoritários. As relações políticas entre Brasil e Portugal pós-independência e, principalmente depois da Proclamação da República brasileira (1889), gerou um processo da Normatização Divergente que levou a língua a ter duas Academias [...], duas ortografias (a partir de 1911), dois Vocabulários Ortográficos, dois dicionários, duas Nomenclaturas Gramaticais a partir de 1957 (Brasil) – 1961 (Portugal), duas políticas de certificação de proficiência, o CELPE-Bras brasileiro e o Sistema CAPLE português, este último expressão do Quadro Comum Europeu das Línguas, dois aparatos de promoção do português no mundo, o Camões IP por Portugal e a Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) do Setor Cultural do Itamaraty, no Brasil, por outro.” (Oliveira, 2013: 421 - 422).

Todo esse contexto de dualidade linguística entre Brasil e Portugal acabou contribuindo para o enriquecimento das variedades linguísticas, entretanto, esse feito também teve seu lado negativo para a questão da difusão do idioma nos dias de hoje. Por não terem uma normatização convergente, os dois países acabaram dificultando a visibilidade do idioma no mundo, pois ao invés de promoverem uma mesma língua comum que representa duas culturas diferentes, acabou por criar um separatismo que culminou em dois objetivos: divulgar a língua e a cultura brasileira, assim como divulgar a língua e a cultura portuguesa. Estes tipos de discordâncias passadas só dificultaram uma política linguística conjunta para a difusão do português, o que se agravou ainda

mais pela ausência de uma gestão própria da língua por parte dos PALOP e do Timor-Leste. As diferenças no português que antes poderiam ser interpretadas como singularidades dialetais da língua acabaram gerando diferenças técnicas que dificultaram, em maior ou menor grau, a realização do idioma enquanto ferramenta de trabalho. Entre os muitos exemplos desse imprevisto causado pelo separatismo linguístico, podemos citar as nomenclaturas técnicas e científicas encontradas em manuais, livros e até mesmo no mundo digital através das plataformas de compartilhamento de conhecimento como o Google, e-mails e quaisquer outros websites que tiveram que criar sempre conteúdo no português europeu e no português brasileiro, distanciando a língua de si mesma, como se fossem dois idiomas diferentes (Oliveira, 2013: 422). Ainda sobre o tema da presença da língua no mundo digital, gostaríamos de exemplificar medidas positivas para a divulgação do idioma que contrapõem esse separatismo luso-brasileiro. Assim como pontua o autor recém citado, o pioneirismo do *Wikipédia* em promover uma “Normatização Convergente”, oferece aos falantes e interessados pelo idioma uma única enciclopédia da Língua Portuguesa. Ao não separar a língua portuguesa, o *Wikipédia* “explora no limite máximo a veicularidade da língua, permite melhor circulação pelo mercado linguístico, com evidentes vantagens políticas” (Oliveira, 2013: 423). Portanto, podemos concluir que a concentração de forças advindas dos países da CPLP para manter uma normatização convergente é um dos elementos indispensáveis para o sucesso na difusão do Português, pois traçar caminhos divergentes pode levar nosso idioma a lugares inóspitos e não almejados. Vemos que nosso idioma pede uma coesão no processo de normatização para que possa concorrer com as demais línguas que estão se tornando cada vez mais centrais em um capitalismo imediato, que por sua vez vem exigindo um alinhamento em termos de políticas linguísticas desde o século XX. Para exemplificar as exigências e demandas que toda língua deve oferecer neste sistema econômico atual, citamos as transformações ocorridas em alguns campos trazidas por Muller:

“1. o da presença da língua na Internet e nos produtos da digitalização linguística. A existência de duas normas estanque aumenta o investimento (ainda que não o duplique) para o desenvolvimento dos instrumentos das chamadas Indústrias da Língua e divide os lucros, torna as buscas imperfeitas, e com elas cria um mercado linguístico menos integrado;

2. o da constituição crescente de diásporas internas à CPLP, com o incremento constante do número de brasileiros em Portugal e em Angola, de portugueses no Brasil, Angola e Moçambique, de caboverdianos em Portugal e no Brasil, e assim por diante, merecendo menção ainda a crescente importância da transumância universitária, que vai

aproximando elites responsáveis, no futuro, pela constituição de importantes elos técnicos e econômicos. O atual momento histórico é um momento de intensos movimentos humanos, busca de contatos e parcerias, o que contribui fortemente para a valorização positiva das estratégias de aumento da veicularidade de uma língua;

3. o do intercâmbio de produtos culturais, orais e escritos, que permite ao cidadão de Angola ou de Cabo Verde ter, por exemplo, em emissão aberta de televisão, a norma portuguesa da língua através da RTP África, a brasileira através da TV Record e a sua própria variedade oral de referência, através do ou dos canais nacionais, para além do quase infinito consumo cultural propiciado pelo acesso à Internet de língua portuguesa. O Brasil é, neste sentido, por uma série de razões, o país mais isolado deste bloco, e o que menos permite a circulação, nos seus meios e no seu território, de produtos nas normas nacionais [...] dos demais países da CPLP. A ampliação do contato, também em casos como este, cria maior compreensão, familiaridade e trânsito entre variedades e normas de uso.” (Oliveira, 2013: 424).

Não nos restam dúvidas de que normativizar o português de modo que todos os países da CPLP se sintam integrados no universo de promoção da língua é a única maneira de continuar a expansão do nosso idioma, até que o mesmo alcance a posição tão desejada de língua internacional e consiga manter este estatuto. Divulgar o português é beneficiar intelectualmente, culturalmente e economicamente todos os países da Comunidade, assim como aos seus cidadãos que atuam como embaixadores de seu idioma pelos quatro cantos do mundo. Dedicamo-nos agora a analisar mais detalhadamente a atuação da CPLP na gestão e internacionalização da língua portuguesa.

3.3 CPLP: projetos, êxitos e impasses.

Contextualizaremos neste apartado a ideia principal sobre política linguística e a internacionalização do português. Apresentaremos nossa análise a partir de uma perspectiva sobre a internacionalização promovida pelo atual contexto geopolítico do liberalismo econômico (Oliveira, 2013), que se baseia na defesa da liberdade individual nos campos econômico, político, religioso e intelectual. Nosso trabalho é substancialmente um estudo sincrônico da condição da internacionalização da língua no mundo, ainda que apresentemos informações passadas sobre o português por uma questão de linearidade e contextualização.

Como é de conhecimento comum, a etapa de consolidação do liberalismo econômico já passou. Vivemos agora em um mundo onde há um consenso sobre os benefícios de uma economia mais maleável que se desenvolveu sobretudo a partir dos anos 80. Com a adesão a esta doutrina

política que emancipa a economia de qualquer dogma externo a si própria, aconteceram muitos avanços em diversos setores, desde a consolidação de blocos econômicos à reformulação de infraestrutura dos transportes e comunicação, permitindo de tal maneira um maior trânsito internacional de imigrações, seja através do turismo ou dos estudos à distância, favorecendo portanto a visibilidade de determinada língua ou cultura no mapa *mundi* (Oliveira, 2013: 410).

Já explicitamos até ao presente momento a importância da língua portuguesa, bem como seus significativos índices. Esses dados apresentados sobre o número de falantes do idioma, dos países que o têm como língua oficial, de sua presença em diversos ambientes, são uma ótima justificativa para se expressar a relevância do idioma no mundo hoje. Devido a concordância temática que existe entre os estudiosos sobre as políticas linguísticas para o português, foi recentemente apresentado em Lisboa no Palácio das Necessidades, no dia 15 de novembro de 2016, o *Novo Atlas da Língua Portuguesa*. O livro, que é composto por 10 capítulos, traz informação sobre muito do que se discute neste trabalho. Temas relacionados com a expressividade da língua portuguesa, seu número de falantes e estimativa de 490 milhões até ao ano de 2100, estão presentes no livro. A obra também calcula que “... em 2050, deverão ser quase 390 milhões”³⁶ de pessoas falando português no mundo. Como o próprio Instituto Camões aponta, o português é “uma língua global, a única sem fronteiras terrestres”. Mais uma obra prima de Luís Antero Reto, que conta com a coautoria de Fernando Luís Machado e José Paulo Esperança, traz as promessas para a projeção do português. Entre os muitos tópicos debatidos no novo atlas, discute-se a questão da presença do português em suas diásporas, assim como será feito nesta tese. Além do mais, são tratados assuntos como o ensino do idioma no mundo, os crioulos com base no português, “indicadores geográficos, econômicos, financeiros, comerciais, de mobilidade humana e de inserção geoestratégica nas várias organizações internacionais dos países membros da nossa comunidade linguística”³⁷. Tendo os temas trazidos pelo livro sido apreciados neste momento e pela semelhança entre os tópicos estudados nesta tese, consideramos que o presente estudo percorre o caminho adequado para contribuir com a expansão da língua portuguesa. Aquele livro também propõe uma mudança nos eixos geoestratégicos, prevendo que o português ganhará mais

³⁶ Camões, I.P. Sessão de Apresentação do "Novo Atlas da Língua Portuguesa". 16 nov, 2016. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/15450-sessao-de-apresentacao-do-novo-atlas-da-lingua-portugues>> . Acesso em: 1 jan, 2017.

³⁷ *Ibidem*.

destaque no continente africano. Por esses e outros motivos é que se deve realizar estudos sobre as políticas linguísticas da língua portuguesa, respeitando sempre a diversidade que a língua possui.

Algumas das ideias discutidas no parágrafo anterior também já haviam sido apresentadas por Oliveira (2013: 411), de quem nos valemos agora para reforçar a opinião de que a cada instante a língua portuguesa ganha mais espaço e visibilidade:

“A língua ocupa oficialmente 10, 7 milhões de km², está presente na América, África, Europa e Ásia – nesta ordem em termos demolinguísticos – e tem de 221 a 245 milhões de falantes como primeira ou como segunda língua em variados graus de proficiência, número que cresce em velocidade moderada, com grandes variações entre os continentes: crescimento baixo na Europa e na Ásia, médio na América do Sul e grande na África Meridional, hoje já está o maior polo de crescimento vegetativo do idioma e que chegará a 2060, pelas previsões atuais, a 90 milhões de falantes de português, entre Angola e Moçambique. Entre 7 e 9 milhões de falantes da língua portuguesa estão nas Diásporas, especialmente nos Estados Unidos da América e no Canadá, em diferentes países europeus, no Japão, na África do Sul, no Paraguai e na Venezuela. Estas bases geográficas são pontos de apoio e de criação de interesse para a manutenção e o ensino da língua de herança no exterior e importante razão para o intercâmbio comercial e cultural com aqueles países.”.

Autores como Oliveira (2013) e Reto (2012) atentam para o fato da territorialidade virtual e empresarial da língua crescer a cada ano, tomando estatuto de língua oficial de comunicação empresarial e diplomática. Segundo aquele primeiro autor, a língua “alcançou recentemente a cifra de 83 milhões de usuários, passando a ser, em 2010, a quinta língua mais usada na rede”. Ademais, o português “tem estatuto de oficialidade ou estatuto especial em 26 organizações internacionais”, entre elas a União Europeia, o Mercosul, a SADC, a CEDEAO e a CEEAC. A partir de 2017 a língua também poderá servir de uso diplomático e societário no Timor-Leste. No que concerne às organizações diplomáticas, “o português está presente em entidades como a CPLP, a União Africana, a UNASUL, a OEA, a OEI, a União Postal Internacional, entre outras” (Oliveira, 2013: 412).

Baseando-nos nos dados anteriormente apresentado, podemos conferir a visibilidade que o nosso idioma tem no mundo atualmente. Devido a esta vasta expansão da língua, seja como

instrumento de comunicação cotidiana, política, diplomática, empresarial ou educacional, muitos povos se permitem acessar o conteúdo cultural que ela acarreta. Portanto, seguir investindo na divulgação da língua e na consolidação de uma política linguística coerente entre todos os países da CPLP é plantar a semente que falta para que o mundo conheça ainda mais e melhor o português. Como consequência dessa divulgação, os falantes de língua portuguesa se beneficiarão como cidadãos pertencentes de diferentes países e blocos econômicos.

3.4 Brasil e Portugal sobre língua portuguesa.

Brasil e Portugal permaneceram isolados um do outro na primeira metade do século XX devido as inúmeras crises políticas e econômicas que cada país enfrentava. Crises estas que vinham de longa data, desde o começo do século XIX que acabaram culminando a queda da monarquia portuguesa no Brasil em 1889 e em 1910 em Portugal. Já na segunda metade do século XX ‘uniram-se’ forçadamente de um mesmo lado. Tendo como causa a Guerra Fria, ambos países apoiavam o lado ocidental da guerra, contribuindo com os interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos da América e da Inglaterra. Consequentemente, tanto o Brasil quanto Portugal, viram-se obrigados a adotar uma postura capitalista, coibindo qualquer possível avanço comunista e suas respectivas manifestações sociais e políticas. Entre esses grandes acontecimentos históricos, que definiram o grau de comunhão linguística entre Brasil e Portugal, destacam-se, indubitavelmente, a ditadura salazarista em Portugal (1933 – 1974), o período do Estado Novo Brasileiro (1937 – 1945) e em seguida os sombrios vinte e um anos da atuação do regime militar no Brasil (1964 – 1985).

Por razões óbvias, a língua portuguesa não podia ganhar força conjunta entre os países que a tinham como mãe, pois como é de conhecimento geral, em qualquer período de ditadura, onde o que impera é a irracionalidade, muitos escritores, professores, ativistas políticos, artistas e companhia perdiam o direito de se expressarem politicamente. Não ser capaz de se expressar politicamente é não se expressar em nenhum outro aspecto – social, poético, cultural e linguístico. Entretanto, depois dos períodos políticos impostos em ambos países, Brasil e Portugal começam a presenciar outro movimento com relação a sua política e sua língua. O reflexo desse tipo de regime

político tanto no Brasil quanto em Portugal, bem como para o novo período histórico que todos os países da CPLP viveriam, pode ser descrito da seguinte forma:

“O Brasil desenvolvia-se na esfera de um capitalismo subordinado à Pax Americana, descrito pelos teóricos 'dependentistas' aglutinados ao redor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) da ONU, e Portugal debatia-se para manter o último império colonial do mundo, lutando, entre 1961 e 1974, uma guerra africana em três frentes, a Guerra Colonial ou Guerra do Ultramar, na qual quase dez mil portugueses perderam a vida, bem como milhares de angolanos, guineenses e moçambicanos, entre civis e combatentes dos movimentos independentistas³. [...] O período posterior à queda do regime autoritário em Portugal, em 1974, e que levou à descolonização e a independência dos países africanos de língua oficial portuguesa – os PALOP⁴ – por um lado, e o início da redemocratização do Brasil, a partir da crise econômica posterior ao chamado 'milagre brasileiro' (1969-75), por outro, com seus dez anos de transição 'lenta, gradual e segura' para a democracia (1985), continuou sendo um período de crise política e econômica nos dois países, e também uma fase de reorganização nacional que abre as portas para o próximo período histórico que os países de língua portuguesa vão viver, a partir de 1989, com a queda do Muro de Berlim: o fim da Guerra Fria.” (Oliveira, 2013: 414).

Por questões políticas e históricas, o português encontrava-se em posição de desvantagem com relação a outras línguas que já tinham seu reconhecimento internacional mais consolidado. Entre muitos dos acontecimentos históricos com grande relevância para se expandir o mundo da lusofonia, destacamos 3 dos mais importantes: I) a independência dos países africanos de fala portuguesa a partir do ano de 1975, entre eles Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe; II) a adesão de Portugal à comunidade europeia em 1986; III) e a fundação do MERCOSUL no ano de 1992 com a adesão e o ingresso do Brasil, acontecimento que expandiria o diálogo econômico, cultural e linguístico entre o português brasileiro e o espanhol sul-americano.

Embora o resultado final da Guerra Fria tenha sido “um mundo unipolar, com dois claros vencedores: os Estados Unidos da América e a língua inglesa” e houvesse a preocupação de que “o inglês pudesse vir a ser a língua que ameaçasse a existência dos demais idiomas, em especial os de pequena população e baixa reprodução intergeracional”, o futuro da língua portuguesa e outras no contexto internacional seria ironicamente privilegiado pelas relações políticas, sobretudo

depois do trágico 11 de setembro que (re)significou o poder e o imperialismo da língua inglesa (Oliveira, 2013: 415).

Durante e após os infortúnios mundiais advindos de conflitos geopolíticos, como o 11 de setembro, representantes de uma aliança linguística da língua portuguesa já trabalhavam para que o idioma obtivesse mais visibilidade. O governo brasileiro, em novembro de 1989, uma semana antes da queda do Muro de Berlim, reuniu Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa em São Luís do Maranhão, com o intuito de criar e estreitar laços político-linguísticos entre os PALOP, Portugal e Brasil.

Como fruto desta aliança da língua portuguesa, dois grandes ícones foram criados a partir de reuniões como as de São Luís do Maranhão em 1989. O primeiro deles foi o IILP (Instituto Internacional da Língua Portuguesa), responsável pela autonomia científica e financeira da língua, que se instalou oficialmente à CPLP em 2000. Já o segundo signo de representatividade do português discutido em São Luís foi a própria CPLP, que um septênio depois foi consolidado na Reunião de Belém, em Lisboa. O objetivo principal da CPLP era, e o segue sendo, solidificar parcerias “político-diplomática e de cooperação econômica entre os países de língua portuguesa”, através de uma “comunidade geolingüística formal” (Oliveira, 2013: 416).

3.5 Novos horizontes para a política expansionista.

Passados os períodos de reestruturação política mundial que afetaram diretamente a expansão da língua portuguesa, sobretudo de 1930 a 2004, pode-se dizer que o português começou a ter mais espaço na empreitada da política expansionista. A partir de 2004, o idioma começou a participar mais ativamente no mundo pós-Guerra Fria, passando a exercer influência no campo político e econômico. No caso do português brasileiro percebeu-se ainda mais essa influência devido à promessa de visibilidade econômica e política após o país ter passado a fazer parte dos BRICS em 16 de maio de 2008. Como consequência desse carácter expansionista político-econômico, pôde se constatar que a língua portuguesa começou a ascender no *ranking* de línguas mais influentes no mundo, já que houve mais democratização interna, sobretudo no Brasil, melhorando os serviços dos cidadãos e ampliando a classe média, que por sua vez passou a ter

mais acesso à educação, criando mais oportunidades de representatividade da nossa cultura e língua através da internet e até mesmo de contato com culturas diferentes: seja por mais procura pelo turismo brasileiro por parte dos estrangeiros, ou por parte dos brasileiros que passaram a viajar mais, exercendo assim um papel de ‘diplomata’ da cultura e do português pelo mundo. Tais contatos com o mundo exterior favoreceram e continuam favorecendo a visibilidade e expansão da língua portuguesa internacionalmente, bem como a promoção de todas as culturas que compõem a CPLP.

Ao longo da história o homem tem criado os mais diferentes meios e ferramentas de comunicação, o que acabou melhorando muito o padrão de vida de muitos. As conclusões que podem ser tiradas sobre essa melhoria na vida de muitos, devido ao avanço da comunicação e da *sociedade do conhecimento*, pode ser um pouco complexa e contraditória como bem explica o economista austríaco Fritz Machlup (1962)³⁸. É inegável que com “a informatização da produção e o crescimento dos serviços e dos bens intangíveis das TICS”, as línguas têm ganho mais expressividade no mercado econômico, pois tais TICs, são “*línguointensivas*”. Por línguointensivas, entendessem as tecnologias que dependem claramente da língua para sua realização. Como destaca Oliveira (2013: 418), no período Pós-Guerra Fria com a vitória do capitalismo, “a língua é ela mesma meio de produção e deve ser computada, portanto, em seu valor econômico, pela nova econometria”.

Mas quais são, exatamente, as consequências e os resultados do sistema capitalista no campo da economia das línguas? A resposta para este tipo de questão é simples, novas possibilidades de trabalho são oferecidas não somente em um, dois ou três idiomas dominantes, mas sim em vários, entre eles o português. De tal modo, empresas que querem se destacar ou até mesmo sobreviver no mundo dos negócios têm, por obrigação, que investir em conhecimento linguístico, incentivando o aprendizado de línguas estrangeiras por parte de seus funcionários. Como exemplo, citamos as empresas Facebook, LinkedIn, Twitter, Wikipédia, Google, Bing e várias outras redes sociais que atingem a massa a nível global. As línguas estão presentes em todos os lados e o aprendizado e conhecimento de línguas é indispensável no mundo hoje. Não somente

³⁸ Machlup, Fritz. *The production and distribution of knowledge in the United States*. Vol. 278. Princeton university press, 1962.

as empresas investem e lucram hoje com a economia linguística, mas principalmente os países que adotam a política expansionista de seus idiomas e cultura.

[...] chama a nossa atenção a velocidade dos processos e a 'nova centralidade' que ganha, no mundo todo, a questão das línguas. Há uma nova pressa, os diversos países agem com rapidez. Países que nunca trataram da questão das línguas apressam-se em elaborar programas. Países que tradicionalmente são 'clientes' de políticas linguísticas vindas de fora apressam-se em formular seus próprios delineamentos. Oficializam-se novas línguas, reformam-se os sistemas de ensino de línguas estrangeiras, novas línguas lutam para entrar nos currículos, novos e grande bancos de dados de línguas são financiados e desenvolvidos. De repente a questão de formação de professores de línguas é capaz de mobilizar de modo novo, e se coloca no centro de disputas de hegemonia. Certificados de proficiência novos são criados, apoiados em novas estruturas de financiamento e divulgação. Acordos ortográficos se tornam realidade depois de tantos anos de espera e indecisão. Não é por acaso que a UNESCO declarou, em 2008, que 'As línguas importam!' através do Ano Internacional das Línguas, que chamou a atenção para vários fenômenos do nosso tempo, como por exemplo a perda ou extinção de línguas.' (Oliveira, 2009: 1 *apud* Oliveira 2013: 418).

3.6 As oportunidades para o idioma.

Entre as línguas que mais se divulgam atualmente, o português, sem sombra de dúvidas, é um dos idiomas que mais chances e oportunidades tem no mercado linguístico global. Como característica intrínseca da globalização e do multilinguismo atual, novas alianças econômicas são feitas entre países e seus governantes. Como não poderia deixar de ser, devido à expressividade econômica e política de países como o Brasil, Portugal, Angola, entre outros da CPLP, o português vem se destacando e se apoderando de seu valor econômico na chamada econometria linguística. Para medir determinado valor, foram criadas iniciativas que acompanham “os desenvolvimentos teórico-metodológicos”. Luís Reto (2012) foi um dos responsáveis por essas iniciativas de se valorar a língua. Entretanto, a pergunta *como se mede o valor econômico de uma língua?* deve pairar na cabeça daqueles que ainda não estão familiarizados com o tema. Para medir o valor de uma língua é necessário avaliar “qual é o coeficiente de participação da língua nos diferentes ramos em que se divide a Contabilidade Nacional, segundo sua participação no Produto Interno Bruto”. Para que se possa identificar um coeficiente linguístico é necessário avaliar o ramo de produção em que a língua está sendo utilizada, por exemplo, por razões evidentes, no campo da educação o

valor econômico da língua é total, pois este ramo depende em absoluto do uso da língua. Já nos setores industrial e agrícola, o uso da língua tem um valor mais baixo. No setor de serviços, seu valor será mais alto, e assim por diante. Em suma, “o valor econômico da língua será o cômputo do seu valor em cada uma das economias onde funciona, acrescido das relações econômicas internacionais que ainda possibilita” (Oliveira, 2013: 418 - 419).

Calvet (2012)³⁹ propõe uma *Teoria Orbital das Línguas*, na qual o autor explica que o que acontece no mercado linguístico é um jogo de poder no qual quem comanda a expressividade de uma língua é aquele que detém as “mercadorias linguísticas”, ou seja, aqueles que têm interesse em divulgar a sua língua com a intenção de que seus produtos sejam mais facilmente mercantilizados. Se o interesse de compra e venda de um determinado produto é alto, automaticamente, a língua ‘mãe’ desse produto ganha visibilidade e expansividade.

O multilinguismo atual que facilita trocas mercantis não favorece somente o capitalismo, mas também a expansão da língua portuguesa que conta com significativas oportunidades de divulgação mercantil devido aos países que a têm como língua materna, língua segunda e estrangeira. Somos conscientes que a tarefa de divulgar esta língua exige esforço, pois, antes de gerarmos táticas de divulgação internacional, temos que rever primeiramente o que se passa em cada um dos países da CPLP no que concerne à educação, ensino e promoção da língua e respectivas culturas lusófonas.

Seguindo com a situação da língua portuguesa no contexto do multilinguismo, gostaríamos de apresentá-la como a força catalisadora que possibilita a internacionalização das instituições dos países que a representam, os PLP. Como proposta de nossa pesquisa, nos dedicaremos a avaliar especificamente o caso brasileiro da língua que segundo OLIVEIRA (2013) “tem gerado produtos político-linguísticos bastante concretos”, ainda que se deva reavaliar experiências de intercâmbio passadas para aprimorar as trocas linguísticas e mercantis. De acordo com esse mesmo autor:

[...] a pressão pela internacionalização das instituições significa uma inflexão nova na política que se aplicou em décadas passadas, no caso brasileiro, e que se orientava, sobretudo à construção de um mercado interno integrado e protegido da concorrência

³⁹ Calvet, Louis-Jean. "Le marché aux langues. Les effets linguistiques de la mondialisation." *Paris, Plon 1* (2002): 20.

internacional, com políticas (fiscais, cambiais, de investimento, etc) que podem ser consideradas extensão modernizada da antiga 'substituição de importações', característica de países com pouca capacidade competitiva e que viam na proteção do mercado uma via para a industrialização e a diversificação da produção. [...] A política do Estado brasileiro nesse âmbito destruiu um capital linguístico que dava conectividade ao Brasil e, que se tivesse sido explorado, poderia ter colocado as instituições do país, hoje, num outro patamar de trocas e intercâmbios culturais e econômicos, a partir do aproveitamento de recursos linguísticos instalados no país, em especial com relação ao alemão, ao japonês, ao italiano, ao espanhol, ao polonês, ao ucraniano e ao árabe.” (Oliveira, 2013: 427).

Constatamos que no Brasil, a receptividade de outras normas e variedades da língua portuguesa é muito falha, ou até mesmo quase nula. Se um cidadão brasileiro tem curiosidade de ver alguma programação televisiva, escutar alguma transmissão de rádio de outro país que também fale português, essa curiosidade não será atendida com tanta facilidade. Enquanto países como Portugal, Angola, Cabo Verde ou Moçambique têm acesso ao que exportamos no que diz respeito às produções midiáticas, o Brasil, por outro lado, está limitado a acessar as variedades da língua portuguesa. Obviamente, contamos com o acesso a diferentes fontes de informação, sobretudo com a internet, mas a questão chave nesta discussão é que o Brasil não recebe com tanta facilidade as variedades da lusofonia e isso gera um certo isolamento no intercâmbio linguístico e cultural. Se se aumenta a potencialidade de *internacionalização da e via língua portuguesa*, estaremos dando um passo a mais na política expansionista desta língua. Possibilitaremos aos brasileiros mais chances de interagir com outras culturas e realidades econômicas de outros países. Assim sendo, devem-se estreitar os laços entre a CPLP, seus países associados e países candidatos a observadores. Ademais, deve-se incentivar as relações internas entre o Fórum de Macau – Fórum Para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os PLP. Do mesmo modo, parcerias políticas e econômicas devem ser feitas e mantidas com os cinco blocos econômicos onde o português é língua oficial, os já referidos Mercosul, União Europeia, CEDEAO, CEEAC e SADC. O português é língua oficial nestes cinco blocos econômicos que por sua vez estão inseridos no quadro das 26 organizações internacionais nas quais a língua também é oficial. Por conseguinte, internacionalizar o português é possibilitar o aumento do número de falantes do idioma em diversos espaços, gerando um maior interesse por parte dos estrangeiros ao conhecer o potencial econômico da língua, que ganha mais espaço em organizações como aquelas.

Devido à falta de incentivo à internacionalização do português brasileiro, muitos dos jovens e cidadãos que representam esta cultura e realidade linguística no exterior fazem-no utilizando outras línguas; seja através do inglês que é principal língua de divulgação científica e tecnológica nesse começo do século XXI, ou até mesmo através do espanhol, que por ocupar o segundo lugar no *ranking* das línguas mais faladas no mundo têm grande influência no atual multilinguismo.

Reconhece-se a importância da criação de programas como o *Programa Inglês Sem Fronteiras* criado pelo Ministério da Educação do Brasil. Dito programa é uma iniciativa do MEC para incentivar o aprendizado do inglês e para proporcionar uma mudança abrangente na estrutura do ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do país. O programa também leva este nome por ser oferecido aos candidatos à bolsa de estudos do *Programa Ciências Sem Fronteiras*. Com essa tentativa exemplar de inserção cultural no contexto do multilinguismo, o programa possibilita o aperfeiçoamento da língua inglesa por parte daqueles que representarão a cultura brasileira e sua respectiva realidade linguística. Do mesmo modo, o IsF propicia a capacitação de estudantes de graduação e pós-graduação, de universidades públicas e privadas, para que estes possam alcançar o nível de proficiência exigido nos exames de ingresso nas universidades anglófonas. Constata-se, portanto, que aperfeiçoar a interação com a língua inglesa disponibilizará um mercado linguístico mais expressivo para os PLP, através da tradução de pesquisas científicas feitas em nosso idioma para o inglês, e pelo acesso à produção científica e tecnológica feitas na língua anglo-saxônica.

Pelo fato de a língua inglesa ser considerada como ‘a língua científica’, o país que melhorar sua interatividade com o idioma poderá ganhar significativamente com esta reciprocidade e intercâmbio linguístico. No caso do Brasil, especificamente, se poderia criar alianças com seus parceiros BRICS que compõem o IBAS, países estes que contam com instituições de ensino superior e ensino a distância em língua inglesa e que se dispõem a acordos educacionais e de pesquisas mais estreitos e desenvolvidos.

Por uma questão de localização geográfica, a língua espanhola estende-se até ao Brasil e é a língua que sustenta as articulações no Mercosul e da Unasul. Criar alianças estratégicas com a língua de Cervantes também favorece a expansão do português, pois a língua castelhana está presente em 21 países dispersos em três continentes e conta com “potencial de intercompreensão e interoperatividade que otimiza o investimento de tempo e esforço” (Oliveira, 2013: 429). Pelas

vastas condições de política de reciprocidade entre o Brasil e Argentina, assim como acontece também entre Portugal e Espanha, é possível que a língua portuguesa se utilize de mais este meio de interação com outra língua estrangeira para que se internacionalize.

Uma outra maneira de se trabalharem outras políticas linguísticas no Brasil, a fim de aumentar a visibilidade do país e da língua portuguesa nesta internacionalização, instrumentalizando muitas das línguas faladas por muitos brasileiros e que são “comuns a outros países, como o alemão, o japonês e o ucraniano”, entre outras. Também se acredita que se deve incentivar a internacionalização através da língua portuguesa, “seja pela exploração da cooperação com os países da CPLP, seja pelo *Fórum de Macau*, com a China, ou ainda através dos mais de oito milhões de falantes de português nas diásporas, língua que vai se tornando permanente em países de importância, como os Estados Unidos da América”. É importante que seja consolidada uma ação conjunta, entre os membros da CPLP, que coloque a língua no patamar de *língua policêntrica* e de tal forma, possamos utilizá-la como meio de comunicação internacional nas trocas econômicas e culturais que acontecem no mundo hoje (Oliveira, 2013: 429 - 432).

4 O papel da CPLP na divulgação da língua e da cultura de seus países.

Neste capítulo, trataremos as questões concernentes à CPLP. Temos como meta aqui descrever o processo de formação da comunidade, discutir a participação de seus estados membros e associados, explorar seus objetivos primários e conseqüentemente avaliá-los, para que então possamos contribuir com a dinâmica de divulgação da língua portuguesa, patrimônio social e cultural de cada um dos estados que integram a comunidade. Este capítulo baseia-se na descrição histórica da CPLP encontrada na página web da própria comunidade e na análise de seu discurso. Ademais, contamos com as considerações de autores especialistas no assunto para fundamentar nossa opinião sobre seu funcionamento, entre eles, destacamos (Gaivão, 2010a), (Gaivão, 2010b), (Mateus, 2002a), e (Oliveira, 2013). Também discutiremos as questões mais pertinentes sobre o papel do IILP que é uma das entidades mais importantes no processo de difusão cultural e linguística do português.

A criação de uma comunidade comum a países que falam a mesma língua é uma ideia óbvia e que conta com a contribuição de fatores históricos como a colonização e trocas mercantis e culturais para solidificar políticas conjuntas, que favoreçam os estados participantes dessa comunidade. Como não poderia ser diferente, a língua portuguesa serve de catalisadora para unir os estados da CPLP, promovendo-se como língua global e auxiliando o processo de desenvolvimento e democrático de cada membro participante. Gaivão (2010a: 85) comprova essa ideia ao citar Huntington (2009)⁴⁰, onde este afirma que “organizações internacionais baseadas em Estados com um substrato cultural comum [...] têm muito mais sucesso do que aquelas que tentam transcender as culturas”. De maneira mais específica, referindo-se à CPLP, Gaivão (2010a) também expõe o potencial da proposta da lusofonia ao seguir com as palavras de Pinto (2005)⁴¹: “este último aspecto revela-se determinante no reassumir das continuidades no mundo lusófono, pois os povos, mesmo separados pela ideologia ou pelo regime político, se estiverem unidos pela cultura, tendem a aproximar-se” (Pinto, 2005 *apud* Gaivão, 2010a: 6). Assim sendo, será

⁴⁰ Huntington, Samuel. *O Choque das Civilizações*. Lisboa: Gradiva, 2009.

⁴¹ Pinto, José Filipe, and José Carlos Gaspar Venâncio. *Do império colonial à comunidade dos países de língua portuguesa: continuidades e discontinuidades*. Vol. 2. Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), 2005.

apresentado *a priori* um panorama sobre a história da CPLP e se discutirá a participação de seus Estados Observadores Associados e Consultivos.

Em 1983, Jaime Gama, o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, visitou Cabo Verde e advogou a favor da criação de um acordo comunitário entre os países de língua portuguesa. Segundo o próprio ministro, era necessário um “processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados pela África, Europa e América”. A partir desta necessidade, constatou-se a importância de realizar reuniões administrativas rotativas entre os Chefes de Estado ou Governo para promover encontros anuais e com certa regularidade em organizações internacionais como a ONU, e então “avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar”. (CPLP, 2016)⁴².

Alguns anos após as proposições de Jaime Gama, o processo de criação da comunidade se fortaleceu e o primeiro encontro ocorreu no Brasil, na cidade de São Luís do Maranhão em novembro de 1989. Conforme afirma a própria CPLP, destaca-se “o empenho do então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira” que a convite do ex-presidente brasileiro José Sarney, ajudou a realizar o primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governos dos Países de Língua Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Nesta mesma reunião, foi decidido que para uma melhor promoção da língua seria necessário a criação de um instituto que gozasse de personalidade jurídica, que fosse dotado de autonomia científica, administrativa e patrimonial, e que fosse o responsável pela divulgação da língua pelo mundo - o IILP.

Em seguida, em fevereiro de 1994 na cidade de Brasília foi realizada uma segunda reunião com os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de cada um dos então sete Estados Membros da CPLP. Desta reunião saiu a recomendação a de que cada um dos Governos participantes das Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo adeririam ao ato constitutivo da CPLP. Além das recomendações feitas nesta reunião de fevereiro de 1994, foi de comum acordo que se realizaria a constituição de um Grupo de Concertação Permanente e que tal grupo seria

⁴² Gama, Jaime. Processo histórico. CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2752.aspx>>. Acesso em: 10 abril, 2016.

“sedeado em Lisboa e integrado por um alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (o Director-Geral de Política Externa) e pelos Embaixadores acreditados em Lisboa”⁴³, já que a cidade era a única capital lusófona que hospedava embaixadas de todos os países membros da CPLP. Como resultado da Cimeira de Lisboa e para direcionar o processo de institucionalização da CPLP, foram analisadas substancialmente a cooperação entre os países da comunidade e os acordos que seriam estabelecidos. Ademais, abordaram profundamente áreas como a concertação político-diplomática, a cooperação económica e empresarial, a cooperação com organismos não governamentais e a entrada em funcionamento do IILP. Para ver o resultado desta reunião interparlamentar, (ver anexos I e II).

Devido ao reconhecimento dos benefícios sociais e económicos que os países da CPLP teriam, uma vez formada a comunidade, os ministros representantes de cada Estado Membro se reuniram em junho de 1995 em Lisboa. Como propósito desta reunião, discutiram a validade da constituição da CPLP e validaram os esforços realizados pelo Comitê de Concertação Permanente, fortificando os compromissos assumidos em uma reunião prévia realizada em Brasília. Destes diversos encontros concluiu-se que mais duas Cimeiras aconteceriam antes de se oficializar a CPLP. Uma delas deu-se no final do primeiro semestre de 1996 em Lisboa e a seguinte no dia 17 de julho de 1996, data essa que marca o nascimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A princípio, a CPLP era formada por sete países, citados linhas atrás, e em 20 de maio de 2002 a entidade recebeu o Timor-Leste após sua independência tardia; da mesma forma e mais recentemente a comunidade incorporou mais um estado membro, a Guiné-Equatorial que também se tornou membro de pleno direito. A criação e consolidação da CPLP representa o estreitar de laços sócio-políticos entre os nove estados membros atuais através de um diálogo pela lusofonia. Diálogo esse que já existia desde a década de 70 entre o Brasil e Portugal especificamente, respeitando as bases constitucionais apresentadas na *Declaração Constitutiva* de 1996 e nos *Estatutos da Comunidade* de 2007. Claramente, a nossa língua foi o que possibilitou a união política entre os estados participantes da CPLP, estados espalhados pelo globo terrestre e que contam no total com mais de 250 milhões de pessoas que a usam como seu patrimônio histórico e cultural.

⁴³ CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2752.aspx>>. Acesso em: 10 abril, 2016.

Como resultado da união política proporcionada pela CPLP, os “Nove”, como a própria comunidade os denomina, promovem a “coordenação de atividades das instituições públicas e entidades privadas no incremento da cooperação”⁴⁴ entre seus participantes. Tais atividades são direcionadas aos setores que requerem mais urgência na solução de seus conflitos, como por exemplo a saúde, educação, segurança alimentar e o meio ambiente. A CPLP visa contribuir com melhorias a cada um dos estados que a compõem, através de uma ajuda e colaboração mútua internacional. Os nove países podem contar com seus recursos próprios, “com parcerias com outros organismos internacionais, organizações não-governamentais, empresas e entidades privadas, interessadas no apoio ao desenvolvimento social e econômico dos países de língua portuguesa⁴⁵”. Ademais das empresas e organizações que facilitam recursos econômicos à CPLP, a comunidade também ascende na participação político-diplomática de representantes internacionais como a ONU, a FAO e a OMS.

Como se pode prever, a CPLP é um instrumento capaz de fortalecer ou aumentar a capacidade de negociação internacional de seus participantes, seja através de influências políticas ou através da cooperação econômica facilitada por empresas internacionais que veem na CPLP um potencial de influenciar a economia global.

Entre os princípios e objetivos da CPLP, gostaríamos de destacar aqueles que melhor resumem os propósitos da comunidade. Com relação aos princípios destacamos: i) igualdade soberana dos estados membros; ii) não ingerência nos assuntos internos de cada estado; iii) respeito pela identidade nacional; iv) reciprocidade de tratamento; v) primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; vi) respeito pela sua integridade territorial; vii) promoção do desenvolvimento; e viii) promoção da cooperação mutuamente vantajosa. No que diz respeito aos objetivos, utilizamos a descrição encontrada na página da comunidade:

“A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação

⁴⁴ CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2752.aspx>>. Acesso em: 10 abril, 2016.

⁴⁵ *Ibidem*.

social; a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.” (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 2016)⁴⁶.

4.1 Estatutos dentro da comunidade.

A CPLP, como já está claro até ao momento, é uma comunidade de acordos multilaterais a nível internacional que conta com um idioma comum para unir os países envolvidos, membros ou associados, a partir de seus interesses econômicos. O que mais chama a atenção nessa união é que ela se dá porque um patrimônio histórico, cultural e compartilhado, a língua portuguesa. Portanto, divulgar a língua é divulgar a cultura dos “Nove”, suas sociedades e suas economias. Por conseguinte, para valorizar ainda mais o idioma, foi criado o IILP, sediado em Cabo Verde, e que é o Secretariado Executivo da CPLP, o responsável por criar “uma rede de parcerias voltadas para o lançamento de novas iniciativas nas áreas da promoção e difusão da língua portuguesa”⁴⁷.

Seguindo seus princípios e objetivos, a intenção da CPLP é estreitar o contato entre seus países membros e também com outros estados e governos que tenham interesse em participar da comunidade, seja como Observador Associado ou como Observador Consultivo.

Para que a adesão de outros estados que não têm o português como língua nativa fosse possível, em julho de 1998 criou-se o Estatuto de Observador em Cabo Verde. Esse estatuto é fruto das discussões realizadas na II Cimeira de Chefes de Estado e do Governo que aconteceu na Cidade da Praia. Alguns anos depois, em 2005, o Conselho de Ministros da CPLP se reuniu em Luanda e estabeleceu as categorias de Observador Associado e de Observador Consultivo.

Para que um país seja aceito na CPLP como Observador Associado, este mesmo país tem que cumprir com o pré-requisito básico de compartilhar os ideais e princípios que regem a comunidade. Isso acontece, principalmente, quando o país candidato está disposto a seguir o teor democrático dos países membros. Os novos e futuros associados devem comungar de uma “boa governação” e do “respeito dos direitos humanos”, além de prosseguirem “através dos seus

⁴⁶ CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2763.aspx>>. Acesso em: 10 abril, 2016.

⁴⁷ CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2752.aspx>>. Acesso em: 10 abril, 2016.

programas de governo objetivos idênticos aos da Organização, mesmo que, à partida, não reúnam as condições necessárias para serem membros de pleno direito da CPLP”⁴⁸.

O processo de adesão à CPLP é feito através de uma candidatura que é apresentada ao Secretariado Executivo da comunidade, passando pela apreciação do Comitê de Concertação Permanente e que em seguida é encaminhada ao Conselho de Ministros que advogará a favor ou contra à participação do novo estado. Uma vez realizado este processo, a Cimeira de chefes de estado e de governo decidirá a pertinência da integração do novo estado à CPLP.

O estatuto de associado permite que o novo estado integrante participe das Cimeiras de chefes de estado e de governo, entretanto, sem direito a voto. Do mesmo modo, o novo membro participará do conselho de ministro, onde seu acesso “à correspondente documentação não confidencial”⁴⁹ será permitido. Contará com a possibilidade de apresentar comunicações, uma vez que as mesmas sejam autorizadas e receberá o convite para Reuniões de carácter técnico quando pertinente.

Pelo fato de a CPLP ser uma comunidade que prima a igualdade soberana de seus estados membros, estes poderão solicitar qualquer tipo de reunião ou evento sem a participação dos estados observadores. Da mesma maneira, caso alguma das condições pré-estabelecidas no momento da adesão dos estados associados ou consultivos não seja cumprida, o órgão responsável pela admissão do novo estado decidirá se este continuará ou não fazendo parte da CPLP. Tais decisões são tomadas com base na proposta do Secretariado Executivo e após apreciação pelo Comitê de Concertação Permanente.

De acordo com as premissas apresentadas anteriormente e com os direitos postos no artigo 7º dos Estatutos (ver anexo II), em julho de 2006 a República da Guiné-Equatorial e a República da Ilha Maurício passaram a integrar a CPLP como observadores associados. Dois anos mais tarde, em julho de 2008, Senegal também recebeu o mesmo título no XIII Conselho de Ministros sediado na capital portuguesa. Dando continuidade às adesões, no dia 23 de julho de 2014, durante a X

⁴⁸ CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: < <http://www.cplp.org/id-2765.aspx> >. Acesso em: 10 abril, 2016.

⁴⁹ *Ibidem*.

Conferência de Chefes de Estado e de Governo na cidade de Dili, as Repúblicas da Namíbia e da Turquia, o Japão e a Geórgia também integraram o grupo de observadores associados da CPLP.

Além de oferecer o estatuto de Estados Observadores, a comunidade também permite a participação de novos membros através do estatuto de observador consultivo. No ano de 2006, durante a Cimeira de Bissau várias entidades da sociedade civil receberam este título e passaram a participar da comunidade. Três anos mais tarde, no dia 20 de julho de 2009, durante a XIV Reunião do Conselho de Ministros na cidade da Praia, foi aprovado o Regulamento de Observadores Consultivos da CPLP que descrevemos a seguir⁵⁰. Dito documento revisa a “tramitação para os pedidos de concessão da categoria e, noutra linha, estabelece os mecanismos da cooperação dos Observadores, entre si e com a CPLP”⁵¹.

O Regulamento foi a materialização da grande demanda de entidades civis que tinham e seguem tendo interesse em se associar à CPLP como observadores consultivos. Segundo as informações encontradas na página web da comunidade em 13 de julho de 2016, a CPLP conta com a parceria de sessenta e três entidades que aceitaram contribuir com a promoção da entidade e da língua portuguesa, preservando sempre “os princípios orientadores expressos nos Estatutos da CPLP, bem como a índole política e o carácter não confessional da Organização”. Devido à grande adesão de Consultivos, a CPLP reserva-se no direito de aceitar no máximo cinco novos observadores desta categoria por ano.

Bem como todo procedimento de incorporação civil e organizacional, para que uma entidade faça parte da CPLP ela deve passar por um processo de candidatura que segue os seguintes passos: a) Exposição detalhada dos motivos da candidatura; b) Estatutos da entidade candidata; c) Relatório e Contas do último exercício; d) Plano de atividades. Uma vez cumpridos esses requisitos, fica a critério da CPLP solicitar qualquer documento adicional que comprove a idoneidade e comprometimento da entidade postulante ao papel de observador consultivo. Uma vez cumpridos os critérios orientadores que em suma avaliam a viabilidade e potencial de contribuição dos observadores consultivos, a entidade candidata poderá exercer sua capacidade de atuação e cumprir com seu plano de atividades, previamente avaliados pela CPLP. Ao fazer parte

⁵⁰ Para mais detalhes sobre o regulamento, consultar Anexo III no final deste trabalho.

⁵¹ CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2442.aspx?PID=6904&M=NewsV2&Action=1&NewsId=3683>>. Acesso em: 10 abril, 2016.

da comunidade, a entidade civil aceita deverá cumprir com o regulamento de observadores consultivos e no caso de violar algum dos artigos pré-estabelecidos poderá ser suspensa por até um ano. Quando a entidade civil já fizer parte dos observadores consultivos ela colaborará em diversas áreas nas quais a CPLP desenvolve ações específicas e especialmente no que concerne a promoção e difusão da língua portuguesa. Dentre as muitas formas de cooperação entre a CPLP e os consultivos, o Regulamento de 2009 (Anexo III) destaca:

“[...] a. Troca de informações entre ambos; b. Parceria na implementação de projectos no âmbito da CPLP; c. Co-financiamento de programas, projectos e acções; d. Comparticipação financeira da CPLP, através do Fundo Especial, em projectos de Observadores Consultivos, quando apresentados à reunião dos Pontos Focais de Cooperação pelos Pontos Focais dos respectivos Estados membros e aprovados por aquele órgão; e. Comparticipação financeira dos Observadores Consultivos em iniciativas da CPLP.”

No capítulo IV desse mesmo documento, a comunidade esclarece quais são os direitos e deveres dos observadores consultivos. Sobre seus direitos, as entidades participarão de reuniões com o Secretariado Executivo, terão acesso a devidas decisões tomadas na Conferência de Chefes de Estado e de Governo no Conselho de Ministros, entre outros. Já sobre os deveres, gostaríamos de enumerar os seguintes: o apoio e promoção aos objetivos e princípios declarados nos Estatutos da CPLP; o apoio “ao alargamento e o aprofundamento da cooperação entre entidades dos Estados membros em todos os domínios de cooperação nos quais a CPLP se encontra estatutariamente empenhada”; a difusão de informações consideradas relevantes sobre o propósito e atividades da CPLP; a participação em atividades relacionadas com sua área temática sempre que solicitado, comunicação constante e explanatória sobre assuntos como orçamento, relatório de atividades ou alterações estatutárias aos Secretariado Executivo; e outros. Podemos dizer que a proposta da CPLP para os observadores associados e consultivos foi elaborada de maneira clara, íntegra e promissora. Entretanto, gostaríamos de a partir deste momento questionar alguns aspectos importantes sobre o funcionamento da comunidade, bem como de suas parcerias para avaliar se estas são coerentes e concisas como se espera.

4.2 As estratégias e o investimento econômico da comunidade.

Para que se apresentem nossas opiniões sobre o funcionamento da CPLP e suas políticas conjuntas, gostaríamos de abrir duas perguntas principais que darão margem a esta discussão. A primeira indagação é sobre as estratégias para a promoção da língua portuguesa como língua internacional, quais são elas? A segunda pergunta é referente ao investimento econômico-político oficial por parte da CPLP para a divulgação do português, como acontece tal investimento?

Como se apontou no começo deste capítulo, criar uma comunidade se beneficiando do bem comum que ela apresenta é algo óbvio e inevitável. No caso da CPLP esse bem comum é a língua portuguesa e os demais aspectos culturais que acabam sendo compartilhados entre diferentes culturas, de norte a sul, do ocidente ao oriente. Porém, ainda que os países membros da CPLP compartilhem patrimônios históricos e culturais, a realidade de cada um de seus estados é totalmente diferente em sua essência. Ou seja, uma comunidade como esta, teria que abordar os diferentes aspectos socioculturais de cada um de seus membros, para então promover o desenvolvimento específico e particular de cada um. Gaivão (2010a) exemplifica que a “adesão diferenciada, com oscilações e entusiasmos, com interrogações diversas” foi o contexto de criação da CPLP, bem como de suas reuniões e discussões:

“Durante a fase de institucionalização da CPLP, procedeu-se à auscultação das prioridades de cada um dos membros, uma vez que as expectativas eram necessariamente diferentes, como diferentes eram as condições sociais, políticas, regionais, económicas de cada um dos países, pertencentes a quatro continentes. Foram, pois, abordadas, de forma aprofundada, áreas como a concertação político-diplomática, a cooperação económica e empresarial, a cooperação com organismos não governamentais e a entrada em funcionamento do IILP. Neste âmbito e de acordo com Pinto (2005), enquanto o Brasil e Angola apostavam, como primeira prioridade, na “cooperação técnico-cultural”, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe dirigiam os seus interesses primordiais para o “estímulo ao desenvolvimento económico” e Portugal ambicionava, como primeira prioridade, “a concertação político-diplomática”. As reuniões preparatórias e constituintes da CPLP tornaram-se reflexo das naturais discrepâncias relativamente às opções expectantes dos Países, tendo, apenas, em comum, a Língua, a História de quinhentos anos, os muitos afectos que sobrelevaram alguns desafectos e muitos preconceitos recíprocos de parte a parte e a vontade de encetar caminho, desbravando o futuro.” (Gaivão, 2010a, p. 4).

A CPLP contou com a ajuda do contexto de mudança do final do século XX para se consolidar e prosseguir com a aliança política, econômica, diplomática e linguística entre seus membros; nesse cenário de transformação, sobretudo político-econômica, é que a comunidade pôde implementar ideias e criar planos de atuação no contexto internacional. Entre as mudanças ocorridas no final do século XX que influenciaram a consolidação da CPLP, assim como apontam Gaivão (2010a) e Oliveira (2013), destacam-se: as eventualidades do fim da colonização dos PALOP após a queda do regime autoritário em Portugal; “o início da redemocratização do Brasil, a partir da crise econômica posterior ao chamado 'milagre brasileiro' (1969-75)”; o fim da União Soviética, a queda do Muro de Berlim e consequentemente o fim da Guerra Fria; o aparecimento de potências emergentes no cenário internacional como o Brasil - por exemplo; e “o reforço do liberalismo ocidental” disseminado e dominado pelos EUA. Tais fatos foram alguns dos acontecimentos que contribuíram para que a CPLP pudesse colocar em prática seus ideais, que por sua vez se basearam em clarificar “a melhor definição de opções político-econômicas”, que beneficiariam cada um dos membros.

Há outros fatores determinantes considerados os mais influentes na difusão da língua portuguesa, já que representam de maneira tão peculiar, cada nacionalidade presente na CPLP - a cultura e a educação. Nos deparamos com a brilhante dissertação de mestrado de Luis Mascarenhas (Gaivão, 2010b) intitulada *CPLP: A cultura como principal factor de coesão*, e neste trabalho encontram-se muitas das referências para solidificar as proposições acerca da comunidade e seu funcionamento.

Não é o foco aqui discutir a história do colonizador e colonizado, e sim pensar em possibilidades estratégicas de divulgação do português através da presente união, solidariedade e fraternidade que existem entre os membros da CPLP, assim como discutir tais estratégias a fim de aprimorá-las e torná-las mais eficientes.

No caso do Brasil especialmente, sabe-se que a língua portuguesa foi imposta ou acolhida no seio de uma miscelânea linguística e cultural. Entre línguas ameríndias e africanas, o português pôde se institucionalizar como a língua que iria unir culturas além-mar. Devido à riqueza cultural que está representada na língua portuguesa, à importância e ao potencial que esta língua exerce no mundo hoje, sobretudo no Brasil que é tido como uma das grandes potências mundiais da atualidade, o idioma passou a ser obrigatório em países da América Latina, como a Argentina e o

Uruguai. Também como já mencionado, a Língua Portuguesa é idioma oficial no Timor Leste e continua exercendo influência em Goa e Macau, além dos dialetos derivados do português em Singapura, Sri Lanka e em outros lugares.

É prazeroso pensar que o povo brasileiro e lusófono tem em seu “DNA cultural” a adaptabilidade como “gene dominante”. Onde quer que estejam, esses povos são capazes de se adaptar aos contextos culturais mais improváveis e diferentes. Independente da historicidade dessa conduta, ou seja, de quem se tenha herdado estes traços culturais, os brasileiros e lusófonos são reconhecidos pelo carácter maleável que talvez venha de uma disposição a outras realidades, contextos e verdades. Gaivão (2010a: 9), após citar a tese do lusotropicalismo de Gilberto Freire e de outros especialistas como Eduardo Lourenço, descreve essa ideia de adaptabilidade dos portugueses em especial, da qual os brasileiros podem se apropriar por fazerem parte do mundo da lusofonia:

“A característica de imersão dos portugueses nos espaços culturais diferentes por onde realizaram e realizam as suas vidas reveste-se de uma forma particular e única de comportamento, e estas referências comportamentais, naturalmente que têm tendência a passar, por osmose social e de convívio, para as populações em contacto que, em sentido inverso, praticarão uma inicial réplica de costumes e usos e culturas, logo passadas para assimiladas, originando a miscigenação típica, e aprenderão e/ou ensinarão aquele especial toque de facilidade extrema de comunicação, de adaptação quer dos portugueses quer dos africanos ou brasileiros à diferença e à multiculturalidade, enfim, miscigenação que conduz ao que chamaríamos de “homo lusophonus”.”

Embora a expansão da língua portuguesa tenha tido seus tempos áureos - seja há mais de 500 anos atrás com as navegações marítimas, seja pelo contexto da globalização, sobretudo com o surgimento do liberalismo – o idioma ainda não tem o reconhecimento internacional que merece, e por isso tem que se questionar as estratégias de divulgação do mesmo.

Não se desconsidera em nenhum momento a relevância do idioma nas diásporas dos países da CPLP, entre elas, destacam-se países como: África do Sul, Austrália, Bermudas, Canadá, Espanha, França, Japão, Luxemburgo e Suíça. Também se reconhece a extrema importância da presença da língua portuguesa em organizações regionais e fóruns internacionais como a SADC,

CEDEAO, OCDE e a ONU; ainda que nesta última não seja reconhecida como língua oficial. Há um grande caminho a ser percorrido pelo Brasil e pelos membros da CPLP.

A VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que aconteceu em Lisboa no dia 25 de julho de 2008, foi uma das ações mais extraordinárias para a promoção da língua. Nesta conferência reconheceu-se que a língua é palavra-chave na criação de oportunidades de negócio entre mercados lusófonos e estrangeiros e que a língua é o que integra a sociedade e a economia. Também se admitiram outras políticas compartilhadas que promoveriam a difusão da língua portuguesa, como por exemplo, aquelas relacionadas com a formação de professores de português como língua não-materna, as tecnologias da informação e comunicação e a “satisfação pela entrada em vigor do Acordo Ortográfico e sua efectiva implementação, e igualmente, o compromisso para a unificação do vocabulário científico e técnico em Língua Portuguesa” (Gaivão, 2010a: 12).

Uma das características mais conflitantes sobre a CPLP são os enigmas sociais e culturais que cada um de seus membros têm enfrentado desde sempre. Esta comunidade se caracteriza pela unicidade da língua e diverge muito em suas questões educacionais e culturais. Pode-se dizer que é praticamente injusto comparar os diferentes contextos nacionais de cada um dos estados membros e isso a história de cada país é capaz de explicar. Ainda que esta comparação seja quase que censurável, ela serve, contraditoriamente, de mola propulsora para a melhoria e igualdade social necessária entre tais países, para que os objetivos da CPLP sejam concluídos. Obviamente, para que haja a esperada cooperação, “quer no âmbito lateral ou no âmbito multilateral”, é necessário que se definam políticas de ajuda aos países desfavorecidos da CPLP, para que assim eles possam se desenvolver nos setores que carecem de mais urgência como o setor da saúde, educação e cultura, pois sem estes elementos básicos, todo o resto se vê desamparado. Segundo os relatórios do CAD para o ano de 2008, ficou definido que os setores prioritários seriam atendidos pela APD, sendo que um dos alvos destes relatórios era o combate à pobreza nos países da CPLP (Gaivão, 2010a: 16 - 18). Para se especificar mais o investimento necessário nos setores da educação e da cultura nos países da CPLP, citamos Gaivão (2010a: 17) quando constata que ainda há um descaso com relação a tais setores:

“Ora a educação e a cultura têm sido descuradas em relação às outras vertentes, pelo que se torna necessário passar das palavras aos actos e dar maior capacidade financeira às actividades culturais e de promoção da Língua, por parte da CPLP e do seu IILP. O fenómeno global da utilização da Língua Portuguesa passa, obrigatoriamente, pelo seu ensino nas áreas estratégicas compostas pelos Países da CPLP, sobretudo nos PALOP e em Timor-Leste, tanto mais que estas ex-colónias apesar de terem herdado do colonizador uma situação grandemente deficitária no sector educativo da Língua, resolveram optar por ela como Língua Oficial e, todos, mantêm, igualmente, nessa Língua um conjunto de literaturas nacionais muito ricas e de várias expressões culturais. Torna-se urgente acudir às carências deste ensino da Língua, investindo na formação de professores nas áreas da Didáctica, tanto mais que as realidades culturais são distintas de País para País e é necessário proceder às adaptações regionais.”.

O essencial é começar por setores prioritários como estes, pois sem educação e sem cultura é impossível que uma identidade linguística e cultural se expanda e se sobressaia neste contexto globalizante em que todos estamos inseridos. Ao nos referirmos à educação e à cultura, englobamos todos os aspectos intrínsecos a estes setores, a começar pela simples educação básica.

4.3 Novas perspetivas, novas oportunidades.

É hora de sair do papel e passar à prática, mas como se coloca em prática esta estratégia de divulgação da língua? Cada caso é um caso, sobretudo com relação aos PALOP que contam com uma realidade cultural imensa e cheia de *nuanças*, tanto com relação às diversas identidades nacionais aí presentes quanto aos diferentes contextos em que cada país se encontra, politicamente e socialmente. Ademais dos PALOP, sem desconsiderar o Timor-Leste, há o caso brasileiro que também deve contar com uma política linguística mais específica, diferente do modelo português europeu, pois como uma suposta economia emergente, o Brasil passa por grandes conflitos no campo político e social. É necessário pensar a melhor maneira de se concretizar essa difusão linguística em mundos tão parecidos e ao mesmo tempo tão opostos.

Pode-se prever que a presença lusa nas américas e nos continentes africanos e asiáticos acabou gerando uma mescla cultural rica e cheia de peculiaridades. Cada país que compõem a CPLP faz parte da aliança da lusofonia, entretanto cada um desses membros possui sua identidade nacional própria, variações linguísticas e necessidades diferentes devido aos fatores políticos e

históricos de cada um. Portanto, pensar em uma estratégia singular para todos os países da CPLP é inviável, ainda que políticas conjuntas que beneficiem todos os membros seja a proposta inicial de cooperação. O termo *políticas conjuntas* aqui não se refere à implementação de um mesmo plano a todos os envolvidos, e sim à viabilização de políticas que sejam positivas a todos os estados participantes. Mesmo com toda a complexidade apresentada por diferenças culturais tão notáveis, concordamos com Luis Mascarenhas (Gaivão, 2010b), ao sugerir que os setores cultural e educacional são os mais importantes para a concretização da planejada difusão da língua portuguesa.

A intenção de se divulgar o português e a cultura lusófona foi a gênese da CPLP. Pode-se afirmar que estes dois tópicos são os motivadores principais da realização da comunidade. Ao analisar os documentos correspondentes às reuniões realizadas pela CPLP, Mascarenhas (Gaivão, 2010b) demonstra que aqueles setores foram os tópicos de discussão mais recorrentes durante os encontros. Conforme suas constatações, a Área Cultural que abarca “a Cultura, a Educação, a Ciência e Tecnologia, o Ensino Superior e, ainda, de forma extensiva, a Juventude e o Desporto e o Turismo, perfazem um total de 41 reuniões” (Gaivão, 2010b: 28 – 29). Totalizando respectivamente 10 e 18 reuniões a mais do que as relacionadas à Área de Segurança e Defesa, e à Área da Economia se unida à Área dos Pontos Focais da Cooperação. Seguramente, todas as áreas temáticas apresentadas nos documentos oficiais da CPLP devem ser apreciadas com a mesma rigorosidade para que o acordo comunitário funcione como o esperado. Mas como esse mesmo autor explica: “A área económico-financeira [...] não é tão referida na documentação «oficiosa» emanada no site da CPLP”. Em suma, o que o Gaivão quer dizer é que a CPLP, nestes seus exatos 20 anos, tem respeitado os ideais propostos no momento de sua criação, entretanto há áreas que seguem descobertas devido à falta de concisão política e investimento econômico, seja por parte da própria comunidade ou pelas empresas e instituições privadas “extra-CPLP” que também atuam a favor do desenvolvimento da entidade.

Boas ideias sem um plano de ação competente não passam de ideias. Desafortunadamente, pudemos verificar que muito se pensou, e se pensa, sobre a questão linguística e cultura na CPLP, mas pouco se fez e se faz para que as intenções saiam do papel e se tornem realidade.

Ao analisarmos os textos de autores como (Gaivão, 2010b), (Mateus, 2002b) e (Oliveira, 2013), observamos que há um consenso com relação a ditas estratégias de divulgação da língua

portuguesa e da cultura lusófona: os Países Membros da CPLP não entram em acordo quanto à viabilização das estratégias de promoção, um infeliz descompasso na realização dos planos é o que impossibilita a expansão da língua e da cultura. É como se houvesse um entusiasmo durante as reuniões que resultam apenas em verbalizações sobre o que se deve e se pode fazer, e essa dissonância culmina na perda de propósito e também de recursos financeiros necessários para o plano prático da comunidade. Em outras palavras, a atuação dos membros se pauta mais em uma discussão diplomática que não permite que a comunidade como um todo execute o seu potencial. Faltam a vontade política de realizar as ideias discutidas e o investimento que dignifique as intenções do mote inicial da CPLP, divulgar o português e suas culturas. Como exemplo dessa discordância, se encerra este subcapítulo, citando o embaixador brasileiro Lauro Moreira que em uma entrevista concedida a Luis Mascarenhas, expõe sua descrença ao funcionamento da comunidade utilizando o IILP como exemplo:

“...nós, hoje, temos na CPLP uma percepção unânime de que o IILP não funciona, nunca funcionou e não funciona, certo? Então, o corolário disto, eu insisto sempre, é o seguinte: muito bem, se não funciona, é porque nós não queremos que ele funcione, já que nós somos responsáveis por ele. O IILP é, hoje, um órgão da CPLP. E evidentemente, como o senhor sabe, ele foi criado sete anos antes da CPLP, e é de certo modo quase o embrião da CPLP, mas ele não funciona, porque nós não damos a ele as condições necessárias para funcionar. E que condições são essas? Em primeiro lugar, uma estratégia! (...) O que é o IILP? O que é que ele tem de fazer? Estou perguntando: quais são os objectivos? O IILP não é um centro cultural, evidentemente. A meu ver deveria ser um centro de reflexão da lusofonia e da Língua Portuguesa.” (Gaivão, 2010b: 41).

4.4 A representatividade do IILP.

Aproveitando o exemplo do “funcionamento estratégico” da CPLP descrito por Lauro Moreira, nos dedicamos agora a analisar a criação e o regimento do IILP.

Como se prevê pelo nome do instituto e de acordo com a descrição do mesmo encontrada em sua página web, o IILP “é um instrumento para a gestão comum da Língua Portuguesa, envolvendo todos os Estados Membros da CPLP. O IILP promove um contato mais estreito entre os países e suas equipas técnicas, permitindo a execução de uma política linguística

consensuada”⁵². O que se espera do IILP é que a difusão da língua portuguesa seja levada a cabo e que assim, o idioma possa cumprir o seu papel de divulgar a cultura da lusofonia, promover a educação, facilitar informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico produzido pelos países da CPLP, bem como oficializar o idioma em fóruns internacionais. O propósito da criação do instituto está claro, mas o seu funcionamento ainda precisa de algumas reformas práticas.

No ano de 1989 na cidade de São Luís do Maranhão, o então presidente do Brasil, José Sarney teve a iniciativa de criar o IILP. O autor Pinto (2005: 379 *apud* Gaivão, 2010b: 42) afirma que em realidade a ideia foi liderada por Adriano Moreira um ano antes no Recife, no Instituto Joaquim Nabuco. Entretanto, somente 10 anos mais tarde seus estatutos foram aprovados na Cimeira de São Tomé e em 2002 sua sede foi instalada em Cabo Verde.

Desde sua criação, a CPLP se preocupa em oferecer ao IILP as melhores condições de trabalho para que sua proposta seja efetiva. No entanto, o instituto passou por algumas surpresas desagradáveis devido à falta de financiamento de recursos humanos, tecnológicos e também devido à aprovação do Acordo Ortográfico de 1990, que acabou gerando controvérsias e atrasando o andamento dos demais projetos do IILP. De fato, ao analisar as asserções das reuniões realizadas sobre o IILP, poderá se comprovar que há um cuidado para que o instituto tenha credibilidade e funcione conforme o previsto, assim como recorda Gaivão (2010b: 43) ao citar a Quarta Mesa-Redonda de 1994, esperava-se que o “IILP fosse estruturado e instrumentalizado de forma realista e pragmática para que não fosse apenas um fórum de reuniões”.

Foram muitos os objetivos iniciais do IILP e infelizmente muitas das intenções continuam no plano das ideias por falta de investimento e gerenciamento. Quando apontamos para a falta de investimento, nos referimos à falta de capital disponibilizado pela CPLP e às parcerias e cooperações com instituições públicas e privadas originárias dos países membros da comunidade. Com orçamentos anuais que mal chegam aos 200,000.000 euros, o instituto não pode realizar suas tarefas eficazmente.

Partindo do pressuposto básico de que se não há investimento não há trabalho realizado, os recursos humanos e tecnológicos do IILP se mostram precários e podem comprometer a imagem

⁵² IILP Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.iilp.cplp.org/iilp.html>>. Acesso em: 12 junho, 2016.

da língua portuguesa, conseqüentemente de todo o seu potencial e valor econômico. Ao analisarmos a página do IILP⁵³, veremos que a apresentação do site peca por falta de informação e conteúdo. O que chama a atenção logo a primeira instância é o simples fato de que o instituto não possui um e-mail de contato no qual configure o domínio do próprio IILP, ou seja, o endereço encontrado na página tem a extensão “@gmail.com”. Por se tratar de um e-mail institucional ou corporativo, o mínimo que se esperaria de uma página web com tamanha importância para a língua é que seu correio eletrônico não tivesse como site de hospedagem uma conta de e-mail gratuita. Além do e-mail, os textos de apresentação e os *web links* encontrados na página não fornecem informações completas sobre o papel do instituto e guiam os visitantes da página à informações vagas, ou até mesmo não existentes ou falhas. Nota-se que as atualizações do site não ocorrem com frequência. No link “PUBLICAÇÕES” por exemplo, o leitor encontrará apenas 4 exemplares da revista Platô⁵⁴ - um dos projetos do IILP - que foram facilitadas para leitura no ano de 2014, ou seja, as últimas publicações do site foram feitas há 2 anos. O mesmo acontece com outro projeto do IILP, o PPPLE disponível na página do instituto. Ao aceder à página, o profissional de línguas que desejar utilizar as atividades “disponíveis” se deparará com os mesmos “erros técnicos”; em outras palavras, muitos materiais não estão disponíveis. Reconhecemos, no entanto, que o Blogue do IILP, também encontrado na página do instituto, conta com mais variedade e diversidade de publicações. O que se pretende expressar neste momento é que simples detalhes como os descritos neste parágrafo podem aparentar um descaso e falta de profissionalismo do instituto, principalmente se comparados com sites de outras instituições do mesmo teor promocional. Percebe-se que por falta de orçamento e pela inadimplência de alguns dos países membros, esse tipo de detalhes tão básicos e essenciais acabam sendo deixados de lado e sem seriedade compõem o cartão de visita da língua. Gaivão (2010b: 44) descreve esta situação com exemplos tão concretos quanto os trazidos aqui:

“Os meios financeiros e humanos prometidos levam demasiado tempo a chegar, são manifestamente insuficientes e, em Julho de 2008, a XIII.^a Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP ratifica o orçamento desse ano no valor de 183.230,00 euros [...], quantia completamente irrisória para um desempenho aceitável. Aliás, o mesmo se repete em 2009, na XIV.^a Reunião, com o orçamento de 189.441,87 euros [...], ainda por cima songadas a estes orçamentos as contribuições de metade dos países

⁵³ Consulta realizada em 20 de junho de 2016.

⁵⁴ Revista do Instituto direcionada para a publicação de artigos sobre a língua portuguesa.

membros, como se depreende pela reiterada constatação em documentação do IILP e também notificada pela comunicação social, de que apenas Brasil, Portugal, Angola e Cabo Verde contribuem com normalidade com as quotas respectivas para o orçamento do IILP, sendo que os outros países são irregulares ou, até mesmo, nunca contribuíram. Este facto vem descrito nas Actas do 2º e 3º Conselhos Científicos do IILP, Praia 4 de Julho de 2007 e Lisboa 4 de Julho de 2008, o que, como se pode ler: “impossibilita a gestão eficiente do orçamento de funcionamento mas também inviabiliza o estabelecer de um orçamento de investimento”, e até “um orçamento específico para custear despesas previstas para as reuniões do C.C. do IILP a realizar, ordinariamente, uma vez por ano.”.

Ademais dos projetos PPPLE e a Revista Platô, o IILP também é responsável pelo VOC, pelo Projeto de Terminologias Científicas e Técnicas Comuns, e pelo Plano de Leitura da CPLP. O VOC foi reconhecido formalmente pela CPLP na Cimeira de Chefes de Estado em julho de 2014 em Díli. Este projeto “é a plataforma composta por um vocabulário etiquetado que permite saber [...] o uso atestado de cada uma das palavras em cada país da CPLP, possibilitando visualizar que palavras são comuns a todos os países e que palavras ocorrem em que país ou países especificamente⁵⁵.” Já o Projeto de Terminologias Científicas e Técnicas Comuns foi tema da Reunião dos Ministros de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, realizada em 2014 em Maputo. Dito projeto tem como meta a padronização da linguagem, criando bases terminológicas comuns aos nove países da CPLP nos quesitos técnico e científico. Esse último projeto também foi aprovado pelos países Membros e conseguiu o aval do Ministério da Educação brasileiro para a realização da *I. Reunião Técnica Internacional para a Elaboração das Terminologias Técnicas e Científicas Comuns*, previstas no Acordo de 1990 no Plano Estratégico da Educação Superior, Ciência e Tecnologia (2014 – 2018) e no Plano de Atividades da Direção Executiva do IILP (2014). Mais recentemente, o Plano de Leitura CPLP também foi incorporado ao Plano Estratégico do IILP. Segundo a atual diretora executiva do instituto, Marisa Mendonça, a CPLP prepara-se para uma nova empreitada, a implementação do Plano de Leitura CPLP:

“[...] que não pretende substituir os planos de leitura nacionais, mas que pretende ser um plano mais comunitário, um plano que traga outras dimensões para além daquelas que são

⁵⁵ Blogue do IILP. 9 dez, 2015. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2015/12/09/vocabulario-ortografico-comum-voc-disponivel-para-consulta/>>. Acesso em: 18 junho, 2016.

traduzidas pelos planos nacionais e que possa ter uma dimensão diferente, de outra complexidade, mas sem ter o objetivo de substituir os planos de leitura nacionais.”⁵⁶

4.5 A questão do Acordo Ortográfico, de 1990 a 2016.

Outro projeto também responsável pela divulgação da língua portuguesa e que talvez seja o mais conhecido porque atinge a todos os falantes do idioma, é o Acordo Ortográfico de 1990. O propósito do Acordo é unificar a língua portuguesa com relação à sua ortografia. Nosso idioma que é falado por mais de quase 250 milhões de pessoas em todos os continentes e em várias organizações internacionais, pode contar com uma pedagogia mais útil se ensinado mundo a fora através de uma única ortografia.

Sabe-se que a falta de unidade entres os países da CPLP é uma história antiga, “pois desde 1911, quando Portugal realizou, sozinho, uma reforma ortográfica, o Brasil não foi consultado e os dois países passaram a ter ortografias diferentes.” (Gaivão, 2010b: 46). Entre 1924 e 1975, Brasil e Portugal tentaram unificar a ortografia nos dois países, mas os esforços da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa foram em vão. Em 1986, o Ex-Presidente brasileiro José Sarney teve mais uma tentativa de criar uma mesma ortografia para os países em questão, mas sua operação tampouco teve êxito. Depois de muitos vaivéns, finalmente em 1990 se concretizou a proposta do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa que entraria em vigor no dia 1 de janeiro de 1994, o que obviamente não aconteceu por completo, pois neste ano somente 3 países dos então 8 (Brasil, Portugal e Cabo Verde) adotaram as medidas exigidas. Posteriormente, após muitas reuniões e cobranças por parte da CPLP é que outros 3 países o fizeram, sendo que até este ano de 2016 o Acordo ainda não foi regulamentado a nível governamental por Angola e em Moçambique a norma aguarda ratificação pelo parlamento.

Os Estados Membros sempre foram muito discrepantes com relação ao Acordo Ortográfico, sem mencionar os outros projetos do IILP e da CPLP. Mas, segundo o Presidente do Conselho Científico do IILP, Raul Calane da Silva, o Acordo Ortográfico “não corre nenhum risco” e a discussão sobre a ratificação do mesmo “não tem razão de ser”. Durante a *XI reunião*

⁵⁶ Mendonça, Maria. Bate-Papo com Marisa Mendonça, Diretora Executiva do IILP. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oORg2_o1Pgc>. Acesso em: 18 junho, 2016.

Ordinária do Conselho Científico do IILP, Calane explicou que o IILP é consciente de que “[...] que os políticos estão aí e são eleitos para conduzir, mas muitos deles estão mal informados e vão mais para os egos inflamados em relação a determinados assuntos do que aquilo que é o interesse de uma comunidade cada vez cada vez mais vasta⁵⁷”. Na mesma postagem no site do IILP, Raul reiterou que “é preciso ter consciência absoluta e profunda do valor desta comunidade e da necessidade absoluta de termos uma ortografia comum – ninguém está a falar da fonética – de modo que nos organismos internacionais possamos escrever da mesma maneira e possa ser também língua oficial nesses organismos”.

No caso do Brasil, o país assinou o Acordo Ortográfico em Lisboa no dia 16 de dezembro de 1990, o ratificou no dia 18 de abril de 1995 e terminou seu período de transição no final em 2015, definindo por fim que as regras do Acordo se tornariam obrigatórias a partir do dia 1 de janeiro de 2016. As mudanças como o fim do trema e novas regras para o uso do hífen e de acentuação foram adiadas pelo governo brasileiro, ainda que já estivessem em uso desde 2009. Dentre os milhões de falantes, cerca de 204 milhões e meio são brasileiros e passaram a utilizar a nova regra de ortografia.

O que dificulta a implementação da nova norma ortográfica nos países da CPLP é sem dúvida a falta de recursos, e sobre este assunto, adianta Marisa Mendonça: “E há a questão dos recursos. Não só recursos humanos, para que se possa fazer este processo com garantias de sucesso, mas sobretudo recursos financeiros e recursos materiais⁵⁸”. Segundo a Diretora Executiva do IILP, o instituto segue empenhado e disponível na busca “de recursos técnicos e capital humano especializado para poder desenhar, se for o caso, e implementar o processo de transição da antiga ortografia para a nova”.

Creemos que o trabalho do IILP, composto pelo legado do ex-diretor executivo Gilvan Oliveira, pela atuação da atual diretora Maria Mendonça e pela participação das Comissões Nacionais que atuam no instituto merecem nosso reconhecimento. Pelo que pudemos analisar, os

⁵⁷ Silva, Raul Calane Alves da. Debate sobre Acordo Ortográfico “não tem razão de ser”. Blogue do IILP. 11 maio, 2016. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2016/05/11/debate-sobre-acordo-ortografico-nao-tem-razao-de-ser/>>. Acesso em: 13 junho, 2016.

⁵⁸ Mendonça, Maria. Novo acordo ortográfico agora é obrigatório em todo o Brasil. Blogue do IILP. 2 jan, 2016. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2016/01/02/novo-acordo-ortografico-agora-e-obrigatorio-em-todo-o-brasil/>>. Acesso em: 13 junho, 2016.

profissionais responsáveis por desenvolver os Planos Estratégicos de Divulgação Cultural e Educacional do IILP têm trabalhado com afinco e cuidado para fazer jus ao papel do instituto. No entanto, sem o apoio financeiro necessário e sem o comprometimento de todos os Membros da CPLP em levar à prática as decisões tomadas pelo instituto e pela comunidade, é praticamente impossível manter os principais projetos que representam as estratégias do IILP em unir a língua portuguesa ante toda sua pluralidade.

Não há dúvidas de que a situação orçamentária da CPLP atinge diretamente o trabalho do IILP que vem tentando com muito esforço cumprir seu papel. Já sabemos que o português é língua de trabalho em organizações internacionais como a União Europeia, União Africana, Mercosul, entre outras, do mesmo modo, se continua a luta para fazer com que o Português seja língua de trabalho em órgãos internacionais como a ONU e a UNESCO, ainda que essa tentativa custe mais de 5 milhões de euros de acordo com o artigo do dia 13 de maio de 2015 do Blogue do IILP⁵⁹. De acordo com esse artigo, revela-se que a CPLP não dispõe de tal quantia para que as atividades sobre a difusão da língua sejam realizadas. Segundo a diretora geral da CPLP, Georgina Mello, “introduzir a língua portuguesa significa um orçamento muito importante que não temos para cobrir todas as organizações internacionais”⁶⁰. Ao reconhecer a falta de crédito financeiro da CPLP para um investimento deste tamanho, a diretora da comunidade pede apoio das embaixadas e respectivas representações diplomáticas dos países membros que consideraram a possibilidade de disponibilizar o valor necessário. Também preocupada com a situação atual da CPLP e do IILP, a diretora executiva do instituto, Marisa Mendonça, reafirmou que o investimento para a difusão da língua portuguesa é responsabilidade de todos os Membros da CPLP e que uma vez instalado em organizações internacionais, nosso idioma terá outra receptividade e visibilidade. Nesse mesmo artigo, Mendonça atentou para os efeitos positivos para a língua portuguesa quando utilizada oficialmente, segundo a diretora: “...temos a tendência de chegar nas organizações internacionais e falarmos inglês porque facilita a comunicação, mas se fizermos isso estamos a anular aquela ideia de que é necessário também que o português se torne uma língua de trabalho efetiva”. Para

⁵⁹ Falta de recursos financeiros impede a expansão do português. Blogue do IILP. 13 maio, 2016. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2015/05/13/falta-de-recursos-financeiros-impede-a-expansao-do-portugues/>>. Acesso em: 13 junho, 2016.

⁶⁰ Mello, Georgina. Falta de recursos financeiros impede a expansão do português. Blogue do IILP. 13 maio, 2016. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2015/05/13/falta-de-recursos-financeiros-impede-a-expansao-do-portugues/>>. Acesso em: 13 junho, 2016.

reforçar a importância do comprometimento da CPLP com o orçamento de difusão da língua destinado ao IILP, o coordenador da Comissão Temática de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa, Eugénio Anacoreta Correia, pediu mais suporte de todos os Estados e da própria CPLP⁶¹. Durante a conferência sobre o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, realizada no dia 13 de maio de 2015 na sede do Instituto, na cidade da Praia, Eugénio assinalou que investir nesse trabalho é muito caro, mas totalmente necessário. De acordo com o coordenador “esse é um dos problemas que decorre da falta de meios porque nas organizações internacionais é preciso pagar tradutores, edição de documentação e depende da possibilidade de haver meios financeiros para se conseguir esse objetivo”. A realidade do IILP e da contribuição da CPLP com o instituto é no mínimo alarmante. Concluimos esta parte do nosso trabalho com as palavras de Mascarenhas (Gaivão, 2010b), que ao citar José Filipe (Pinto, 2009) e a Ex-Presidente do IILP, Amélia Mingas, exemplifica qual é o tratamento que o instituto vem recebendo:

“Estes factos vêm, infelizmente, confirmar as opiniões que proclamam que não existe, na verdade, uma estratégia da “política internacional a nível da Lusofonia” (Pinto, 2009, p.163) e que a intenção de “potenciar” a difusão e enriquecimento da língua portuguesa, através, nomeadamente, do IILP, não passa disso mesmo. Serão, talvez, utilizadas diversas táticas, mas que não revelam os meios para uma unidade conceptual estratégica da língua portuguesa, que obrigatoriamente inclua meios e recursos para uma eficácia de visibilidade que tem sido negada aos responsáveis do IILP. Corroboram esta opinião um sem número de especialistas, à cabeça dos quais a própria Presidente do IILP, Amélia Mingas porque, segundo Pinto (2009, p.163) relata: “a melhor prova dessa inoperacionalidade pode ser aduzida pelo facto de a Directora Executiva do IILP, Amélia Mingas, na Publicação Pensar, comunicar, actuar em língua portuguesa, destinada a comemorar os dez anos da CPLP se referir ao mesmo como IILP – esse grande desconhecido.” (Gaivão, 2010b: 45).

Definitivamente, os esforços para a divulgação da língua portuguesa não estão alinhados com as ideias iniciais e com o propósito da CPLP, sobretudo do trabalho do IILP. Pode-se concluir que a trajetória ‘estratégica’ de difusão da cultura da lusofonia e do português tem contado com lacunas na execução desta proposta.

⁶¹ Correia, Eugénio Anacoreta. Falta de recursos financeiros impede a expansão do português. Blogue do IILP. 13 maio, 2016. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2015/05/13/falta-de-recursos-financeiros-impede-a-expansao-do-portugues/>>. Acesso em: 13 junho, 2016.

4.6 Parcerias, ferramentas e comprometimento na divulgação da língua e da cultura.

Como acabou de ser apresentado, a CPLP e o IILP são os maiores responsáveis pela divulgação da cultura da lusofonia e da língua portuguesa. No entanto, a comunidade e o instituto contam com parcerias “externas” advindas dos países Membros. Entre os muitos parceiros nessa difusão cultural e linguística destacam-se aqueles que têm se mostrado indispensáveis nesta jornada. Entre os agentes da expansão da língua portuguesa, merecem atenção os trabalhos dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Ensino Superior de cada um dos países CPLP, bem como os Ministérios dos Negócios Estrangeiros ou das Relações Exteriores dos mesmos. Além desses, também gostaríamos de mencionar algumas organizações e instituições de grande significância para essa difusão, dentre as quais: colaboração do IPAD que atua como co-financiador de projetos na área da CPLP; o Instituto Camões (PT) e Machado de Assis (BR); o Museu da Língua Portuguesa sediado em São Paulo; a Fundação Luso-Americana; o OLP; a AULP; a ULHT e suas filiais em 5 países da CPLP – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique; os muitos outros parceiros das diásporas que prestigiam o universo da lusofonia ao realizar um trabalho de divulgação cultural e linguística, como por exemplo, a Universidade de Leiden, na Holanda, que integra o português e o mundo lusófono, sobretudo a cultura brasileira, em seu departamento de Estudos Latino Americanos e a Universidade de Massachusetts nos Estados Unidos da América que recentemente se mostrou interessada em estabelecer parcerias que promovam o português em sua instituição.

É claro que para que esses tipos de parcerias aconteçam, precisa-se de investimento humano e material por parte da CPLP e do IILP, que como já mencionado, atualmente é escasso em ambos centros. Como alternativa para a concretização deste trabalho de difusão, há também outros recursos teóricos e virtuais. No entanto, a realidade mostra que a língua portuguesa trabalha “...sem o apoio financeiro e material necessário, ou seja, uma não-estratégia, antes um conjunto de táticas pontuais, ocorrendo as urgências que este ou aquele assunto determinam na altura e no contexto.” (Gaivão, 2010b: 51). Mesmo com os recursos não tão apropriados - ainda que válidos, se tem que aproveitar o interesse das organizações e instituições internacionais em promover o que a língua portuguesa em seus respectivos estados, assim como a cultura da lusofonia.

A língua e a cultura são a base de trabalho da CPLP e do IILP e para que possam ser apresentadas para o mundo, necessita-se investir tanto em uma quanto em outra. Só assim seremos capazes de polir a apresentação da nossa identidade, plantando autoestima como cidadãos da lusofonia e colhendo os benefícios sociais e econômicos que podem surgir de uma troca intercultural internacional. Neste momento, já está claro que a concertação político-diplomática entre os estados membros da CPLP tem como objetivos principais reforçar a presença da comunidade no cenário internacional e a materialização de projetos promocionais da língua e da cultura CPLP.

Muitos eventos sobre os temas em questão, língua e cultura, são canalizados pela CPLP. Não obstante, a sociedade civil de cada um dos membros também é responsável pela divulgação que se almeja, seja em um âmbito interno ou externo à comunidade. É inquestionável a riqueza cultural que a lusofonia oferece ao mundo, esta identidade tem mestres da literatura, das artes plásticas, da música e da dança, do cinema e do teatro, da gastronomia e dos esportes - não é para menos que neste ano de 2016, o Brasil apresentou no mês de agosto “Um mundo novo” ao hospedar as Olimpíadas do Rio de Janeiro. Entre os incontáveis eventos promovidos em prol da difusão da língua e da cultura da lusofonia, citamos os mais recentes que aconteceram em vários países em 2016: a Conferência na Malásia “para salvar a língua portuguesa”; III Conferência Internacional Sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial; a 24ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo; o evento “Sabores de Portugal” em Melbourne organizado pela Federação Comunidades de Língua Portuguesa; cursos de idiomas como o realizado em São Paulo em uma mesquita para ensinar o português e a cultura brasileira para refugiados sírios; as Jornadas sobre o Ensino de Português para Falantes de Outras Línguas (JEPFOL 2016) na Cidade do México; o lançamento do portal da Biblioteca Luso-Brasileira; a Semana da Língua Portuguesa de Díli que conta com exposições cinematográficas, literárias, musicais e debates; ademais de todos os festivais, congressos, feiras, colóquios, etc. Reconhecemos que são muitos os eventos organizados tanto pela CPLP, pelo IILP e pelas iniciativas particulares de cada um dos membros, no entanto é necessário que se invista muito mais em cultura e em educação, só assim o português ganhará a notoriedade que se deseja. Pontua-se que o comprometimento dos países membros da CPLP tem que ser revisitado e reformulado, sem investimentos e com inadimplência a CPLP não pode atuar a favor dos ideais previstos em sua constituição e estatutos.

“De entre os escassos recursos da Comunidade, caberá à cultura o quinhão pequeno que os governos, em geral, lhe atribuem, aliás a exemplo daquilo que se passa com as verbas colocadas à disposição do Ministério da Cultura de cada um dos membros 24e é com esse orçamento de defeito que, apesar de tudo, a CPLP apoia diversos projectos, prémios literários, eventos de artes plásticas, feiras do livro, festivais de música, enfim produções valorosas em todas as áreas da indústria cultural. [...] Parece vislumbrar-se, neste aspecto estritamente cultural, uma política um pouco mais assertiva, por parte da CPLP, até porque, de facto, o que lhe compete é abrir caminhos, hipóteses e encontrar apoios para os agentes culturais e jamais o exercício de ditar regras culturais ou ideológicas a partir seja do que for que possa limitar a criatividade transbordante da Lusofonia, em todas as suas expressões. Parecem, também correctas as iniciativas intergovernamentais que a CPLP tem promovido e promove, sendo que as populações e os agentes culturais da sociedade civil se têm manifestado altamente cooperantes entre si e os governos entendem esse facto com agrado. Mas não chega e críticas são devidas, também aqui, à falta de uma estratégia clara que tem de passar por uma reorganização interna administrativa da área cultural, da criação de um Fundo Cultural – previsto desde o início e nunca concretizado – com dinheiro para os recursos materiais, humanos e técnicos e recorrendo a financiamentos estatais de todos os países. [...] Permanece, ainda e também, a falta de uma estrutura funcional – Comitê Cultural/Director Geral – na área cultural intrínseca à CPLP, verdadeiro ‘pivot’, capaz de analisar com isenção projectos de relevância cultural e com rapidez lhes dispensar os apoios necessários, sem os constrangimentos que a habitual falta de dinheiro provoca no estrangulamento de produções lusófonas representativas.” (Gaivão 2010b: 54).

A língua e a cultura são elementos vitais para a perpetuação de uma comunidade e sua identidade, sem eles é impossível se reconhecer e ser reconhecido por outros. Acredita-se que a língua portuguesa e a cultura da lusofonia apresentarão uma projecção global ainda maior, portanto, é necessário efetuar a junção de forças e coerência entre os membros da CPLP. A língua e a cultura da lusofonia devem se adaptar, de fato, ao contexto internacional que é mostrado hoje, onde os mais coesos e empenhados se destacam. A língua portuguesa e toda a sua pátria deseja ir além.

Analisando o discurso da comunidade, seus documentos e suas atividades, conseguimos perceber que de fato a tão esperada ‘estratégia linguística’ acaba sendo mais uma idealização do que um fato concreto. Não nos resta dúvidas de que a CPLP, em cooperação com o IILP são os aliados na expansão da língua e da cultura da lusofonia. Sentimos que a criação tanto da comunidade quanto do instituto é apenas um presságio do muito que se pode realizar através da língua portuguesa. No entanto, falta muito para que as estratégias linguística e cultural virem realidade; o que depende exclusivamente de políticas conjuntas entre os países da CPLP.

Em suma, as ideias geradas no âmbito da CPLP e do IILP vêm repletas de projecções positivas e factíveis para a língua e para a cultura. Contudo, os planos para materializar tais ideias

só serão possíveis quando os recursos materiais e humanos, que dependem do investimento econômico uníssono dos países membros, estiverem devidamente acessíveis.

5 O ensino do português no Brasil, a melhor abordagem para um aprendizado eficaz.

Entre as várias estratégias para a promoção da língua portuguesa apresentadas neste estudo, considera-se de tamanha importância uma revisão sobre o ensino da língua no Brasil. Ainda que opinemos mais adiante sobre o contexto de divulgação do idioma nos demais países da CPLP, nos detemos agora a analisar a situação do ensino do português como língua materna no Brasil.

Escolhemos como pergunta motriz para esta parte do trabalho a seguinte questão: Qual é a metodologia ideal no ensino do português como língua materna? Somos conscientes de que essa mesma pergunta pode ser atribuída a qualquer outra língua e por este mesmo fato é que a selecionamos para contextualizar o ensino do idioma no Brasil e sugerir, concomitantemente, estratégias metodológicas eficientes no processo de aprendizagem dos alunos. Entretanto, antes de apresentarmos o panorama do ensino do português no Brasil e sugerir a melhor abordagem para uma aprendizagem eficiente, gostaríamos de fazer uma contextualização da sociedade brasileira com relação ao seu ensino e os possíveis problemas que interceptam a excelência da performance linguística do brasileiro.

Um dado curioso e inquietante com relação ao ensino e à aprendizagem do português como língua materna no Brasil nos permite mensurar o tamanho do problema que os brasileiros enfrentam ao aprenderem a própria língua. Referimo-nos a literacia dos brasileiros⁶² em interpretar textos em português, o que de fato acaba sendo preocupante, já que idealmente todos passam mais de onze anos na escola aprendendo e estudando o idioma. Mas, se passam todo este tempo aprendendo português, por que então não sabem ler, escrever, falar e até mesmo escutar ‘corretamente’? Como consequência dessa crise do ensino no país, há alunos que declaradamente assumem que ‘odeiam escrever, ler, interpretar’, ‘não se sentem capazes de criticar um texto qualquer e defender suas ideias, seja através da escrita ou oralmente’. Àqueles que duvidam da seriedade dessas afirmações anteriores, poderão consultar provas e relatórios – como os dos vestibulares – no Brasil e confirmarem que a situação do ensino no país é alarmante. Mas já que

⁶² Nos referimos a uma grande parte dos brasileiros que não têm acesso à educação, ou que mesmo tendo frequentado a escola, são considerados analfabetos funcionais ou possuem diploma de conclusão de cursos primários e secundários, sem terem suas capacidades linguísticas desenvolvidas propriamente.

temos um problema dessa dimensão assolando o presente e o futuro da educação brasileira, qual é a solução para se resolver tal dificuldade? Apresentaremos possíveis saídas para essa problemática, ressaltando que nossas considerações se dirigem ao ensino de português como língua materna e não como LE ou L2, já que cada contexto exige estratégias diferentes. Também se faz importante destacar que mesmo no Brasil que é um país de língua portuguesa majoritariamente, há caso isolados de falantes de outras línguas indígenas que necessitam de abordagens apropriadas para a aprendizagem de seus idiomas. Não pretendemos apontar os possíveis responsáveis pela situação de crise do ensino no país, mas sim advogar a favor daqueles que saem prejudicados dessa situação de constrangimento linguístico, entre eles alunos e professores.

Acreditamos que as causas desta falta de conhecimento da língua portuguesa no Brasil podem ser classificadas em três áreas principais que são dependentes umas das outras. A primeira área que gera o problema e o espalha às demais é a questão cultural, a mentalidade do povo brasileiro que por muita complexidade antropológica acabou sendo desviada e contorcida com relação aos benefícios que a educação traz a uma nação. A partir dessa problemática cultural inicial, aparece outro impedimento na eficiência governamental do ensino no país, a situação socioeconômica dos cidadãos brasileiros. E por último, como consequência das duas primeiras, temos o ambiente escolar que se encontra desfavorecido pelo sistema no qual a educação se encontra.

Longe de parecermos puristas radicais que execram as variedades e evoluções naturais das línguas, queremos fazer uma pequena crítica ao modernismo descabido e inconsequente que se esquece do que é a língua como um todo. Não nos referimos ao movimento literário cheio de riquezas ao explorar a poética da língua, mas sim ao preceito subversivo dos professores e intelectuais que pregam que tudo o que é ‘eficiente’ na comunicação e na língua é válido. A língua não deve ser uma marionete da subversão que ao invés de acrescentar riquezas e variedades, construir melhor compreensão e entendimento de mundo, acaba por permitir tudo porque “é proibido proibir”. Como resultado desse quadro de inconsistência intelectual, professores, alunos e falantes do português no Brasil permitem-se desorientações linguísticas e já não sabem mais o que aceitar, tolerar, corrigir, inovar e manter.

Parece que a educação e o ensino do português, e de muitas outras matérias, hoje em dia é o puro reflexo da sociedade capitalista na qual vivemos. O importante é terminar o primeiro,

segundo, terceiro ciclo de estudos, fazer vestibular, graduar-se e pós graduar-se para exibir os diplomas e certificados como produtos de consumo, sem dar a estes o devido valor intelectual que merecem.

Vê-se essa relação de compra e venda do conhecimento comercial em situações como às das bibliotecas de muitas escolas e universidades que são adornadas com os melhores materiais e *design*, mas que se quer são utilizadas pela comunidade acadêmica ou não acadêmica, seja por falta de incentivo aos estudos ou por falta de manutenção na infraestrutura. É claro que reconhecemos que há casos em que essas tais infraestruturas não podem ser levadas em consideração, pois o descaso sociopolítico é evidente aos olhos de alunos e professores. Infelizmente o sistema educacional brasileiro encontra-se em uma espécie de vitrine das estatísticas, os governantes e conseqüentemente os cidadãos estão acostumados a acreditar que certos números estatísticos são o suficiente para retratar e melhorar o ensino do país. Um reflexo desse tipo de mentalidade é o próprio método de avaliação a qual os alunos são submetidos desde seus primeiros anos escolares, ainda que não saibam ou tenham entendido determinado conteúdo, são forçados a acreditar que são capazes de fazer os testes simplesmente decorando o que foi ‘ensinado’ e ‘aprendido’ na escola. Há muito o que se pensar e discutir sobre a validade do atual ensino no Brasil, situação que exige urgência porque sem educação não há nação.

5.1 O professor de língua portuguesa, formação e atuação.

Ainda que o país esteja caminhando ao despertar intelectual, não podemos deixar de apontar que devido à falta de preparo, muitos professores hoje não desempenham uma performance de excelência ao ensinar, pois assim como seus alunos, vêm de um sistema em que a formação profissional também foi e ainda é defasada. Há hoje no Brasil milhares de professores formados, mas mesmo que tenham concluído um ensino superior, quantos destes milhares foram beneficiados com uma formação exemplar capazes de transmitir o conhecimento sobre a língua com primazia?

Sabe-se que o ensino é um direito de todos e como tentativa de cumprimento dessa ordem houve uma grande massificação do ensino no Brasil. Hoje, podemos constatar que milhares de

brasileiros, antes marginalizados do contexto escolar, podem aceder à uma escola ou universidade. No entanto, as condições teóricas e práticas para que possam aprender o conteúdo adequadamente fica a desejar. Por um lado, muitos destes alunos, agora incluídos no sistema educacional, não têm energia física suficiente para aprender, pois se dedicam a jornadas exaustivas de aprendizado e trabalho porque contam com condições precárias de alimentação básica em seus lares ou porque se dedicam ao trabalho e aos estudos ao mesmo tempo. Ademais, não contam com materiais escolares bons o suficiente para um aprendizado de qualidade. Dentro das precariedades presentes no sistema escolar, também se destaca que devido à essa comercialização estatística dos estudos no Brasil, muitos professores – entre eles os de língua portuguesa – vêm de uma formação universitária deficitária de ferramentas e conhecimento sobre os assuntos a serem tratados na sala de aula.

No que concerne às questões socioeconômicas, podemos parabenizar a iniciativa de democratizar o ensino no país através de projetos de inclusão sócio educacional como o PROUNI e até mesmo o sistema de cotas, o que soa um tanto quanto ultrapassado se comparamos nossa realidade com a de outros países nos quais todos têm o direito ao ensino de qualidade, independentemente de cor, raça, credo e gênero. Entretanto, cada nação encontra-se em estágios diferenciados na ascensão escolar, por isso parabenizamos tais iniciativas do governo de Lula que em 2005 criou aquele programa na tentativa de igualar as chances de inserção ao ensino universitário no país.

Quando partem do mundo acadêmico para o campo da prática do ensino, professores veem-se de mãos atadas para exercerem sua profissão, já que contam com salários baixos, jornada de trabalho sobrecarregada e pouco tempo de preparo das aulas e atividades extracurriculares. Ademais, a falta de materiais especializados e bem elaborados faz com que os professores se desgastem na tentativa de transmitir conhecimento com propriedade e didática coerentes à proposta de alfabetização e aquisição da linguagem. Outro fator de impedimento na eficiência do professor é o número excessivo de alunos por turmas que não permite que o docente conheça as necessidades de seus alunos como indivíduos ou de seus grupos. Para finalizar esta parte que explica ligeiramente os binômios professor-alunos e ensino-eficácia, destacamos a funcionalização do professor que devido às condições de trabalho não pode cumprir cargas horárias plausíveis ao seu contínuo aprendizado e descanso. Sabe-se que muitos dos professores no Brasil têm mais de

uma jornada ao dia e quando chegam às suas casas já não podem se desconectar do trabalho e viver suas vidas pessoais. Desafortunadamente, os professores se dedicam a um trabalho desgastante que ao invés de contribuir com a intelectualidade de seus pupilos e a própria, acabam por realizar um trabalho mecânico na esperança de se aposentarem rapidamente com a ilusão de que não terão que trabalhar mais, uma vez que receberem suas aposentadorias – o que também não se verifica, pois mesmo depois de aposentados continuam trabalhando sem energia física e condições psicológicas. Concluímos, portanto, que a solução para este caso de despreparo dos professores é seguir o padrão integral de trabalho, ou seja, um dia de trabalho que inclua todas as atividades que um professor deve exercer, entre elas, as aulas, o estudo e o preparo das aulas. Aconselha-se também que esses profissionais tenham vencimentos integrais e aposentadoria definitiva.

A partir do panorama escolar cultural e sócio econômico descrito até ao momento, partiremos para suas consequências e causas escolares. Concordamos plenamente com Back (1987: 15) quando afirma que há “desconhecimentos dos objetivos” por parte dos envolvidos no ensino da língua portuguesa:

“Embora a Lei esteja em perfeita consonância com os postulados da Ciência da Comunicação e com a Didática do Ensino de Línguas, ela não é suficientemente clara para a imensa maioria dos professores, que não sabem deduzir os objetivos e subobjetivos e não conhecem os procedimentos didáticos correspondentes. O mesmo vale para muitos professores dos cursos de formação de professores; formados segundo os processos educativos tradicionais, não possuem elementos para, com tão escassos dados (e não poderiam ser mais explícitos na Lei), deduzir todas as consequências, completamente diferentes das antigas. Forçados muitas vezes a elaborar planos de ensino com indicação de objetivos e procedimentos didáticos, fazem-nos muito obscuros e vagos, nada práticos, porque não encontram orientação segura, e tais planos continuam apenas no papel e reaparecem nos relatórios finais.”.

Seguramente há exceções a esta regra nacional, entretanto, são poucas, sobretudo no ensino de qualidade de algumas escolas e universidades públicas ou privadas, ainda que os alunos destas sejam privilegiados por seus contextos socioeconômicos. Seguindo com as palavras de Back (1987: 16):

“A causa se deve atribuir a falhas da legislação, mas à falta de comunicação, ao mau funcionamento do sistema, à falta de entrosamento entre a legislação e a execução. Existe um hiato, e tanto mais grave, porque se trata de mudança de mentalidade. A culpa não é nem do legislador nem dos professores; pois estes, formados por orientação completamente diversa, não têm condições de desenvolver uma nova linha de ação com base em algumas linhas da legislação”

Tal sistema de governo e ensino atuais são evidentemente deficitários na formação de professores, não porque estes não sejam capazes, mas sim porque a excelência desses docentes não é praticada como se deveria. Consequentemente, alunos que desconhecem a função da língua portuguesa em suas vidas são o produto final de uma educação cheia de disparates e incongruências pedagógicas. Há, portanto, uma necessidade de reorganizar o currículo escolar com o intuito de suprir as necessidades reais dos alunos através do ensino de uma língua verdadeira, viva e dinâmica.

5.2 O ensino de português através da história brasileira.

Para que possamos entender e justificar os porquês desse cenário atual na educação brasileira, principalmente no ensino do português, faremos agora uma apresentação da história da língua portuguesa no Brasil e de seu ensino. Desta forma poderemos esclarecer dúvidas pendentes que não nos permitem ver o panorama linguístico completo do português e então sugerir a melhor, ou melhores, forma de se ensinar e aprender o idioma. A partir da concepção de linguagem prevalente em cada contexto histórico examinado, tentaremos entender as divergências entre as teorias linguísticas da contemporaneidade e os problemas que direcionam os alunos ao fracasso escolar, o que aparentemente vem acontecendo há muito tempo.

O trabalho de delinear a história do ensino do português no Brasil é árduo, porém indispensável, pois, só assim poderemos entender com clareza as entrelinhas do ensino da língua e chegar a uma conclusão satisfatória do como deve ser o processo de ensino-aprendizado.

Proveremos um repasso sobre o ensino da língua na história do Brasil partindo de Marquês de Pombal e a constitucionalização da língua em 1750 e finalizando com a avaliação dos estudos atuais desta disciplina, que desde a década de 80/90 tem vindo a ser abordada por correntes

linguísticas diversas e pela concepção da linguagem enquanto interação, na composição dos sujeitos. (da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009).

Assim como explicita Antônio Houaiss⁶³ (1985: 91 *apud* da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009), o português brasileiro se originou em meio a diversidade cultural efervescente do país. Ainda que o português europeu fosse língua oficial, não era predominante, pois dividia o cenário linguístico com outras duas línguas - o latim, no qual se apoiavam o ensino secundário e superior jesuítico, e a então chamada língua geral, que abarcava as línguas indígenas que majoritariamente procediam do tupi. O português não era língua oficial do currículo escolar antes de Marquês de Pombal, mas o que sim acontecia era seu aprendizado nas escolas menores como ferramenta de alfabetização, e a partir dela os alunos migravam ao aprendizado do latim como pregava a Companhia de Jesus. Isso se dava por alguns motivos óbvios dentro do contexto de colonização. Primeiramente, a língua não era utilizada para o intercâmbio social, pois não tinha muito valor cultural. Do mesmo modo, a língua não era aspirada pela elite minoritária que se interessava mais em aprender o latim a partir do mesmo já que esse era o modelo vigente da época.

Foi com as novas proposições político-linguísticas de Marquês de Pombal, na década de 1750 que o português passou a ser língua obrigatória no ensino, tanto em Portugal como nas colônias lusófonas. Após esta instauração constitucional, os alunos de então eram obrigados a aprender a ler e escrever em português, além de aprenderem sua gramática e retórica. De tal forma, o português começou a ocupar espaço no currículo escolar nacional e fora da sala de aula, coagindo o uso de quaisquer outras línguas vigentes na época. Entretanto, o ensino da gramática, da retórica e da poética era o conteúdo de língua portuguesa a ser aprendido por uma minoria da elite, que era quem tinha acesso aos estudos. Tais disciplinas eram aprendidas separadamente e somente no fim do Império é que foram unificadas e então nomeou-se esta nova disciplina de Língua Portuguesa. Em definitiva, o ensino da língua naquele momento era baseado em gramática tradicional e retórica. Portanto, a abordagem do ensino na época era normativo e prescritivo, baseada nos versos alexandrinos que representavam a tradição literária erudita dos grandes clássicos que deveria ser preservada e propagada. Por conseguinte, a tradição gramatical passou a ser estudada pelas elites aristocráticas e burguesa, sendo assim obrigatória no ensino escolar. Recordamos que este contexto

⁶³ Houaiss, Antônio. *O português no Brasil*. Unibrade-Centro de Cultura, 1985.

era o que dominava a tradição europeia, logo, as classes mais favorecidas que aprendiam a língua no Brasil se viam obrigadas a seguir o modelo português devido aos prestígios socioculturais que o aprendizado acarretava. Esta metodologia foi conservada no Brasil até os anos 40 do século XX, já que os alunos pertenciam àquelas mesmas elites. Os materiais didáticos utilizados pelos docentes eram compostos por textos repletos de gramática com a intenção de continuar respeitando o bom gosto literário e o rigor linguístico dos que dominavam as Ciências e as Letras. Os professores utilizavam ditos materiais e a partir dos mesmos criavam exercícios para seus alunos que trabalhavam com a língua a partir da perspectiva da gramática de tradição. (Silva⁶⁴, 2005: 5 *apud* da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009).

Já nos anos 50 e 60 o ensino sofreu uma grande reestruturação em todas as disciplinas e principalmente na língua portuguesa. Isso aconteceu porque foi neste período que as classes mais populares começaram a reivindicar por direito sua escolarização e de tal forma se democratizou a escola; a partir de 50/60, a escola passou a ser de todos. Os alunos das elites, até então privilegiados pelos estudos, passaram a conviver com alunos provenientes de outras realidades socioculturais. Não só o contexto social era outro, como também a língua portuguesa falada por estes novos estudantes que desconheciam as regras gramaticais, ou quando as conheciam de modo instintivo, as aplicavam de outra forma; pois a língua portuguesa falada por estes novos discentes era uma língua com mais variedades linguísticas. As salas de aula que antes eram limitadas no número de alunos, passaram a se sobrecarregar, o que conseqüentemente dificultou a função do professor. Afinal, onde se encontrariam mais professores qualificados capazes de atender a demanda atual? Observou-se nesse período um aumento na procura do curso de Letras que acabou por formar futuros professores que não atenderiam à expectativa acadêmica e conhecimento acerca da língua. Muitos desses profissionais pertenciam a mesma classe social de seus alunos e dominavam pouco mais da variedade linguística própria. Os alunos que ingressaram na escola nesta época e os elitistas que já tinham acesso ao ensino escolar se sentiam desfavorecidos pelas reformas implementadas. Os que antes contavam com um ensino rigoroso passaram a limitar seus conhecimentos sobre a língua e os novos alunos que contavam com a oportunidade de aprender

⁶⁴ Silva, Rosa Virgínia Matos e. *Contradições no Ensino do Português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. São Paulo. Contexto, 2005.

receberam o privilégio da educação como uma ‘uma faca de dois gumes’: escolarização por um lado, e ensino precário por outro.

Sabe-se que o trabalho dos professores de hoje é reflexo da estruturação socio educacional daquela época. Devido à falta de estrutura organizacional (política, social, cultural e educacional) os professores acumularam horas de aulas, trabalharam mais e tiveram menos tempo para preparar o conteúdo a ser ensinado, situação não muito diferente da atual. Assim sendo, os docentes passaram para o livro didático a responsabilidade da preparação das aulas, o que antes era tarefa daquele que ensina, passou a ser visto como obrigação dos editores dos materiais didáticos. Portanto, desde a década dos anos 50 até ao atual momento, a gramática continua sendo a menina dos olhos no ensino do português no Brasil e a linguagem continua sendo concebida como um sistema. Seja pela continuidade do ensino da gramática normativa, seja pelos estudos dos textos com a intenção de apropriação da língua padrão neles representados, o ensino do português continua cultuando à norma e distanciando os alunos da realidade linguística de seu cotidiano.

Já na década de 60 houve uma grande revolução em termos de metodologia e conteúdo no ensino do português. Surgiu então a Linguística nos cursos de Letras Brasil à fora. Do Oiapoque ao Chuí, se falava de variedades linguísticas, da língua como instrumento de comunicação onde ‘tudo o que se comunica na língua é válido’ e se implementava no currículo escolar temas complexos e delicados, que nem mesmo os professores formados recentemente sabiam explicar. Como consequência desta falta de preparo dos professores, a ineficiência se refletiu na década de 70 na crise da educação e no fracasso escolar, o que se pode observar até hoje desde os primeiros anos escolares com a alfabetização até os anos pré-universitários (da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009).

Ainda na década de 70, a disciplina Português passou por uma reestruturação em decorrência da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5.692/1971) realizada pelo governo militar instaurado no Brasil em 1964. Esta nova lei reformulou o ensino primário e médio, colocou a educação a serviço do desenvolvimento (como previam os objetivos tecnicistas do regime militar) e a língua, portanto, passou a ser vista como um instrumento de comunicação, o que importava no momento era a comunicação. Por causa desta reestruturação, os livros didáticos a partir desta época traziam em abundância termos como “emissor, receptor, canal, referente,

mensagem e código”. Ademais, como explica Soares⁶⁵ (1997: 169 *apud* da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009), a disciplina portuguesa passou a ter outro nome:

“[...] comunicação e expressão nas séries iniciais do então 1º grau, e comunicação em língua portuguesa, nas séries finais desse grau; só no 2º o foco em “comunicação” desaparece da denominação que, nesse grau, passa a ser língua portuguesa e literatura brasileira”.

A linguagem era concebida como instrumento comunicacional e os objetivos da disciplina se voltaram à pragmática e ao utilitarismo, ou seja, o comportamento dos alunos passou a ser de emissores e recetores de mensagens de diferentes códigos, não apenas dos códigos verbais como era de costume. Essa compreensão da língua como instrumento de comunicação era o que se pregava no discurso constitucional, porém, o resultado dessa abordagem linguística foi uma língua mecânica que não abria espaço para as diversidades. Em outras palavras, o ensino e aprendizado adequado era inviável pois professores e alunos desconheciam a complexidade dos usos da língua. Devido a constatações dessa natureza, na década de 80 por intervenção do Conselho Federal da Educação, a disciplina volta a receber o nome de Português (da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009).

5.3 Contribuições das teorias linguísticas para o ensino da língua portuguesa.

Nesta mesma época, outra disciplina ocupava seu espaço no cenário da educação, a Sociolinguística. Ainda que essa disciplina se ocupasse de tratar as variedades linguísticas do português no Brasil, o discurso escolar inibia as propostas de William Labov que revolucionariam os paradoxos do estruturalismo saussuriano. O que a Sociolinguística propunha, em suma, era entender e estudar a realidade linguística e social dos alunos que por sua vez provinham de diferentes grupos sociais, mas que ao chegarem à escola encontravam um português tradicional e ‘único’ que seguia os modelos também tradicionais de ensino.

⁶⁵ Soares, Magda. Prefácio. In: Batista, Antônio Augusto Gomes. *Aula de português: discurso e saberes*. São Paulo. Martins Fonte, 1997.

Especificamente em 1969, surgiu no Brasil o projeto Nurc, que tinha por objetivo inicial documentar e estudar a norma falada culta em cinco capitais brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A tentativa desse projeto, segundo as palavras de Silva⁶⁶ (2004: 42 *apud* da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009) era de:

“[...] ajustar o ensino da língua portuguesa, em todos os seus graus, a uma realidade linguística concreta, evitando a imposição indiscriminada de uma só norma histórico-literária, por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustado às diferenças linguísticas e culturais do país”.

Ainda com base em Silva (2004), pode-se dizer que o Projeto Nurc foi um marco na história do ensino da língua portuguesa real e viva no país. Com a intenção de se intensar os estudos acerca de uma concepção da linguagem para orientar a prática pedagógica, novas proposições foram incrementadas na área das Ciências Linguística, entre elas: a própria linguística, a sociolinguística, a psicolinguística, a pragmática, a linguística textual e a análise do discurso. Tais novas teorias começam a ser involucradas ao ensino do português como língua materna, o que acaba por direcionar os caminhos que a disciplina viria a tomar. Tal situação, deu-se na metade da década de 80, com a abertura e liberdade política no Brasil, logo após os falaciosos anos da ditadura militar no país. A Sociolinguística, principalmente, teve um papel importantíssimo na democratização do ensino no país, sobretudo por instituir a heterogeneidade linguística nas salas de aula e por exigir novos conteúdos e metodologia para a disciplina do português. Já a linguística, ao desenvolver estudos descritivos do português escrito e falado, acabou por gerar novos entendimentos da gramática da língua que se opunham à excelência escrita da gramática de ‘antes’. De tal modo, observa-se que novas concepções da gramática da língua falada e escrita começam a ser incluídas nos estudos da língua. Portanto, a gramática da língua portuguesa passa a ser ensinada e aprendida a partir de um novo conceito mais funcional e não tão estruturalista como o de sempre. Esse ditoso conceito funcional foi reforçado pela linguística textual, que por sua vez defendia a ideia de que a gramática não deveria se limitar apenas às estruturas fonológicas e morfossintáticas, mas que fosse

⁶⁶ Silva, Rosa Virgínia Mattos e. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. Parábola, 2004.

explorada igualmente a nível textual. Com as disciplinas pragmática, análise do discurso e teorias da enunciação, a linguagem passou a ser compreendida como uma atividade constitutiva na língua portuguesa, como uma realização que acontece na interação verbal. A língua portuguesa passou a ter uma nova conceção, a de enunciação, que vai mais além do conceito que prevê a língua como um instrumento de comunicação. Logo, essa nova conceção de linguagem: incluiu as relações da língua com aqueles que a utilizam em suas práticas sociais, considerou o contexto e condições sociais de utilização da língua; levou em consideração a historicidade das línguas; e de tal modo avaliava os alunos como sujeitos de seu discurso escrito e falado. Esta conceção de linguagem como interação demandou alterações drásticas no processo de ensino, pois a partir de seus preceitos, a heterogeneidade linguística e a valorização do sujeito discursivo passaram a ocupar espaço relevante no aprendizado da língua. A partir de então, os alunos que ocupavam uma postura acomodada e passiva, passaram a ser participantes de um ensino ativo, de “reconhecimento e produção”, assim como afirma Osakabe⁶⁷ (2004: 28 *apud* da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009).

Concordamos também com Geraldi⁶⁸ (2004 *apud* da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009) ao afirmar que quando se anula o sujeito, se cria o aluno-função, aquele que reproduz o discurso escolar e acadêmico, que diz o que os professores querem ouvir sem se pronunciar como sujeito discursivo no processo de aprendizagem (seja no aprendizado do português ou de qualquer outra disciplina). O autor propõe que devolvamos ao aluno o direito à palavra, para que então possamos “ouvir a história contida e não contada” de grande parte dos alunos que ocupam as salas de aula, em especial no ensino público brasileiro. Ao nosso ver, essa conceção de linguagem como interação entre professores e alunos é um dos caminhos mais promissores no ensino da língua.

Benveniste⁶⁹ (1989: 82) introduz a ideia do sujeito na linguística quando descreve o aparelho formal da enunciação e destaca que a única maneira de fazer com que o discurso seja eficiente é pela intervenção do sujeito. Para o autor, a enunciação é o que faz uma língua funcionar através de um ato individual de utilização. O sujeito discursivo em Benveniste (1989) é livre e se apropria da sua língua, se expressando com autonomia, o que não aconteceria dentro de uma conceção limitada e estática de linguagem. Ademais, para Benveniste (1989) o sujeito discursivo

⁶⁷ Osakabe, Haquira. Ensino de gramática e ensino de literatura. In: Geraldi, João Wanderley (Org.). *O texto em sala de aula*. São Paulo. Ática, 2004, p. 26 – 31.

⁶⁸ Geraldi, João Wanderley (Org.). *O texto em sala de aula*. São Paulo. Ática, 2004.

⁶⁹ Benveniste, Émile. "O aparelho formal da enunciação." *Problemas de lingüística geral II* 3, (1989).

não conta com a dicotomia língua/fala apresentada por Ferdinand Saussure. Geraldí⁷⁰ (1996: 14 - 15 *apud* da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009), concorda com as opiniões de Benveniste:

“[...] sujeito livre, independente das relações sociais que o constituem, capaz de dizer com transparência o que quer dizer, limitado apenas pela necessidade de co-referir com seu igual, alocutário e parceiro também livre e alternadamente origem e fim da enunciação. [...] se Benveniste passa para a história da disciplina como reintrodutor da questão do sujeito na Linguística, isto se deve ao fato de que Saussure foi lido como quem inaugurou sua exclusão da língua, remetendo a subjetividade para o espaço insuportável da fala”.

Para Bakhtin, Michel Foucault e outros, o sujeito discursivo passa ser a chave fundamental para a realização da linguagem. De tal modo, cremos que o ensino do português deve ser repensado e se deve incluir nessa reformulação a diversidade linguística dos alunos. Ainda que as contribuições de Foucault sejam inegáveis na concepção do sujeito discursivo, nos preocupamos aqui em destacar algumas das proposições de Mikhail Bakhtin que foi quem concebeu a linguagem como interação. Bakhtin é o grande expoente teórico para todos aqueles que desejam adentrar os estudos da linguagem a partir desta concepção de interação, que por sua vez engloba o ser humano como sujeito discursivo em sua totalidade. Para ele a linguagem é dinâmica e pressupõe um sujeito real que produz uma linguagem real ao interagir com seus iguais, ao invés de reproduzir uma linguagem engessada, repleta de normas que só repetem conceitos idealizados e não heterogêneos. A totalidade da linguagem foi a abordagem de Bakhtin, onde o sujeito discursivo faz parte desse todo e se baseando na interação entre os seres humanos e suas inter-relações. A teoria da enunciação bakhtiniana sobre a linguagem e a sua natureza dialógica foram de extrema importância para redefinir o objeto de ensino da língua portuguesa no Brasil. Definitivamente, a década de 80 foi um período no qual ocorreram muitas contribuições para a concepção de linguagem como interação no quesito metodológico e didático da língua portuguesa e que sem dúvidas auxiliou o trabalho dos professores (da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009).

De acordo com Geraldí (1996: 54 -65 *apud* da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009), foi a partir desta época que “muitos professores universitários brasileiros passam a articular suas reflexões teóricas a propostas alternativas de ensino da língua materna”. Ao objetivar uma

⁷⁰ Geraldí, João Wanderley. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Mercado de Letras, 1996.

conceção dialógica da linguagem que tem o sujeito discursivo como centro da atenção e da ação, mudaram-se os paradigmas do ensino da língua materna no Brasil. Geraldi assinala três das contribuições das pesquisas linguísticas no ensino do português no país: “[...] a forma de conceber a linguagem e, em consequência, a forma como define seu objeto específico, a língua; o enfoque diferenciado da questão das variedades linguísticas e da questão do discurso, materializado em diferentes configurações textuais”. Com essa mudança de paradigmas, a linguagem se apresentou através de novas concepções e os parâmetros curriculares para a língua portuguesa foram redefinidos. Consequentemente, incluíram-se as Diretrizes para o Aperfeiçoamento do Ensino / Aprendizagem da Língua Portuguesa publicadas pelo MEC em 1986. Entre as várias propostas dessas Diretrizes, destacou-se a “intenção de incorporar uma proposta de ensino de língua portuguesa de cunho oficial, na perspectiva da valorização do sujeito pela interlocução” (Rodrigues, 2001: 27 *apud* da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009). Dez anos mais tarde, os PCN também aderiram a tais discussões e transformaram os objetivos da língua portuguesa.

Aplaudimos estas mudanças metodológicas e didáticas na educação, que deixa de lado um sistema de ensino conservador, baseado exclusivamente na gramática tradicional e que passa a buscar novos rumos epistemológicos para o ensino do português. Ainda que esteja sujeito a erros e acertos, perdas e ganhos, como qualquer nova tentativa, este novo *approach* sobre a língua portuguesa é excelente, pois se trata de um processo de transformação promissor para o ensino brasileiro.

Em sua tese doutoral, Marildes Marinho (2001) analisa propostas curriculares da década de 80 de vinte estados brasileiros e destaca a mudança de paradigma no ensino. De acordo com a autora, ditas propostas “querem redefinir o objeto de ensino do português, em função de mudanças de paradigmas no campo dos estudos e pesquisas linguísticas”. Segundo Marinho, essa reformulação advém do fracasso escolar das décadas anteriores e a autora adiciona que há um conflito entre o tradicional e o moderno no campo do ensino da Língua Portuguesa. Portanto, esse conflito exige uma nova concepção de linguagem para direcionar as propostas curriculares da década destacada. A ideia principal destes pressupostos teóricos é a de pôr em prática uma concepção de linguagem que seja capaz de se sobrepôr à tradição no ensino da língua. Marinho menciona a contribuição de Bakhtin para essa reformulação:

“[...] os autores dos currículos sugerem ter buscado essa concepção interacionista ou dialógica numa teoria marxista, que apresenta uma visão sócio-histórica da linguagem, representada por Bakhtin e adeptos, no Brasil, somada a alguns conceitos eleitos como suporte para o aprendizado da língua, no plano das habilidades ou das competências linguísticas, herdadas de teorias pragmáticas e da linguística textual (Marinho, 2001: 53-54).

Ao viabilizar uma proposta de ensino baseada em uma concepção interacionista ou dialógica da linguagem, se exige um novo posicionamento diante da linguagem e do ensino da mesma, respeitando e abarcando a heterogeneidade linguística dos alunos.

De acordo com o observado até ao momento, a década de 80 foi um período de revolução, inclusive em termos burocráticos e documentais, no ensino da língua no Brasil. Linguistas e profissionais do ramo se empenharam para reformular o ensino do português e assim se deu a reestruturação necessária na educação brasileira. Entretanto, a partir desta década, qual é o cenário do ensino e aprendizado no Brasil? Terá sido a Linguística a responsável por um futuro promissor para alunos e professores? Ou estes ainda se deparam com os mesmos ou novos problemas em sala de aula?

A Linguística teve e tem grande influência na questão do ensino da língua no país, ainda que muito do que se deveria praticar continue em linhas teóricas e não tão pragmáticas. Exceto alguns casos raros, a maioria das escolas, professores e alunos mantém a tradição velada, ou seja, instituições e profissionais têm acesso ao conteúdo programático mais adequado para ensinar a língua real e viva, entretanto, se prendem à tradição gramatical despropositadamente. Como aponta Ilari⁷¹ (1997), o que se esperava da reformulação no ensino através da linguística era:

“[...] uma recessão profunda do chamado ‘ensino gramatical’, em particular do ensino da nomenclatura, que tem, na análise sintática e morfológica, sua estratégia mais tradicional. [...] Experiência dos vários níveis e registros de fala; [...] Que os conteúdos a serem ensinados incluíssem explicitamente os elementos típicos da expressão falada e que o ensino tirasse o maior proveito possível da ligação entre a situação da fala, proporcionando exercícios autênticos.” (Ilari, 1997:102-103 *apud* da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009).

⁷¹ Ilari, Rodolfo. *A linguística e o ensino da língua portuguesa*. Martins Fontes, 1997.

De acordo com as expectativas acima citadas por Ilari (1997), se tem uma ideia das mudanças esperadas na prática pedagógica do ensino da língua portuguesa ao inserir os pressupostos dialógicos da linguagem.

Ainda existe uma dissonância, por mais que haja a indicação de uma concepção dialógica da linguagem, sendo que esta serve para remodelar o ensino da língua de uma forma dinâmica nas ciências linguísticas. Conforme apresenta Matêncio⁷² (1994), os professores de português continuam “investindo a maior parte de seus esforços no ensino da terminologia gramatical; continua enorme o espaço reservado aos exercícios; a escola continua ignorando as variedades regionais e sociais não standard” (Matêncio, 1994:103 *apud* da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009). Em outras palavras, novas concepções e velhos hábitos.

5.4 Gramática e língua.

Outro problema que gostaríamos de retomar neste momento, pois se faz muito oportuno, é a discussão com relação a formação do profissional de Letras no país. Devido à massificação do ensino superior, muitos professores formados pelo curso de Letras por todo o Brasil acabam se formando ‘utopicamente’, já que muitas das escolas de formação não rompem com o círculo vicioso teórico na graduação e pós-graduação. Em geral, tampouco são formados dentro dos princípios e parâmetros modernos do ensino da língua materna. Como consequência desse despropósito na formação, muitos professores desconhecem a nova orientação, a maioria das escolas não ensinam aquilo que os professores necessitam transmitir em sala de aula. Do mesmo modo, há muito ensino de teoria linguística ou então nenhuma teoria linguística, em vez de se ensinar os fundamentos da natureza da linguagem. Outro problema é o ensino de teoria literária que consta de muita citação de referências estrangeiras e pouco de referências brasileiras, portuguesas ou lusófonas. Não obstante, o ensino prioritário de fonética, morfologia e sintaxe histórica do latim não cede espaço ao português, no lugar de se ensinar o português arcaico e sua evolução até ao português atual, se privilegia o latim. Há também muita teoria didática e

⁷² Matêncio, Maria de Lourdes Meirelles. *Leitura, produção de textos e a escola: reflexão sobre o processo de letramento*. Autores Associados, 1994.

pedagógica e pouca prática de ensino e desejo exacerbado de mostrar erudição e formar pesquisadores sem incentivo à pesquisa científica. Silva (2004: 14 *apud* da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009) resume nossa observação com a carência de “um instrumental cientificamente preparado a partir do qual possa ser conduzido um trabalho pedagógico criador e enriquecedor para os estudantes e para a língua portuguesa na sua diversidade histórica”. De tal modo, o professor sem formação profissional adequada, que trabalhe a variedade linguística em sala de aula, sem material pedagógico para trabalhar a língua a partir da perspectiva dialógica da linguagem, se encontra em uma cilada didática. Ademais, uma vez formados, os professores não recebem formação complementar que os atualize sobre as novas tendências linguísticas e didáticas sobre a própria língua. Quando o fazem é a partir de uma iniciativa particular, ou seja, sem contar com qualquer subsídio público ou até mesmo privado.

O produto final designado de toda a incoerência pedagógica e didática é inconsistente e falho. O que se ensina nas salas de aula depois de décadas de reestruturações curriculares e contribuições dos estudos linguísticos pode ser esclarecido por Batista⁷³ (1997) que responde à nossa pergunta anterior:

“[...] a gramática é, por excelência, o objeto que constitui a figura do ensino da disciplina. Ele é, desse modo, dentre os objetos presentes na disciplina, o mais adequado as condições escolares de transmissão; outros saberes, como a leitura, a escrita, a linguagem oral, por não apresentarem o mesmo grau de adequação a essas condições, constituíram um resíduo do processo de transmissão.” (Batista, 1997: 10 *apud* da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009).

Reconhece-se que o ensino da gramática é essencial em uma aula de língua portuguesa, mas se lança outra pergunta neste momento: *Que tipo de gramática se ensina?* De acordo com Sírio Possenti (1996) há três tipos de gramáticas: a normativa ou prescritiva, a descritiva e a internalizada, que respectivamente significam as regras que devem ser seguidas, as que de fato são seguidas e as que o falante – neste caso o aluno – domina no seu dia a dia. A gramática normativa é aquela predominante nos livros e manuais didáticos e que apresentam a norma culta, que proporciona aos alunos a ideia do que é falar e escrever “bem”. Já a gramática descritiva é aquela

⁷³ Batista, Antônio Augusto Gomes. *Aula de Português: discurso e saberes escolares*. Martins Fontes, 1997.

que literalmente descreve e explica a gramática utilizada pelos falantes sem julgar o que é certo ou errado. Por fim, a gramática internalizada é aquela que representa o que já está interiorizado pelo falante, representando as regras intuitivas e estáveis do mesmo quando a utiliza. Portanto, de um modo ou de outro, todos os alunos que chegam à escola (crianças, adolescentes, jovens ou adultos) já possuem um conhecimento prévio de um conjunto de regras gramaticais. Entretanto, qual é a gramática que deve ser priorizada no ensino escolar? Concordamos com Possenti, em gênero, número e grau, quando propõe que deve haver uma consonância entre os três tipos de gramática. O tempo de ensino de gramática durante as aulas deve estar dividido em três momentos a fim de contemplar a todas, e não somente à normativa. Ainda que soe polêmico e controverso, esse autor também afirma que ensinar gramática nas aulas de português é desnecessário quando o objetivo principal das aulas é o de ensinar aos alunos a variedade padrão do idioma e torná-los leitores eficazes e autores independentes de seu próprio texto e discurso. O autor também assinala que o domínio do português padrão não implica em um domínio da nomenclatura gramatical. Muito pelo contrário, isso significa aquisição de domínio de escrita e leitura. Ou seja, o aluno deve estar apto, após o período de formação em língua portuguesa, a ler textos literários ou não, que tratem de diversos assuntos, bem como a escrever desde bilhetes, cartas a textos argumentativos e informativos.

Portanto, constata-se que parece incoerente ensinar a gramática normativa como se esta resumisse a língua portuguesa. Esta regra gramatical tem sua importância, mas não passa de um sistema de regras consolidado na prática de uma superioridade linguística por parte daqueles que ‘sabem mais’ sobre aqueles que ‘não sabe português’. Caso os professores sigam com essa conduta e o ensino da língua continue sendo baseado exclusivamente na regra gramatical, os alunos continuarão experimentando o aprendizado de sua língua materna como apenas um conjunto de ordens a serem seguidas, e não como seu instrumento da comunicação efetiva. Do mesmo modo, se os professores não se atualizarem e dominarem as outras variedades da gramática do português, os alunos rejeitarão a aprendizagem da língua por não serem devidamente guiados no processo de aquisição da língua.

Estudos sociolinguísticos comprovam que na realidade toda esta confusão metodológica e didática sobre o que ensinar e como ensinar, com relação ao português no Brasil, nada mais é que

uma luta de classes sociais, mais do que um embate linguístico. Marcos Bagno⁷⁴ (2003: 70) expõe que “nas relações entre língua e poder o que realmente pesa é o prestígio social do falante”. Do mesmo modo, Maurizio Gnerre⁷⁵ (1998, 6 – 7) afirma que “uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale com o reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (da Silva; de Mendonça Cyranka, 2009). Assim sendo, acreditamos que o estigma linguístico deve ser desfeito na escola e não fora dela. Infelizmente, parece-nos que a situação pende para o caminho contrário, ou seja, o caminho da manutenção do estigma sociolinguístico, pois se constata a falta da conceção da linguagem dialógica para gerir o problema de exclusão social e linguística.

Entre mudanças no sistema educativo e tentativas de melhorias para os problemas no ensino brasileiro, sobretudo da língua, percebemos que antes de se promover a língua portuguesa de variedade brasileira internacionalmente, o país deve solucionar primeiramente sua situação educativa interna. Como se exporta algum bem como a língua se muitos dos compatriotas brasileiros ainda nem sabem quais línguas falam?

5.5 O caso do ensino nos PALOP.

O propósito desta pesquisa de doutorado é oferecer reflexões sobre as políticas linguísticas para a língua portuguesa, avaliando as ações tomadas pela CPLP e pelo Brasil para que se consiga a expansão do idioma. No presente capítulo, discutiu-se o ensino do português no Brasil e apresentaram-se possíveis soluções para os impasses no sistema educacional do país. Ainda que não seja tema principal desta tese, mas pelo fato de se tratar de uma mesma língua e de países que provavelmente compartilham a realidade educacional do Brasil, faz-se agora uma breve reflexão sobre o ensino do idioma nos PALOP.

Não há como falar sobre a divulgação da língua portuguesa na África e não falar de autores como Maria Helena Mira Mateus. Em seu texto *Uma Política de Língua para o Português*, (Mateus, 2002a), a autora discorre sobre as estratégias de difusão do Português em vários

⁷⁴ Bagno, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. Parábola, 2003.

⁷⁵ Gnerre, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. Martins Fontes, 1998.

contextos, tanto no contexto de língua materna como em Portugal e no Brasil, como em contextos como o africano onde o português é língua de escolarização e língua veicular. Estamos convencidos que as propostas de Mateus (2002a) se cruzam com os objetivos iniciais da cooperação proposta pela CPLP. De tal modo, seguimos com as considerações desta autora para exemplificar como a língua deve ser promovida pelos PALOP na África.

Segundo Mateus (2002a: 6), para que o português tenha mais visibilidade na África, a CPLP deve desenvolver em parceria com os PALOP uma política linguística que: i) reconheça a diversidade cultural entre todos os países do continente africano; ii) desenvolva uma pesquisa sobre as línguas nacionais africanas; iii) coordene ações de “cooperação entre as diversas instituições portuguesas⁷⁶ intervenientes”; iv) conscientize “de que as ex-colónias têm fortes relações com países que falam outras línguas, o que não significa que eles abandonem o Português, nem deve levar a considerar com menos empenho o ensino do Português nesses países”.

Consequentemente, para implementar a política linguística nos PALOP, é necessário que sejam traçados objetivos concretos e pontuais, que a partir desses objetivos se criem estratégias e que estas sejam concretizadas com rigor. Consideramos que o plano de execução de Mateus (2002a) esbanja eficiência na realização desta tarefa. De tal modo, para uma difusão eficiente do Português nos PALOP, faz-se necessário desenvolver estratégias que contemplem o ensino do idioma desde o ciclo básico, passando pela diversidade e variedade linguística que enriquece a língua neste continente, e finalmente incentivando a pesquisa sobre a multiplicidade de identidades linguísticas na qual nosso idioma se instala.

“Para atingir estes objectivos é necessário criar estratégias como: - Desenvolvimento de mecanismos adequados à formação e recrutamento de professores de Português como língua segunda. - Desenvolvimento da investigação sobre a criação das normas africanas do Português. - Criação de estruturas de reforço das actividades lectivas e de investigação, e dos diversos espaços de difusão do Português, tendo em conta os contextos em que estão integrados.” (Mateus, 2002a: 7).

⁷⁶ A autora utiliza o gentílico *portuguesas* para se referir as instituições de Portugal presentes no continente africano. Entretanto, por adaptação ao tema deste trabalho, propomos a substituição das palavras *instituições portuguesas* por *instituições pertencentes à ordem da CPLP*.

Para que estas estratégias sejam levadas a cabo, faz-se obrigatório um investimento significativo em pesquisa e ensino. Ao analisar a “concretização das estratégias” de Mateus (2002a), pode-se observar o quão importante é o incentivo à pesquisa científico-acadêmica e subsequentemente a consumação prática dos resultados teóricos obtidos por profissionais encarregados em ensinar e promover a Língua Portuguesa. Para concretizar tais estratégias, a autora apresenta propostas que acreditamos merecer espaço em nosso trabalho:

“Levar a efeito o levantamento da investigação realizada e em curso nos países africanos e em Portugal para constituição de uma base de dados sobre as variedades africanas do Português e sobre a relação entre as línguas nacionais africanas e a língua portuguesa. - Desenvolver a investigação no âmbito das línguas em contacto, numa perspectiva comparativa. - Levar a efeito um levantamento relativo às características linguísticas das populações escolares dos países em que o Português é língua de escolarização. - Organizar em Portugal, de acordo com as entidades governamentais dos países estrangeiros, estágios regulares para a formação de professores de Português. - Preparar e produzir materiais didácticos, e apoiar a produção desses materiais nos respectivos países. - Divulgar livros e materiais multimedia que reforcem a relação com a língua portuguesa. - Apoiar projectos dinamizadores de acções conjuntas, de parcerias entre Portugal e os países de língua oficial portuguesa, (p.ex. um programa conjunto para desenvolvimento de projectos como a criação de bases de dados, a investigação sobre línguas africanas ou normas africanas do Português, ou a alfabetização em línguas nacionais)”.

Autores como Maria Helena Mira Mateus são grandes expoentes no universo das políticas linguísticas da Língua Portuguesa. Por esse motivo, pela excelência dos trabalhos da autora, pelo seu cuidado e pela influência de seus trabalhos nesta tese, concluímos as observações sobre os PALOP aconselhando aos nossos leitores a consultarem no final deste trabalho, a bibliografia que contam com diversos trabalhos de Mateus.

6 A relação do Brasil com a CPLP e seus respectivos papéis na promoção da língua portuguesa.

No presente capítulo segue-se com a discussão sobre a promoção da língua portuguesa, e para elucidar o papel do Brasil nesta tarefa discute-se a relação de cooperação do Brasil com os estados da CPLP. Parte-se de uma análise histórica sobre a política externa brasileira, focando principalmente nas relações internacionais do Brasil com os países da CPLP e do hemisfério sul. Dá-se ênfase às trocas sociais, políticas e comerciais que representam os diálogos do Brasil com tais países. Para que se possa esclarecer o discurso adotado pelo ‘gigante’ sul americano com relação à CPLP, são descritos fatos históricos que permitem analisar seu comprometimento com os ideais da comunidade, sobretudo com a promoção da língua.

O que se pode observar no discurso da chancelaria brasileira é que o país tem valorizado as relações diplomáticas e comerciais com os países da CPLP e do hemisfério sul, ainda que de maneira estratégica a seu próprio benefício. A agenda da política externa brasileira tem estado repleta de compromissos com vários países, principalmente com os do sul. Sem dúvidas, houve, há e haverá oscilações nestas relações externas, o que é comum na política de todo estado. No entanto, o Brasil se preocupa em manter boas relações com todo país que lhe convenha e lhe ofereça melhoramentos na esfera social, política e econômica – seguindo as regras do jogo político econômico internacional.

Nos últimos anos, principalmente a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva, tem-se prestado mais atenção às necessidades dos outros países e aumentado a importância das relações externas que o Brasil vem concretizando, sobretudo com os países do cone sul e da CPLP. Para que se entenda o papel do Brasil dentro da CPLP e da expansão do português, assim como para melhor entender as relações internacionais do Brasil, sobretudo com os Estados em questão, se retrata a história da política externa brasileira a partir da criação da CPLP. Recorre-se a fatos históricos anteriores ao surgimento da CPLP que justifiquem as atitudes tomadas pelo Brasil acerca das contribuições, percalços ou déficits na relação do país com a entidade. Fundamentamos nossa opinião sobre o tema com a proposta de Miyamoto (2009: 22), que brilhantemente oferece o ponto de partida para a discussão aqui realizada:

“Vários elementos têm de ser levados em consideração. Em primeiro lugar, as aspirações que um país como o Brasil tem no cenário regional e no contexto mais amplo das relações internacionais. Em segundo lugar, as diferenças de conjuntura regional e global que afetam as possibilidades que o país tem para implementar políticas independentes fora desses contextos. Ligado a esse, a própria capacidade em termos do poder que o país detém em cada momento. Em quarto lugar, as divergências internas, com os diversos grupos de pressão, que influenciam por meio do livre jogo de forças, os rumos das políticas externa e internacional do Brasil. Por último, mas igualmente importante, o tipo de regime político vigente, que privilegia uma ou outra ótica de inserção, permitindo ou não a participação da sociedade na formulação e na implementação das políticas públicas nacionais em sentido amplo, ou apenas ditando os rumos da conduta externa, segundo o grupo que está no controle do aparelho de Estado.”.

Recentemente o Brasil tem chamado a atenção do mundo devido a seus conflitos sociais, políticos e econômicos que trazem contradições preocupantes capazes de barrar o desenvolvimento de sua sociedade, além de diminuir sua fiabilidade no contexto internacional. O país apresenta uma diferença de classes sociais que denigre sua imagem, casos de corrupção e descaso político com seus cidadãos que apenas demonstram que o Brasil se encontra na sua puberdade sociopolítica. São cometidos crimes de corrupção no país, disfarçados de erros coadjuvantes, que tentam justificar os absurdos que se perpetuam nos setores da educação, cultura, saúde, política, etc.

Nos anos anteriores, sobretudo com o governo de Lula e posteriormente com o de Dilma Rousseff, o Brasil deu mais atenção a sua política externa, beneficiando-se de seus privilégios e vantagens que possibilitam a ocupação de lugares e posições mais fortes e visíveis com relação a sua projeção política e econômica. Um exemplo da preocupação em mostrar o potencial do país pode ser visto na tentativa e persistência do mesmo em ocupar um lugar como membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, reivindicando uma posição que lhe dê o direito de veto e não somente o de voz. De tal modo, o país poderá assim contribuir com a criação de regras na ONU e não simplesmente acatá-las. Os indicadores geográficos e econômicos do Brasil permitem que o país seja projetado regionalmente e internacionalmente. Atualmente o país conta com uma população de 206.232.722 milhões de habitantes, um território de “8.5 milhões de quilômetros quadrados, fazendo fronteiras com 10 nações [com as quais não data nenhuma guerra há mais de 150 anos], e com uma extensão de mais de 15 mil quilômetros, detém 7.5 mil quilômetros de costa marítima com mar territorial em torno de 4.5 milhões de quilômetros

quadrados⁷⁷”. Esses números representam grandiosamente o papel que o Brasil deve ter na corrida contra o tempo, rumo à posição de potência internacional. Por números como essas muitas outras potências mundiais enxergam o país como um “ator principal nas relações internacionais” e não simplesmente como um país em desenvolvimento. O Brasil não é visto como um país que não aporta valor e possibilidades de crescimento mútuo com aqueles com quem o país reforçar sua política externa. Tal política hoje se resume em conciliar alianças com ênfase na América do Sul e África por uma questão de conveniência e de posicionamento histórico. Da mesma forma, essa política expande-se à criação de alianças diversificadas com outros países, sobretudo os países desenvolvidos como os do bloco europeu, onde se encontra Portugal que por sua vez se avizinha ao nosso país na CPLP. A natureza da política externa brasileira se resume em alcançar o estatuto de nação reconhecida e respeitada internacionalmente, o que muitos países estrangeiros já reconhecem ser o destino cabal de um país como o Brasil.

Para se entender melhor as relações do Brasil com os países em desenvolvimento, com os países do Mercosul e com os membros da CPLP, destacam-se alguns acontecimentos na política externa brasileira que justificam as medidas tomadas pelo país quando o assunto é parceria e cooperação internacional.

Depois da proposta de Alfred Sauvy de 1954, que divide o mundo em três grupos, a qual utiliza a grandeza e o poder econômico de cada estado para subdividi-los, o Brasil se identifica fortemente com os países em desenvolvimento, tanto do Mercosul quanto da África. Isso se dá por vários fatores, entre eles, a localização geográfica do país no continente sul americano, o contato com a cultura africana presente no Brasil desde a época da colonização e também porque nenhum dos países destes continentes, assim como o Brasil, possuem o patamar social e econômico que pode ser vivido na Europa e Estados Unidos, por exemplo. Fora os fatores citados anteriormente, o Brasil fortalece seus laços com os países em desenvolvimento por compartilhar de reivindicações a nível internacional contra as desigualdades que acontecem entre os países ricos e os países em desenvolvimento, categoria esta da qual faz parte. Finalmente por último, mas não menos importante, pelo fato de ser considerado um “país médio” desde a década de 1920 e ser afastado da riqueza mundial, o país entende a necessidade de se criar alianças políticas com outros

⁷⁷ Dados do IBGE atualizados, extraídos do texto de Miyamoto (2009: 23). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 julho, 2016.

grupos. Suas preferências são os países que estão inseridos no mesmo contexto socioeconômico que o seu, para então poder crescer internacionalmente e chegar a alcançar a posição de potência mundial. Ao reconhecer sua posição no mundo e ao entender a necessidade de se inserir no contexto internacional, o Brasil mostra as ex-colônias do mundo a importância da união e da empatia comum a todos, não mais pelas tragédias históricas da colonização em si, mas sim pelos traços sociais e culturais sentidos até hoje, ora aqui, ora ali. A reunião desses fatores é o que justifica o modo como o Brasil tem se posicionado no mundo, através de esforços que dependem em sua maioria do setor agroexportador para tentar manter o desenvolvimento da sua economia. Sobretudo com as discussões políticas e acadêmicas realizadas nas décadas de 60 e 70, verifica-se que a posição de país em subdesenvolvimento é característica típica do Brasil, quer pela sua influência no contexto internacional, quer pela realidade socioeconômica da população brasileira. O país tem tentado desde muitas décadas melhorar sua posição no *ranking* internacional do desenvolvimento e sua política interna. No entanto, há muito trabalho a ser realizado, assim como se pode conferir nas seguintes palavras:

“Externamente, a posição desfavorável usufruída frente aos grandes agentes mundiais sempre limitou a possibilidade de se fazer reivindicações mais fortes, com chances de sucesso, em função de duas variáveis: uma, a falta de poder (econômico, político e militar) e, em segundo lugar, a inexistência de chances propiciadas pelos grandes parceiros. Restou pouco, portanto, além da afiliação a grupos e da aproximação a países com características semelhantes às verificadas no território nacional. Partir desse princípio, entretanto, não assegurava uma atuação uniforme com os demais membros subdesenvolvidos da comunidade internacional. Em primeiro lugar, porque eram restritos os elementos que os uniam: eram todos dependentes, pobres, e necessitavam portanto de aportes internacionais. Em segundo lugar, encontravam-se em estágios diferenciados de desenvolvimento, dando margens ao surgimento, inclusive, de terminologias como quarto mundo, quinto mundo, etc, já que não se podia categorizar no mesmo patamar países como o Brasil ou a Argentina, com outros do continente africano, em condições muito mais desfavoráveis, sob todos os aspectos. Em terceiro lugar, porque muitos desses países (Terceiro Mundo, não-alinhados) competiam no mercado internacional com os mesmos produtos, ou seja, eram concorrentes entre si, procurando de maneira pragmática auferir benefícios individuais para suas próprias nações. Por último, nem sempre havia coincidências políticas e ideológicas entre esses membros da comunidade pobre, destarte impedindo que em grande parte as demandas pudessem ser unificadas, a não ser aquelas relacionadas com a transformação do próprio sistema internacional, reduzindo as desigualdades existentes, e sobre as quais todos concordavam.” (Miyamoto, 2009: 29).

Como se pode observar, a definição e o plano de ação das políticas internas e externas brasileiras pecam pela falta de coesão nos seus ideais há décadas e isto se alastra até os dias de

hoje. Independentemente das orientações políticas dos governantes, diplomatas, economistas e até mesmo do povo, não há uma convergência capaz de alavancar o potencial econômico e social do Brasil. A política interna e externa brasileira se veem marcadas pela defesa dos interesses próprios de cada grupo, nacionais e internacionais, que são incontáveis e que desequilibram qualquer plano social e político promissor. Como afirma Miyamoto (2009: 29), “[...] nunca houve uma única instância que pudesse ser considerada centralizadora da conduta externa brasileira, apesar de o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), formalmente ser o órgão responsável.”.

6.1 Laços políticos brasileiros e a língua.

Nem só de desgostos e desilusões vivem a política externa e o governo do país, que passa atualmente por um período de retrocesso político e social tremendo. Muitas das tentativas do Brasil de sair de uma posição menos privilegiada acabam sendo legitimadas até ao ponto de este ainda ser visto hoje, assim como outrora, como o ‘país do futuro’. Focando nas parcerias internacionais mais benéficas de forma estratégica, o Brasil consegue estabelecer vínculos e diálogos de cooperação pelo mundo, com destaque no continente sul-americano e africano. No caso do continente sul-americano, ainda que com períodos de recessão, a chancelaria brasileira tem realizado uma política externa apreciável, estabelecendo um relacionamento bilateral e multilateral através de ações regionais que mostram a importância de sua presença no território, buscando sempre uma colaboração mais vasta. Com relação ao continente africano, o Brasil vem mantendo uma política de cooperação muito ampla, mesmo que esta situação implique em possíveis prejuízos e descontentamentos. O que se dá pelo fato de muitos dos países da África carecerem de recursos e não serem capazes de pagar os produtos de exportação destinados ao continente. Além do mais, a competitividade nos preços dos produtos africanos, e a falta de produtos que se possa oferecer em troca ao Brasil são fatores que fazem com que este país reconsidere as transações realizadas com aquele continente.

Os laços mais estreitos do Brasil com o Oriente Médio, e até mesmo com o sudeste asiático, foram feitos a partir da década de 70, principalmente depois da primeira crise do petróleo. Apesar das relações com estes dois parceiros não acontecerem de modo fluido, ou seja, sem restrições, o

Brasil reconhece que ambos são possíveis consumidores de produtos manufaturados no país: veículos e até mesmo armamento.

Assim como o Brasil reforça sua política externa com os países menos desenvolvidos, o país também percebe a grande importância em estabelecer acordos bilaterais e multilaterais com os grandes expoentes econômicos. Isso se dá a partir da década de 80, quando o país tentou diminuir sua vulnerabilidade econômica ao depender exclusivamente dos Estados citados anteriormente e do poder dos Estados Unidos da América. Através dessa estratégia de adquirir mais possibilidades nos planos econômico e social, o Brasil formou alianças com o continente europeu, Reino Unido e com o Japão.

“Já nos anos mais próximos, o relacionamento do Brasil com os países do hemisfério sul deu-se dentro de outro contexto, agora com o fim da Guerra Fria, e em um mundo em grande transformação. Como características deste novo quadro, observamos a emergência de novos atores (desde os anos 80), como as Organizações Não-Governamentais (ONGs), a formação de blocos regionais em um cenário interdependente, mas altamente competitivo, e o acirramento das divergências no comércio internacional, com a própria substituição do Gatt pela OMC. É nesse contexto em definição que se formalizam as relações do Brasil com o mundo, quando se criam entidades como a CPLP, e onde o país procura atuar em grandes frentes, contemplando algumas prioridades, que considera serem as mais satisfatórias, pelo menos naquele momento.” (Miyamoto, 2009: 30 – 31).

6.2 O Brasil na CPLP.

As relações externas do Brasil com os demais países apresentam duas principais linhas de raciocínio. A primeira delas está pautada no retorno social e econômico que o país receberá ao estabelecer qualquer tipo de parceria com os países do Mercosul, do continente africano, asiático ou europeu. A segunda diz respeito aos aspectos humanos no sentido mais subjetivo da palavra, quando o Brasil estabelece relações de intercâmbio bilateral sem esperar ‘nada em troca’, tendo como foco outros fatores nestas cooperações, como por exemplo, a história comum entre os países que se assemelham ao Brasil em seus traços culturais. Destarte, o Brasil valoriza as relações de cooperação mútua geradas desde a criação da CPLP em 17 de julho de 1996. Com efeito, por mais que não fosse a prioridade do Palácio do Itamaraty, os países da CPLP, pelo fato de compartilharem da mesma língua, sempre fizeram parte da agenda política brasileira. Em suma, o valor que a CPLP

tem para o Brasil é relativamente igual ao valor que a comunidade tem para o mundo hoje, o que não implica que haja um descaso do país para com a entidade, mas sim com as possibilidades que esta possa gerar ao Brasil. Este país segue o exemplo de política externa dos demais estados do mundo. Por certo, seria de tamanha inocência pensar que as relações entre Brasil e CPLP estão privilegiadas, muito pelo contrário. Trabalhos recentes comprovam essa situação e mostram que os principais interesses do Brasil nestes últimos anos estão voltados para três grandes países: África do Sul, Angola e Nigéria. Tal foco é o que se chama hoje de “parcerias seletivas no continente africano” (Ribeiro, 2007: 172-195 *apud* MIYAMOTO, 2009: 33)⁷⁸. Não obstante, afirmar que a CPLP é colocada em segundo plano pela agenda política brasileira também é errôneo. Afinal, o país reconhece, desde a criação da comunidade e de sua adesão, que aquela tem o potencial de apoiar seu crescimento e interesses. No entanto, descuidar de seus próprios interesses para atender exclusivamente a demanda da CPLP seria um erro fatal com o povo brasileiro.

“[...] Não é apenas em relação a CPLP como instituição, mas com todos os países que a compõem, a não ser em momentos específicos.

Nas últimas décadas, pode-se lembrar o vínculo mais estreito, por exemplo, do Brasil com Portugal no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira e, em outras ocasiões, com Jânio da Silva Quadros ou Humberto de Alencar Castelo Branco, quando se aventou a possibilidade de formação de uma comunidade luso-afro-brasileira. No governo de Ernesto Geisel, o reconhecimento de Angola e Moçambique em 1975 foi sinal de aproximação com esses países, sob a ótica do pragmatismo responsável. Outros momentos parecidos aconteceram com José Sarney e Itamar Franco antes de ser firmada a carta de criação da CPLP sob o mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Não se deve, porém, presumir que a atenção concedida a esses países se assemelha ao papel exercido por outros como Argentina, Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha ou França além de nações emergentes como a China, Rússia, Índia e África do Sul. Além da retórica de países irmãos unidos pela história, os indicadores entre Brasil e CPLP estão aquém do que se poderia considerar relações privilegiadas.” (Miyamoto, 2009: 32 -33).

Com o exemplo da falta de coesão da CPLP sobre o acordo ortográfico de 1990 apresentado nesta tese, podemos expandir nossas considerações emoldurando as políticas conjuntas da comunidade da mesma maneira: existem muitos desacordos na própria entidade e isso ecoa nos países que a compõem. Os aspectos culturais e linguístico que unem a CPLP são os

⁷⁸ Ribeiro, Cláudio Oliveira. "Relações político-comerciais Brasil-África (1985-2006)." PhD diss., Universidade de São Paulo, 2007.

principais motivadores da sua criação, bem como os interesses econômicos que nela coexistem. Porém, considerar que tais fatores garantem ou garantirão vantagens imediatas no setor econômico financeiro é arriscado. O Brasil tem consciência disso, afinal muitas de suas empresas de grande porte como a Petrobrás e dezenas de empreiteiras estão presentes nos outros países do Mercosul e do mundo. Assume-se que as expectativas do Brasil ao integrar a CPLP são de ganhar mais visibilidade no contexto internacional, aproveitando seus recursos a fim de que o país ocupe maiores espaços em parceria com os estados membros da comunidade. Desta maneira, tanto o Brasil quanto os demais países da CPLP ganham força e aumentam suas chances de exposição mundial e maior competitividade frente às outras potências mundiais.

A chancelaria brasileira sempre se demonstrou adepta à criação da comunidade, não só pelos interesses socioeconômicos, mas também pelos aspectos culturais. Portanto, o Brasil resolveu cumprir com a sua palavra e manifestou seu apoio à entidade, trazendo consigo sua força e promessas de êxito ao grupo; uma vez que o país é o maior de todos os estados da CPLP e com importância considerável no cenário mundial. Logo, afirma-se que o Brasil nunca desonrou o discurso do ex-embaixador brasileiro José Aparecido de Oliveira em Portugal, também ex-ministro da Cultura, que declarou que o que se esperava do Brasil no momento da criação da CPLP foi cumprido com excelência:

“Podemos reunir em São Luís do Maranhão os Presidentes dos países lusófonos, criando o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, primeiro passo da CPLP e do aprofundamento das relações futuras. Quando o Presidente Itamar Franco chegou ao governo, conhecia as iniciativas anteriores e lhe fiz o relato da situação. Convidou-me, então, para representar o Brasil em Lisboa e encetar conversação em busca de uma aliança diplomática formal entre nós e os países de expressão portuguesa. Como era comum na diplomacia do passado, fui enviado a Lisboa com uma missão multilateral, e o fiz, como sempre agimos os mineiros: com lealdade, transparência e respeito absoluto aos nossos parceiros. Cumpri, com espírito de missão, o meu dever. Ao deixar Lisboa, no fim do honrado mandato do Presidente Itamar Franco, estavam firmes os pilares da CPLP.” (Oliveira, 2002:26, *apud* MIYAMOTO, 2009: 33 – 34).

As palavras de Aparecido de Oliveira comprovam a participação e o comprometimento do Brasil em apoiar a criação da CPLP. Da mesma forma, asseguram que o país se comprometeria a materializar os convênios na área da cultura, educação e ciência com uma certa restrição, é claro, devido à limitação de recursos próprios. Contudo, vale à pena ressaltar que muitas dificuldades

então futuras foram encontradas já na criação da CPLP, o que tornou o envolvimento pleno do Brasil algo que se deveria realizar com cautela e precaução. A comunidade passou por um processo de amadurecimento desde 1989 até ser institucionalizada em 1996 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse processo de instabilidade da comunidade se verifica até ao momento presente, assim sendo, a participação do Brasil visa outros vetores socioeconômicos que talvez não se igualem aos interesses dos demais países da CPLP. Logo, a aparente incoerência no discurso de adesão e/ou participação do Brasil na CPLP pode ser aclarada com as palavras de Luiz Felipe Lampreia, ex-chanceler brasileiro. Na reunião organizada por Jaime Gama, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros no ano em que a comunidade foi criada, Lampreia revelou:

“A CPLP haverá de ser um instrumento de cooperação, entendendo a concertação entre os países africanos de língua oficial portuguesa, o Brasil e Portugal, sem qualquer veleidade de hegemonia, mas com um espírito construtivo e a determinação de ocupar um espaço condizente com o peso específico da própria comunidade”. (Lampreia, 1999: 134 *apud* Miyamoto, 2009: 35).

“Ao realizar esta reunião aqui em Salvador, quisemos significar, sem ambigüidade, o quanto estamos empenhados em fazer da CPLP, de forma gradual, mas efetiva, uma realidade diplomática, uma força a favor de todos nós, que nos ajude a melhor projetar e defender, na base do consenso, os nossos interesses internacionais comuns”. (LAMPREIA, 1999: 160 *apud* Miyamoto, 2009: 35)

Infelizmente, percebe-se que o que mais há na CPLP é a falta de consonância na execução dos projetos conjuntos, sobretudo quando o assunto é a promoção da língua portuguesa – um exemplo disso é a contínua e atual batalha em oficializar o idioma na ONU. Deveras, o problema da falta de políticas conjuntas entre os membros da CPLP é fato tão intrínseco à entidade que seus países estão sempre a agir autonomamente em busca de benefícios particulares, sem concretizar o empoderamento da comunidade a nível mundial. Cada país tenta alianças com outras organizações mais próximas as suas realidades sociais e sobretudo geográficas. Ao analisar esse contexto, é compreensível que alguns países da comunidade, Brasil e Portugal, repensem antes de decidir quão envolvidos devem estar nos projetos arquitetados pela CPLP. Por isso que, frequentemente, se encontram nos estudos sobre a comunidade falhas na sua projeção internacional, já que seus países priorizam outros convênios de natureza diversa. Miyamoto (2009) analisa o discurso de Lampreia

na abertura dos trabalhos da ONU em setembro de 1996 e adverte para o fato de que o ex-chanceler brasileiro dedicou poucas de linhas em sua fala ao se pronunciar sobre a CPLP, já que no mesmo momento o Brasil tinha mais interesse pelas parcerias no Mercosul:

“Pela primeira vez, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe comparecem à Assembléia Geral das Nações Unidas organizados na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, voltada para a cooperação e a coordenação política. Em consulta e de forma concertada, os países membros da Comunidade esperam atuar com maior intensidade nas Nações Unidas, para melhor promover os seus interesses comuns e projetar a identidade lingüística, cultural e histórica que os une”. (Lampreia, 1996: 611 *apud* Miyamoto, 2009: 36).

Nos anos posteriores, o ex-chanceler brasileiro atentou, ainda que sutilmente para a cooperação entre os países da CPLP. Em 1997, alertou para uma maior vigilância internacional necessária no processo de paz em Angola. Logo após, nos anos de 1998 e 1999, em suas últimas sessões de trabalho da ONU, Lampreia se pronunciou mais algumas vezes sobre os casos de Angola e Timor, conseqüentemente sobre a CPLP. Segundo ele, uma proposta de um Estado novo para Timor seria possível sob a liderança de Sérgio Vieira de Mello e era necessário que o conflito em Angola continuasse sendo denunciado. Já no ano de 2000, a CPLP deixou de aparecer nos discursos de Lampreia e perdeu totalmente seu espaço com o governo de Fernando Henrique Cardoso. Do mesmo modo, a CPLP não apareceu nas obras publicadas por Lampreia e pelo ex-ministro do MRE, Celso Lafer. (Miyamoto, 2009: 36). A aparente falta de consistência do Brasil com relação à parceria da CPLP gera frustrações para os membros da comunidade, mas antes de realizar pré-julgamentos é necessário que todos os estados analisem sua própria atuação dentro da entidade e relativizem o que o Brasil fez, faz ou deixa de fazer.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que serviu o Brasil como chanceler no governo de Itamar Franco, tinha uma visão mais transigente do mundo que se construiu com a globalização, um espaço de interdependência e de competitividade infinda. Para Fernando Henrique, países como a Índia, África do Sul e China seriam os exemplos de países capazes de gerar uma oposição aos países já desenvolvidos, o que pôde ser comprovado com a criação dos BRICS. “Parcerias seletivas” como essa é o que prioriza o Brasil, já que países como os BRICS aportam mais economicamente e na projeção mundial do que os países de língua portuguesa. Esse

tipo de preferência é o que se poderia esperar do Brasil, pois pela lógica internacional, para sobreviver e se sobressair no mundo da globalização há de se conseguir as melhores oportunidades. O Brasil e outros países emergentes fizeram e seguem fazendo parte da lista de países com grande potencial de expansão internacional e para aproveitar as chances que lhe são oferecidas optam por estabelecer parcerias, alianças e convênios com estados que lhe proporcionem engrandecimento, o que justifica o discurso brasileiro com relação à CPLP:

“Se, com Itamar Franco, os países de língua portuguesa ocuparam espaço maior, não era, contudo, tendência a ser seguida nos últimos anos na virada do século. Por isso, os grandes países, as nações emergentes e o Mercosul – em função de suas particularidades e proximidade geográfica – receberam prioridade cada vez maior. Certamente isto tudo não se converteu nos resultados esperados, pelo menos com a ênfase que se poderia desejar. Mas, por outro lado, isto pode ser creditado a pelo menos dois fatores. O primeiro é que quando se opta por determinada linha de atuação internacional, o governo vê a formulação e implementação da política externa por seu lado, esperando que tudo corresponda às suas expectativas, embora saiba que não controla nem a vontade dos parceiros, nem a conjuntura internacional. Em segundo lugar, as bruscas mudanças, tanto internas quanto do cenário mundial, dificultam que suas expectativas sejam coroadas de êxito. Como são variáveis incontroláveis, a formulação da política externa pode ter boa margem de acerto se o cenário for durante certo tempo estável, não sofrendo, portanto, grandes oscilações.” (Miyamoto, 2009: 37 – 38).

Esperar por milagres econômicos tendo como ponto de partida as parcerias entre Brasil e CPLP é de grande risco a todos os envolvidos. A política externa brasileira nos últimos anos tem se aperfeiçoado, ainda que apresente planos que não satisfaçam à vontade dos membros da comunidade. A atitude mais prudente dos grupos com os quais o Brasil tem se relacionado seria a de planejamentos sem expectativas de longo prazo, pois como o próprio país tem feito, o mais interessante para todos os envolvidos na política externa brasileira é justamente analisar a realidade dos fatos presentes e não anteciper êxitos improváveis.

O representante sul americano da CPLP depende, assim como todos os outros, das condições do cenário econômico internacional que muda a cada instante. Devido à instabilidade mundial nos setores econômicos, muitos desacordos aconteceram e continuam a acontecer no governo brasileiro, que tanto no governo de Cardoso quanto no de Lula, têm colocado o Brasil em cima do muro aos olhos dos estados membros da CPLP. Se por um lado há que manter o bom relacionamento com esses países e outras potências, por outro lado se deve priorizar as próprias

necessidades. Do mesmo modo, o MRE “não tem correspondido às expectativas quanto às suas escolhas e formas de agir. Tudo isto, entretanto, depende, também, de qual seja o projeto que o grupo no poder vislumbra para si e para o país” (Miyamoto, 2009: 38). Confere-se, portanto, que no governo de FHC e sucessivamente no de Lula, o Brasil se ‘solidarizou’ em excesso, ao ponto de ter aderido ao modelo neoliberal quase que espontaneamente, entregando sua economia ao mundo, como por exemplo, quando perdoou as dívidas externas de países em desenvolvimento como os do continente africanos e seus vizinhos do Mercosul. No entanto, mesmo com as incontáveis intempéries pelas quais o Brasil tem passado, basta citar algumas das contribuições do país para os membros da CPLP, o que justifica a sua importância na política externa brasileira, principalmente durante o governo de Lula:

“As visitas de Lula ao continente africano mostram em princípio que, além das boas relações com as grandes potências e com os países emergentes, foi possível dar atenção, não deixando de lado aqueles que pouco poderiam oferecer ao país, pelo menos em termos imediatos. A criação de 35 novas representações diplomáticas no governo Lula, sendo 15 em território africano, deixa bem claro a importância concedida aos PEDs (MARIN, D.C., 2009). Mesmo no Cone Sul, o Palácio do Planalto tem mantido o que no jargão diplomático se convencionou chamar de “paciência estratégica”, fundamentalmente com a Casa Rosada.

A atenção concedida aos países africanos e da CPLP pode ser vista em algumas oportunidades nos últimos anos. Por ocasião do V Encontro da entidade, realizado em São Tomé e Príncipe, no final de julho de 2004, quando reuniu os representantes de cada nação, o governo brasileiro chegou mesmo a financiar o evento doando 500 mil dólares, além de infra-estrutura de comunicação e material de informática, que depois ficariam lá. Na VII Cimeira realizada em julho de 2008, em Lisboa, para divulgar a língua portuguesa, deu-se ênfase na dinamização do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, com o governo brasileiro prometendo empenho e realçando a importância desse fato. Outros elementos podem, ainda, ser arrolados, como a iniciativa brasileira de propor acordos do Mercosul – tendo já obtido aval de seus parceiros – com a CPLP, excluindo Portugal, para favorecer intercâmbios econômicos e facilitar a importação de produtos dos membros da entidade.” (Miyamoto, 2009: 39).

Em resumo, o que pretendemos mostrar nesse capítulo é que a agenda externa brasileira tem dado importância aos convênios e cooperação bilateral ou multilateral com diferentes parceiros, sendo eles da CPLP, do Mercosul ou de outra entidade. O Brasil preza por acordos que possibilitem avanços socioeconômicos nacionais, advindos de sua exposição e projeção no contexto internacional, independentemente do carácter das parcerias realizadas. Contanto que essas se justifiquem através do benefício que o próprio país possa vir a obter – mesmo que para

isso tenha que trabalhar com a “paciência estratégica”. Pois, em alguns casos, o país saiu prejudicado pelo seu envolvimento com certos países e blocos econômicos.

Embora o discurso da política externa brasileira não soe razoável para alguns, o que o país sempre esteve em busca é de continuar sua ascensão no *ranking* dos países ricos e desenvolvidos, ainda que até ao momento não faça parte deste grupo. O país tem outras prioridades, sobretudo problemas socioeconômicos, que devem ser atendidas antes de se envolver exclusivamente com os interesses da comunidade internacional, seja a CPLP, o Mercosul, ou outros.

De toda forma, o Brasil dá continuidade ao movimento de cooperativismo internacional, de forma direta ou indireta, fornecendo ajuda aos países que lhe convém, de língua portuguesa ou não, principalmente aos PALOP. Afinal, esses carecem mais de recursos e condições que o próprio país e Portugal. Por isso que muitos esforços foram realizados pelo governo brasileiro para que a CPLP fosse criada, a língua portuguesa difundida e programas culturais fossem implementados. Mesmo que a comunidade estivesse repleta de discordâncias e que o retorno socioeconômico ao Brasil fosse inextenso. O que justifica o posicionamento do país perante a entidade. Assim como os demais parceiros na língua e na cultura, o Brasil também contava e continua a contar com os resultados positivos da parceria CPLP, mas têm plena convicção de que a comunidade apresenta falhas que põem em risco o andamento de seu desenvolvimento interno.

A CPLP pode ser vista na agenda externa brasileira através de uma lente que amplia os detalhes minuciosos da diplomacia. Com erros e acertos, se assim devemos classificar, o Brasil tem se envolvido em relações inconsistentes, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Por isso, alertamos para o carácter dúbio que se faz presente na retórica da CPLP e de outros parceiros do país.

Portanto, o que se pode concluir com o envolvimento do Brasil na CPLP é que em muitos casos o país tem dito sim as propostas inalcançáveis de um grupo que tem muito potencial no mundo internacional, mas que antes de tudo deve cuidar de sua política interna. Deslumbrar-se com um discurso inflamado de projeção internacional, que tem todo o potencial de ser concretizado, sem pensar em políticas conjuntas é prever o fracasso e não o sucesso.

6.3 A difusão da língua portuguesa e o papel do Brasil.

Neste momento da tese, analisamos a história da expansão da língua portuguesa no mundo, detendo-nos principalmente nas últimas décadas do século passado. A proposta que se oferece é de teor crítico no sentido em que reavalia o papel dos membros da CPLP, conseqüentemente do Brasil, nessa empreitada. Sabemos que o período de colonização linguística e os processos de diglossia acontecidos no Brasil, sobretudo entre os séculos XIV – XIX, representam as relações de poder e privilégios do território europeu na América do Sul. No entanto, por delimitação de tema, foca-se agora apenas no período final do século XX, onde a difusão da língua é feita de modo estratégico, mas muito mais democrático.

No início deste trabalho de doutorado, apresentamos seu embasamento teórico pela perspectiva de Calvet (1997) que reformula a política e planificação linguística após uma exaustiva pesquisa sobre a literatura do tema em destaque. Como se pôde confirmar com a proposta de Calvet, a promoção de uma língua é um processo complexo que exige a participação de muitos agentes. No caso do português, esses agentes são: os membros da CPLP, os estados parceiros que recebem nossa língua em sua sociedade, instituições políticas nacionais, entidades internacionais, empresas privadas que têm interesses econômicos nesse processo de divulgação, e obviamente os cidadãos que também são promotores da língua.

Nossa pesquisa foca especialmente no papel do Brasil na divulgação da língua e da cultura da lusofonia, mas por uma questão didática e comparativa, avaliamos brevemente o papel de Portugal, dos PALOP e demais membros da CPLP.

Como demonstra Calvet (1997), a França foi o país pioneiro na promoção da sua língua e cultura no mundo. Seguindo seu exemplo, Portugal criou em 1921 o primeiro leitorado na Universidade de Rennes, na França, e posteriormente em outros países. Alguns anos mais tarde, precisamente em 1929, criou-se em Portugal a Junta da Educação que se responsabilizaria e coordenaria os programas de leitorados oferecidos com o intuito de promover a língua portuguesa e a cultura lusa. Esse órgão de carácter autónomo, pertencente ao Ministério de Instrução Pública, tinha como principais responsabilidades elaborar programas de investigação e propaganda científica, bem como subsidiar tais programas. A Junta da Educação instituiu e fiscalizou

incentivos financeiros, como bolsas de estudo para promover a cultura lusitana e ampliar o intercâmbio cultural com universidades estrangeiras e outros países.

A Junta da Educação Nacional, com carácter permanente desde sua criação, foi substituída em 1936 pelo Instituto para a Alta Cultura que por sua vez atuou até 1952. Nos anos seguintes a esses, o Instituto recebeu outro nome, Instituto da Alta Cultura e prosseguiu até 1976. O organismo sofreu mais duas alterações em seu nome, passando a se chamar Instituto de Cultura Portuguesa em 1976, sendo rebatizado para Instituto de Cultura e Língua Portuguesa em 1980 e finalmente em 1992 cedeu espaço para a criação do atual Instituto Camões. No ano de 1994, o Instituto Camões, também conhecido pela sigla IC, passou a fazer parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros e não mais do Ministério da Educação e Ciência, tendo por responsabilidade:

“[...] propor e executar a política de cooperação portuguesa e coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas que participem na execução daquela política e ainda propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, assegurar a presença de leitores de português nas universidades estrangeiras e gerir a rede de ensino de português no estrangeiro a nível básico e secundário.”⁷⁹

Com o propósito de cumprir com sua tarefa, o Instituto Camões e suas comissões diplomáticas, ou postos consulares no estrangeiro, gerenciam centros culturais portugueses que oferecem espaços culturais. Nesses espaços, a principal atividade é a promoção da língua e cultura portuguesa. Atualmente o IC conta com centros culturais em vários países, entre eles: China, Espanha, França, Índia, Japão, Luxemburgo, Marrocos, Tailândia, etc. O instituto também mantém leitores na Europa, África, Ásia, América e Oceania.

No dia 2 de março de 1999, o governo português criou, através de um protocolo assinado entre o Instituto Camões, o Departamento de Educação Básica e a Universidade de Lisboa, o

⁷⁹ Instituto Camões. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt>>. Acesso em: 04 agosto, 2016. Para informações mais detalhadas sobre as atribuições do Instituto Camões “no domínio da cooperação”, “no domínio da promoção externa da língua e cultura portuguesas” e “no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinamentos básicos e secundário do ensino português no estrangeiro”, consultar o endereço eletrônico aqui citado.

CAPLE, que por sua vez é o responsável pelo exame de proficiência da língua portuguesa como língua estrangeira.

6.4 Ações brasileiras para a promoção da língua.

Passando para o caso específico do Brasil na difusão do idioma e da cultura brasileira, comenta-se agora um pouco da história da promoção da língua que se iniciou em 1938 com a criação da Divisão de Cooperação Intelectual sob a gestão de Oswaldo Aranha. Como fruto dessa divisão, criou-se o Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro em Montevideú, a primeira instituição brasileira no exterior, subordinada ao MRE, para a difusão da cultura brasileira. O Brasil, assim como Portugal, Alemanha, Itália e Reino Unido, toma como base os moldes franceses, pioneiros na divulgação da língua e cultura.

Depois de criada a Divisão de Cooperação Nacional e seu instituto no Uruguai, o Brasil lançou o primeiro doutorado na Universidade de Toulouse em 1965, que tinha como principal atribuição a divulgação da cultura brasileira; sobretudo da música e da literatura, sem ainda considerar a promoção linguística do português.

Com a intenção de otimizar a divulgação da língua portuguesa, logo após a criação da CPLP, o governo brasileiro resolveu privatizar este trabalho no mandato de Fernando Henrique Cardoso entre os anos de 1995 e 2002. Com a privatização, o Estado brasileiro mostrou a CPLP que, todavia, não contava com uma política estatal de divulgação do português, o que só seria repensado no mandato presidencial posterior a este. Luiz Inácio Lula da Silva, como vimos há algumas páginas, se preocupou mais com as parcerias externas, dando mais importâncias as propostas da CPLP do que seus antecessores. Esse último criou então os Centros Culturais Brasileiros e os Institutos Culturais em muitos países, administrados pelo Departamento Cultural do MRE.

“Ambos tem como missão o ensino sistemático da Língua Portuguesa falada no Brasil; a difusão da Literatura Brasileira; à distribuição de material informativo sobre o Brasil; a organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; a coedição e distribuição de textos de autores nacionais; a difusão de nossa música erudita e popular; a divulgação

da cinematografia brasileira; além de palestras, seminários e outros. O que diferencia é que os primeiros são subordinados diretamente ao chefe da missão diplomática brasileira, enquanto que os segundo são entidades sem fins lucrativos de direito privado que, embora autônomas, cumprem missão cultural em coordenação com as missões diplomáticas e consulares da jurisdição em que estão sediadas.” (MRE, 2010 *apud* da Silva, 2014: 3022).

No atual momento, de acordo o departamento cultural da página web do MRE⁸⁰, há vinte e um Centros Brasileiros no exterior que se ocupam das atribuições trazidas no parágrafo anterior. Doze desses no continente americano, três no continente europeu e seis no continente africano, mais especificamente na Bolívia, Chile, El Salvador, Guiana, Haiti, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, México, Nicarágua, Espanha, Finlândia, Itália, África do Sul, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

O país conta também com Institutos Culturais Bilaterais na divulgação da cultura e conseqüentemente da língua. Esses institutos “são entidades sem fins lucrativos de direito privado e, embora autônomas, cumprem a missão cultural em coordenação com as Missões diplomáticas e consulares da jurisdição em que estão sediadas”⁸¹. Atualmente os institutos são: Instituto de Cultura Brasil-Colômbia na cidade de Bogotá, Fundação Centro de Estudos Brasileiros em São José, Instituto Cultural Brasil Venezuela em Caracas, Instituto Brasil-Itália em Milão, Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro em Montevidéu e o Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura em Quito. Conforme as palavras do chefe da chancelaria brasileira em Bissau, Leonardo Lott Rodrigues⁸² (2009, *apud* da Silva, 2014: 3023); estes centros e institutos já formaram 120 mil alunos em língua portuguesa brasileira.

Em parceria com a CAPES, o MRE oferece programas de Leitorados. “Atualmente, o Departamento Cultural coordena e subsidia as atividades de mais 40 leitores em 28 países. Os professores selecionados recebem bolsa do Itamaraty, além de contrapartidas fornecidas pelas instituições de ensino a que se vinculam⁸³”. O programa de Leitorado oferecido pelo Itamaraty e

⁸⁰ MRE Ministério de Relações Exteriores. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 05 agosto, 2016.

⁸¹ MRE Ministério de Relações Exteriores. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 05 agosto, 2016.

⁸² Lott, Leonardo. A política de promoção da língua portuguesa implementada pelo Departamento Cultural do Itamaraty: realidade e desafios. In: *III Encontro Nacional sobre Políticas de Língua(s) e Ensino*. Brasília: ALAB, 2009.

⁸³ MRE Ministério de Relações Exteriores. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 05 agosto, 2016.

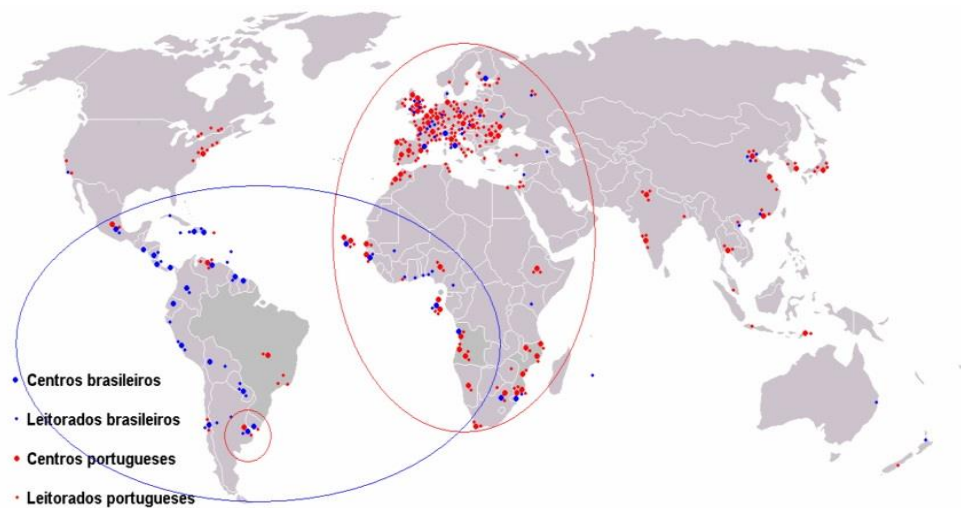
pela CAPES tem em média a duração de dois anos com possibilidade de renovação para mais dois anos.

Em 1965 o Ministério da Educação se uniu com a América Latina, o Caribe e a África. Afim de reforçar sua política externa, ofereceu bolsas de estudos a estrangeiros de países em desenvolvimento que quisessem cursar estudos universitários de graduação ou pós no Brasil. Esse programa, intitulado PEC, continua sendo uma das formas que o Brasil encontrou de contribuir “para a formação de quadros e fomentar o progresso dos países em desenvolvimento”, oferecendo a centenas de jovens a oportunidade de realizar cursos de ensino superior no país. O PEC-G (graduação) beneficia hoje estudantes de 43 países com vagas nas universidades brasileiras de alto prestígio. Através de um processo seletivo específico, o programa oferece também bolsas de estudos concedidas pelo CNPq (Mestrado) e pela CAPES (Doutorado) para estudantes estrangeiros de 54 países em desenvolvimento. Tal programa, segundo Lott (2009 *apud* da Silva, 2010: 3023) “já trouxe para estudar nas universidades públicas brasileiras quatro mil estrangeiros, principalmente dos PALOP’s”. Entre outras iniciativas do governo brasileiro em difundir a língua e cultura externamente, tem-se: a Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (Colip), que em 2005 deliberou a formulação do projeto de criação do Instituto Machado de Assis; a Universidade da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab), fundada 2010 na cidade de Redenção no Ceará; e a TV Brasil Internacional de 24 de maio deste mesmo ano, renomada como o canal público da TV brasileira para o exterior.

6.5 Lugares já alcançados.

Expomos agora, para dar continuidade a esta discussão, o mapa dos institutos, centros de cultura e leitorados portugueses e brasileiros pelo mundo elaborado por da Silva (2010); no qual o autor compara quantitativamente os diferentes trabalhos de divulgação da língua feito por Portugal e pelo Brasil na atualidade. Essa comparação abre espaço para a discussão sobre os investimentos financeiros que ambos países têm realizado na promoção do idioma e da cultura luso-brasileira:

Imagem 1: Institutos, centros de cultura e leitorados portugueses e brasileiros pelo mundo (2010)



Fonte: (da Silva, 2010: 3024).

Como o próprio autor do mapa destaca, o círculo vermelho representa a área de principal interesse de Portugal, deixando subentendido o primoroso trabalho do Instituto Camões em divulgar a língua. Os pontos vermelhos também são representativos de Portugal, mostrando os locais onde o país tem leitores em atuação⁸⁴. Já o círculo e os pontos azuis são referentes a essas mesmas atividades pelo lado brasileiro. Como o autor do mapa interpreta, o investimento de Portugal é muito maior do que o do Brasil e isto tem uma justificativa plausível. O fato de o português ser idioma oficial na União Europeia e Portugal pertencer a este grupo econômico faz com que o trabalho deste país seja mais significativo do que o do Brasil. Afinal, Portugal conta com mais possibilidades de investimento já que a política linguística europeia facilita a mobilidade das línguas em níveis pessoais, educacionais e profissionais⁸⁵.

Dentre as muitas tarefas do Brasil e da CPLP em promover a língua portuguesa se destacam a tentativa de fazer com que o idioma seja oficializado em organizações de peso no contexto

⁸⁴ O mapa de Diego Barbosa (da Silva, 2010) tem como base os dados extraídos do Departamento Cultural do Itamaraty e do Instituto Camões do ano de 2010.

⁸⁵ Para um melhor entendimento sobre a política linguística na Europa consultar: da Silva, Diego Barbosa. Por uma política linguística da União Europeia? A questão do multilinguismo. In: *Cadernos do CNLF*, vol. XIII, número 4 – Anais do XIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro: Cifefil, 2009, p. 1074 – 1083.

internacional, como por exemplo na ONU e na OIT. Como já mencionamos previamente em nossos estudos, o custo para promover uma língua em tais organizações é muito elevado e o Brasil que em 2010 contava com quarenta milhões para a promoção da língua, hoje tem esse projeto ameaçado pelas turbulências políticas que acontecem no país. Durante seu governo, o ex-presidente Lula havia pedido que 70% do orçamento do Departamento Cultural do MRE fosse destinado para a difusão da língua e cultura brasileira no exterior, e que as relações prioritárias do Brasil neste investimento seguissem a ordem América do Sul, América Latina, África e países em desenvolvimento (Lott, 2009 *apud* da Silva, 2014: 3025). As propostas de Lula seguiriam durante o governo de Rousseff. Entretanto, devido às dificuldades encontradas por estes em seguir com seus mandatos e dar continuidade nas políticas públicas internas e externas que vinham desenvolvendo, os objetivos a favor da língua se veem prejudicados.

A participação do Brasil na promoção da língua e da cultura está repleta de incoerências que se intensificam pelas medidas tomadas pelo governo brasileiro, medidas estas que supostamente priorizam a solução dos muitos conflitos internos que o país tem no âmbito socioeconômico e político. Portanto, entre promover a língua oferecendo o devido apoio aos países da CPLP nesta tarefa de divulgação, ou tentar solucionar os problemas sociais que acontecem internamente, o país opta por esta segunda opção. Para uma melhor visualização do trabalho do Brasil e dos estados membros da CPLP na divulgação da língua portuguesa no exterior como diplomacia cultural, recomendamos o quadro cronológico elaborado por Diego Barbosa (da Silva, 2014: 3030: 3032), no qual o autor elenca alguns dos eventos mais significativos sobre as políticas linguísticas no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O Brasil de Lula e Dilma que estaria disposto a dar continuidade ao *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa*, previsto na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP em Luanda em julho de 2010⁸⁶, já não pode assegurar maiores envolvimento com a CPLP ou outros países em desenvolvimento.

⁸⁶ Plano de Ação para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa. Blogue do IILP. 15 junho, 2011. Disponível em: <<http://www.iilp.wordpress.com>>. Acesso em: 09 agosto, 2016.

6.6 O Celpe-Bras e os certificados de proficiência.

Uma outra medida tomada pelo governo brasileiro em 1998 para promover a língua portuguesa pelo mundo, sobretudo de variedade brasileira, foi a criação do Celpe-Bras. A partir dos anos 90, o Brasil passa a ser visto como um país de oportunidades para a realização de intercâmbios econômicos, culturais e científicos e a procura por cursos de graduação e pós no país por estudantes estrangeiros começa a crescer. Com a finalidade de atender essa demanda e de ter uma referência em proficiência do português brasileiro, se criou o exame de certificação de competência linguística. Portanto, em 1993 o MEC convocou uma comissão de profissionais da área de PLA que elaborou o exame Celpe-Bras. Como aponta da Costa Carvalho (2016: 470) ao citar Scaramucci (2006), o objetivo de criação do exame “foi impulsionado, em grande parte, pelo plano de integração MERCOSUL. (...) E havia também o reconhecimento de seu potencial (re)direcionador do ensino/aprendizagem de PLE/L2 [...]”. Assim como outros exames de proficiência linguística, o Celpe-Bras é uma qualificação obrigatória para todos os alunos estrangeiros que queiram realizar seus estudos de graduação e pós no Brasil. O exame também é exigido aos profissionais de outros países que tenham interesse em exercer suas profissões em terras brasileiras.

O exame tem como foco principal o uso da língua de modo mais geral e não tão específicos como outros exames de proficiência, que se atém também aos propósitos acadêmicos e profissionais de seus idiomas. O Celpe-Bras tem sido aplicado no Brasil e no exterior desde a sua criação e passou a ser coordenado pelo em 2009. Por reconhecer o potencial do exame em reestruturar o ensino e aprendizagem do português como língua adicional, o MEC conta com uma maior projeção do exame no exterior nos próximos anos, sendo que em 2011 o exame “foi aplicado em 21 instituições no Brasil e em outros 29 países”. (da Costa Carvalho, 2016: 470). Além de contribuir com a visibilidade do português no mundo, principalmente a variedade brasileira do idioma, o Celpe-Bras serviu de modelo para a criação de outros dois exames de proficiência, um nacional e outro internacional. Após serem analisados as bases teóricas do Celpe-Bras, sua visão de língua e objetivos, foi criado no Brasil o *Certificado de Proficiência em Libras* e na Argentina o *CELU*. No caso desse último exame e do Celpe há uma relação direta de parceria entre as

comissões brasileira e argentina na elaboração de ambos, da Costa Carvalho (2016: 471) explica que:

“[...] O exame argentino foi concebido por meio de uma parceria entre as comissões brasileira e argentina responsáveis pelos exames nos dois países. O CELU e o Celpe, como instrumentos de avaliação de proficiência em uso da língua, buscaram também “afirmar as variedades brasileira e rio-platense na elaboração de instrumentos de avaliação de proficiência em língua portuguesa e espanhola”, como afirmam Schlatter *et al.* (2009), com base nos contextos de intercâmbios acadêmicos e econômicos entre o Brasil e a Argentina. Segundo as autoras, os dois exames têm sido parâmetros de referência para o desenvolvimento de currículos e de materiais didáticos, bem como têm promovido a atualização dos professores, servindo como norteadores de mudanças no ensino e na definição de parâmetros de proficiência em uso da língua.”.

E a favor de teorizar sobre as consequências do Celpe-Bras e materiais didáticos de português como língua adicional na cultura linguística do Brasil, segue a autora:

“Da perspectiva da *História das ideias linguísticas*, outro possível impacto do exame, de acordo com Zoppi Fontana (2009) e Diniz (2010), é a imagem do português como língua transnacional – representada em determinados *instrumentos linguísticos* como o exame Celpe-Bras e materiais didáticos de PLA – que tem afetado o imaginário brasileiro sobre a língua portuguesa falada no país, conferindo-lhe uma noção diferente de valor. Zoppi Fontana (2009) insere a criação do exame como um dos *acontecimentos linguísticos* do “novo período de *gramatização* brasileira” iniciado nos anos 90, analisando-o como evento que colabora para ressignificar o lugar da língua brasileira no mundo, visto que esses novos significados se refletem e materializam nas práticas de políticas linguísticas governamentais e também em práticas da sociedade civil, como no campo editorial e acadêmico.”.

Ainda que o CAPLE tenha sido criado apenas um ano depois do Celpe-Bras (1998), pode-se afirmar que Portugal, Brasil e também os demais membros da CPLP já tiveram tempo o suficiente para elaborar uma política conjunta que unifique o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, fortalecendo a unidade do idioma. No entanto, a segregação persiste e não há consonância no modelo de certificação da língua portuguesa, o que pode ser interpretado como mais uma falta de coerência entre os membros da CPLP, que ao fim e ao cabo possuem uma única língua.

Como se pôde observar neste capítulo, as políticas conjuntas da CPLP com o Brasil, assim como os demais membros, acabam sempre esbarrando na dicotomia expectativa *vs* realidade. As

intenções são sempre as melhores na tentativa de promoção do idioma e das culturas legitimadas na CPLP. Os estados da CPLP esperam que com a difusão linguística e cultural da lusofonia, há de vir ventos de melhorias nos setores sociais, econômico e político para cada país que tem a “Língua Portuguesa como pátria”. Porém, as ações tomadas até ao momento por esses múltiplos agentes demonstram que a coerência, o empenho e o pragmatismo são de algum aspecto avessos à realidade da entidade.

7 A projeção do português no ambiente das diásporas.

Como é de conhecimento comum, existem países que contam com uma maior tradição de emigração e como consequência deste êxodo a língua destes determinados países acabam sendo promovidas mundo a fora. Nesse contexto de emigração, as línguas se fazem presentes em suas diásporas e realizam um papel fundamental na divulgação das culturas que as hospedam. De tal modo, para que uma dada língua e cultura perpetuem no ambiente das diásporas e colaborem com a representatividade de seu estado, é necessário que este tenha estratégias de divulgação capazes de promover e manter sua identidade linguística e cultural independentemente de seus contextos sociais. Tendo em vista que o português está presente em diversos espaços fora dos países que o tem como língua materna, pode-se concluir que esta língua já contempla as expectativas transnacionais e territoriais trazidas com a globalização (Oliveira, 2012). Portanto, no que se refere ao desenvolvimento da língua portuguesa em suas diásporas, confirma-se que a língua é uma das ferramentas de promoção cultural da CPLP. Por esse motivo, o IILP realizou nos dias 28 a 30 de novembro de 2011 o Colóquio Internacional *A Língua Portuguesa nas Diásporas* na cidade da Praia. O evento foi o segundo de quatro colóquios que serviram como uma atividade preparatória à II Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial. O segundo colóquio foi realizado em Lisboa no ano de 2013 da qual sairia um Plano de Ação para a política linguística comum da CPLP. Participaram do evento muitos especialistas que se dedicam aos estudos do português como língua estrangeira, como língua de herança e principalmente no ambiente de suas diásporas.

Também é de conhecimento comum que uma língua quando se encontra em um ambiente de diáspora tende a sofrer influências da língua e cultura que a hospedam, o que acaba por gerar mudanças linguísticas de carácter sintático, semântico, fonético, etc. A variedade da língua do falante que se encontra em um *espaço linguístico* estranho ao seu de origem, pode passar por transformações ou até mesmo se solidificar ainda mais.

Há sempre três tipos de expatriados. Aqueles que aceitam e se integram à nova cultura por completo, os que assimilam a nova cultura, mas mantêm sua identidade cultural e linguística nativa, e aqueles que rejeitam o contexto sociolinguístico em que se encontram. No entanto, seja qual for o perfil do falante que vive fora de seu país de língua portuguesa nativa, todos acabam por

contribuir para a evolução do idioma, assim como [lhe] *prolongam a vida* (de Jouët-Pastré, 2012: 6). Os mais conservadores podem enxergar as mudanças como ameaças à integridade da língua, enquanto outros especialistas das ciências da linguagem, preferem conceber as mudanças como um movimento natural da evolução linguística, assim como propõe Labov (2008). O que pode parecer uma contrariedade para alguns falantes, pode ser visto como uma sofisticação para outros.

Retoma-se neste capítulo, a trajetória de expansão do português, mas a partir do século XIX com o início dos movimentos emigratórios de países lusófonos, mais precisamente a partir das últimas décadas do século XX. Nesse período, “a globalização se acelerou e países tradicionalmente acolhedores de imigrantes passaram a ser países emissores”. (de Jouët-Pastré, 2012: 7 - 8). Nos baseamos nos estudos realizados pela autora recém citada para exemplificar esse êxodo dos brasileiros desde tal período.

“No mundo língua portuguesa, o Brasil é o exemplo por excelência dessa nova ordem mundial: de país de imigrantes, passa a ser, em meados dos anos oitenta do século passado, um país de emigrantes¹. Trata-se de um fenômeno que ocorreu com incrível rapidez e de modo um tanto quanto dramático e traumático, como atestam as mortes e prisões de centenas de brasileiros na fronteira do México com os Estados Unidos ou em “símbolos” como Jean Charles de Menezes morto pela polícia inglesa. Esse novo rosto do Brasil permanecerá registrado em “brazuca”, neologismo um tanto quanto jocoso cunhado para denominar os emigrantes brasileiros. O Professor José Carlos Sebe Bom Mehy² registra que o termo “brazuca” originou-se em Nova Iorque, mais precisamente, no Central Park. Nos anos sessenta, reza a lenda, um pequeno punhado de brasileiros, hispânicos e alguns nativos reuniam-se para jogar peladas no famoso parque. Dentre os brasileiros destacava-se um carioca que os não-brasileiros tentavam denominar “brasileiro-carioca”, mas acabavam dizendo “brazoca”. De “brazoca” a “brazuca”, o salto não é muito grande. Também nos Estados Unidos, o Professor Antonio Luciano Tosta³ vem estudando há quase uma década o que ele denomina de literatura, cinema, teatro e imprensa “brazucas”.” (de Jouët-Pastré, 2012: 8).

O intuito principal deste capítulo é responder as seguintes questões secundárias deste estudo: i) como se promove a língua portuguesa de variedade brasileira em suas diásporas? e ii) qual é a participação dos falantes e responsáveis pela manutenção da língua e da cultura fora de seu país?

Para realizar esta parte da pesquisa, escolhemos como objetos de análise duas páginas de internet que realizam a promoção linguística e cultural brasileira na Espanha, mais precisamente na cidade de Madrid: a Casa do Brasil e a revista BrazilcomZ. Fizemos nossa análise baseados na

teoria da AD de Michel Foucault (1971) revisitada por Orlandi (2009) e Gregolin (2008) que veem a língua como um fator social inserido no espaço.

Ao analisar os dois sites, evidenciou-se que a divulgação da língua portuguesa e da cultura brasileira feita por estes dois agentes cumpre com as expectativas da política linguística esperada pelo Brasil. Os resultados encontrados neste capítulo mostram que a divulgação e a manutenção da variedade brasileira do português acontecem na capital espanhola, seja pela iniciativa governamental da Casa do Brasil ou pela iniciativa privada da revista BrazilcomZ. Examinando-se as atividades promocionais relacionadas à língua e à cultura do Brasil, constatou-se que uma extensa gama de traços culturais mantém viva a identidade brasileira e a língua falada por mais de 250 milhões de pessoas no mundo. Entre esses traços culturais, sobressaem-se a presença das cores verde-amarelo que são a marca nacional do brasileiro no exterior, assim como a música e as artes em geral, a culinária, a festividade, o esporte, entre outros. Nos valem também da contribuição de Chaves (2012) que ao concluir sua dissertação de mestrado, brindou a todos com um estudo preciso e teoricamente exemplar sobre a identidade nacional brasileira retratada pela mídia virtual em sites para expatriados.

Pela familiaridade romance entre o português e o espanhol, permitimo-nos não fazer um estudo exaustivo sobre as igualdades e diferenças entre os dois idiomas. Não se faz necessário neste estudo, uma análise para saber quais são os empréstimos feitos pelos falantes do português ao adentrarem a cultura espanhola em Madrid, ou quais são as comparações possíveis entre as duas línguas. O propósito deste capítulo é justamente proporcionar uma compreensão mais ampla sobre a integração dos emigrantes brasileiros na capital espanhola. O que será feito mais adiante através da análise dos objetos selecionados para a análise. Será oferecido um panorama sobre a expansão da língua portuguesa especificando esse movimento de difusão linguística na cidade de Madrid.

A mescla linguística que acontece quando um expatriado traz a sua língua para um novo país pode soar a princípio um tanto quanto graciosa. No caso do português brasileiro, ou europeu, que se perpetua na capital espanhola, há uma inegável aparição do tão conhecidoportunhol. Sabe-se que ambas as línguas, português e espanhol, são muito parecidas e isso acaba gerando uma confiança no expatriado brasileiro ao se inserir na cultura madrilenha, afinal ‘é muito parecido’. Entretanto, essa semelhança linguística e também cultural que existe entre os latinos do sul da Europa e os sul-americanos, gera uma confiança inoportuna no sentido de que alguns brasileiros

tendem a generalizar certas semelhanças de sua própria língua com o castelhano. Citar exemplos dessa generalização e dessas semelhanças seria interessante, caso este estudo se dedicasse aos temas linguísticos como o *code-switching* entre brasileiros e espanhóis. Contudo, nos detemos a constatação de que a língua espanhola ao receber a variedade brasileira do português em seu ambiente, propicia uma interação linguística enriquecedora aos falantes e aos estudiosos das línguas; ainda que: “A primeira imagem que o emigrês suscita num contexto pátrio é o de uma linguagem espúria, risível [...]” (Mayone Dias, 1989 *apud* de Jouët-Pastré, 2012: 9).

É preciso que os países emigrantes estejam atentos às políticas linguísticas próprias e dos novos destinos de seus cidadãos para que sua língua materna não se perca ou até mesmo desapareça na miscelânea das línguas em contato. No caso específico do português, cita-se o exemplo trazido por de Jouët-Pastré (2012: 9) ao se referir ao caso da emigração lusófona para o Havaí que aconteceu “[...] ainda na época Imperial, antes do belo arquipélago tornar-se parte dos Estados Unidos. Atualmente, ainda que a língua portuguesa tenha sido obliterada, o censo aponta os portugueses como o quinto maior grupo étnico havaiano, totalizando 5,2% da população”.

A língua portuguesa trazida à Madrid pelos expatriados brasileiros se adapta e se integra ao contexto nacional espanhol e tem a necessidade de sobreviver nesse ambiente com o intuito de se preservar a identidade linguístico-cultural destes cidadãos. O desafio a ser encarado consiste na dualidade entre a total simbiose do brasileiro com a cultura espanhola e os detalhes mais significativos que o constituem como imigrante, em uma cultural parecida com a sua, mas essencialmente diferente.

Dos muitos países recetores de emigrantes brasileiros, os Estados Unidos e a Espanha ocupam lugares de destaque. No caso do primeiro país, dois motivos principais influenciaram a imigração brasileira: a grande leva de imigrantes lusófonos que o país aceitou nos últimos duzentos anos e as mudanças intensas ocorridas nas políticas linguísticas norte-americanas que conceberam ao país o título de “um país de imigrantes” (de Jouët-Pastré, 2012: 10). Já com relação à Espanha, este país se tornou um dos destinos mais procurados por muitos emigrantes, incluindo os brasileiros, principalmente jovens latino-americanos, que se dispuseram a ocupar cargos de pouco prestígio no setor informal, onde a mão de obra barata era lei. Seja pela necessidade financeira ou pela simples vontade de viver a experiência migratória europeia, muitos brasileiros mudaram o foco dos Estados Unidos e emigraram à Espanha (Fernandes & Nunan, 2008).

“Os brasileiros, por sua vez, têm uma história de imigração para os EUA muito mais recente que a dos portugueses¹⁴. Tradicionalmente um país de imigrantes, a emigração em massa de brasileiros iniciou-se apenas na segunda metade dos anos oitenta. Em Massachusetts, por exemplo, a comunidade brasileira se beneficiou dos serviços criados para e pela comunidade portuguesa, como por exemplo, a já citada MAPS – Massachusetts Alliance for Portuguese Speakers. Em meados dos anos noventa, organizações brasileiras começam a emergir. Dentre elas, destacam-se o Grupo da Mulher Brasileira, o Centro do Imigrante Brasileiro, o Centro dos Trabalhadores Brasileiros e o Centro Comunitário Brasileiro da Paróquia de St. Anthony em Alston-Brighton. A mídia brasileira local inclui quatorze jornais, três revistas mensais, dois canais de rádio, além de vários websites totalmente produzidos para a comunidade brasileira em Massachusetts¹⁵.” (de Jouët-Pastré, 2012: 10).

“Em relação à participação dos brasileiros neste processo, pode-se dizer que a migração para a Espanha não é um fenômeno recente, mas apresenta características que variam no tempo. Na década de 1990 e até os primeiros anos do atual século, o contingente de imigrantes brasileiros era composto, em sua maior parte, por aqueles que tinham a possibilidade de adquirir a nacionalidade espanhola ou mesmo de outro país da comunidade européia. Para tal fato concorriam não só as mudanças na legislação da Espanha, mas também a possibilidade dos brasileiros terem dupla nacionalidade o que foi possível, em 1994, após a promulgação de emenda aprovada na reforma constitucional. Em 2000, das pessoas “empadronadas” que declararam o Brasil como local de nascimento (25.037) 55,7% tinham nacionalidade espanhola. [...] Em 2007, os dados do “empadronamento” indicam que do total de pessoas que declaram o Brasil como país de nascimento (113.448), 18,6% tinha a nacionalidade espanhola e 3.3% de outro país que não o Brasil (3,2% de países europeus). [...] Apesar do grupo de brasileiros não representar um importante conjunto no quadro geral dos imigrantes na Espanha, em 2007 eram 2,04% do total, dentre os países que compõem o grupo dos sul-americanos o Brasil apresenta algumas particularidades, como por exemplo, a expressiva taxa crescimento frente aos outros coletivos de imigrantes da mesma região. Considerando os últimos cinco anos (2002/2007), observa-se que o número de brasileiros cresceu a uma taxa média anual de 21,2%, inferior somente à observada para o Paraguai (64,6%), Bolívia (46,7%) e Uruguai (23,1%). Importante notar que unicamente o coletivo dos Bolivianos apresentava, em 2007, um volume maior que o observado para os brasileiros⁹.” (Fernandes & Nunan, 2008: 4).

Segundo Fernandes e Nunan (2008), um dos fatores cruciais da mudança de foco de emigração dos brasileiros para a Espanha e não mais para os Estados Unidos é a exigência de visto destes cidadãos para entrar no país norte-americano. Sobretudo depois da exigência de visto aos brasileiros que viajavam ao México, pois muitas vezes este país serviu de porta de entrada para a imigração ilegal no continente estadunidense. Ao optarem pela Europa, muitos brasileiros também foram surpreendidos pela política migratória de alguns países como a Inglaterra que não faz parte do tratado Schengen, dificultando a passagem de brasileiros imigrantes ou mesmo turistas. Por uma questão de praticidade e fácil acesso, muitos emigrantes do Brasil optaram por tentar se

estabelecer em Portugal ou na Espanha, sendo que esta lhes proporcionaria melhores condições financeiras do que aquele outro país, ainda que compartilhasse o mesmo idioma. Devido ao possível excesso de imigrantes que a Espanha recebeu até ao ano de 2007, em fevereiro de 2008 mais de 400 brasileiros foram barrados nos aeroportos espanhóis, sendo eles turistas, profissionais viajando à trabalho ou imigrantes. Tal medida tomada pela imigração espanhola gerou a retaliação do outro lado, impedindo alguns cidadãos espanhóis de entrarem no Brasil nos anos de 2009, 2010 e sucessivos. De acordo com os últimos autores citados, no ano de 2007, 42% dos imigrantes brasileiros moravam nas regiões de Madrid e Catalunha, enquanto que a maior participação no total de imigrantes no país se encontrava na região da Galícia, com um total de 10% de expatriados brasileiros vivendo na província.

Assim como mostra o estudo de Fernandes & Nunan (2008), o perfil dos brasileiros na capital espanhola é diverso e proveniente de muitas regiões do Brasil, representado a idiossincrasia cultural e social do país. Como consequência da multiplicidade de perfis, se pode notar as atitudes destes brasileiros com relação ao português. Há aqueles que se sentem orgulhosos de seu idioma e cultura e atuam como embaixadores do Brasil na diáspora, promovendo a identidade nacional sem se subjugar aos interesses alheios, perpetuando assim os traços mais peculiares da brasilidade. Contrariamente, há também aqueles que demonstram uma atitude negativa em relação aos mesmos fatores linguísticos e culturais. Talvez na tentativa de suprimir a manutenção e a perpetuação do que outrora lhe convinha, mas já não lhe satisfaz, seu idioma e sua identidade nacional.

Pela visibilidade do Brasil no cenário econômico internacional, as relações externas que o país tem tentado desenvolver e a presença significativa de imigrantes lusófonos em Madrid, muitas empresas multinacionais têm interesse em oferecer cursos de português brasileiro, ou europeu, aos seus funcionários. Por esses motivos e também por motivações pessoais, a procura por esses cursos está cada vez maior, o que justifica a quantidade de profissionais ensinando o idioma por Madrid⁸⁷.

O português também se faz presente na capital espanhola através da prova de ingresso ao

⁸⁷ Ressaltamos que muitos destes profissionais não são qualificados para ensinar o idioma. Geralmente não possuem treinamento didático, mas por serem nativos acabam dando aulas de português como uma saída profissional alternativa. Isso acontece porque o mercado laboral é concorrido em outros setores. Felizmente, há escolas de idiomas que oferecem serviços linguísticos de qualidade com professores formados na área da educação como os da Casa do Brasil e do Centro de Língua Portuguesa (Camões, I.P.), que atua na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Autônoma de Madrid sob a responsabilidade da Professora Doutora Filipa Maria de Paula Soares.

ensino superior, *la selectividad*. Para que um aluno espanhol possa começar seus estudos universitários, ele terá que fazer o exame nacional como prova de aprendizado dos anos escolares anteriores, que também servirá para selecionar quais alunos cursarão as faculdades espanholas – aos moldes do vestibular no Brasil. Na prova de conhecimento de línguas estrangeiras, os candidatos podem optar por vários idiomas, entre eles o alemão, francês, inglês, italiano e o português.

Os porquês da presença da língua portuguesa na Espanha são muitos, entre eles priorizam-se aqui a historicidade e semelhanças entre a língua e o espanhol, a proximidade geográfica com Portugal, o interesse espanhol em formar alianças econômicas com países de língua portuguesa e a imigração atual que é sintoma da globalização. Sejam quais forem os motivos da presença do português na Espanha, mais especificamente em Madrid, não se pode e não se deve negar a influência que a língua tem em promover e manter a cultura brasileira e dos demais países da CPLP nesse ambiente de diáspora da lusofonia. Pela importância da língua nas diásporas, em 2012 foi publicada o segundo volume da Revista Platô, criada pelo IILP para divulgar pesquisas feitas sobre a língua portuguesa. Nesse volume da revista organizados por Gilvan Müller de Oliveira e Adelaide Monteiro, o tema principal de investigação foi *A Língua Portuguesa nas Diásporas*, o que também serviu de nome para a mesma edição do material. Passamos para a próxima etapa deste mesmo capítulo após exemplificarmos nossas ideias sobre a importância da língua portuguesa nos ambientes das diásporas com as palavras de Jouët-Pastré (2012: 16):

“[...] o regime sob o qual vivemos atualmente tende a acelerar cada vez mais o deslocamento de pessoas que inevitavelmente terão múltiplas identidades. O mundo lusófono na diáspora já formou um verdadeiro mosaico com cores e rostos dos mais diversificados. Em meio a inúmeras descontinuidades, visões de mundo antagônicas e profundas variações linguísticas, a língua portuguesa ainda nos une. Daí a importância de órgãos internacionais como o IILP, que congrega os esforços e interesses comuns de toda a lusofonia. Essa língua aparentemente fragmentada permanece transmutada em vários feixes linguísticos, ou por que não em vários fios que podemos tramar para que o nosso idioma continue a subir como a luz balão do poema de João Cabral de Melo Neto com o qual encerro minhas reflexões.”⁸⁸.

⁸⁸ A autora faz referência ao poema *Tecendo a Manhã* de João Cabral.

7.1 Mas o que é ser brasileiro em Madrid?

Conforme os dados apresentados no site do MRE, há mais de três milhões de brasileiros vivendo fora do país⁸⁹, no entanto, o que nos interessa neste momento não são os dados estatísticos desta categoria, mas sim a tentativa de responder a seguinte pergunta: o que é ser brasileiro em Madrid?

Para responder essa pergunta, nos baseamos nos estudos de Chaves (2012) que ao realizar seu trabalho sobre *a identidade nacional retratada em sites para expatriados* contribui para as considerações que nos dispomos agora. O estudo de Chaves oferece uma análise que “privilegia a manutenção dos vínculos afetivos e de identidade” das comunidades de brasileiros vivendo no exterior. Fazemos nossa análise baseada nos estudos dessa autora por acreditarmos que sua pesquisa analisa elementos essenciais que representam a identidade brasileira no estrangeiro.

Definir uma nacionalidade é um trabalho quase que impossível, afinal a complexidade por detrás de cada identidade é insondável em quase todos os níveis sociais, psicológicos e culturais. Todavia, nos atrevemos a discorrer nessas linhas sobre a ideia que se pode fazer do brasileiro quando imigrante, sobretudo através de nossas experiências empíricas vividas em Madrid e pela análise discursiva que apresentaremos mais adiante. Pretendemos entender o conteúdo publicado pelos nossos objetos de análise para então explicar quais são os “elementos simbólicos que, animados pelos mesmos, visam a fortalecer o ela destas populações com a pátria original?” (Chaves, 2012: 12).

Quando se define alguém por sua identidade, inconscientemente o que se faz é concluir que esta ou aquela pessoa tem determinados traços, costumes, referências de mundo que a inclui em determinados grupos ou a exclui de outro(s). “Essa relação simultânea de inclusão e exclusão social está atrelada a uma característica básica da vida em sociedade, que é a presença de sistemas de classificação de pessoas e grupos sociais” Rezende⁹⁰ (2009: 20, *apud* Chaves 2012, 14). De tal modo, infere-se que o imigrante brasileiro que vive na cidade de Madrid, subjetivamente se

⁸⁹ MRE Ministérios de Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 12 setembro, 2016.

⁹⁰ Rezende, C. B. Retratos do estrangeiro: identidade brasileira, subjetividade e emoção. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

reconhece como tal quando em contato com os demais imigrantes de mesma origem. Assim como percebe que há várias diferenças entre a sua identidade nacional e a identidade paulista/espanhola. Nesse entrelaçar de autoconhecimento identitário e de distanciamento da cultura local, o imigrante recorre ao conteúdo afetivo de um tempo anterior com o intuito de pertencer a uma identidade no aqui e no agora.

“Assim como a individual, a construção da identidade coletiva é um fenômeno que se produz em referência a outros grupos. Trata-se de uma representação daquilo que identifica o indivíduo como membro de um grupo. Nessa construção da identidade se pode dizer que a memória é um elemento constituinte importante, sendo ela tanto individual como coletiva. [...] Entende-se que identidade seja uma construção que se narra a partir dos acontecimentos que ocorrem, em especial, no que diz respeito às diásporas. Estes acontecimentos, geralmente, estão relacionados à apropriação de um território por um povo ou à independência obtida por meio do enfrentamento com estrangeiros. [...] Leva-se em conta, também, a diversidade de repertórios artísticos e de meios de comunicação que contribuem para a elaboração e reelaboração das identidades.” (Chaves, 2012: 15).

É através da memória coletiva que um indivíduo se identifica a um grupo social e linguístico. Ao acionar os dados dessa memória⁹¹, o indivíduo sente a sensação de pertencimento e começa a projetar os elementos que o conecta ao grupo no qual se encontra. Assim sendo, o imigrante brasileiro em Madrid relaciona a memória ao seu passado e às lembranças que o transportam ao Brasil através do coletivo de compatriotas que se encontram na cidade na mesma situação que a sua. Ao se relacionar com esse grupo e com as referências afetivas, o brasileiro residente em Madrid recupera sua identidade nacional retomando hábitos e costumes da cultura brasileira praticados no coletivo presente na cidade; seja pelas músicas, pela dança, pela culinária e primordialmente pela língua que também é um fator social (Gregolin, 2008). Em outras palavras, não há como desvencilhar a memória cultural individual da coletiva, esta remonta àquela e vice-versa. Ser brasileiro em Madrid é se deparar com as *figuras de memória* eternizadas coletivamente no Brasil e que se reconfiguram no cotidiano urbano da cidade a cada instante. Como pontua Chaves (2012: 20) ao consultar Canclini (2006) “as identidades sociais, nacionais e locais só

⁹¹ Usamos as definições de memória a partir de autores como Assmann (2008), Assmann & Czaplicka (1995) e Halbwachs (1990); apresentadas por Chaves (2012) que sintetiza tais definições, resumindo o termo como “um conjunto de ritos, imagens, danças, obras de arte que cada sociedade acredita que constituam seu acervo” sociocultural e que é um processo realizado pelo indivíduo que está “inserido ou habitou grupos de referência”.

podem persistir na medida em que se situam numa comunicação na diversidade de contextos”. Portanto, ao entrar em contato com a memória coletiva brasileira vivida dia após dia em lugares variados, os brasileiros imigrantes em Madrid revivem, reconstróem e perpetuam sua identidade nacional e linguística na diáspora. Não obstante, para que a identidade sociolinguística e cultural brasileira possa sobreviver meio a tamanha diversidade de Madrid, os indivíduos devem integrar as representações sociais, linguísticas e culturais da brasilidade dispersas pela capital. Ao reviverem suas memórias e ao reconstruírem essa tal brasilidade, os cidadãos brasileiros de Madrid acionam um coletivo que mantém viva a identidade nacional tupiniquim em solos ibéricos.

Neste momento surge a necessidade de esclarecer sucintamente qual é essa identidade nacional repleta de identidades culturais tão diferentes entre si, mas que formam uma identidade brasileira única *per se*. Pode-se dizer que o que constitui a identidade nacional brasileira é justamente a união de todas as diferenças culturais a nível nacional e que a distancia das propriedades espanholas. Assim sendo, facilmente se reconhece em Madrid um brasileiro, um chinês, paraguaio, chileno, colombiano, marroquino, entre outros. Quando colocados em contraste com outras identidades, os brasileiros de Madrid, ou de qualquer outra diáspora, se definem substancialmente por suas culturas, pela língua portuguesa, por suas histórias e formam uma comunidade estrangeira “cujas fronteiras e conteúdos variam no tempo e no espaço” espanhol.

A identidade brasileira está composta por símbolos, representações, comunidades e organizações culturais que propagam o discurso da brasilidade com o intuito de dar significado e sentido às atitudes dos indivíduos. Esse discurso que se dá em um ambiente estranho tende a remeter às ideias análogas do que é essencial na cultura brasileira.

“Hall (2009), a partir dos dizeres de Benedict Anderson, reforça que nações não são apenas entidades políticas, mas comunidades imaginadas. Assim, o sujeito imaginado está sempre em pauta para reflexões em relação as quais se dá o limite fronteiriço para esta identidade, bem como quanto à identidade daqueles que vivem a quilômetros de distância da terra natal. Desta maneira, o indivíduo migrado carrega consigo a identidade nacional de seu país de origem, porém na experiência da diáspora tem-se a “mistura” da cultura da terra escolhida para viver. Assim, a comunidade nacional sempre foi mais imaginada do que vivida em interações face a face. Tem-se isso mais presente e perceptível o advento dos espaços virtuais, de modo que se pode, nos dias de hoje, pensar em comunidade nacional articulando identidades, deste modo construindo o sentido de reconhecimento e pertencimento muito além do espaço físico do país. [...] Hall ressalta a questão das identidades nacionais deslocadas. Para ele, “devemos ter em mente a forma pela qual as

culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade” (2009, p. 65). Esta “costura” transforma-se numa complexa teia de relações sociais, formada pela composição das diferenças. Repercute na conformação dos processos identitários a partir da constituição de múltiplas e fluidas identidades fundamentadas simultaneamente nas sociedades de origem e nas “adotivas” (COGO, 2001).” (Chaves, 2012: 24).

Alegamos que a identidade nacional brasileira, composta por uma diversidade de identidades culturais, é construída por símbolos, imagens e traços peculiares do território brasileiro que orientam a vida de muitos imigrantes em Madrid. Ser brasileiro na capital espanhola significa pertencer e discursar sobre experiências concretas vividas anteriormente no Brasil como alguém que neste país nasceu ou escolheu para chamá-lo de seu. Os brasileiros que se encontram em Madrid, fazem parte de uma comunidade nacional abrigada em suas terras e trazem consigo uma subjetividade típica do Oiapoque ao Chuí. De tal modo, para que se possa delinear mais o perfil do brasileiro em Madrid ou em outras diásporas, reflete-se então sobre o imaginário que identifica este indivíduo e a sua pátria.

O imaginário brasileiro é um dos aspectos fundamentais na composição da identidade cultural e nacional do imigrante. Ainda que esse elemento seja uma distorção ou idealização do que é entendido como real no Brasil, o brasileiro que mora em Madrid, talvez inconscientemente, entende que dito imaginário é o modo pelo qual ele pode compartilhar sua realidade com os outros à sua volta. Assim como aponta Silva⁹² (2006 *apud* Chaves, 2012) todo cidadão conta com um imaginário próprio construído através de suas experiências passadas e presentes; “o imaginário é uma rede etérea e movediça de valores e de sensações partilhadas concreta ou virtualmente”. Segundo Ruiz⁹³ (2003), tanto o imaginário quanto a imaginação são essencialmente indefiníveis, por mais racionais que possamos ser, definir precisamente o significado destas palavras é uma tarefa inconcebível, o que se pode entender por imaginário e imaginação é o resultado abstrato da racionalidade. No entanto, entendemos aqui o imaginário como algo que se pode construir, individualmente ou socialmente, através de situações empíricas que nos moldam nas esferas psicológicas e sociais. Como indivíduos nos identificamos no outro, nos apropriamos do que é seu

⁹² da Silva, Juremir Machado. *As tecnologias do imaginário*. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.

⁹³ Ruiz, Castor Bartolomé Bartolomé. *Os paradoxos do imaginário*. Ed. Unisinos, 2003.

e distorcemos sua realidade afim de entendermos nossos arredores. Enquanto que como sociedade, nos fundamentamos nas concepções estabelecidas para sermos, pertencermos, nos diferenciarmos e até mesmo imitarmos uns aos outros, o que acaba por gerar um desvio da realidade que projetamos nas situações que experimentamos ou idealizamos.

O país constrói sentidos, discursos, fábulas e mitos que influenciam as ações e o modo de enxergar a vida dos brasileiros. A identidade brasileira, portanto, “é formada, transformada e embasada nas representações e no imaginário” do imigrante em Madrid. Enquanto nação, o Brasil é um lugar simbólico de representação cultural para este indivíduo. Por conseguinte, exploraremos na análise dos websites selecionados alguns dos elementos que ressuscitam a ideia do que é ser brasileiro quando se vive fora.

7.2 Os espaços brasileiros em Madrid.

Após o advento da internet e as tecnologias da informação, já não nos limitamos mais à ideia de que tempo e espaço devam ser reduzidos “às percepções obtidas até agora, com base nas estruturas sociotécnicas, suplantadas pela experiência histórica atual” (Chaves, 2012: 53). A história construída hoje pressupõe uma redefinição desses termos que estão a sofrer alterações devido ao mundo cibernético, principalmente. As tecnologias da informação possibilitam atualmente um entendimento mais amplo do que é espaço e tempo, afinal, os valores semânticos destas palavras podem ser (re)significados atualmente, permitindo outras conotações antes não imagináveis.

“As tecnologias da informação estão integrando cada vez mais o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação intermediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais (CASTELLS, 1999). “Mas a globalização é também o horizonte imaginado por sujeitos coletivos e individuais” (CANCLINI, 2007, p.29). Desta forma, o ser na sociedade informacional está cada vez mais se relacionando com identidades e percepções bastante distantes da sua, porém isso também transforma a ideia de identidade que cada indivíduo concebe. Esta rede mantém e fortalece os laços afetivos com a terra natal dos que escolheram outro país para morar.

O desenvolvimento da comunicação eletrônica e dos sistemas de informação propicia uma crescente dissociação entre a proximidade espacial e o desempenho das funções rotineiras. Por isso, os futurologistas frequentemente predizem o fim da cidade, ou pelo menos das cidades como as conhecemos até agora. Os núcleos urbanos estão sendo paulatinamente destituídos de sua tradicional necessidade funcional: a cidade como o local onde as pessoas se encontram e interagem. Como mostra a história, os processos de transformação espacial são muito mais complicados do que a mudança em um estalar de dedos como os futurologistas prevêm (CASTELLS, 1999).” (Chaves, 2012: 53).

O processo de globalização é capaz de reformular os conceitos de tempo e espaço, no entanto, não acreditamos que o mesmo esteja apto para unificar identidades culturais e nacionais. Mesmo com a instrumentalização trazidas pelas novas mídias, o brasileiro será sempre brasileiro onde quer que ele viva, assim como o espanhol será sempre espanhol. Acreditamos que em maior ou menor grau, sempre existirá uma resistência ideológica ainda que inconsciente, que seguirá identificando o imigrante em qualquer lugar do planeta. De tal modo, o imigrante brasileiro em Madrid experimenta o tempo e o espaço local, mas estará sempre associado à outra realidade cultural e nacional que contribuiu para ser quem é.

Movidos pelas expectativas das migrações, brasileiros e outros imigrantes estão em constante busca pelo novo e uma vez estabelecidos neste novo tendem a querer o velho, o que caracteriza um dos paradoxos das diásporas de muitos povos e línguas. De acordo com Reis⁹⁴ (2004 *apud* Chaves, 2012: 56), a diáspora pode ser entendida como “a retenção de uma memória coletiva idealizada a respeito da terra de origem” e como “a necessidade de manter e restaurar as tradições do país de origem”. Assim sendo, ao compartilharem essas necessidades de retenção da memória coletiva e a necessidade de manterem as tradições do país, os brasileiros que vivem em Madrid buscam espaços físicos e virtuais na tentativa de reviverem sua cultura e em consequência sua língua materna, pois ambas os representam mutuamente.

Mesmo tendo um parentesco cultural e linguístico com o espanhol e a cultura latina vivida pela Espanha, os brasileiros precisam se impulsionar a uma assimilação da nova cultura, o que fazem de maneira saudável e não tão traumática quanto aqueles que emigram para culturas muito

⁹⁴ Reis, Michele. Theorizing diaspora: perspectives on “classical” and “contemporary” diáspora. Blackwell Publishing Vol. 42 (2) 2004. p.41- 58.

diferentes das suas de origem. Ao falarem a língua portuguesa entre si e manterem a identificação etnocultural, a adaptação na nova cidade escolhida para morar, Madrid, faz com que os brasileiros acabem se integrando mais lentamente com a realidade espanhola, porém de forma natural ao não se separarem radicalmente de suas raízes. Logo, buscam espaços que integrem sua identidade nacional com a nova experiência social e linguística consequente do processo de imigração. Entre esses espaços, muitos imigrantes brasileiros em Madrid buscam por uma sensação de pertencimento ao visitarem bares, restaurantes, associações e grupos para brasileiros. Com esse mesmo intuito, buscam os sítios *online* da revista BrazilcomZ e da Casa do Brasil, assim como a instalação física desta última. Esses espaços, assim como mencionamos previamente, são os objetos de análise do presente capítulo e dita análise servirá para comprovar a nossa hipótese inicial, de que a língua portuguesa e a cultura brasileira estão presentes na cidade de Madrid e que através destes agentes de promoção linguística e cultural, a identidade nacional brasileira e a língua portuguesa são projetadas internacionalmente. No caso particular desta diáspora, a promoção cultural e linguística ocorre de modo eficaz e conforme as expectativas da política linguística dos países da CPLP; mesmo no caso da revista BrazilcomZ onde o processo de divulgação se dá por iniciativa privada e sem relações legais e jurídicas com quaisquer órgãos públicos brasileiros ou da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

7.3 O encontro com a terra natal através dos espaços virtuais

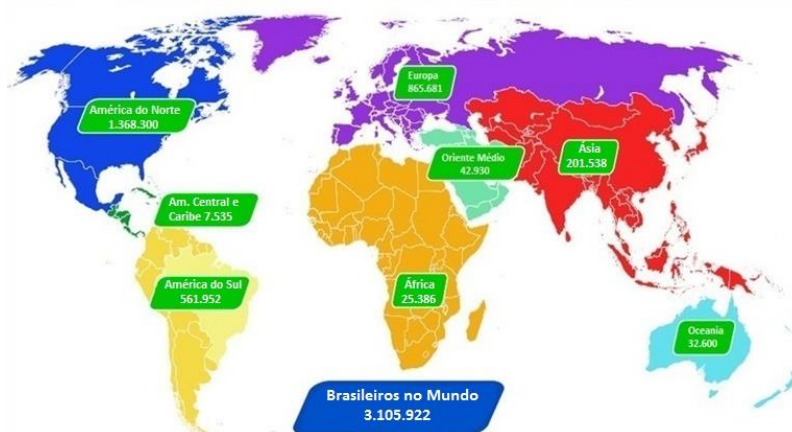
O crescimento do fenômeno da diáspora brasileira na atualidade é fato consumado. Assim como aponta a estimativa do site do MRE⁹⁵, o número de brasileiros legais morando no exterior até ao dia 28 de agosto de 2015 era de 3.105.922, sendo que 128.638 desses imigrantes viviam na Espanha de acordo com o consulado brasileiro de Barcelona e de Madrid⁹⁶. O número de brasileiros que optaram por morar fora do país é muito significativo para a questão da projeção da língua portuguesa no mundo, assim como da cultura brasileira. Assim como aponta o estudo de Chaves (2012), muitos brasileiros saíram e saem do Brasil com o intuito de buscarem uma vida

⁹⁵ MRE Ministérios de Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 21 setembro, 2016.

⁹⁶ Consultar anexo IV para a estimativa distribucional de brasileiros por país.

melhor no exterior, já que as condições trabalhistas no país, bem como os serviços públicos deixam a desejar e não atendem a grande parte da população. No entanto, não nos cabe julgar o perfil do brasileiro que vive em Madrid ou no exterior, pois tememos que esse pré-julgamento pode subjugar a identidade brasileira aos interesses daqueles países que aceitam a imigração de nossos compatriotas e demais cidadãos do mundo. Trazemos a imagem seguinte, extraída do site do MRE, que mostra o perfil da diáspora brasileira e suas estimativas com relação a distribuição de emigrantes brasileiros pelo mundo, sem especificar o seu perfil ou *status* social:

Imagem 2: Brasileiros no Mundo.



Fonte: MRE Ministérios de Relações Exteriores. Disponível em:

<<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 21 setembro, 2016

Ao estar longe do seu país, da sua casa e dos seus familiares e amigos, o imigrante faz uso das ferramentas de comunicação digital para se sentir mais próximo do que ficou no momento de sua partida. Se antes o contato com a terra natal era através de cartas e postais, hoje a tecnologia diminui as distâncias em um piscar de olhos, ou melhor dizendo, em um clique. Através das aplicações e bate-papos como o Whatsapp, Skype, Facetime, Facebook Messenger e muitos outros, é possível se reconectar diariamente com a sua origem e com os entes queridos. A um custo irrisório, podemos navegar pela rede que nos leva ao Brasil, à Espanha, a Portugal, à Holanda e a todo canto do mundo como num passe de mágicas. Definitivamente, a comunicação digital estreita

os laços e fronteiras ao quebrar as barreiras do tempo e principalmente do espaço. Em outras palavras, o desenvolvimento tecnológico proporciona uma interação que já não depende do ambiente físico, fazendo com que as pessoas, neste caso os imigrantes e seus familiares e amigos, interajam uns com os outros mesmo estando em localidades diferentes.

“Diversos estudos, entre os precursores os de Boase e Wellman (2006 *apud* BARTH, COGO, 2009) percebem a Internet como um veículo ou mídia de informação e comunicação. Ressaltam, porém, que as pessoas não se limitam às relações sociais ali criadas e que mantêm seu círculo fora dela. Estudos anteriores apontavam que muitas das relações sociais na internet ocorriam entre pessoas que já se conheciam offline. Com a facilidade de conexão e mais usuários da internet, tem se ampliado as relações *online* entre pessoas que não se conhecem pessoalmente e talvez nunca se encontrem pessoalmente. Isso amplia a abrangência das informações lançadas na rede.

A mudança geográfica advinda das migrações transnacionais significa, não apenas uma mudança de localização, e sim, a construção de espaços simbólicos entre os lugares por onde o sujeito passa, vive e constitui-se em processo constante e fluido de atribuição de sentidos vivenciados no cotidiano das transformações culturais da sociedade contemporânea (MEZZADRA, 2005 *apud* BARTH, COGO, 2009).” (Chaves, 2012: 71).

Desta forma, o imigrante brasileiro em Madrid entra em contato com os seus que se encontram no Brasil e estabelece novas conexões com outros brasileiros que compartilham da mesma realidade. Morar fora e ter sintomas de saudade daquela cultura que já não é mais tátil e fisicamente próxima, faz com que milhares de compatriotas se envolvam em atividades cotidianas que os aproxime das experiências vividas no Brasil que hoje se fazem presentes em sua imaginação. Conforme aponta Chaves (2012) ao adaptar as ideias de Hiller e Franz⁹⁷ (2004), a migração quando já está assentada se utiliza da internet para buscar conexões com o local de origem das mais variadas formas, na tentativa de “redescobrir a identidade erodida na diáspora”.

Assim sendo, passamos para algumas considerações sobre a metodologia que utilizamos para analisar o discurso das páginas web escolhidas, páginas estas que remontam o imaginário brasileiro para os imigrantes em Madrid e os colocam em contato entre si, fazendo com que a identidade nacional e a língua portuguesa sejam perpetuadas e difundidas.

⁹⁷ Hiller, Harry H.; Tara M. Franz. "New ties, old ties and lost ties: the use of the internet in diaspora." *New Media & Society* 6, no. 6 (2004).

7.4 Aplicando a análise do discurso no *corpus*.

O propósito deste capítulo é analisar a presença da língua portuguesa e da cultura brasileira em uma de suas diásporas. Escolhemos como objetos de análise dois sites pelo fato de serem uns dos maiores representantes do imaginário brasileiro em Madrid e por promoverem nosso idioma e variedade linguística na península ibérica. Optamos por fazer uso dos pressupostos teóricos da AD de linha francesa para então entendermos como as questões da língua e da cultura são representadas nas duas páginas web escolhidas.

Seguindo as orientações de Orlandi (2009), analisamos como o texto organiza a discursividade, ou seja, como o imigrante brasileiro se sente representado ao acessar os sites e participar das atividades oferecidas por ambos. Focamos no como a enunciação e a memória desse indivíduo se correlaciona com a prática e o entendimento do mundo real em que se encontra com o simbólico captado pelo imaginário, materializando sentidos em sua subjetividade. Para a definição do *corpus* analisado também nos baseamos nessa mesma autora que propõe um recorte e delimitação do conteúdo no processo de análise, para que de tal modo possamos estabelecer uma harmonia entre a teoria da AD, o *corpus* selecionado e nossas considerações sobre a representatividade da língua portuguesa e da cultura brasileira na diáspora em evidência.

Também tomamos como ponto de partida para realizar a presente análise, as palavras de Gregolin (2008: 11) que entende a AD “como um campo de pesquisa cujo objetivo é compreender a produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens”. Nosso objetivo, ao escolher a AD como fundamento teórico, é compreender os movimentos discursivos de representação e perpetuação da identidade do imigrante brasileiro em Madrid. Ao entrar em contato com o conteúdo de ambos os sites, o imigrante brasileiro estabelecido nessa cidade é capaz de ativar a memória narrativa que o transporta para acontecimentos passados vividos no Brasil. O intuito dos sites BrazilcomZ e a Casa do Brasil é justamente o de produzir um efeito de sentido de pertencimento a dois tipos de comunidade, a deixada para trás no Brasil e o novo grupo de imigrantes brasileiros que se juntam na cidade espanhola. Assim sendo, em nossa análise, focalizamos os “efeitos identitários construídos numa teia entre discurso, história e memória a fim de mostrar a pertinência da conjunção dos campos da AD com os estudos de mídia”. Analisamos o discurso das páginas web que é entendido como uma

prática social especificada em um momento da história, o agora, e que subjetiva o imigrante brasileiro e sua relação de pertencimento à pátria. Procuramos mapear os “trajetos históricos de sentidos materializados nas formas discursivas da mídia” com a finalidade de analisar “as redes de memórias que evidenciam as articulações entre práticas *discursivas* e produção de *identidades*” (Gregolin, 2008: 13 – 15).

“Como dispositivo social, a mídia produz deslocamentos e desterritorializações. Ao mesmo tempo, o trabalho discursivo de produção de identidades desenvolvido pela mídia cumpre funções sociais básicas tradicionalmente desempenhadas pelos mitos – a reprodução de imagens culturais, a generalização e a integração social dos indivíduos. Essas funções são asseguradas pela ampla oferta de modelos difundidos e impostos socialmente por processos de imitação e formas ritualizadas. Esses modelos de identidades são socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem o sujeito na “comunidade imaginada”. (Gregolin, 2008: 17)

Justificamos nossa escolha pela AD pois tanto essa disciplina quanto os estudos da mídia têm um contraponto epistemológico, a produção social de sentido⁹⁸. Os efeitos de sentidos da relação do imigrante com a sua terra natal aos quais nos referimos são materializados nos textos midiáticos das páginas que analisaremos a seguir.

7.5 A identidade cultural e nacional do brasileiro representada por BrazilcomZ e pela Casa do Brasil.

Segundo Chaves (2012) ao citar Carvalho⁹⁹ (2010), o conceito de identidade nacional brasileira entendido até hoje, foi construído a partir do século XIX com os acontecimentos que resultaram na independência do Brasil. Foi a partir desse feito histórico que o imaginário brasileiro começou a ser formulado através de elementos próprios que retratavam a miscigenação, a culinária

⁹⁸ Para um melhor conhecimento sobre os estudos da AD de linha francesa, consultar Gregolin (2004), Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos.

⁹⁹ Carvalho, Maria Paula Schmidt. *Caravanas da identidade: por dentro da maior reportagem do Brasil e perto dos brasileiros*. Editora Sulina, 2010.

local, as festividades, as religiões, as cores nacionais (verde e amarelo), a literatura, as atividades esportivas, a dança, a musicalidade e os traços pessoais como a cordialidade, a receptividade e até mesmo o jeitinho brasileiro que são características intrínsecas a quase todos desse povo.

Enquanto muitos outros colonizadores não incentivaram a miscigenação entre as diferentes etnias presentes nas terras colonizadas, os portugueses, por outro lado, estimularam essa mescla cultural e o resultado desse estímulo é em um povo rico etnicamente, uma cultura cheia de cor, fruto do favorecimento de casamentos entre *brasilíndios*, *afro-brasileiros* e *neobrasileiros* (Ribeiro, 2015). O Brasil é terra de crioulos, caboclos, sertanejos, caipiras, gaúchos, matutos e gringos.

Baseando-nos nos traços culturais que juntos formam a identidade nacional brasileira, analisamos os sites www.revistabrazilcomz.com e www.casadobrasil.org que ativam na memória dos imigrantes o imaginário brasileiro. Através da análise feita, pudemos concluir que a presença do brasileiro em Madrid é uma das vias de propagação da identidade nacional do Brasil e de seu idioma, se não fosse por esses brasileiros que se aventuram diariamente *por las calles de Madrid*, a língua portuguesa não conquistaria mais espaço e visibilidade na capital espanhola e internacionalmente. Escolhemos essas duas páginas web pelo fato de ambas serem umas das maiores representantes da identidade cultural brasileira e do português na cidade de Madrid e até mesmo na Espanha, já que o acesso aos dois sites tem carácter público e muitas das atividades promovidas por ambos também são destinadas a todos, brasileiros ou não. Nossa pesquisa qualitativa permite uma análise que defende uma visão integral e um entendimento geral de como a identidade brasileira e a língua portuguesa são representadas pelo *corpus* escolhido. Portanto, consideramos que o número de elementos das amostras que trazemos são menos importantes “que sua relevância para o problema de pesquisa, de modo que os elementos da amostra passam a ser selecionados deliberadamente, conforme apresentem as características necessárias para a observação, percepção e análise das motivações centrais da pesquisa”¹⁰⁰ (Fragoso; Recuerdo; Amaral, 2011 *apud* Chaves, 2012:76).

A análise dos sites escolhidos será feita através da apresentação e contextualização dos elementos que remontam o imaginário brasileiro no nosso *corpus*. A seguir, trazemos duas figuras

¹⁰⁰ Fragoso, Suely; Raquel Recuerdo; Adriana Amaral. "Métodos de pesquisa para internet." *Porto Alegre: Sulina* 1 (2011).

que são as páginas de entrada de cada um dos websites e fazemos uma breve descrição dos mesmos avaliando suas propostas principais com relação a representatividade da cultura brasileira e língua portuguesa.

Figura 3: Página de entrada do site da Casa do Brasil



Fonte: Casa do Brasil. Disponível em <<http://www.casadobrasil.org>>. Acesso em: 26 setembro, 2016.

De acordo com a descrição encontrada na página web da organização, a Casa do Brasil não é somente um Colégio Maior Universitário ou uma “instituição tipicamente europeia que proporciona residência a estudantes e professores”. O espaço se responsabiliza por promover “a formação cultural e científica, bem como a prática de esportes ao conjunto da comunidade universitária”. O Centro Cultural também cumpre o papel de “divulgar a cultura e a realidade brasileiras por meio de exposições e shows de artistas brasileiros”. Inaugurada no dia 4 de junho de 1962¹⁰¹, a Casa do Brasil é um dos mais antigos *Colegios Mayores* de Madrid, cuja finalidade é a promoção da língua, da cultura e da civilização de outros países.

¹⁰¹ Ressaltamos esta data para enfatizar que a Casa do Brasil foi criada muito antes do nascimento da CPLP, 17 de julho de 1996, fruto do Acordo Cultural entre Brasil e Espanha. A instituição que foi financiada pelos excedentes do

Figura 4: Página de entrada do site da revista BrazilcomZ.



Fonte: BrazilcomZ. Disponível em <<http://www.revistabrazilcomz.com>>. Acesso em: 26 setembro, 2016.

Segundo o website da revista, a BrazilcomZ é pioneira no seu gênero e está dedicada ao brasileiro que vive na Europa. Dentre os muitos tópicos culturais e populares publicados na revista, se destacam as reportagens e assuntos informativos e culturais de interesse da comunidade brasileira. Através desse “meio de comunicação [...] inteligente, dinâmico e moderno”, a BrazilcomZ se empenha em divulgar informações sobre eventos que acontecem na Espanha e em outros países, já que a revista conta com uma edição em Portugal e abrange outros países em suas matérias.

Partindo para a análise dos dois objetos, gostaríamos de enfatizar que o *layout* de ambos os sites possibilita um fácil acesso aos seus visitantes, dos usuários mais habituados à comunicação *online* aos mais leigos. Não percebemos qualquer infortúnio no manuseio das páginas e as informações estão dispostas de maneira objetiva e direta, facilitando a navegação pelo conteúdo.

No quesito cores como elementos de representação da nação brasileira temos o verde e o amarelo, o primeiro que representava a família Bragança e o segundo a dos Habsburgos. O azul e o branco também estão presentes na bandeira nacional, no entanto, o primeiro par de cores é sem dúvida o que identifica o brasileiro pelo mundo à fora. O verde e amarelo que foram reforçados no

café brasileiro, ainda tem como gestor o Ministério da Educação e Cultura brasileiro que desde o período de sua criação se responsabiliza pela promoção da cultura brasileira e da língua portuguesa.

papel da bandeira por Getúlio Vargas, que reivindicaram o direito a votar pela presidência do país em 1984 e que marcaram o rosto dos “caras pintadas” em 1992, continuam sendo símbolos de Brasil. Seja através da associação com a exuberância natural do Brasil e seus recursos mineirais de outrora, ou até mesmo pela camisa da seleção brasileira de futebol que é usada hoje por muitos brasileiros no exterior, o verde e o amarelo são inconfundivelmente brasileiros. Essas cores que dizem tanto sobre o Brasil, sua história e sobre os brasileiros em si, estão presentes no site da Casa do Brasil e da revista BrazilcomZ, no caso da primeira a evidência é ainda maior já que o *layout* da página é basicamente branco com detalhes em verde e amarelos. Com relação à revista, as cores também aparecem, mas de uma outra maneira. Por se tratar de um produto comercial, a BrazilcomZ apresenta mais variedades em suas edições, no entanto, quando quer destacar a brasilidade que aqui vimos discutindo, a revista também se utiliza dessas cores, assim como muitos dos estabelecimentos comerciais, organizações brasileiras que são anunciados em suas páginas.

Com relação ao idioma, ambos possuem conteúdo em português brasileiro e em espanhol. No caso da revista, as publicações são feitas em português, entretanto na página inicial do website aparecem textos em espanhol por se tratarem de um conteúdo cujo público alvo é o leitor brasileiro ou espanhol. Sendo a língua um dos traços primordiais no reconhecimento de um povo, constatamos que as duas páginas web já induzem a promoção do português, um dos temas principais do nosso trabalho. Enquanto BrazilcomZ realiza essa divulgação de maneira despreziosa, a Casa do Brasil o faz intencionalmente. Ao acessar o site dessa última, no link *cursos*, o visitante do website encontrará informações sobre os vários cursos oferecidos pela Casa do Brasil: português como língua estrangeira, capoeira e violão. Sobre a informação dos cursos de português oferecidos pela instituição, destacamos que são cursos que seguem a normativa do marco comum europeu de línguas e são oferecidas turmas para todos os níveis, do A1 ao C2, ademais dos *talleres de conversación* e dos cursos de preparação para os exames de proficiência do Celpe-Bras. Também como incentivo à difusão linguística, artística e literária brasileira, essa mesma instituição realiza esporadicamente atividades variadas que apresentam e discutem os cânones da literatura e das artes brasileiras. Do mesmo modo, se compromete a divulgar os eventos desse teor que acontecem na cidade de Madrid, como o Diálogo sobre Machado de Assis e Outros Gênios da Literatura Brasileira que acontecerá no próximo dia 06 de outubro de 2016.

Ainda sobre o que diz respeito aos cursos oferecidos pela Casa do Brasil, os interessados podem se matricular nos curso de capoeira e violão. Tais cursos oferecem ao brasileiro imigrante em Madrid e às demais cidadanias a oportunidade de estar em contato com estes dois elementos representativos da cultura brasileira, com a dança-esporte praticada há séculos no Brasil e com a musicalidade do violão, instrumento que traz os sons e os ritmos brasileiros como o samba e a bossa-nova. Os mesmos cursos também podem ser encontrados em outros lugares dispersos por Madrid. Em muitos exemplares da revista BrazilcomZ, como por exemplo no do mês de agosto de 2016, o leitor tem acesso às muitas propagandas de outras instituições ou comércios que oferecem esses tipos de cursos ou mais. Na edição do mês de agosto de 2016¹⁰², na página 31, o exemplar também anuncia as atividades brasileiras que podem ser realizadas na *Asociación Cultural Deportiva Rio*. Dos muitos outros lugares brasileiros em Madrid, essa associação que se destina a promover o encontro cultural entre Brasil e Espanha, oferece cursos de escola de capoeira infantil, capoeira para adultos, aulas de samba e outros ritmos brasileiros, jiu-jitsu brasileiro e também de língua portuguesa¹⁰³.

O esporte é um dos elos de união nacional que faz com que as diferenças entre os brasileiros se dissipem em prol da torcida pelo seu país. O Brasil que é internacionalmente conhecido pelo seu time de futebol também está representado em Madrid. Por ser o esporte uma paixão nacional, tanto para brasileiros quanto para espanhóis, a Casa do Brasil cede seu espaço a eventos de confraternização esportivas. Durante os jogos da copa do mundo de futebol, por exemplo, brasileiros, espanhóis e muitas outras nacionalidades se reúnem nos gramados da Casa do Brasil para torcerem por seus times, celebrarem vitórias e festejarem.

A musicalidade do violão e de todos os outros ritmos brasileiros também podem ser vividos nessa capital, através das incontáveis apresentações musicais que acontecem cotidianamente, feitas por artistas ainda no anonimato ou por grandes nomes da música brasileira, como Carlinhos Brown que recentemente se apresentou no município de Getafe, a poucos quilômetros de Madrid capital. Seguindo na linha da presença musical, a Casa do Brasil do Brasil também organiza eventos com

¹⁰² Disponível em <<http://www.revistabrazilcomz.com/revizta-digital/espanha/>>. Acesso em: 26 setembro, 2016.

¹⁰³ Assim como a *Asociación Cultural Deportiva Rio*, muitas outras escolas de idiomas oferecem cursos de português em Madrid, contemplando a variedade brasileira ou europeia da língua.

expoentes da música brasileira, assim como o concerto da cantora Maíra Freitas celebrado especialmente no 50º aniversário da Casa do Brasil.

A festividade também é uma das características do Brasil que acabou sendo reconhecido por todos os cantos do mundo como o país do Carnaval. A festa que remete ao riso, à alegria e à liberdade de expressão é uma das grandes promotoras do turismo brasileiro e também está presente em Madrid. Para todos aqueles que queiram experimentar a festividade brasileira na capital, o mais aconselhável é acompanhar as divulgações feitas nos sites em questão, pois ambos divulgam incontáveis eventos relacionados com “a festa que o brasileiro saber fazer melhor do que ninguém”. Ao analisar os exemplares da BrazilcomZ e alguns eventos promovidos pela Casa do Brasil, pudemos perceber que essa festividade representativa da alegria e da forma de celebrar a vida dos brasileiros é tópico recorrente nas publicações de ambos os sites.

Todos os povos do mundo têm sua culinária como elemento de unificação nacional. Dentro de uma mesma cozinha há uma gama incontável de pratos, bebidas e produtos nacionais que representam a história gastronômica de um país e seus hábitos alimentares. A cozinha brasileira, assim como quase toda a cultura do país, é uma mistura de sabores que são influências das muitas identidades culturais encontradas no Brasil. Segundo Maciel¹⁰⁴ (2004 *apud* Chaves, 2012: 32), o prato mais brasileiro de todos seria o vatapá que tem a farinha de trigo dos portugueses, o azeite de dendê dos africanos e o amendoim e a castanha de caju dos indígenas. Essa mesma autora confirma que a feijoada é um prato nacional e que marca a identidade de nosso povo “por possuir um significado unificador”. Para matar a saudade da cozinha mineira, nordestina, gaúcha, etc., o imigrante brasileiro em Madrid se apoia nos comércios alimentícios que importam centenas de produtos do Brasil e o revendem na cidade. Igualmente, frequentam bares, restaurantes, lojas, padarias e eventos gastronômicos que acontecem nessa capital para sentirem o sabor do tempero brasileiro. Muitos desses espaços e eventos são anunciados, quando não organizados pela Casa do Brasil, nesses dois meios de comunicação, os sites que aqui analisados. Concordamos com a crença popular de que serviço bom é divulgado no boca-a-boca, mas quando se trata de uma capital como Madrid e de um número tão grande de brasileiros que nela vivem, a propaganda tem que ser feita de outra forma, ou seja, através dos sites da Casa do Brasil e da BrazilcomZ, além de outros.

¹⁰⁴ Maciel, Maria Eunice. "Uma cozinha à brasileira." *Revista Estudos Históricas* 1, no. 33 (2004): 25-39.

A miscigenação pintada por Darcy Ribeiro¹⁰⁵ e por Sérgio Buarque de Holanda¹⁰⁶ é um traço típico do povo brasileiro e também está representada nos sites analisados. Podemos perceber a retratação dessa miscigenação através da formatação dos sites e dos números da revista que trazem pessoas de diversas etnias quando fazem propaganda de algum produto brasileiro. Do mesmo modo, nota-se essa característica plural da etnologia brasileira com as exposições anunciadas ou hospedadas pela Casa do Brasil, como a mostra fotográfica *Brasil em 27 miradas* de 2014, que reuniu fotos de toda a diversidade brasileira, incluindo as paisagens, a flora, a fauna e o povo brasileiro. Exposições como essa também contribuem para a representação do turismo brasileiro, destino de muitos estrangeiros que buscam todo o exotismo presente no Brasil.

O que se espera ao especificar alguns dos traços da identidade brasileira apresentados nos sites, mé demonstrar como o brasileiro imigrante mantém o contato com sua cultura e com sua língua ao viver tão longe de seu país. Ademais, realçou-se o trabalho de divulgação da cultura e da língua portuguesa que acontece na cidade de Madrid através do *corpus* examinado. Tais páginas web foram escolhidas pelo fato de estas serem umas das, senão as mais, reconhecidas pelos brasileiros nessa cidade espanhola. Ambos objetos de análise se mantém ativos na divulgação proposta, ora de maneira direta, ora indireta. De qualquer modo, a Casa do Brasil e a BrazilcomZ permitem um reencontro com a cultura brasileira e com a língua portuguesa ao oferecerem um contexto variado de eventos que recriam o imaginário brasileiro na vida desses imigrantes.

Ao se realizar esta pesquisa e análise dos sites nos deparamos com um número muito extenso de elementos tipicamente da cultura brasileira representados com frequência em nosso *corpus*. Portanto, descrever cada um desses elementos relacionando-os com a cultura e a identidade linguística dos imigrantes brasileiros seria um trabalho muito extenso que não se encaixa ao propósito desta tese de doutorado, o de avaliar o português brasileiro no contexto internacional. Assim sendo, o presente capítulo limitou-se a retratar os traços mais evidentes da cultura em destaque. Não obstante, realizou-se esta análise com a intenção de responder às duas perguntas iniciais do capítulo: i) como se promove a língua portuguesa de variedade brasileira em suas

¹⁰⁵ Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

¹⁰⁶ de Holanda, Sérgio Buarque; Alexandre Eulálio; Leo Gilson Ribeiro. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, 1995.

diásporas? e ii) qual é a participação dos falantes e responsáveis pela manutenção da língua e da cultura fora de seu país?

O que pudemos constatar é que a promoção linguística do português e da cultura brasileira em Madrid acontece por duas vias, *in vitro* e *in vivo*. Assim como estabelece Calvet (1997), para que uma língua, e conseqüentemente as identidades culturais que ela acarreta, sejam eficazmente difundidas, é necessário um investimento humano e jurídico que possibilite seu reconhecimento em um *espaço linguístico* estrangeiro. No caso específico de Madrid, a difusão da língua portuguesa de variedade brasileira e de sua cultura, se dá pela participação dos imigrantes que residem na cidade e frequentam espaços para brasileiros. Da mesma maneira, há um investimento governamental jurídico que fomenta as atividades da Casa do Brasil, que em parceria com outras instituições consolidam as propostas da CPLP concernentes à expansão do português pelo mundo. Por mais que o experimento de divulgação linguístico-cultural em Madrid seja um caso excepcional, aplaudimos a iniciativa que serve de modelo para toda a comunidade que tem como responsabilidade a divulgação do mundo da lusofonia. Considerando a importância da língua portuguesa nas diásporas e da cultura brasileira, resolvemos usufruir dos legados da AD para então analisar os sites, comprovando que o número de brasileiros vivendo em Madrid tem tamanha expressividade e que como consequência disto, órgãos representativos oficiais e cidadãos brasileiros acabam trabalhando em prol da perpetuação da identidade nacional e da expansão do nosso idioma.

8 Economia e língua, uma via de mão dupla.

Após discutirmos à respeito do papel do Brasil na divulgação da língua portuguesa, fazemos agora uma análise sobre as vantagens de se expandir o português, sobretudo sua variedade brasileira, no Mercosul. Por uma questão geográfica, as intenções de acordos bilaterais entre os países latino-americanos de língua espanhola e o Brasil são muito promissoras como veremos. Seguiremos as configurações teóricas de autores como Patten (2001), Savedra (2009), Oliveira (2010) e Sturza (2013) que ao nosso ver realizam estudos indispensáveis aos temas relacionados com as políticas linguísticas no Brasil, no Mercosul e principalmente, sobre a língua portuguesa.

Começaremos nossa análise sobre a questão do português no Mercosul refletindo sobre o valor das línguas e seus intercâmbios linguísticos, sociais e econômicos na América Latina. De tal modo, poderemos entender o mercado linguístico que diz respeito a este continente e o posicionamento das línguas portuguesa e espanhola dentro do mesmo mercado.

A discussão teórica sobre as políticas linguísticas continua se apresentando como um tema atual. Muitos filósofos políticos têm discutido nas últimas décadas os melhores modelos para a implementação de um sistema que favoreça a todas as línguas, principalmente aquelas em situação de risco. Assim sendo, é indubitável o espaço de prestígio que as línguas ocupam no cenário científico e no mercado internacional hoje. Países que antes não se preocupavam com *a questão das línguas*, hoje já se apressam em implementar programas que evidenciem suas próprias línguas e que permitam o acesso as demais, conseqüentemente ao mercado internacional que circula em função do conhecimento de múltiplos idiomas. “Oficializam-se novas línguas, reformam-se os sistemas de ensino de línguas estrangeiras, novas línguas lutam para entrar nos currícula, novos e grandes bancos de dados de línguas são montados e financiados” (Oliveira, 2010: 22). Junto com a implementação de novos currículos e com a criação de *corpus* em idiomas infindos, aumenta-se também a formação dos profissionais das línguas que estejam aptos a colocar seus idiomas em um patamar acima no mercado linguístico – através das aulas de idiomas estrangeiros, traduções e interpretações. Como resultado da profissionalização dos idiomas, também cresce o mercado linguístico dos certificados de proficiência que a cada ano são levados mais a sério e cobrados com mais rigor por instituições de ensino superior e até mesmo por empresas públicas e privadas.

Assim como adverte Oliveira (2010), esses sintomas evolutivos do mercado linguístico são a manifestação de que as línguas já ocupam um espaço de mais prestígio na sociedade. O multilinguismo que hoje impera no mundo conta com o dobro, senão mais, do número de pessoas que comandam apenas um idioma. Falar apenas uma língua não é mais o suficiente para se destacar no mercado internacional, nem a nível pessoal e muito menos a nível econômico estatal ou empresarial. Se antes o conhecimento de um segundo idioma era motivo de destaque para aqueles que o falassem, hoje essa condição já ultrapassa a barreira da motivação pessoal e profissional, chegando a ser exigido por lei em muitos estados que têm duas línguas em seus setores administrativos. A economia fordista que vigorou até a metade dos anos 70 não funcionaria mais na atualidade, portanto, sua sucessora, a “Nova Economia” que surge a partir dos anos 80, reestrutura as formas de trabalho em todos os setores: industrial, educacional, comercial e público-administrativo. A modalidade proposta pela Nova Economia atende aos padrões da produção capitalista alastrada por todo mundo, contrapondo a crise do consumo de mercadorias armazenadas em grandes estoques. Nessa Nova Economia, também conhecida como *just-in-time*, a produção é tida de outra forma, assim como mostra Oliveira (2010: 23) ao citar Marazzi (2009:14):

“(…) organiza o trabalho interno do modo mais flexível possível. Esse é seguramente o aspecto mais aparente que diferencia o modo de produção emergente daquele da época passada, posterior à Segunda Guerra Mundial, chamado ‘fordista’ (...). Se antes (...) tempos e métodos de produção eram ferramentas programadas, na época pós- fordista em que vivemos tudo é muito menos programável, com frequência cada vez maior é preciso confiar nas situações oferecidas pelo mercado; oportunidades que não se deve deixar escapar porque, num período de forte concorrência e saturação dos mercados, cada variação mínima da demanda pode ser fatal ou significar a salvação para a empresa, para a continuidade da sua produção.”.

Sabe-se que o modelo proposto pela Nova Economia tem suas falhas e consequências para a sociedade e trabalhadores em geral, afinal essa nova proposta econômica danificou as relações trabalhistas como por exemplo “as atuações bem-sucedidas das organizações sindicais”. No entanto, faz-se referência a essa mudança econômica pois é nela em que está inserido o mercado linguístico atual. Ademais, como explicita Oliveira (2010) ao consultar Marazzi (2009), a comunicação é parte fundamental do processo produtivo da economia *just-in-time*; comunicação e produção caminham lado a lado nessa nova maneira de se produzir. Sem a comunicação, não há

mais produção hoje em dia. Se antes era possível manter o silêncio e mecanizar o trabalho humano, hoje a comunicação é elemento essencial tanto para a produção quanto para a comercialização de bens. Do mesmo modo, é a comunicação que permite uma reestruturação no processo de produção, fazendo com que este seja mais maleável e reformule o cotidiano dos trabalhadores em geral. Antigamente, na economia fordista, se estimava o quanto se deveria produzir para então liberar essa produção à venda e se necessário estocar os excedentes; porém, hoje com a Nova Economia o caminho é inverso, a produção é feita após a demanda com o intuito de evitar desperdícios. Os reflexos dos sistemas pós-fordistas se fizeram presentes até mesmo no setor educacional como exemplifica Oliveira (2010) ao chamar a atenção para o fato de que os novos currículos escolares, “pós-feitos”, passaram a oferecer um ensino com enfoque na pesquisa e no aprendizado através de problemas. Com esse novo tipo de metodologia, o conhecimento oferecido ao aluno não se dá mais em parcelas como no método fordista, mas sim pela incitação a curiosidade e a discussão que o faz pensar, falar, se comunicar.

Concreta-se, portanto, a mudança no sistema econômico-social que preza pela qualidade que vem de um sistema que priorizava a quantidade. Em consonância com essa mudança de perspectiva é que a comunicação passa a ocupar mais espaço na produção e possibilita assim uma maior visibilidade para as línguas, levantando a bandeira a favor de debate das políticas linguísticas no início do século XXI (Oliveira, 2010: 24).

Estamos de acordo com a proposta de Oliveira (2010) ao definir a nova economia como o “modo de produção por meio da comunicação”. A comunicação passa a ser elemento fulcral neste modelo econômico e acaba refletindo em pontos específicos no mercado linguístico, nos *softwares* e nos *hardwares*.

“1. Por um lado, as línguas propriamente ditas precisam se adequar aos modelos de comunicação em curso, o que implica o desenvolvimento de padrões para rápida compreensão, circunscrição da variação léxica, determinação de padrões terminológicos adequados a diferentes contextos, ou seja, pressões por certos tipos de estandarização. Poderíamos postular, por exemplo, que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi viável politicamente neste momento pela disfuncionalidade de uma língua de mercado como o português ter duas diferentes ortografias, como dois centros de gestão de língua separados, divergentes e pouco cooperativos (Oliveira e Dornelles, 2008).

2. Cada língua que entra no sistema se encontra em grau de estandarização diferente, de modo que as pressões ocorrerão sobre aspectos diferentes em cada língua, de acordo com sua inserção específica e diferenciada no mercado. Pela diversificação dos produtos e pela

criação de mercados setorializados, há uma pressão para o ingresso de mais línguas no sistema. A criação de novas normas lingüísticas, que atendem a funções diferenciadas, é um fenômeno desta ordem.

3. As próprias línguas viram o modo de organização da informação e, portanto, da comunicação entre pessoas e sistemas informatizados: os softwares são uma tecnologia dependente das línguas, o buscador de informações usa línguas para buscar informação disposta linguisticamente, porque ao contrário da organização que utiliza códigos, como as antigas chaves de biblioteconomia, a nova informação é acessível diretamente através da sua configuração linguística.” (Oliveira, 2010: 25).

8.1 Modelos de políticas linguísticas.

Podemos pensar sobre esses reflexos diretos no mercado das línguas fazendo um paralelo com os modelos de política linguística analisados por Patten (2001). Nesse seu texto, *Political Theory and Language Policy*, o autor analisa os três principais modelos de política linguística discutidos nas últimas décadas e apresenta os prós e os contras de cada um: o *multilinguismo oficial*, a *racionalização linguística* e a *manutenção linguística*¹⁰⁷. Ainda que o autor se refira primordialmente ao contexto das políticas linguísticas a partir da perspectiva das línguas não imigrantes, conseguimos tirar exemplos de seu texto que justificam o impacto da comunicação no mercado linguístico. Ao usufruirmos das contribuições de Patten (2001) podemos citar, em linhas gerais, como exemplos do multilinguismo, os usos de serviços públicos que fazemos a cada instante em inúmeras línguas. Mesmo estando em um ambiente de língua X, muitas vezes podemos solicitar um atendimento público na língua Y, já que muitos *espaços linguísticos* nos proporcionam uma variedade de idiomas que favorecem ao multilinguismo oficial¹⁰⁸. Oliveira (2010) alerta para o fato de que há uma redistribuição da gestão das línguas que acontece em vários espaços de produção do mercado linguístico. A gestão linguística hoje é realizada em vários extratos da produção mercantil, a *nível sub-nacional, nacional, em novos blocos econômicos e políticos*. Com

¹⁰⁷ Tradução nossa.

¹⁰⁸ Alan Patten (2001) debate em seu texto as convergências e as divergências entre os três modelos de políticas linguísticas recém citados: o multilinguismo oficial, o reconhecimento linguístico e a manutenção linguística. Ao refletir sobre o melhor modelo para atender às comunidades linguísticas com situação de possível conflito linguístico, o autor apresenta espaços que contemplam a demanda de serviços públicos em diferentes línguas: entre eles os países Canadá e Bélgica, a Jurisdição Europeia, as Nações Unidas, etc. Ademais, nesse texto, Patten advoga por uma política linguística que favoreça o modelo do multilinguismo oficial, mas que não depende exclusivamente dele e sim adote posicionamentos dos demais modelos para situações empíricas específicas.

essa redistribuição na gestão das línguas, os agentes responsáveis pelas políticas linguísticas se atentam às oportunidades repentinas que possibilitam a manutenção ou expansão de suas línguas. A ordem do novo capitalismo é produzir neste ou naquele idioma para que o produto seja consumido. O que em um determinado momento é a via de comunicação para a produção e câmbio, outra hora pode passar a ser o próprio produto de consumo, ou seja, a língua em si. Ambos autores, Patten (2001) e Oliveira (2010) fornecem subsídios teóricos para esclarecer o local de impacto da nova produção mercadológica sobreposta à comunicação. No entanto, focalizamos agora as ideias daquele último que atende mais especificamente às necessidades e questionamentos deste capítulo.

Nota-se que depois do excesso de produção mercantil e linguística feita em e para a língua inglesa, chegou a hora de outras línguas se destacarem no mercado internacional. Por mais que inglês seja considerado a língua internacional e de unificação mercantil, há muito o que se produzir em outros idiomas para atender a mercados e públicos que não negociam ou vivenciam os espaços ocupados pela língua inglesa. Um exemplo dessa guinada linguística é o projeto de alfabetização cubano, apresentado por Oliveira (2010), ‘Yo si puedo’, que acabou sendo expandido e divulgado devido ao imenso mercado internacional que se vincula ao espanhol. Além de adentrar no mercado de outros países de língua hispânica, o projeto também pôde aceder a outros mercados pois foi projetado em outros idiomas como o português, chegando, portanto, no Brasil, Guiné-Bissau e Timor-Leste.

Os meios de comunicação e principalmente a rede são uns dos grandes incentivadores na divisão do protagonismo das línguas. Em uma fração de segundos tem-se acesso às mais variadas línguas e suas respectivas produções culturais, assim como mostrado no capítulo sobre a presença da língua portuguesa nas diásporas. Já que a oferta linguística, se assim a podemos denominar, é tão ampla, novos grupos de consumidores surgem a cada instante, procurando por produtos em suas próprias línguas ou em idiomas uma vez desconhecidos. Acredita-se que a ideia de uma convergência em um único como aquela proposta pelo modelo de racionalização linguística discutida por Patten (2001) se torna cada vez mais imprópria e inviável. Por conseguinte, pensar em um mundo que seja dominado por uma única língua já é algo indevido, talvez impensável.

De acordo com Oliveira (2010), os mercados com carácter plurilíngue estão sendo recentemente *mapeados e arregimentados*, sendo que daqui a duas décadas talvez possamos traçar o perfil das relações entre produção mercantil e comunicação nesse tipo de mercados:

“É o mapeamento destes novos mercados linguísticos, ainda em constituição, e o reposicionamento dos centros de gestão de línguas dos diversos países com capacidade estratégica e tática para colocá-los dentro da sua tutela, que tem tornado a disputa pelas línguas, de repente, tão acirrada.

[...] Se tomarmos, por exemplo, o que aconteceu com súbita entrada do português no mercado de línguas da Argentina, veremos que esta mudança causou, em larga medida, a desestruturação ou pelo menos a reestruturação do mercado para outras línguas tradicionais do ensino, como o italiano, sendo notável o início do processo pelo qual professores de italiano ou de francês começaram a se “reciclar” para se tornarem professores de português. O posicionamento do português na Argentina e sua entrada no fluxo da produção econômica da América do Sul levou a um novo posicionamento da língua do Brasil no Uruguai, Paraguai, Venezuela e até Colômbia.

Essa nova posição só foi possível com negociações a nível de Estado, e estas negociações só foram bem-sucedidas porque foram precedidas de mais de uma década de aproximação econômica, em que o espanhol e o português entraram paulatinamente no circuito produtivo dos dois países líderes do Mercosul, Argentina e Brasil, tornando-se alternativa validada como língua estrangeira.” (Oliveira, 2010: 27).

Mesmo que o mercado seja incerto, os centros gestores de línguas já entenderam a importância dos idiomas no mercado internacional e começaram a dar mais atenção ao regimento das possíveis línguas presentes em seus espaços linguísticos. Como consequência do multilinguismo na atualidade e da tentativa de administrar as línguas, os centros gestores destas entendem-nas como um produto mercantil. Da mesma forma, seus novos e potenciais mercados podem ser consolidados a partir de *ações de reciprocidade*, fazendo com que Estados estabeleçam uma espécie de diplomacia financeira gerada pelos mercados linguísticos. Como muito bem coloca Oliveira (2010), “para que sua língua possa estar é preciso que a minha língua possa estar aí”. Seguindo essa lógica e as ressalvas desse último autor, o Mercosul se mostrou e tem se mostrado um lugar estratégico para a divulgação do português brasileiro. Na Argentina, por exemplo, o nosso idioma já se estabeleceu como idioma obrigatório em toda escola do ensino secundário em dezembro de 2009, em resposta a promulgação da lei.16.161 de 5 de agosto de 2005 que oficializou o ensino mandatório do espanhol no Brasil desde 2010. O mesmo tipo de parceria entre o Brasil e a Argentina, se expandiu a outros países do Mercosul como o Uruguai que em 2009 abriu suas primeiras turmas de licenciatura em língua portuguesa em Montevideu e em Rivera. O que se pode confirmar ao analisar a maneira como essas parcerias foram realizadas, é que os estatutos e leis que fundamentaram as implementações de ambas as línguas nos sistemas de ensino brasileiro, argentino e uruguaio foram pensados a partir de uma perspectiva de colaboração mútua e não apenas em nome da boa vizinhança. O Mercosul serve de modelo aos demais blocos econômicos, como a

União Europeia e a União Africana, para se alastrar essas parcerias de reciprocidade que visam o intercâmbio linguístico, cultural e comercial. O que o Brasil está realizando na América Latina com relação ao português e o que Portugal tem feito para a divulgação do idioma no mundo deve ser proliferado a outros espaços e servir de exemplo para os demais países da CPLP, que também são agentes responsáveis na divulgação da nossa língua no mundo.

Oliveira (2010) que adverte para o fato de que as línguas ainda não têm um peso concreto e estabelecido nos *mercados múltiplos* que estão em constante mutação. No entanto, os resultados esperados com a criação dos diversos mercados que giram em torno das línguas podem ser impressionantes. Assim sendo, o destino de cada cultura e de cada língua está nas mãos de seu Estado que tem por obrigação entender as possibilidades econômicas e sociais que habitam os mercados linguísticos.

8.2 O Mercosul como ponto chave para a expansão linguística do português brasileiro.

Desde a sua criação em 25 de março de 1991, o Mercosul tem se mostrado um dos grandes aliados políticos e econômicos do Brasil e da língua portuguesa. Ao alavancar o Brasil no panorama político-econômico internacional, esse Mercado Comum acaba oferecendo ao português brasileiro a possibilidade de se expandir para outros mercados econômicos. Devido a conjunção inerente do binômico economia e língua, se faz necessário um aprimoramento das políticas linguísticas desenvolvidas no Brasil e no bloco. A reciprocidade de difusão linguística permite um contato maior entre as culturas e as línguas. O bloco econômico do Sul que recentemente completou seu primeiro quarto de século, tem como línguas institucionais o português e o espanhol, porém muitos outros ganhos aconteceram aos países membros do Mercosul no que diz respeito a questão das línguas. Entre estas novas oficializações linguísticas, países como o Brasil, Paraguai, Uruguai resolveram por fim institucionalizar outras línguas minoritárias que representam a pluralidade linguística da região sul, como o guarani, por exemplo; aproximando ainda mais os países dessa zona.

Com a institucionalização das línguas, sobretudo do português e do espanhol, os países do Mercosul tiveram que repensar suas políticas linguísticas afim de favorecer o maior número

possível de cidadãos que agora podem aprender o idioma vizinho e então fazer parte do grupo de falantes de línguas estrangeiras, capazes de ascender no mercado de trabalho que exige o conhecimento de outros idiomas. Portanto, conclui-se que a política linguística do Mercosul se desenvolveu principalmente a partir dos sistemas educacionais de cada país que abraçou ao português ou espanhol com segunda língua, assim como mostram de Almeida & Belfort-Duarte (2010)¹⁰⁹. Além de possibilitar o ensino do português nos outros países do Mercosul, as parcerias desenvolvidas neste bloco econômico possibilitam mais mobilidade interna aos cidadãos que queiram explorar as possibilidades de trabalho, formação profissional no Brasil e interatuar para um bem comum. O que resulta em mais paridade com os outros blocos econômicos de países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Em definitiva, o intercâmbio linguístico proposto no Mercosul é um uma oportunidade a mais que favorece aqueles que pretendem se movimentar pelo mundo.

Todos os países sul-americanos participam do Mercosul, no entanto nem todos possuem o estatuto de Estado Parte, mas sim de Estado Associado. Entre os Estados Partes do bloco estão: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, sendo que os quatro primeiros aderiram ao Mercado em 26 de março de 1991 e o último em 12 de agosto de 2012. Na categoria de Estado Parte em Processo de Adesão se encontra a Bolívia desde 7 de dezembro de 2012, e com o estatuto de Associados tem-se Chile (desde 1996), Peru (2003), Colômbia e Equador (2004), Guiana e Suriname (2013). Entre os princípios que viabilizaram a formação do Mercosul, se destacam: a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco; coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes e o compromisso destes em harmonizar a legislação nas áreas pertinentes, a fim de fortalecer o processo de integração¹¹⁰.

O bloco que responde por uma extensão territorial de 12.789.558 km² e conta com uma população total de aproximadamente 275 milhões de habitantes possui um PIB nominal de US\$ 3,2 trilhões e levaria a quinta colocação no *ranking* de potências econômicas se fosse considerado como um único país. Consideramos pertinentes elencar esses números pois de acordo com os

¹⁰⁹ Em seu trabalho intitulado *Ensino do português no contexto do Mercosul: revisitando o passado para compreender o presente e planejar futuras ações*, as autoras analisam as medidas tomadas pelo governo brasileiro ao divulgar a cultura e a língua portuguesa no contexto do Mercosul. Têm como metodologia a consulta às políticas adotadas por esse governo, a identificação de grupos de demanda para o português como LE / L2 e apresentam dados que auxiliam a análise do contexto do ensino desta língua e da cultura brasileira aos países pertencentes ao Mercado em evidência.

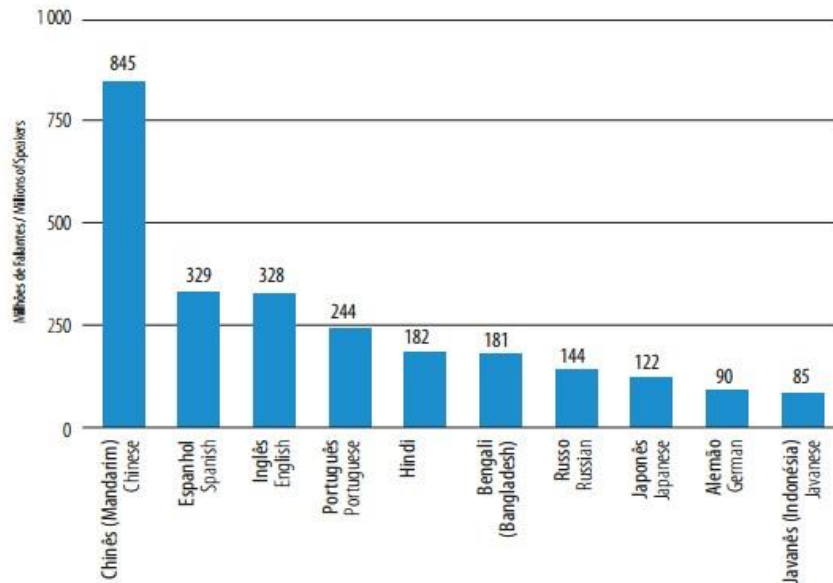
¹¹⁰ MERCOSUL. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br>>. Acesso em: 12 outubro, 2016.

fatores apresentados por Calvet (2007 *apud* Savedra, 2009) no I Encontro Internacional do GT de Sociolinguística da ANPOLL, o *status* e o peso de uma língua podem ser determinados de acordo com as seguintes situações:

“a) o número de falantes como língua materna; b) o número de falantes como segunda língua; c) o número de falantes como língua estrangeira; d) o número de falantes nos quais a língua é oficial ou cooficial; e) o número de países nos quais é possível estudar essas línguas no ensino médio; f) o número de países nos quais é possível estudar essas línguas no ensino superior; g) a tradução a partir das línguas (línguas-fontes); h) a tradução para as línguas (língua-alvo); i) a presença das línguas na Internet; j) a possibilidade de consulta nas línguas no Google ou no Yahoo; k) a possibilidade de consultar Wikipédia nas línguas; l) a existência de corretores ortográficos nas línguas; m) o índice de Desenvolvimento Humano dos países nos quais essas línguas são faladas; n) o crescimento demográfico dos países nos quais essas línguas são faladas; o) o peso econômico dos países nos quais essas línguas são faladas; p) a produção/exportação de livros escritos nas diversas línguas; q) os Prêmios Nobel de literatura obtidos por autores que escreveram em uma determinada língua; r) o fluxo de turistas; s) as línguas de relações econômicas (OMC); t) a produção exportação de filmes, u) a entropia, entre outros.”

Baseando-se nos parâmetros de Calvet apresentados no parágrafo anterior, elencam-se algumas informações sobre a língua portuguesa que automaticamente a classifica com relação ao seu peso no mundo hoje e principalmente no Mercosul. Sobre o seu número de falantes, o português apresenta hoje aproximadamente um total de 273 milhões de falantes, dos quais 250 milhões são nativos do idioma; ocupando a quarta posição como língua nativa e sexto lugar como língua nativa e segunda língua. Com relação ao número de países que têm o idioma como língua oficial, o idioma ocupa a quinta posição após o inglês, francês, árabe e o espanhol, respectivamente. Na web, a língua portuguesa recebeu a quinta colocação como língua mais usada, sendo que foi classificada como a quarta língua com maior taxa de crescimento. No que diz respeito à classificação por prêmio Nobel e pelo fluxo de traduções línguas-fontes, o português ainda ocupa uma posição desfavorecida. Como se pode notar com as informações anteriores, a língua portuguesa tem todo o potencial econômico para se expandir pelo mundo e obviamente pelo Mercosul, assim como foi provado por Reto (2012) e comprovado pelo Instituto Camões na exposição “Potencial Económico da Língua Portuguesa”, realizada no Parlamento Europeu, documento este do qual extraímos o seguinte gráfico:

Imagem 5: As línguas mais faladas no mundo.



Fonte: Exposição “Potencial Económico da Língua Portuguesa”, iniciativa patrocinada pelo Deputado Diogo Feio CDS-PP, Grupo PPE Portugal. Parlamento Europeu, 17 a 21 de fevereiro.

Assim como informam especialistas na área da economia do Mercosul, ainda há um caminho muito longo para se percorrer no que concerne aos trâmites políticos e burocráticos, como as transações aduaneiras e o reconhecimento para a validação de diplomas expedidos no bloco. Afim de que haja uma maior uniformidade nestes tipos de procedimentos, assim como na comunidade europeia. Uma vez superada esta etapa de dissonância entre as burocracias do Mercosul e estabelecida uma legislação comum a todos os membros do território, se potencializará a movimentação de seus cidadãos. No entanto, para que possa ser criada essa cidadania do Mercosul que facilite a mobilidade social e econômica de todos da região, proporcionando melhores possibilidades sociais e trabalhistas, é necessário investir primeiro em educação que é o pilar de uma sociedade desenvolvida. Para concretizar esse ideal de cidadania sul-americana, talvez aos moldes da cidadania europeia, os governos dos Estados do Mercosul têm admitido a necessidade de elaborar políticas conjuntas que façam prosperar a promoção das línguas oficiais do território, com destaque ao espanhol e ao português que são as línguas maioritárias. Prestamos nosso devido respeito às línguas minoritárias que possuem a mesma importância para o Mercosul,

como o guarani que precisamente há dez anos se elevou ao patamar de terceira língua oficial do bloco¹¹¹. Desde sua criação, o ideal do Mercosul já propunha uma união linguística que permitisse o ensino e o acesso aos seus idiomas oficiais. Entre as propostas sobre as condições das línguas, havia a de implementar os idiomas oficiais no sistema de ensino dos países membros e também de ir além, como apresenta Sturza (2013: 45):

“Os planos de educação elaborados pelo Setor Educacional do Mercosul (SEM) ao longo destes 20 anos tiveram e tem por objetivo planejar estrategicamente ações no setor educacional para acompanhar o crescimento do bloco e contribuir na nova configuração sócio-econômica e política da Região, tendo como objetivo maior a integração, alavancadas pelos sistemas educacionais. Isto implica também, que o papel do MERCOSUL Educacional é antes de tudo definir políticas para os vários níveis de educação, neste caso, sobre os eixos da cooperação, mobilidade e revalidação, orientando programas, projetos e grupos de trabalho bem como a aplicação de recursos para seu desenvolvimento. O incremento em ações em outros setores da sociedade mercosulina, se assim se pode chamar, vem se concretizando através de projetos e programas multilaterais que passam a dar maior vigor ao MERCOSUL pelas temáticas educacionais e culturais.”.

O GTPL¹¹² de 2011, assumiu em seu momento o papel de propor medidas de planificação linguística para o Mercosul, mas logo foi substituído pelo CAPL. O Grupo de Formação Docente de Professores e Espanhol e Português e o Grupo das Escolas de Fronteira que fazem parte do CAPL são os responsáveis em discutir as situações educacionais no Mercosul, propondo soluções que facilitem o processo de integração linguística nas escolas dos países do bloco. Ao tomar a direção das políticas linguísticas do Mercosul, o CAPL enquanto comitê assessor, passou a controlar a agenda de trabalho do bloco, coordenando as atividades que têm como finalidade a concretização do planejamento linguísticos proposto na criação do Mercado. A atuação de um comitê como o CAPL é indispensável para uma implementação efetiva das políticas linguísticas prescritas para o Mercosul. Portanto, este comitê se responsabiliza essencialmente por manter viva a discussão sobre o ensino das línguas no bloco e viabilizar uma melhor formação aos alunos do

¹¹¹ A língua guarani ainda não é utilizada em documentos oficiais no Mercosul, sendo assim, ainda existe uma racionalização linguística que favorece ao português e ao espanhol. Porém, propostas de planejamento linguístico têm sido elaboradas para que o idioma possa ser utilizado em repartições públicas e ensinado nas escolas.

¹¹² Savedra (2009) se ocupa em descrever a curta história do GTPL, trazendo datas e eventos em destaque que compõem a trajetória do Grupo.

ensino fundamental e superior, que adentram ao mercado de trabalho a cada momento. Ademais, de favorecer aos alunos e futuros profissionais, o ensino de línguas abre o leque de opções para os professores de idioma. Esses profissionais, que enxergam as possibilidades de se aperfeiçoarem no tema do ensino de línguas estrangeiras, recebem ofertas de cursos de formação profissional continuada para seu melhoramento enquanto docente. Outro ponto relevante relacionado ao ensino de línguas no Mercosul é a movimentação do mercado editorial que reformulam os materiais didáticos com o intuito de atender a demanda da nova era de ensino de línguas estrangeiras. Através de iniciativas como essa que enfocam na língua como bem nacional, outros setores são favorecidos, como a propagação da cultura de cada um dos países, já que língua e cultura caminham lado a lado. Como exemplo dessa conjugação língua-cultura, “surtem iniciativas de publicações promovidas e financiadas pelos países membros com a finalidade de difundir a língua e a cultura, como por exemplo a biblioteca bilíngue português-espanhol” (Sturza, 2013: 46).

8.3 A presença do português no Mercosul.

A presença do português brasileiro nos outros países do Mercosul é algo consolidado, seja através das migrações entre estes países ou pelo contato linguístico nas fronteiras do Brasil com a Argentina, Paraguai e Uruguai, como o que acontece na cidade de Chuí e Rivera. Assim como mostra Sturza (2013) a exploração de terras motivadas pelos ciclos econômicos da produção de carne, charque e de arroz, fez com que muitos brasileiros ocupassem o norte do Uruguai no século XVIII, contabilizando 30 mil na metade dos anos setenta do século posterior. Essa imensa quantidade de brasileiros que se estabeleceram no norte do Uruguai acabou gerando um novo dialeto entre falantes brasileiros do português e falantes uruguaios do espanhol, o então conhecido “Fronterizo” que em seguida passou a se chamar “Dialecto del Portugués del Uruguay” – DPU. Hoje em dia, não só de história se mantém o DPU e outros dialetos em regiões como a citada anteriormente, mas também devido à grande influência da mídia e dos meios de comunicação brasileiros, que são transmitidos aos uruguaios que perpetuam situações diglósicas entre o DPU, o português e o espanhol uruguaios.

“O português do Uruguai, tal como hoje em dia tem sido designado é considerado então uma língua do país. Esta situação se reflete na oferta de ensino formal da língua portuguesa em programas como: *Programa de Inmersión Dual Espanhol – Português*, desenvolvido nos departamentos fronteiriços como Artigas, Rivera e Cerro Largo e o *Programa de Enseñanza de Português por Contenidos Curriculares*, também desenvolvidos em Artigas, Rivera e Rocha. O documento da Comissão de Políticas Linguísticas, da Administração Nacional de Educação Pública (ANEP), na sua proposta de reestruturação de 2008, propõe a oferta obrigatória do português para os três níveis de ensino: primário, secundário e superior. Não há lei de obrigatoriedade de ensino do português no Uruguai, posto que a partir desses documentos oficiais, ela é reconhecida como uma variedade do português, ou seja, como português do Uruguai – PU.” (Sturza, 2013: 47).

Há, igualmente, outras situações nas quais o português marca sua presença, assim como no famigerado portunhol. Essa mescla entre o português brasileiro e o espanhol argentino, paraguaio e uruguaio poderá até mesmo vir a se tornar uma língua oficializada em um futuro. Enquanto isso não acontece, a oferta escolar de ambos idiomas em regiões fronteiriças com o Brasil e os países em questão, já contemplam o multilinguismo sul-americanos em escolas argentinas, paraguaias e na vida diárias de muitos destes vizinhos. Infelizmente muito do contato linguístico entre os dois idiomas que aqui fazemos referência acontecem entre os brasileiros e os demais sul-americanos de uma forma conflitiva como demonstrada por Sturza (2013). Nesse texto, a autora descreve algumas das situações de conflitos econômicos, sociais e políticos que se estendem ao nível linguístico. A autora usa como exemplo o preconceito linguístico em escolas paraguaias por parte dos uruguaio que se sentem invadidos territorialmente por fazendeiros brasileiros. Como consequência dessa invasão territorial, muitos dos filhos desses fazendeiros são chamados de “brasiguaios” e acabam sendo estigmatizados por usarem uma língua que não é puramente espanhola. Ao fazer referência a Albuquerque¹¹³ (2010), a autora recém citada apresenta dados interessantes sobre o uso do português pelos paraguaios:

“[...] o português é a terceira língua mais usada pelos paraguaios, depois do espanhol e do guarani, sendo praticada por 63,1 % da população urbana e 36,9 % pela população rural, correspondendo a esses números mais de 500 mil brasileiros no país. O que nos revelam esses dados é que também há uma população que maneja duas línguas como

¹¹³ Albuquerque, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo. Annablume. 2010.

espanhol-português, sendo 72,3 % na zona urbana e 27,7 na zona rural. Já o índice guarani-português é de 80,2 % na zona urbana e 19,8 % na zona rural. A análise que se pode fazer, a partir destes dados, é que a expansão do português não é restrita às zonas rurais e que apontam para sua manutenção e domínio nas zonas urbanas.” (Sturza, 2013: 47).

Com alguns países, como a Argentina e o Uruguai, as parcerias estatais são mais estreitas, enquanto que com outros como o Uruguai ainda há muito por fazer. No entanto, o que se pode concluir é que o fluxo do espanhol latino-americano no Brasil e do português brasileiro em alguns dos países do Mercosul já acontece há séculos, o que nas últimas décadas têm sido intensificado conforme a proposta do multilinguismo oficial que se instala no Mercado Comum do Sul.

8.4 A economia brasileira e o interesse pela língua.

O crescimento econômico do Brasil nos últimos anos fez com que o interesse pela língua portuguesa aumentasse em outros continentes, e no caso da América Latina, a procura pelo português brasileiro ficou ainda mais evidente. Assim como expusemos há alguns instantes, língua, cultura e economia caminham de mãos dadas. De tal modo, ao perceberem o potencial econômico da língua portuguesa, os sul-americanos de língua espanhola se motivaram a estreitar os laços que aproximam as duas línguas, portuguesa e espanhola. Mesmo com alguns pontos de conflito, as promessas socioeconômicas advindas da presença do português no Mercosul fazem com que diferentes setores e classes sociais dos vizinhos do Brasil manifestem seu desejo em aprender nossa língua e dar continuidade na expansão da mesma, bem como da cultura de nosso país. Através de acontecimentos históricos socioeconômicos e políticos na América Latina, das regiões que favorecem o contato linguístico e das ações recentes tomadas pelos Estados do Mercosul, pode-se comprovar que o bloco econômico é um dos lugares mais estratégicos para se continuar expandindo a língua portuguesa. No entanto, ainda se sente falta de uma política linguística melhor elaborada que prestigie ainda mais o ensino da língua portuguesa em certos países da região. Para que então esse bloco econômico em si e os respectivos idiomas que nele convivem tenham mais visibilidade no mundo e em organizações internacionais, disfrutando assim dos benefícios socioeconômicos alcançados com a promoção de ditos idiomas.

9 A língua portuguesa e as pesquisas acadêmicas.

Se analisarmos nossa língua através de uma perspectiva histórica, encontraremos os inúmeros benefícios acadêmicos que pesquisadores e intelectuais trouxeram para a humanidade, através dos estudos sobre o português e feitos em português. O que acontece desde os estudos neogramáticos da metade do século XIX, que começaram a explorar o idioma realizando uma análise e comparação das línguas que descendiam do indo-europeu, até os atuais estudos linguísticos. Nossa língua tem papel relevante no campo das ciências.

Em sua conferência no *Congresso Internacional sobre o Português*, Maria Helena Mira Mateus (1994: 3), introduz a atuação do nosso idioma neste período da história dos estudos linguísticos:

“Na época, o interesse pelo Português nasceu na escola alemã e decorreu do estudo desenvolvido por Diez sobre as línguas românicas e, depois dele, por linguistas como Meyer Lübke, num trabalho de pesquisa que até hoje não sofreu solução de continuidade. Refiro-me à investigação em que se incluem as gramáticas históricas e as obras de filologia e de história da língua. Em Portugal e no estrangeiro, a escola de romanistas, extremamente vigorosa na Europa desde finais do século 19 até meados do século 20, deu ocasião ao aparecimento de gramáticas históricas e de estudos sobre a história do Português que ainda hoje são repositórios de inumeráveis conhecimentos sobre a génese e evolução da língua nomeadamente nos campos morfológico e fonético.”.

Devido ao interesse pela pesquisa científica na área da linguística, surgiu a necessidade de criar um *corpus* que propiciasse um melhor entendimento sobre as questões da língua que conseqüentemente ajudaria no processo de organização de dados linguísticos acerca de determinados idiomas. Este feito de coletar dados específicos sobre as línguas, baseados numa proposta estruturalista, fez com que a metodologia sobre como analisar uma língua se tornasse mais aguçada. Assim como o inglês, o francês e muitas outras línguas, o português teve seu papel nos estudos fonológicos e morfológicos, sendo também objeto de estudo de gramáticas históricas.

Antes mesmo dos linguistas começarem a pensar a língua portuguesa como objeto de estudo acadêmico científico, os poetas e escritores do Romantismo já traziam um sabor especial à língua e às suas concepções. Foi nesta escola literária que começaram a aparecer discussões sobre

o que era correto ou incorreto no uso do português de variedade brasileira, que até então se baseava na norma europeia da língua. Escritores como José de Alencar e outros do Modernismo brasileiro foram alvo de críticas ferrenhas de conservadores europeus e brasileiros, que tomavam a língua como uma obra única que não devia sofrer alterações. Entretanto, com a licença poética que todo poeta e escritor tem, a questão do que era correto na língua foi sendo minimizada, pois muitos dos autores criticados se justificavam com sua liberdade de criação. Na realidade, muitas vezes apenas retratavam o modo como os brasileiros absorviam e remodelavam o idioma. Não podemos deixar de mencionar que cânones da literatura brasileira, como Machado de Assis e Rui Barbosa, também bebiam da fonte do português europeu, seguindo à risca a língua tradicional e de prestígio.

Dá-se uma atenção extra ao Modernismo brasileiro neste momento porque se reconhece que foi neste período literário que a língua portuguesa adotou, de fato, um novo olhar. Com a independência cultural de 1922, como muito bem sublinha Teyssier (1982 *apud* Mateus, 1994), o Brasil passou a encarar com mais naturalidade a vivacidade da língua que é moldada constantemente pelos diferentes grupos que a compõem. Assim como Macunaíma buscava sua muiraquitã, os poetas, escritores, artistas e intelectuais brasileiros da semana de 22 também buscavam seu próprio amuleto: sua identidade linguística dentro do português. O que propunha o movimento artístico paulistano era deixar de lado todas as formas de tradição e preconceitos, dar espaço e vazão ao que é vivo dentro da sociedade e do ser, trocar o velho pelo novo. Portanto, aceitar a variedade linguística brasileira daquele momento era o mínimo que se podia esperar, sem desconsiderar ou desprezar a norma lusitana, pois afinal o português brasileiro era e segue sendo o mesmo que o português europeu, com alguns toques latino-americanos, obviamente.

Todo este processo de liberdade de expressão linguística e artística teve uma contribuição imensa para os estudos científicos do português. O escritor modernista, Mário de Andrade teve a intenção de escrever uma “Gramatiquinha da Fala Brasileira”, projeto que não foi terminado, mas que expressava ironicamente a riqueza da variedade linguística portuguesa. Neste momento, Mário de Andrade chega até mesmo chamar o português de “brasileiro liberado”, o que mostra o quão polêmica uma língua pode ser quando se trata de questões identitárias. No entanto, nem tudo no português literário da América do Sul era reviravolta, rebuliço, reinvenções e reivindicações. Houve casos também de um português brasileiro de “estilo moderado”, o que significa que autores como Érico Veríssimo, Graciliano Ramos e Carlos Drummond de Andrade mantinham um registro

mais clássico, ainda que repleto de originalidade e regionalismos. (Mateus, 1994). As inovações propostas pelos poetas e escritores do final do Romantismo e do Modernismo foram percebidas muitos mais na prática, através de seus manifestos, do que na teoria. Toda essa riqueza do português, seja ele de qualquer variedade – portuguesa, brasileira, africana ou asiática, merece seu reconhecimento que pode e deve ser feito através de um resgate científico que advém da pesquisa acadêmica.

Se nos atemos às palavras de Teyssier (1982 *apud* Mateus, 1994), veremos que a necessidade de incentivar a pesquisa sobre a língua se faz necessária cada vez mais e urgentemente. Não somente pelas modificações propostas por alguma das escolas literárias, mas também porque se sabe que a língua está em constante mutação e tal fato merece atenção.

“É, pois, difícil de emitir um juízo de conjunto sobre os resultados da verdadeira mutação lingüística provocada pelo Modernismo. Algumas inovações por ele introduzidas foram definitivamente acolhidas pela língua: elas constituem o que podemos chamar a norma brasileira mínima (por exemplo: a liberdade de colocar os pronomes átonos à moda brasileira). No resto, serão encontradas todas as transições entre esta norma mínima e um estilo brasileiro acentuado. E é assim que hoje se impõe a idéia de que há uma variante brasileira do português suficientemente diversa do português europeu para constituir uma norma específica. Entretanto, essa norma é objeto de consenso apenas para uma parte da língua. Para o restante, há uma grande variedade de usos, não tendo a língua encontrado ainda norma universalmente aceita.” (Teyssier, 1982 *apud* Mateus 1994: 74).

Os estudos lingüísticos sobre o português em território brasileiro aconteceram recentemente com o aparecimento de uma filologia e de uma linguística científica. A língua foi questionada e reinventada pelos escritores e poetas. No entanto, somente com a linguística é que a língua portuguesa passou a ser analisada e estudada concretamente.

Entre os célebres linguistas que podem proporcionar uma vasta coleção de textos sobre os estudos da língua portuguesa, citamos: Júlio Ribeiro, Manuel Said, Mário Barreto, Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Augusto Magne, Evanildo Bechara, Mattoso Câmara, Antônio Houaiss, Paul Teyssier, Celso Cunha, José Luiz Fiorin, Nelson Rossi, entre outros. A contribuição destes filólogos acabou trazendo consequências na *questão da língua* ao revisarem certos juízos sobre a história do português no Brasil.

Pôde-se perceber no Brasil que muitas das particularidades da língua portuguesa eram explicadas como um simples resultado de influências africanas ou dos nativos que aí viviam. Entretanto, com os estudos linguísticos, chegou-se à conclusão de que há muito mais do que influências de um tupi tão querido por nacionalistas, assim como há muito mais na língua portuguesa das Américas do que um simples langor africano que reformulou nossa fonética, por exemplo. Reconhece-se que as opiniões sobre nossa variedade linguística são muitas e enriquecedoras, tudo isso se deve ao fato de que estudiosos se preocupam com o nosso idioma e fazem questão de compartilhar seus conhecimentos e descobrimentos. Ainda que as opiniões sejam divergentes, o mais importante é destacar que a língua portuguesa é instrumento de pesquisa científica.

Mesmo que contemos com revoluções sobre a questão da língua como as descritas anteriormente, ou com estudos mais específicos na área da morfologia, fonética, sintaxe, temos o dever de expressar que há uma urgência em se valorizar a sistematização e o incentivo aos estudos das ciências humanas. Por esse motivo é que advogamos a favor das Humanas, da Linguística e do Português¹¹⁴.

9.1 A partir da *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*.

O binômio língua e filosofia começou a ser estudado na Europa a partir de 1660 com o trabalho de Antoine Arnauld e Claude Lancelot e sua Gramática de Port-Royal. A contribuição atemporal destes estudiosos incentivou a busca pela forma lógica de pensar através da estrutura da língua. Se por um lado a Europa mais voltada às Humanidades se afasta de Portugal devido as diferentes motivações acadêmicas e teóricas, por outro lado, o Brasil sente à falta do interesse filosófico do conhecimento linguístico. Por conta destas diferentes perspectivas com relação ao saber humano, o Português teve sua primeira gramática filosófica cento e cinquenta anos depois

¹¹⁴ Se buscarmos detalhadamente como se deu a concretização dos estudos linguísticos e das ciências humanas em geral, teremos material o suficiente para a realização de outros trabalhos de doutorado. Pelo fato de esse não ser nosso intuito, nos atrelamos somente à descrição panorâmica de momentos importantes da investigação linguística e consequentemente da nossa língua.

da Gramática de Port-Royal. Legamos este mérito a Jerônimo Soares Barbosa¹¹⁵ e à sua *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. Infelizmente este trabalho de Jerônimo não teve a merecida repercussão internacional, pois sua obra é uma análise da língua portuguesa compatível em muitos ângulos com a investigação linguística atual (Mateus, 1994).

No princípio do século XX, com a teoria do signo linguístico de Saussure e a percepção da língua como entidade abstrata, pôde-se entender melhor a ideia do enfoque teórico sobre a linguagem, o que já havia sido proposto pelas gramáticas filosóficas. Esta forma de pensar a linguagem não teve forte incidência no Brasil, tampouco em Portugal. Depois dos anos 50 é que os questionamentos embasados no paradigma estruturalista começaram a tomar forma e força no contexto da investigação brasileira e portuguesa. Com a publicação dos primeiros trabalhos de Noam Chomsky, muitos dos questionamentos sobre a linguagem – e a língua – foram encontrando algumas respostas na teoria da gramática generativa. Esta gramática já não se preocupa mais com a análise descritiva do *corpus*, mas sim com a *competência* do falante ideal que é capaz de produzir um conjunto infinito de frases conhecidas, ou até mesmo de frases nunca antes ouvidas e pronunciadas por ele mesmo. A mesma teoria se reformulou com novos parâmetros na década de 60. Entre as reformulações destaca-se o que aconteceu no campo da sintaxe com o trabalho de Chomsky¹¹⁶ (1965), quando o autor determinou que o componente sintático – e não mais o sonoro – deveria ser o foco das análises linguísticas. A parte disso, o autor também se esforçou para validar as noções de *competência / desempenho* e da Gramática Universal. Conforme suas propostas, o desempenho é o uso real que o falante faz da língua, enquanto que a competência seria o conhecimento inato da língua que o falante carrega. A noção de Gramática Universal foi introduzida como uma proposta de relacionar as línguas de acordo com suas similaridades, pois para o autor estas similaridades acontecem devido a uma essência linguística genética comum aos homens. Dessa forma a Gramática Universal é uma organização mental em relação à linguagem compartilhada por todos os humanos.

O panorama geral do modelo gerativo foi introduzido principalmente pelo trabalho de Chomsky e Halle¹¹⁷ (1968). De acordo com esses autores, todo falante é dotado de uma *estrutura*

¹¹⁵ Barbosa, Jeronimo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. Typ. da Acad. real d. ciencias, 1866.

¹¹⁶ Chomsky, Noam. "Aspects of the Theory of Syntax." *Cambridge, Mass* (1965).

¹¹⁷ Chomsky, Noam; Halle, Morris. "The sound pattern of English." (1968).

linguística profunda com informações gramaticais. Através de regras, tal estrutura é transformada motivando *estruturas de superfície*, ou manifestações da fala. A representação fonológica seria o nível subjacente, profundo, e a representação fonética seria o nível de superfície. Este modelo gerativo também proporciona modificações que tentam aperfeiçoar as características criticadas do estruturalismo. Uma das novas propostas seria a unidade mínima, que passa a ser os traços distintivos, ao invés dos segmentos. Dita mudança iria permitir não só generalizações, mas também uma melhor manipulação das regras fonológicas.

Com a teoria chomskyana, alguns trabalhos sobre o português no campo da fonologia e da morfologia flexional começaram a surgir nos anos 70. A sintaxe do português passou a ser objeto de estudos por linguistas brasileiros e portugueses, assim como sua morfologia e fonologia. Na área da semântica e da psicolinguística alguns estudos também foram feitos para tentar entender as características da linguagem humana no Brasil e em Portugal. Reconheceu-se internacionalmente que analisar as particularidades das línguas e aumentar o conhecimento científico sobre tais, implicava em contribuir para o desenvolvimento da teoria gerativista e da gramática universal. Logo, o trabalho realizado pelos linguistas na comparação entre línguas, com suas características de superfície e na comprovação de como essas línguas se formalizam, é de tamanha importância e não deve ser negligenciado.

Assegura-se que a pesquisa científica que se tem desenvolvido no Brasil e em Portugal encontra-se hoje no mesmo nível que as pesquisas realizadas em outros países e idiomas. Entretanto, a extensão descritiva e a difusão das análises feitas carecem de incentivo público e/ou privado. Em suma, o que se subentende nestas linhas é que a língua portuguesa tem todo o potencial para ocupar o mesmo lugar no campo científico que outras. No entanto, faz-se necessário preencher certos vazios dessa dinâmica de estudos científico e divulgação do idioma. O português brasileiro, europeu e de outras variedades se enquadram perfeitamente nos parâmetros mais proeminentes da pesquisa científica da linguística.

Mostra-se, através de exemplos, o quão rico e interessante o português é, seja no campo da sintaxe, morfologia, fonologia, etc. A começar pela sintaxe, destaca-se a utilização do infinitivo flexionado e do futuro do subjuntivo; a colocação dos clíticos que já se encontram suprimidos no Brasil; a construção de tempos compostos com o verbo ‘ter’, que se diferenciam de línguas como o francês e o espanhol que utilizam o verbo ‘haver’ nestes tempos verbais; a utilização do ‘se’

impessoal; o uso do pretérito perfeito simples que se contrapõe ao perfeito composto; as estruturas de negação; a utilização do verbo principal na resposta a uma pergunta, em vez de utilizar o ‘sim’; entre outros. No domínio morfológico temos a harmonia das vogais que se manifestam na alternância vocálica do radical em verbos da segunda e terceira conjugações; a diversificação em superfície da flexão verbal e nominal; as particularidades na formação de palavras. Já no quesito fonológico apresenta-se o uso do sistema das nasais; a relação mútua que se estabelece entre os ditongos nasais e não nasais com a estrutura silábica; o caso das consonantes palatais em qualquer posição da palavra; as especificidades do sistema acentual e sua interação com as letras não acentuadas, sobretudo as vogais. (Mateus, 1994). Ao comparar o português com outras línguas conseguiu-se visualizar muitas diferenças. Entende-se, com a leitura da bibliografia selecionada para este trabalho, que há um número expressivo de especificidades do idioma que merecem atenção. Assim como qualquer outro idioma, o português tem características específicas que devem ser estudadas e ao serem concretizadas, se estará contribuindo para o esclarecimento de teorias linguísticas já consolidadas.

Encontra-se em *O Português: Caminhos da Investigação*, (Mateus, 1994), uma refinada crítica bibliográfica na qual a autora aponta que nossa língua *prima pela ausência*:

“E no entanto a actual bibliografia da especialidade raramente cita o Português, e nas raras citações revela por vezes desconhecimento do funcionamento da língua, das análises já feitas e até das próprias unidades lexicais. Na consulta que fiz em biblioteca especializada a um conjunto de 302 livros de fonologia (que abrangiam obras sobre a língua portuguesa publicadas desde o princípio do século), encontrei 12 livros sobre o Português todos eles de autores lusófonos. Devo acrescentar que a mais importante literatura publicada nos últimos 10 anos neste domínio está inserida no conjunto das obras consultadas. [...] E exemplifico com Andersen e Ewen (1987, *Principles of Dependency Phonology*) que cita 65 línguas sem incluir o Português, com Hargus e Kaisse, (1993, *Phonetics and Phonology*) que cita 74 línguas, com Haraguchi (91, *a Theory of Stress and Accent*) que cita 46 línguas, com Yule (1985, *The Study of Language*), com Maddieson (1984 *Pattern of Sounds*) que se socorre da *Phonological Segment Inventory Database* da UCLA onde, entre 335 línguas, o Português não é referido. E poderia continuar, acrescentando que, se a língua portuguesa é citada raramente, os autores portugueses e brasileiros pura e simplesmente não figuram. Perdão, em obras de sintaxe surgem dois ou três nomes de autores lusófonos cujos trabalhos foram escritos em Inglês. E mais: como não estão indicadas as fontes do dados que permitem as brevíssimas referências ao Português, não podemos compreender como surge em Horn (1978) a frase “não mover uma palha” em que a palavra “palha” está grafada como “pallia” nem porque em Fisiak (1985) a palavra portuguesa “touro” aparece como “tauro” visto que em qualquer das bibliografias anexas não há referência a autores portugueses ou a obras dedicadas a esta língua.” (Mateus, 1994: 8).

Assim como não é a intenção de Mira Mateus dar um panorama exaustivo da pesquisa científica em português e sobre o português, tampouco tem-se tal intuito neste trabalho. Mas sem dúvida, bem como fez a autora, não se pode deixar de enfatizar que estes trabalhos são apenas alguns dos muitos que valorizam nossa língua e que a conhecer é lhe dar a real importância, já que o português influi na pesquisa científica.

9.2 O interesse internacional pelo português.

O português é ferramenta de interesse internacional, seja no campo das ciências ou na economia. Já que o idioma tem sido objeto de estudo, não há nada mais coerente que incentivar a divulgação das pesquisas científicas sobre o mesmo, ou feitas nesta língua. Desafortunadamente, muito do que é produzido em português acaba se restringindo ao mundo lusófono. Uma vez constatado o problema, deve-se proporcionar as soluções mais plausíveis. Porém, quais são elas?

Devido a importância da tecnologia em nossa vida, começaremos com a proposta de igualar o uso do português ao uso de outros idiomas no tratamento automático das línguas naturais. Se recorrermos a momentos relevantes da história poderemos comprovar o quão indispensável foi a criação da escrita e da imprensa. Através da representação da linguagem falada por meio de signos gráficos e conseqüentemente de sua divulgação, pode-se adquirir cada vez mais conhecimento. No campo da tecnologia não é diferente, e ainda que soe redundante, sabe-se que o uso correto da tecnologia nos auxilia a expandir horizontes. Portanto, continuar informatizando as línguas naturais, promovendo a *indústria da língua*, *engenharia linguística* ou *engenharia da linguagem* é tarefa que seguramente seguirá rendendo muitos frutos. O campo multidisciplinar da linguística computacional é hoje incentivo para a seqüência do *boom* tecnológico, logo, analisar qualquer língua a partir desta perspectiva é o mesmo que ter consciência intelectual e visão empreendedora. Na linguística computacional estão envolvidos profissionais de várias áreas, entre eles os linguistas, especialistas das ciências da computação e profissionais da psicologia cognitiva, que se responsabilizam pela criação de modelos de representação de conhecimento. A linguística computacional acaba por incentivar a igualdade que existe entre as línguas nos quesitos de complexidade sintática, semântica, morfológica e fonológica. Assim sendo, quando os instrumentos criados pela linguística computacional atingem um estatuto internacional,

consequentemente as línguas acabam se inter-relacionando com outros modelos plurilíngues cujas especificações são sujeitas a normatização. Portugal, por exemplo, por pertencer à União Europeia tem ganhado muito na pesquisa sobre o idioma desde as últimas décadas. Com o projeto de tradução automática, EUROTRA, que no princípio abrangia sete idiomas e logo em seguida as nove línguas oficiais da Europa, o Português tomou espaço dentro desse plano ambicioso estabelecido pela Comissão Europeia. Para abrigar o projeto EUROTRA (1987 – 1992), foi criado em 1988 em Lisboa o ILTEC sob a liderança de Maria Helena Mira Mateus. Depois de ter representado Portugal em projetos de investigação internacionais com forte componente formal e computacional, o ILTEC tem-se dedicado à produção e disponibilização gratuita de recursos linguísticos favoráveis à divulgação dos estudos sobre a língua portuguesa. Recursos esses destinados ao público em geral ou a profissionais do ramo da linguística, sobretudo nas áreas da fonologia, do ensino, da gramática, do léxico e da terminologia. Depois do EUROTRA, numerosos projetos surgiram com a ideia principal de elaborar gramáticas, dicionários eletrônicos e de interfaces em língua natural, corretores e analisadores morfológicos, ferramentas de tecnologia educativa, criação de bases de dados e *corpus* informatizados. Devido a esta iniciativa de promover estudos computacionais sobre as línguas naturais, o Português pôde se igualar as línguas com mais expressividade na Europa. Todo esse progresso deu-se pelo fato de que linguistas e outros profissionais se preocuparam previamente com a *questão da língua*. Se não fosse por estes estudos prévios da língua portuguesa e das outras línguas, seguramente projetos como o EUROTRA não teriam sido viáveis (Mateus, 1994).

O panorama dos estudos linguísticos no Brasil hoje é mais vasto e satisfatório que anteriormente. Há vários institutos de estudos linguísticos dentro das universidades, nos departamentos de linguística / línguas. Como exemplo, trazemos a Universidade de Araraquara (FCL-Ar da UNESP), a Universidade de Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Paulo (USP) e muitas outras espalhadas pelo país. Somos cientes de que há muitas outras universidades Brasil a fora que também operam com maestria na área dos estudos linguísticos, do Oiapoque ao Chuí existem grupos extremamente competentes e dedicados que aprimoram os estudos sobre a língua e a linguagem. Ademais, contamos com grupos independentes que tem como missão o desenvolvimento de projetos de apoio técnico às comunidades de falantes de línguas e variedades linguísticas minoritárias do Brasil e do Mercosul. Ditos grupos visam a autenticidade, manutenção e promoção da diversidade linguística brasileira. Entre esses grupos, sentimos a obrigação de citar

o IPOL sediado em Florianópolis – Santa Catarina – desde 1999; que além de estudar a variedade linguística brasileira, assessora o português no âmbito da lusofonia¹¹⁸.

Por conseguinte, multiplicar os trabalhos sobre o português e feitos no idioma é preocupação urgente. Obviamente, para que esses trabalhos possam ser conhecidos internacionalmente, necessita-se incentivo político e econômico, afinal, não é só de ideologia que se mantém um projeto. Ao não contar com esse tipo de apoio, um país está, sem dúvidas, atrasado cientificamente e socialmente, o que é mais alarmante que estar atrasados no campo da tecnologia, por assim dizer. Sem ensino, pesquisa científica e extensão, a tríade universitária e intelectual não progride. Vivendo no mundo globalizado, se faz necessário o aval das comunidades internacionais que validam a presença da língua portuguesa no cenário econômico, cultural e linguístico. A obrigação hoje é pertencer culturalmente, fazer parte do todo. Assim sendo, temos a urgência do apoio das autoridades responsáveis por nosso patrimônio cultural e identitário: nossa língua.

Grupos como o PET presentes em várias universidades brasileiras e a Fundação CAPES, ambos fomentados pelo Ministério da Educação, são grandes exemplos de incentivo à pesquisa científica no Brasil. Tais grupos contam com uma estrutura bem definida, desde seu processo de seleção de candidatos até ao cumprimento de sua responsabilidade em financiar o trabalhos dos seus participantes. A iniciativa desses modelos de apoio ao ensino, pesquisa e extensão são aplaudíveis. A fundação CAPES por exemplo, proporciona programas de leitorado a estudantes da área de Letras, sobretudo alunos de pós-graduação, para que estes mesmos possam atuar como embaixadores da cultura e da língua em diferentes países; uma iniciativa que merece ovação. Poderíamos listar outros programas de expansão da cultura luso-brasileira em todo o mundo, como por exemplo, todas as parcerias entre universidades nacionais e estrangeiras que possibilitam o intercâmbio cultural e linguístico. No entanto, a crítica a esse modelo de divulgação dos trabalhos sobre o português e feitos em português se resume à questão quantitativa. Vê-se que o governo deve investir mais financeiramente. Há muitos alunos, profissionais competéssimos, com

¹¹⁸ Não há a intenção de criticar qualquer um desses grupos, pois atestamos sua maestria, excelência, profissionalismo e comprometimento em realizar o trabalho que realizam na divulgação da língua. O que sim queremos é ressaltar que o alto nível de pesquisa científica existente sobre nosso idioma nos propicia uma colaboração internacional com outros linguistas de outros idiomas, somos tão capazes quanto estes profissionais e o nosso idioma tem a mesma importância que os demais.

trabalhos brilhantes que estão dispostos a exercer esse papel diplomático, mas infelizmente a oferta é muito menor do que a demanda.

9.3 Reformulações de materiais didáticos.

Outro ponto falho na divulgação de língua portuguesa é a escassez de materiais didáticos. Ao serem avaliados, os materiais existentes na variedade brasileira, europeia ou africana não são suficientes para uma boa promoção da língua. Por falta de incentivo governamental, a maioria dos materiais para o ensino do português como língua materna e língua segunda conta com erros gravíssimos, seja na morfologia, sintaxe e até mesmo no campo da semântica, onde muitas vezes aparecem palavras em espanhol como se fossem portuguesas. Muitos destes materiais estão desatualizados, não se enquadram nos meios modernos de aprendizagem e colocam em dúvida a competência de quem os formulou. Espera-se que essa falha na elaboração dos materiais e na divulgação dos mesmos deva-se ao fato de que não há trabalhos de pesquisa científica suficientes publicados sobre a língua. Essas pesquisas podem preparar os autores, editores e suas respectivas equipes de colaboradores, afim de que produzam um material impecável e exemplares para a circulação no mercado editorial.

O incentivo aos estudos linguísticos do português não é a única saída para o ensino eficaz da língua, como língua materna ou segunda língua. Porém, incentivar a investigação científica é proporcionar melhores ferramentas para as etapas seguintes, ou até mesmo, concomitantes a ela na divulgação do idioma. Por essas e outras é que se está de acordo com Mira Mateus (1994) quando defende que o trabalho da pesquisa científica e da divulgação da língua deve ser insistentemente motivado:

“[...] Estimular o tratamento automático da língua portuguesa e a concretização de outras aplicações como as acima referidas - a que acrescentarei a absoluta necessidade de desenvolver estudos experimentais nomeadamente no domínio da fonética - e apoiar indiscriminadamente o incremento da investigação fundamental não são condições suficientes para o impulso que urge dar à investigação e ao estudo da língua portuguesa. É indispensável que clarifiquemos as nossas necessidades e que definamos as prioridades. A responsabilidade desta atitude compete principalmente à comunidade científica, nela incluindo aqueles que aplicam, em diversos campos, a pesquisa realizada por outros. É a

comunidade científica que conhece os problemas, as lacunas e o modo de as colmatar. Façamos ouvir a nossa voz junto de quem tem o dever de promover (e financiar) o desenvolvimento da sociedade” (Mateus, 1994: 11 - 12).

Portanto, conclui-se com esta parte do trabalho que o português tem as mesmas capacidades que outros idiomas. De tal modo, incentivar e lutar por uma visibilidade internacional do português é dever de todos os que se preocupam com a situação educacional, econômica e cultural de seus países e da CPLP. Não se pode continuar por esse caminho ultrapassado de aceitar tudo o que é dado por outras culturas e línguas e não mostrar o talento que também é nato a lusofonia.

Línguas como o espanhol, o inglês e o francês já tem consolidado sua fama científica devido ao comércio exterior. Idiomas como o neerlandês, o húngaro, o russo, o polaco, o chinês, entre outros, passam pelo mesmo processo de incentivar seu aprendizado. Da mesma maneira que todos esses idiomas mantêm presença no cenário científico e econômico global, também se deve trabalhar em prol do reconhecimento da língua portuguesa.

Não é apenas uma questão de incentivar a propagação do ensino do português, mas também de estimular a divulgação científica dos trabalhos feitos em português. Muitos dos idiomas citados anteriormente fazem parte da comunidade científica internacional por publicarem suas pesquisas. A maioria dessas pesquisas são publicadas em inglês, pois este tem sido apreciado como ‘o idioma internacional’ há anos. O que se necessita é integrar as pesquisas desenvolvidas em português com as pesquisas feitas por outros países e em outras línguas com a tradução para o inglês. Iniciativas como a plataforma Scielo é uma ótima saída para a divulgação de trabalhos acadêmicos feitos em português e também em outras línguas. Outra rede que merece nossa atenção é a Rebrac (Rede Europeia de Brazilianistas de Análise Cultural) que reúne estudiosos brasileiros ou profissionais de outras nacionalidades que estudam a cultura brasileira no velho continente. Tais plataformas incentivam ainda mais a visibilidade do Brasil e da língua portuguesa. Do mesmo modo, não podemos deixar de citar o valor que os bancos de dados linguísticos como o *Etnologue* têm. Esses bancos de dados realçam o valor das línguas, assim como o *corpus* linguísticos criado por muitas universidades que estudam o português. Um dos muitos exemplos de bancos de dados linguísticos do português é o LLC da Universidade de Leiden na Holanda, que recompila dados de áudio

gravados e escritos de aprendizes do português, e de outras línguas. O intuito do *corpus* linguístico como o LLC é o de facilitar aos pesquisadores e alunos dados para se desenvolver pesquisas sobre a língua portuguesa.

Somos bombardeados cotidianamente por influências de outras culturas e idiomas já que isso é um dos traços do mundo pós-moderno. Mas mesmo que soframos essas influências, seguimos nos reconhecendo como indivíduos com cultura própria e forte identidade linguística. Definitivamente, o que nos falta é mostrar de onde vimos e fazer público o diferencial do português enquanto língua de ciências e profissional. Somente assim contribuiremos para o desenvolvimento da sociedade brasileira e lusófona.

Acreditamos que nossa paixão pela língua portuguesa já está clara neste momento do texto, entretanto, ressaltaremos outras razões pelas quais acreditamos que o idioma deve ter mais visibilidade no mundo globalizado atual. Apresentaremos também como formular a promoção dessa língua no contexto internacional visando contemplar as novas exigências econômicas, científicas e tecnológicas da sociedade. Para dar continuidade a esta discussão nos apoiaremos agora no texto de Krieger (2013) que discute a importância das pesquisas científicas feitas em português que contribuem para o avanço da língua e sua presença em organizações internacionais. Assim como previsto na carta de Luanda (Anexo IV) que sugere e recomenda as ações que podem valorizar e oficializar a língua portuguesa nos organismos internacionais.

9.4 Uma língua e várias vozes.

A união entre os membros da CPLP faz a força da própria entidade. Se a CPLP tem um discurso uníssono, significa que seus países estão alinhados aos propósitos da comunidade já expostos anteriormente. A união que se discute trata de uma coerência linguística na constituição de uma terminologia comum a todos os países membros da CPLP em alguns setores específicos como no econômico, científico e tecnológico. Se há união, há mais visibilidade para os membros da CPLP, sobretudo em organizações internacionais que fomentam a expressividade de um país através do acesso à sua língua.

O que se propõe neste momento não é uma unificação da língua portuguesa de maneira inquisitiva e insensível, pois isto iria totalmente contra a proposta do trabalho. A reflexão que oferecida está pautada no respeito a toda e qualquer variedade diatópica da língua portuguesa. Entretanto, se reconhece, assim como Krieger (2013) e outros¹¹⁹, que a presença da língua portuguesa em organizações internacionais facilita a interação de outras comunidades e blocos econômicos com os membros da CPLP. Baseamo-nos no texto daquela autora por se tratar de um tema de pesquisa que já faz parte e projeta o futuro da língua portuguesa - a presença desse idioma nos organismos internacionais através da tecnologia e instrumentos linguísticos.

Uma vez que uma língua possui termos técnicos-científicos, que são indispensáveis para *toda comunicação profissional*, se torna viável dita comunicação. Ou seja, se uma língua conta com uma unicidade no que diz respeito a essas terminologias técnico-científicas, há uma chance muito maior de que não haja falta de interpretação sobre termos desse teor quando. Pelo contrário, se cada variedade do português apresenta um vocábulo diferente para o mesmo termo técnico-científico, pode acontecer erros de comunicação, o que atrasa os processos que estão sendo desenvolvidos na língua portuguesa, seja a nível pessoal ou profissional.

“[...] Do ponto de vista operacional, as terminologias organizadas e devidamente divulgadas sob a forma desses instrumentos linguísticos, especialmente, se bi ou multilíngues, favorecem o incremento das relações internacionais, dos intercâmbios científicos, tecnológicos, culturais, além das transações do mundo dos negócios. Daí a importância de organizar e compatibilizar as diferentes variantes terminológicas do português da CPLP para registrá-las e divulgá-las em um banco de dados de terminologias. Trata-se de uma ferramenta que facilita a busca de informação em língua portuguesa tanto nos organismos internacionais, quanto em outros setores de importância econômica, científica e tecnológica das sociedades. É também uma estratégia que evidencia um princípio de valorização das identidades culturais dos países integrantes da CPLP, bem como há de auxiliar muito a promover o potencial produtivo, científico e cultural desses países.” (Krieger, 2012: 52).

Portanto, da mesma forma que se exerce a cidadania e a individualidade através da língua, se faz necessário que haja um consenso com relação as terminologias utilizadas na língua portuguesa. Ao se estabelecer uma terminologia comum, o fluxo da comunicação fica mais fluido

¹¹⁹ Para mais informações sobre a importância da língua portuguesa nas organizações internacionais, consultar o volume 2, número 4 da Revista Platô do IILP, datada de 2013. Nessa edição, vários autores como Joaquim Pereira da Gama, Armando Jorge Lopes, e Márcio Undolo discutem sobre o tema mencionado.

e eficiente. Adaptamos nosso registro linguístico de acordo com as situações cotidianas com a finalidade de sermos melhor interpretados por nossos interlocutores. Se isso acontece na espontaneidade da oralidade diária, porque não facilitar a mesma fluência para os termos técnicos? Se cada área profissional tem o seu jargão a fim de manter a formalidade técnica que lhe cabe, de ser mais eficiente e adequar-se às suas interações sociais e profissionais, sugere-se que o mesmo aconteça para a língua portuguesa como um todo. Ao possibilitar uma coerência léxica no campo científico, o português poderá ser uma língua mais funcional em sua expressão técnico-profissional. “As terminologias servem, portanto, para marcar as diferenças que têm uma significação em um sistema científico ou de raciocínio lógico e teórico, ou que foram constatadas pela observação científica.” (Clas, 2001 *apud* Krieger, 2013: 53). Sem as terminologias fica difícil formalizar e organizar os conceitos relativos a cada especialidade, o que acaba dificultando a expressão e a comunicação profissional que acontece dentro da CPLP ou com os seus parceiros em geral.

Neste sentido, desenvolver pesquisas científicas em língua portuguesa passa pelo processo de desenvolver pesquisas sobre a língua portuguesa. Ao se realizar pesquisas linguísticas sobre os itens lexicais em português, sobre a morfologia, fonética e fonologia da língua, se está contribuindo para esse passo seguinte, o da criação de uma terminologia comum do idioma. Uma vez atendida essa necessidade de investir em mais pesquisas acadêmicas sobre e em nossa língua, se seguirá aprimorando esse outro aspecto científico da terminologia, contribuindo, portanto, para a criação de *glossários, dicionários técnico-científicos, bancos de dados terminológicos, ontologias* comuns a todos os países da CPLP. Assim como observa Krieger (2013), a partir do século XX houve um aumento considerável na criação de novas terminologias em muitos idiomas, principalmente por conta dos avanços tecnológicos e científicos. O que demanda novas palavras e novos termos a fim de classificar os conceitos provenientes de tais avanços em diferentes áreas do conhecimento. De tal modo, criar mais terminologias comuns às variedades da língua portuguesa, significa agilizar e melhorar a comunicação entre os falantes deste idioma e com aqueles com quem mantém relações profissionais.

Não são apenas os trabalhadores de uma área específica que se beneficiam do uso de uma terminologia comum, mas também os profissionais de outras áreas distintas que eventualmente têm contato com um ou outro setor profissional alheio ao seu. Por exemplo, quando é gerada uma terminologia comum ao setor informático ou da engenharia, outros profissionais como os

tradutores e intérpretes se beneficiam da mesma ao terem que realizar versões, traduções ou interpretações de determinados termos técnico-científicos. Se não há uma terminologia comum em cada língua para cada área do conhecimento, a interpretação e a divulgação deste se transformam em um trabalho esgotador. Ademais, a terminologia quando é sistematizada tem um significado muito importante com relação as estratégias de valor econômico.

“Essa funcionalidade expressiva e conceitual operada pelos termos técnico-científicos explica também o motivo pelo qual o mundo globalizado, cuja mola mestra é o intercâmbio comercial e a conseqüente ampliação das relações internacionais, tem conferido relevância às terminologias. Tanto assim é que se destaca, no panorama internacional, uma série de iniciativas para organizar e divulgar as terminologias de uma língua, bem como criar condições de registro de equivalentes dos termos em outras línguas. Este é o caso da União Europeia que, em seu projeto de unificação, criou um banco de dados terminológicos, o *Eurodicautom*. Isso para que nele fossem registrados termos de várias áreas definidas como prioritárias para as trocas comerciais e os intercâmbios científicos e culturais nas línguas oficiais da União Europeia. Em síntese, foi estabelecida uma política linguística em relação às terminologias, correlacionando as línguas integrantes desse contexto geopolítico.” (Krieger, 2013: 54).

9.5 Terminologias comuns.

Para que a comunicação em uma língua, ou com uma identidade linguística, seja eficaz nos setores técnico-científicos, é necessário que exista uma terminologia comum, assim como vimos apresentando até ao momento. No entanto, para que se desenvolva tal terminologia comum capaz de otimizar a comunicação e maximizar o uso da língua em organizações internacionais privadas ou públicas, é necessário que seja desenvolvida uma política linguística que possibilite a geração dessa terminologia. Logo, se se espera que a língua portuguesa esteja presente em organismos internacionais, tem-se que viabilizar esse léxico técnico-científico comum à CPLP. As terminologias a serem desenvolvidas em português devem abranger as áreas comerciais, jurídicas, científicas, tecnológicas e culturais, para então se consolidar como uma língua de única terminologia técnica coerente capaz de veicular nas organizações internacionais de interesse a todos os membros da CPLP.

Esta reflexão sobre os termos técnico-científicos comuns a todos da CPLP se faz necessária porque a comunidade ainda não possui esse tipo de terminologia. O Brasil, por exemplo, assim como os outros estados membros da entidade, não possui ainda um glossário e / ou dicionários terminológicos que possibilitem a maximização na comunicação com os demais países, como a que aqui se descreve. É fato que alguns órgãos nacionais brasileiros como o Ministério da Saúde já estão mais adiantados neste sentido, oferecendo glossários sobre alguns temas específicos como a AIDS e a Nutrição. (Krieger, 2013: 55). Portanto, é necessário que a CPLP una todas as vozes de seus estados membros através de uma operacionalização que verifique e aglomere as terminologias de cada país, para então criar um banco de dados terminológicos compatível a todos. Uma vez criado esse banco de dados, a CPLP será capaz de ocupar mais espaços em organizações internacionais de interesse a todos seus estados. Afinal, se a cada tentativa de inserir a língua portuguesa em uma organização internacional, a CPLP tiver que disponibilizar tradutores para cada variedade do português, a presença da língua portuguesa em certos organismos será impossível. Como se sabe, em alguns órgãos internacionais, para que um país ou uma comunidade esteja presente, é necessário o serviço de tradução. Logo, se ao invés de um tradutor-intérprete do português, a CPLP tiver que disponibilizar nove para satisfazer as muitas variedades linguísticas presentes dentro da comunidade, a presença da língua será inviável. Um exemplo dessa inviabilidade é o fato do português ainda não estar presente como língua oficial na ONU que exige equivalências de termos e de fraseologias que constam no UNTREM, a Base de dados de Terminologia Multilíngue das Nações Unidas. (Krieger, 2013: 56).

Em outras palavras, investir em pesquisa acadêmica da língua portuguesa e sobre ela, assim como investir em uma terminologia técnico-científica comum a todos os países da CPLP, é investir em estratégias de melhoria socioeconômica aos próprios membros da comunidade. Assim sendo, declaramos fundamental mais atenção a projetos como esse que unifiquem a identidade linguística do português, após envolver as identidades que nesta língua vivem.

10 O português como língua de trabalho.

O presente capítulo se dedica a discutir a importância e a relevância do português enquanto língua de trabalho. Temos como objetivo analisar as consequências para a língua portuguesa quando inserida no contexto profissional, e quais são os frutos que se podem colher uma vez que a língua seja ferramenta de comunicação profissional em certas entidades, empresas, organizações, etc.

Tomamos como ponto de partida o trabalho de Galito (2016), que ao analisar o impacto econômico do idioma enquanto língua de trabalho, fornece parâmetros e caminhos teóricos pertinentes a presente argumentação. Contamos também com outras fontes que tratam do tema aqui discutido, desde autores expertos no assunto a notícias retiradas da internet, principalmente da página do IILP que também é um dos responsáveis pela divulgação do idioma no ambiente profissional.

Assim como os estudos sociolinguísticos direcionam sua atenção ao desprestígio de muitas línguas minoritárias do mundo, também gostaríamos de ressaltar o infortúnio que o nosso idioma sofre ao não estar presente em certos espaços profissionais, políticos e econômicos. Uma vez que o português esteja presente em determinadas instituições, ONGs, empresas e órgãos de grande impacto político e econômico mundial, ele será capaz de influenciar decisões políticas e econômicas. Essa influência da língua e ditas decisões geram mercado para os países que falam determinado idioma, além de estreitar alianças capazes de mudar a realidade socioeconômica daqueles que têm certa língua como via de comunicação e expressão.

“Ao verificar-se uma vontade de comunicar pode também resultar uma intenção de negociar. Para que uma língua possa almejar a factor diferenciador no xadrez mundial, deve talvez afirmar-se qual mais-valia capaz de ajudar a fortalecer mercados que possam ser levados em consideração pelas partes participantes nesse esforço conjugado e por terceiros; ou seja, pela sociedade civil, pelos Estados e Organizações Internacionais, outros agentes não governamentais como as ONGs e as multinacionais.” (Galito, 2006: 3).

Calvet (1999)¹²⁰, ao classificar a hipercentralidade, supercentralidade e centralidade das línguas no mundo hoje, proporciona dados suficientes para se provar que o português se encontra cada vez mais em posição de destaque. Ainda que o inglês seja a língua franca em muitos ambientes de trabalho, o português, assim como o espanhol e o francês, já se faz notar na *mundialização de vertente linguística* (Calvet, 1999 *apud* Galito 2016: 4).

Está excluída dessa tese qualquer interpretação relacionada com o imperialismo linguístico exercido por algumas línguas como o inglês. No entanto, acredita-se que o português vem a favor dos povos que o têm como língua materna, segunda ou estrangeira. Com tal abordagem, percebe-se que o português exerce um papel fundamental para mudar a realidade socioeconômica de muitos países, sobretudo os da CPLP. De tal modo, estar aberto às mudanças sociais e políticas possíveis é estar aberto às mudanças linguísticas propostas por uma política da língua. Portanto, assim como propõe Galito (2006: 6), há de se levar em consideração dois pontos principais para a realização de uma política linguística do português enquanto língua de trabalho. O primeiro diz respeito à relevância e ao poder da língua no contexto profissional, considerando seu *potencial comercial e geopolítico*. Trata-se de analisar as motivações que justifiquem o uso da língua portuguesa no extrato mercantil, verificando se há de fato vantagens econômicas para os seus utilizadores. O segundo ponto a que se refere a mesma autora é o de examinar *o poder específico do Português enquanto língua de trabalho*.

10.1 A língua e o desenvolvimento socioeconômico.

A língua portuguesa é entendida como a via econômica através da qual transações monetárias se realizam. Logo, os beneficiários dessas transações econômicas acabam sendo os falantes do idioma e suas diferentes sociedades. A língua é capaz de dinamizar o mercado, assim como afirma Amaral¹²¹ (2003 *apud* Galito, 2016: 6), ao concluir que uma *cultura inteligente e rendosa ajuda a impulsionar a economia*.

¹²⁰ Calvet, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Plon, Paris, 1999.

¹²¹ Amaral Jr, José M. “África: Inserir a Cultura Popular na Economia”, *África Hoje*, Novembro. 2003.

Para que a língua portuguesa se transforme em mais valia para os países da CPLP, é necessário que estes se empenhem para que o idioma esteja presente em organizações internacionais estelares e que seja utilizada como instrumento de trabalho. Quando houver um trabalho determinado em melhorar as ações sociais, políticas e econômicas dentro da lusofonia, os membros da CPLP colherão os frutos da presença da língua portuguesa nos ambientes profissionais.

“Portanto, proteger uma língua que pertence a uma “comunidade alargada”, implica talvez o estímulo de um mercado que pode gerar sinergias políticas e económicas. Apostar numa língua, pode também adjuvar à promoção do conhecimento, do comércio e do investimento entre indivíduos, entre povos que nela se expressam abrindo-se, talvez assim, o caminho a externalidades positivas. [...] Mas se estamos a fortalecer um mercado, trabalhamos com a língua como se esta fosse um bem *transaccionável*? Com base em Baudrillard (1970)¹⁹ e Tejerina (2005), na actual sociedade de consumo, podemos talvez fazer uma analogia entre o idioma – enquanto língua de trabalho e, nesse sentido, objecto de traduções e de ensino, de interesse empresarial e de troca em vários mercados – e outro objecto de troca/consumo. Atribuindo-lhe, portanto, um valor de uso, um valor de troca, um valor simbólico e um certo prestígio social.” (Galito, 2006: 7 - 8).

10.2 Os valores da língua portuguesa.

É indiscutível o valor simbólico que a língua portuguesa e todas as outras línguas do mundo têm. Ao discutirmos a presença da língua no capítulo sobre as diásporas, mostramos a importância que o nosso idioma tem ao construir o imaginário do brasileiro e de muitos outros falantes do idioma. É através do português que nos sentimos prestigiados ao nos comunicarmos. Por se tratar de uma língua com tamanha expressividade e relevância no cenário internacional hoje, valida-se ainda mais o sentimento de comunhão entre todos os que falam a língua portuguesa. Portanto, há de se considerar *o valor de troca* que o português possui (Galito, 2016: 8). Afinal, esse valor pode ser o que motiva a comunicação entre muitos falantes do português.

Se reconhecidos os valores simbólicos e sociais do português, automaticamente se analisa seu prestígio social enquanto língua materna, segunda e de trabalho. Como consequência do prestígio social que a língua tem e almeja alcançar, muitos serão inseridos em contextos talvez ainda alheios à realidade brasileira, sobretudo no âmbito profissional. Assim como propõem Galito

(2006) e Reto (2012), ao se tornar uma língua de referência socioeconômica internacional, o português beneficiará a todos os seus falantes, principalmente aqueles que tiverem pleno domínio e proficiência linguística. De tal modo, se a língua portuguesa continuar a crescer em seu número de falantes, haverá um acréscimo na influência que esta língua já exerce no mundo hoje. Em suma, aumentar o número de falantes capacitados no português, e inserir o idioma em mais contextos profissionais significa acrescer mais poder social que a língua. No entanto, para que a referida expansão do idioma tenha reflexos socioeconômicos na vida dos que o falam, é necessário que o poder da língua culmine em maiores chances de trocas mercantis. Só assim *o potencial econômico da língua portuguesa* será de fato alcançado. Pois, nem só de ideologia sobrevive uma identidade linguística nos tempos modernos. Assim como vimos discutindo desde as primeiras páginas deste trabalho e assim como já previa Bourdieu¹²² (1999):

“Toda a situação linguística funciona, portanto, como um mercado em que o locutor coloca os seus produtos; e o produto que produza para este mercado dependerá de como antecipe os preços que vão recebendo os seus produtos. Ao mercado escolar, quer o queiramos quer não, chegamos com uma antecipação dos benefícios e das sanções que receberemos (...) aprender uma língua é aprender ao mesmo tempo que esta língua será vantajosa nesta e naquela situação (...) funciona como um mercado em que se trocam coisas. (...) a relação de comunicação não é uma simples relação de comunicação, é também uma relação econômica onde se joga o valor do que fala.” (Bourdieu, 1999 *apud* Galito 2006: 9)

10.3 Os ambientes profissionais da língua portuguesa.

Com a consolidação de um mercado internacional multilíngue e pluricultural, o português se apresenta em ambientes profissionais dos mais tradicionais ao mais inovadores. Esse idioma já está presente em muitos dos possíveis ambientes profissionais que possibilitam um mercado linguístico para a língua. Entre eles, aponta-se presença do português nas empresas de ensino de língua, no ramo das traduções, no turismo, no campo tecnológico das indústrias da língua e da

¹²² Bourdieu, Pierre. “Lo que significa hablar?”, Artigos IPN – Instituto Pedagógico Nacional, Colombia-Sur América, 2004.

comunicação, etc. Há um mercado imenso que conta com a língua portuguesa para se manter ativo e expandir seus negócios.

Devido aos problemas socioeconômicos pelos quais passa uma grande maioria da população do Brasil, a questão do ensino de línguas estrangeiras no país é deficitária. Aprender um idioma estrangeiro no Brasil é uma tarefa que exige muito empenho por parte dos alunos, se é que podem ser responsabilizados. Do mesmo modo que o país não proporciona um ensino público de qualidade. Não acreditamos que o Brasil também esteja apto a embarcar na onda do multilinguismo e pluriculturalismo aos moldes das comunidades internacionais. Tem-se ciência da riqueza de línguas que existe no país, entre línguas indígenas e estrangeiras, o português se sobressai, e isso é inegável. Também se distingue importância da diversidade cultural presente no país. Mas, o que se conclui é que não há um suporte econômico e educacional que capacite os jovens a se inserirem no contexto internacional. Contexto esse criado pelas línguas enquanto instrumentos de trabalho e via de tomada de decisões políticas. Por isso que se insiste nesta tese que haja mais atenção ao atraso do Brasil com relação a capacitação linguística de seus profissionais, inclusive na própria língua portuguesa, para que possam dialogar profissional e politicamente com milhares de outros idiomas.

Além dos setores da educação, turismo, industrial e da comunicação, também deve-se voltar a atenção aos setores públicos, os Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Saúde e da Segurança. Todos os campos profissionais apresentados neste parágrafo exigem a formação de profissionais proficientes em idiomas estrangeiros e claramente em português. Isso se deve ao fator progressista da pluriculturalidade e do multilinguismo, que pelas exigências da *globalização e da massas emigratórias, da internacionalização e interdependência dos mercados*, busca por profissionais com perfis culturalmente diversos e capazes de dialogarem entre si (Galito, 2006: 14).

Ao falarmos outras línguas e ao expandirmos o português para os interessados em realizar negócios em nosso idioma, estamos aumentando as chances de negociações econômicas para o Brasil (e para os países da CPLP). Além de estarmos divulgando todo o componente étnico e artístico que compõe a multiplicidade de culturas do Brasil.

“[...] podemos propor um exemplo: se uma multinacional deseja investir no Brasil, procura contratar pessoal qualificado que, entre outros requisitos, saiba falar português e possua conhecimentos específicos sobre a cultura e o mercado brasileiros; o que, em princípio, facilita a realização de prospecções de mercado (inclusivamente antes de tentar entrar naquele mercado). Também para melhor interagir com a comunidade local e, assim, conhecer as pessoas certas e melhor negociar os contractos.” (Galito, 2006: 15).

Cada área profissional determina as especificidades de mercado que lhe são essenciais. Da mesma forma, prediz o perfil do profissional que terá mais possibilidades de emprego, e quanto mais línguas esse profissional souber, mais chances terá se estabelecer no mercado. Quando se transporta essa realidade mercantil linguística para uma esfera mais global, percebemos que o português é língua essencial no cenário econômico. Principalmente por representar estados em desenvolvimentos, localizados em zonas estratégicas como é o caso do Brasil no Mercosul. Assim sendo, percebe-se que quanto mais a língua se fizer presente no ambiente profissional, mais visibilidade se obterá. Da mesma maneira, mais possibilidades de uma melhoria socioeconômica surgirão. E assim como propõe a Professora Doutora Ana Paula Laborinho, presidente do Instituto Camões, ao realizar o prefácio de Reto (2012):

“É, aliás, necessário, antes de definir políticas para a língua portuguesa, conhecer o posicionamento das economias que se exprimem em língua portuguesa, os conhecimentos linguísticos das empresas estrangeiras que interagem com as empresas dos países de língua oficial portuguesa, e seu conhecimento do português como língua de negócios. Em 2007, o conjunto da CPLP ocupava o 8º lugar no PIB mundial, lugar que tem vindo a crescer e deve ser assumido como instrumento fundamental para a afirmação da língua portuguesa.”.

10.4 Espelhamento de políticas linguísticas, seguindo exemplos.

Ressaltam-se agora algumas considerações pertinentes com relação às línguas francesa e espanhola, afim de se analisar os trabalhos realizados em ambos idiomas para a expansão dos mesmos no cenário econômico e profissional global.

A começar pela língua francesa, sabe-se que desde a década de 70 do século XX, o idioma começou a perder espaço para a língua inglesa. Daí a necessidade de se juntar forças entre os países

da *Francofonia* para se conseguir uma maior visibilidade ao idioma, ainda que essa língua já tenha expressividade no mercado internacional. Sobre a importância de se criar políticas linguísticas para o francês, citamos as palavras do segundo presidente senegalês, Abdou Diouf. O ex-presidente, que também serviu como secretário-geral da Organização Internacional da Francofonia (IOF), alertou para os possíveis desafios que o francês possa vir a enfrentar. Ao mesmo tempo, elencou *iniciativas supostamente bem sucedidas* tomadas por aquela organização há alguns anos atrás.

“Para a nossa organização, a IOF, o uso do Francês como língua mundial é um objectivo estratégico. Os nossos programas prioritários incluem, por exemplo, o apoio e a promoção do uso do Francês em organizações internacionais como a União Europeia e no Comité Olímpico Internacional. Também menciono todo o trabalho que fazemos no âmbito das tecnologias de informação ou no contexto das parcerias entre universidades francófonas, que têm sido encorajadas a trabalhar em conjunto em sectores legais e científicos. De facto, a determinação de alargar a influência do Francês, de actualizá-la e lhe atribuir maior credibilidade, é que é o coração da maior parte dos nossos programas. (...) A única resposta é lutar pela promoção da diversidade cultural e linguística. O futuro da língua francesa depende do resultado desta campanha.” (Galito, 2006: 15 – 16)

Assim como o comitê organizacional da CPLP, Abdou Diouf confia que o próximo milênio também será dos países africanos, que apesar dos muitos pesares, é um continente que conta com *vastas fontes de riqueza*.

Analisa-se agora a Hispanofonia, que também vem desenvolvendo trabalhos do mesmo teor, que focam especialmente na criação de uma língua de trabalho comum aos países de fala hispânica. Assim como faz Galito (2006), pensamos na língua espanhola sob a perspectiva mercadológica. Ao citar as palavras de Jaime Otero no II Congresso Internacional da Língua no ano de 2002, realizado na cidade de Valladolid, aquela autora ressalta a interpretação dada ao idioma de Cervantes. O idioma o espanhol é o *petróleo* dos hispânicos. Galito ainda ressalta que é possível que exista uma atitude mais clara com relação à defesa da língua.

“É possível que a Espanha e os demais países hispânicos defendam a sua língua comum de uma forma mais concertada e evidente, talvez investindo mais recursos económicos nesse processo conjunto.

Entre as elites – inclusivamente entre académicos e cientistas – a ideia dominante parece ser a de empregar a língua castelhana sempre que possível; a de salvaguardar e difundir o idioma que partilham fomentando-se, assim, uma visão prospectiva de futuro virada para a obtenção de resultados favoráveis e concretos.” (Galito, 2006: 17).

Assim como faz o Instituto Cervantes, é de obrigação da CPLP como um todo, do IILP, do Instituto Camões e do Instituto Machado de Assis (entenda-se MEC), formularem estratégias de divulgação do Português de Negócios. Uma vez que sejam elaborados cursos da língua portuguesa nessa modalidade, há de aparecer mais oportunidades económicas para o idioma. Assim como acontece com o espanhol, inglês e francês que já são entendidos como línguas de negócios. A falta de preparação da língua portuguesa no seu ensino enquanto língua de negócios fica ainda mais evidente quando consultamos os materiais didáticos. Ao analisar alguns exemplares desses materiais, que não citaremos neste trabalho por questões éticas, se percebe o mesmo descompasso metodológico de outros livros de ensino do português como língua estrangeira. As edições não atendem às novas demandas de conteúdo ensinado em outros idiomas. Da mesma maneira, contam com uma edição ‘amadora’, que de algum aspecto representa o cuidado que se tem com a língua portuguesa. Muitos dos livros didáticos e *designs* dos cursos são pouco atrativos e até mesmo confusos. Ao apresentar o programa da Universidade Pablo de Olavide (2004) de “Espanhol de Negócios”, Galito (2006) descreve o currículo académico deste curso como sendo uma elaboração didática que pode apetrechar estudantes e empresários, com conhecimentos úteis de plausível aplicação imediata no mercado de trabalho.

“Um idioma alimentado sucessivamente pelos seus falantes (de Língua Materna ou não), tem potencialmente mais força para resistir à concorrência linguística que parece viver-se muito hoje no mercado de trabalho. Talvez mais até, se estas pessoas constituírem um universo aberto, heterogéneo, multicultural, a residir ou estudar/trabalhar num número elevado de países.

Mas uma língua de negócios que procura afirmar-se geograficamente, mesmo no seio dos Estados que a partilham como língua oficial, assumem algumas variantes, diferentes de uns países para os outros. Estes cambiantes podem ser enriquecedores e benéficos; mas talvez mais se houver um esforço no sentido de uma crescente consolidação de terminologias, que adjuvem o intercâmbio cultural, científico e económico.” (Galito, 2006: 19)

O Brasil, especificamente, por sua posição estratégica e localização geográfica no Mercosul, poderia contribuir muito com a língua portuguesa se incluísse em sua agenda política, a criação de cursos de português de negócios e seus respectivos materiais. Ao já ter acesso a aquele mercado, o país teria mais facilidade em introduzir cursos de português de carácter profissional na zona latino-americana, sobretudo da variedade brasileira do idioma.

10.5 Uma língua de hemisférios e de organizações.

O português já está presente em muitas organizações internacionais como o Mercosul, União dos Estados Ibero-Americanos, União de Nações Sul Americanas, Organização dos Estados Americanos, União Africana e União Europeia. A língua portuguesa já se consolidou enquanto língua de trabalho em algumas organizações mundiais e continua buscando seu espaço em outras de extrema importância geopolítica e econômica, como a ONU. Esse idioma que possui utilidades múltiplas, enquanto língua materna, segunda, estrangeira e profissional, é classificado por Calvet (2000) como uma língua *supercentral*, assim como representado na imagem a seguir:

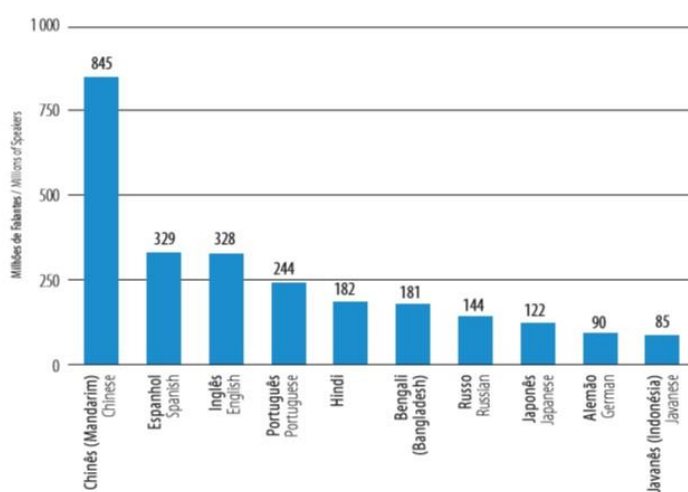
Imagem 6: Posição do Português na Ecologia das Línguas



Exposição “Potencial Económico da Língua Portuguesa”, iniciativa patrocinada pelo Deputado Diogo Feio CDS-PP, Grupo PPE Portugal. Parlamento Europeu, 17 a 21 de fevereiro.

Entre a quase incalculável quantidade de línguas existentes no mundo hoje, o português ocupa certos lugares que merecem destaque. O idioma representa cerca de 3.7% da população mundial e detêm aproximadamente 4% da riqueza mundial. É o quarto idioma mais falado no mundo e assim como já apresentado, é uma das línguas com maior crescimento na internet hoje. Além de ser uma das primeiras línguas estrangeiras no ensino de muitos países, é também a língua mais falada no hemisfério sul do planeta.

Imagem 7: As Línguas Mais Faladas no Mundo.



Exposição “Potencial Económico da Língua Portuguesa”, iniciativa patrocinada pelo Deputado Diogo Feio CDS-PP, Grupo PPE Portugal. Parlamento Europeu, 17 a 21 de fevereiro.

Ainda que alguns autores duvidem das vantagens da expansão linguística do português, assim como Julião Sarmento (2006), argumentamos a favor desse tipo de política linguística para nossa língua. Segundo Sarmento¹²³, ao se referir a divulgação elaborada por Portugal:

“Os países não devem ser ‘alvo’ de políticas de divulgação da língua. A nossa cultura, dada a conhecer lá fora, é que pode criar interesse pela nossa língua. À exceção dos núcleos restritos das universidades, dos filósofos, dos linguistas, que devemos apoiar,

¹²³ Sarmento, Julião. “Inquérito. Para a Divulgação da Língua Portuguesa”, Suplemento do JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias, n.º 933, ano XXVI, 2006.

acho que é a partir da divulgação da cultura que Portugal pode marcar uma presença no mundo.” (Sarmiento, 2006 *apud* Galito, 2006: 24).

Pela expressividade do nosso idioma no mundo e pelas oportunidades profissionais que ele acarreta, a revista MONOCLE de 2012 editou precisamente 258 páginas para comprovar que o português é a nova língua do poder e dos negócios.

Imagem 8: Geração Lusofonia por MONOCLE



Exposição “Potencial Económico da Língua Portuguesa”, iniciativa patrocinada pelo Deputado Diogo Feio CDS-PP, Grupo PPE Portugal. Parlamento Europeu, 17 a 21 de fevereiro.

A relevância econômica e política que a língua portuguesa tem no mundo já é fato consumado, no entanto, lhe resta algumas perguntas que seguem intrigando a muitos com relação a uma maior representatividade da língua como instrumento de negócios. O português pode alcançar uma maior expressividade e ser mais difundido como língua de trabalho. Mas quais as formulações da CPLP para aumentar expressividade da língua no âmbito profissional? Chegará o idioma até às Nações Unidas, como se vem planejando há anos? E por fim, como coloca Galito (2006: 25):

“Porque não há vontade política ou concertação suficiente entre os países da CPLP para saber reivindicar um direito que possivelmente lhes assiste em fóruns internacionais, a fim de obter a possibilidade de apresentar conferências e documentos e de haver traduções orais e escritas na sua língua quando tal seria útil para uma percentagem significativa dos intervenientes dessas reuniões à mais alta instância⁶¹?”.

10.6 CPLP hoje e as propostas para a língua portuguesa.

Aconteceu nos dias 31 de outubro, 1 e 2 de novembro deste mesmo ano, a XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Essa reunião dos estados teve como tema a *CPLP e a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável em 2030*. O evento de curta duração foi realizado na capital do maior país da CPLP, na cidade de Brasília. A conferência, que foi marcada pela sucessão da presidência da CPLP de Timor-Leste pelo Brasil, contou com a participação dos nove membros da comunidade. E dando continuidade à hierarquia da comunidade, o país sul-americano da CPLP se encarregará de dirigi-la neste ano do vigésimo aniversário da entidade.

Entre as muitas discussões realizadas e das propostas apresentadas, evidencia-se o trabalho de Maria do Carmo Silveira, que após ser indicada por São Tomé e Príncipe, passou a ser a nova secretária-executiva da CPLP. Destaca-se também a participação de Marisa Mendonça, diretora executiva do IILP, que apresentou um *relatório analítico das ações realizadas*¹²⁴ pelo instituto no período de outubro de 2014 a atual data. Outra discussão importante que aconteceu nessa conferência foi a Declaração de Brasília que define os planos de atuação da CPLP para os seguintes anos.

As expectativas para a realização da conferência de Brasília foram altas e otimistas. Assim como afirmou Augusto Santos Silva, ministro dos Negócios Estrangeiros português. Segundo Silva, a nova abordagem na visão estratégica da comunidade abrirá horizontes de desenvolvimento. Com o mesmo tom, o embaixador Fernando Abreu e subsecretário para a África e Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores Brasileiro, afirmou que:

“O encontro tem uma amplitude de temas muito grande, que podem ser tratados na sua transversalidade. Portanto, todos os ministérios já estão trabalhando para desenvolver atividades específicas nessas áreas, evidentemente, em cooperação com os demais países da comunidade”.¹²⁵

¹²⁴ Blogue do IILP. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/>>. Acesso em: 29 novembro, 2016.

¹²⁵ *Ibidem*.

Neste encontro, os estados membros da CPLP puderam discutir assuntos gerais sobre as políticas conjuntas da entidade. Tiveram como proposta principal, a centralização de esforços para aumentar a cooperação civil nas áreas da economia, energia e mobilidade. Também dispuseram de tempo para avaliar o *papel acrescido aos observadores associados* e finalmente focaram na *centralidade à defesa da língua e ao papel do Instituto Internacional da Língua Portuguesa*. Ademais, tomaram nota dos desenvolvimentos atuais na Guiné-Bissau e da ratificação dos estatutos da comunidade pela Guiné Equatorial.

Em sua fala de abertura o Presidente do Timor-Leste, Taur Matan Ruak, reiterou a necessidade de um maior comprometimento por parte de todos os estados membros para que a CPLP tenham mais relevância e credibilidade no cenário internacional. Segundo o presidente, a cooperação mútua entre os envolvidos na comunidade é de extrema importância.

“É altura de fortalecermos a nossa comunidade, de afetos, mediante o compromisso profundo de cada um de nós para tornar a CPLP mais unida e forte no seio da comunidade internacional.”

“É altura de fortalecermos a nossa comunidade, de afetos, mediante o compromisso profundo de cada um dos nossos Estados-membros para tornar a CPLP mais unida e forte no seio da comunidade internacional”.

“Unidos e fortes transformamos a CPLP, uma CPLP cada vez mais relevante, credível a nível internacional, falando a uma só voz, escutada porque merecedora de respeito graças aos princípios e valores por que se pauta.”¹²⁶

Taur Matan Ruak reconheceu que existe uma necessidade de maior entrosamento político entre os membros da CPLP e que a promoção da língua portuguesa através do IILP depende de financiamento mais adequado à proposta de expansão do idioma.

Nesse mesmo evento foi anunciada a aceitação de outros países na categoria de observadores associados da CPLP. Até ao presente ano, apenas seis países constituíam essa categoria na comunidade: Geórgia, Ilha Maurícia, Japão Namíbia, Senegal e Turquia. Entre os novos integrantes se encontram a Eslováquia, Hungria, Uruguai e República Checa.

¹²⁶ Ruak, Taur Matan. Blogue do IILP. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/>>. Acesso em: 29 novembro, 2016.

Outra decisão importante tomada na conferência foi a aprovação da proposta para que o português seja língua oficial na ONU. Atualmente, essa conta com seis línguas oficiais, entre elas o árabe, espanhol, francês, inglês, mandarim e russo.

Ao ser nomeado para secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres agradeceu o prestígio de ter sido escolhido por membros da comunidade como o representante da língua portuguesa. Guterres espera que possa realizar um ótimo trabalho para fazer com que a CPLP tenha mais participação nas decisões tomadas na ONU. Consequentemente, espera fazer com que a língua portuguesa seja idioma oficial nessa organização. De acordo com o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, a proposta ainda não consta de uma declaração definitiva desta reunião. No entanto, houve consenso por parte dos estados membros da CPLP.

Assim como todos os membros da CPLP, António Guterres comunga da ideia de que a língua portuguesa trará muitos benefícios para os países falantes do idioma. Segundo o já secretário-geral da ONU, as decisões com relação à adesão do idioma a essa organização é algo que depende da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Sobre o reconhecimento da necessidade de se continuar tentando fazer com que o português esteja presente na ONU, e sobre o que está disposto a realizar, Guterres afirmou:

“Eu suponho que essa não é uma questão do secretário-geral, é uma questão da CPLP, dos países de língua portuguesa. Sei que existe essa aspiração, e essa é uma aspiração muito importante”.

“Naturalmente que eu próprio gostaria muito de ver isso concretizar-se, mas essas são decisões da Assembleia-Geral das Nações Unidas. E uma vez mais digo: ainda não sou secretário-geral das Nações Unidas”.

“Eu suponho que essa não é uma questão do secretário-geral, é uma questão da CPLP, dos países de língua portuguesa. Sei que existe essa aspiração, e essa é uma aspiração muito importante”.¹²⁷

Como resultado do evento recém acontecido no Brasil, os chefes de Estado e de Governo dos membros da CPLP, reunidos na capital desse país, aprovaram a *Declaração de Brasília* no dia 1 de novembro de 2016. Segundo o que consta no documento, é hora de se concentrar para que a identidade econômica e política da CPLP seja consolidada. Afinal, a comunidade já existe há 20

¹²⁷ Guterres, António. Blogue do IILP. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/>>. Acesso em: 29 novembro, 2016.

anos e tem muito por realizar. O documento que foi há pouco divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil se encontra ao final deste trabalho. Para mais detalhes sobre a XI Conferência da CPLP, (consultar o anexo V).

10.7 Uma língua de diplomacia.

A língua portuguesa ganha espaço a cada dia mundo a fora, portanto, investir para que o idioma seja também percebido como língua de trabalho é essencial. Quer em organizações internacionais, quer em instituições privadas e não governamentais. Divulgar o idioma nesta categoria é um trabalho que exige preparação política e metodológica adequada. Inserir o português no contexto profissional internacional, onde haja interesse em aprendê-lo enquanto língua de trabalho, significa aumentar possibilidades de discussão e mudança socioeconômica aos maiores interessados nessa inserção, os países da CPLP.

Na Conferência Geral da Unesco em Paris, no ano de 1989, o idioma já tinha sido reconhecido como uma língua de multiplicidades culturais e de muitas civilizações. Do mesmo modo, o português recebeu os atributos de *língua de comunicação internacional* que possui extrema importância no mundo. Em consequência dessas nomeações dadas a língua portuguesa, foi aberta uma porta ainda maior para a língua enquanto língua de trabalho (Galito, 2016: 27).

Porém, nem só de nomenclatura e atributos sobrevive uma língua. E com base nessa afirmação é que viabilizamos este espaço de discussão para que o português alcance outro patamar em relação a sua expansão e visibilidade, o da teoria aplicada na prática.

Embora o inglês, o francês, o mandarim e outros idiomas tenham uma maior representatividade no cenário profissional, o português também participa dessa modalidade, ainda que com menos representatividade. No quesito promoção do idioma enquanto língua de trabalho, Portugal se destacou ao oferecer cursos e incentivos de difusão do português há mais tempo que o Brasil, por exemplo.

“No enalço do *Português de Negócios*, invoquemos alguns exemplos de medidas de Português no Estrangeiro. Em França, desenvolveram-se talvez diligências a favor do prestígio internacional do Português, que podem ter incluído uma aposta na imagem

lusófona de marca, encabeçada pelos seus maiores sucessos além fronteiras.” (Galito, 2006: 27).

No entanto, vinte anos após a Conferência Geral da UNESCO em Paris, se realizou a 35ª Sessão da Conferência Geral da Organização, também na capital francesa. Nessa sessão, o representante do Brasil, embaixador João Carlos de Souza-Gomes defendeu a inclusão do português entre as línguas de trabalho da UNESCO, dividindo o espaço com o inglês e o francês. Ao discursar a favor da inclusão da língua portuguesa, João Carlos ainda reiterou que o Brasil se comprometeria em tomar as medidas necessárias para que inclusão da língua fosse levada a cabo:

“Pedimos ao novo Diretor-Geral que ele envide esforços para a adoção do Português como língua de trabalho desta organização para melhorar o entendimento e intensificar o diálogo, favorecendo, assim, o multilinguismo e a diversidade cultural.”

“Esclareço que isto não implicará em custos adicionais ao orçamento da Organização. Estamos prontos para cobrir todos os custos desta iniciativa.”¹²⁸

Ainda sobre a importância de seguir as orientações da Carta de Luanda, o IILP publicou em 2013 a volume 4 da Revista Platô, intitulada *A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais*¹²⁹. Nesse número da revista, são apresentados seis textos que são resultados dos trabalhos realizados no *Colóquio Internacional de Luanda sobre o Português nas Organizações Internacionais*. Esse evento, que foi organizado pelo IILP de 03 a 05 de julho de 2012 contou com o financiamento e coorganização do governo angolano.

É de grande importância a presença do português em solos asiáticos, pois a língua também está do outro lado do mundo ganhando mais espaços. Sobretudo na China, onde a língua é realidade na região administrativa de Macau.

¹²⁸ Sousa-Gomes, João Carlos de. Brasil propõe português como língua de trabalho na UNESCO. Observatório de Relações Internacionais. Disponível em: <<https://neccint.wordpress.com/2009/10/11/brasil-propoe-portugues-como-lingua-de-trabalho-da-unesco/>>. Acesso em: 29 novembro, 2016.

¹²⁹ Blogue do IILP. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/951625-Plato-Numero-4-Volume-2-Coloquio-de-Luanda-V03/>>. Acesso em 29 de novembro de 2016.

Sobre a presença do português na China, foi realizado de 13 a 26 de agosto de 2012 o Colóquio Sobre o Ensino das Línguas Portuguesa e Chinesa em Macau e em Pequim. O evento foi realizado pela iniciativa da Região Administrativa Especial de Macau: o Fórum de Macau para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, em parceria com a Universidade de Macau. Mais uma vez, como resultado do colóquio, o IILP publicou em 2014 o número 5 da Revista Platô intitulado *O Ensino das Línguas Portuguesa e Chinesa*¹³⁰. Ainda que o número conte com textos sobre questões didáticas e educacionais sobre o ensino do português a falantes nativos do chinês e vice-versa, atesta-se que a diplomacia entre a China e os países da CPLP continuam a aumentar. Assim como previa Galito (2006) ao salientar o interesse da China em estreitar os laços como os países lusófonos.

“Nesse esforço de cooperação, a região autónoma de Macau⁷⁵ tem sido talvez utilizada como *plataforma de negócios* entre dois mercados estratégicos (chinês e lusófono). Nela foram instituídos organismos como o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (criado em 2003, e no qual só não participa S. Tomé e Príncipe que não mantém relações diplomáticas com Pequim desde que se aproximou de Taiwan), que ajuda a organizar feiras internacionais.⁷⁶” (Galito, 2006: 29).

O que se pode perceber com o contato do português e dos países lusófonos com outros blocos econômicos é que a língua é a via de concretização de muitos dos planos pensados pela CPLP. De tal modo, solicita-se que essa comunidade siga realizando esforços para que o português esteja a cada vez mais em mais esferas da comunicação global. Pois assim, os benefícios profissionais e socioeconômicos que a língua pode proporcionar começarão a aparecer.

Neste sentido, recorre-se uma vez mais às ideias de Reto (2012) que prevê o potencial econômico da língua portuguesa. O idioma da lusofonia conta com o potencial econômico se aliado as práticas profissionais que lhe são cabidas enquanto instrumento de trabalho internacional. Quando forem unidos, de fato, os números de pessoas que falam o português como língua materna, língua segunda, língua estrangeira, em seus ambientes de diáspora e digital, com o número de pessoas que possam utilizá-lo como língua de trabalho, se poderá dizer que idioma alcançou a

¹³⁰ Blogue do IILP. Disponível em <http://www.youblisher.com/p/988996-Plato-Numero-5-Volume-3-Coloquio-de-Macau-V04/> Acesso em: 29 novembro, 2016.

prestígio esperado por todos. Reforça-se, então, a ideia de que sem coesão política entre os membros da CPLP, não é possível aproveitar as oportunidades que a língua portuguesa pode oferecer.

Já especificamos nesta tese que a tecnologia e a informação são alguns dos canais facilitadores para a expansão da língua portuguesa. Também fizemos referência à oportunidade de se promover a cultura dos países lusófonos, que representadas pelo português podem gerar novos mercados. Portanto, representar a multiplicidade cultural da lusofonia através da língua portuguesa significa impulsioná-la afim de que *mercadorias, comércio e investimento entre agentes individuais e coletivos* sejam mais amplos. E assim como assevera Galito (2006: 32), “... a cultura pode talvez arrebatá-la economia, mormente se a identidade e a diferença qualitativa de uma parte (lusofonia) souber crescer em relevância perante o todo (o mundo). O que não deixa de ser uma forma de *poder*”. Em outras palavras, a língua portuguesa é o principal elemento para a divulgação cultural da CPLP e das múltiplas culturais que nela coexistem. Uma vez planejadas as estratégias mais coerentes com os ideais daquela comunidade e então postas em prática, se poderá comunicar em português. E essa comunicação não se limitará apenas ao nível pessoal, mas se estenderá ao nível acadêmico com mais afinco e por último ao mundo dos negócios.

Para que a língua portuguesa saia dos planos das ideias e siga a ordem de expansão e uso apresentada no final do parágrafo anterior, é necessário que se invista tempo, dedicação e dinheiro. Caso haja uma reforma da política linguística da CPLP, que seja realista e pragmática como propõem as declarações pós reuniões da comunidade, será possível concretizar a difusão do português. No entanto, como também já reconhecemos neste trabalho, há problemas socioeconômicos tão primários em muitos países da CPLP que dificultam ainda mais a conquista da expansão do idioma. Ainda assim, asseguramos que ao mudarmos a base educacional de muitos países da CPLP, se poderá alcançar os benefícios socioeconômicos que a língua congrega. O que se quer enfatizar neste momento é que ao sermos dignificados com mais igualdade socioeconômica e educacional, poderemos pensar em uma escala maior. Ou seja, antes de se atender aos Planos de Atividades propostas pela CPLP com relação a expansão da língua portuguesa, deve-se atender as

necessidades mais básicas dos países da CPLP. Entre elas, a educação e a saúde, que infelizmente se encontram em sua fase embrionária. Assim como indica Jorge Couto (1999)¹³¹:

“Apesar de os falantes de Português se encontrarem em franco crescimento numérico, sobretudo nos continentes americano e africano, não subestimemos o facto dos baixos índices de desenvolvimento humano que afectam a generalidade dos Países de Língua Portuguesa constituem um obstáculo de monta para a sua afirmação como língua universal de cultura e de ciência.” Couto (1999 *apud* Galito 2006, p. 33).

Fazer com a que a língua portuguesa seja reconhecida no mundo e receba o estatuto de língua oficial em organizações internacionais, universidades e empresas estrangeiras proporcionará ao idioma um peso maior com relação às decisões geopolíticas e econômicas. Ao estar presente naqueles entidades e instituições, o português aumentará seu prestígio e ampliará o reconhecimento que merece. Proporcionando assim mais chances de reivindicação a favor dos países que o têm como língua oficial.

Por mais que os brasileiros acabem se mesclando perfeitamente com as comunidades estrangeiras, quando vivem fora do seu país, há de se reforçar a importância que os mesmos têm ao trabalharem em outros idiomas. O brasileiro exerce muito bem a sua flexibilidade na tentativa de falar outras línguas quando fora do país e também de pertencerem à novos espaços. Entretanto, quando esses espaços viabilizarem a presença do português enquanto língua de trabalho, devem por sua vez, colaborar para a manutenção do idioma e de sua cultura. Sem imposições, obviamente, mas através do direito que lhe cabe enquanto emigrante e quando for plausível a ‘exigência’ pelo uso da língua portuguesa. Não se permitindo mais subestimar sua própria identidade linguística e cultural aos interesses alheios. Afinal, cada língua e cultura têm sua riqueza própria e incomparável, portanto, divulgá-las democraticamente de acordo com as possibilidades socioeconômicas e geopolíticas, soa o mais sensato a ser feito.

¹³¹ Couto, Jorge. “A nossa Magna Língua Portuguesa”. Fórum Novas Fronteiras, 1999.

Retomando a ideia de espelhamento linguístico, aconselhamos que o português seja valorizado e visto como um bem linguístico, cultural e econômico, assim como o é o espanhol, o inglês, o francês, e muitas outras línguas.

10.8 As saídas acadêmicas e empresariais.

Antes de concluirmos o atual capítulo, gostaríamos de sublinhar as ideias referentes ao uso do português como instrumento acadêmico e empresarial. Sobre esse assunto, já introduzimos algumas questões referentes ao planejamento adequado para se promover as pesquisas acadêmicas feitas em português¹³².

Assim como acreditamos que deva haver mais investimento financeiro, pedagógico e didático no ensino do português como língua materna, segunda e estrangeira; também vemos a necessidade de se investir no idioma como língua universitária e empresarial.

Dentre as muitas razões para se aprender o português, não há dúvidas de que o idioma é um diferencial para aumentar as possibilidades empregatícias em certas universidades e empresas. Por tal motivo, muitas universidades e empresas internacionais estão investindo na formação de seus colaboradores em língua portuguesa, seja de variedade brasileira ou europeia.

Do mesmo modo que há a preocupação em aprender e se comunicar em português, há a necessidade de negociar e atender bem aos que buscam por serviços diversos em português. Entre os muitos serviços que pedem a presença da língua portuguesa, sobressaem-se o turístico, o da tradução, hospitalar, bancário, industrial, jornalístico, midiáticos em geral, de seguros, entre outros. O mercado de trabalho atual ordena o conhecimento de múltiplas línguas, e aqueles que não se enquadram ao multilinguismo profissional, podem estar fadados à exclusão de certas profissões. Profissionais de várias áreas, devem se atualizar a cada instante no mundo das línguas, para então continuarem tendo êxito profissional

¹³² Ver capítulo 10 deste trabalho sobre as pesquisas acadêmicas em português.

“Os padrões de recrutamento reflectem um mundo em mudança... conhecimentos de línguas podem conceder uma vantagem evidente no que é agora um mercado de trabalho muito competitivo. Empregadores estão a ter uma visão mais global sobre o recrutamento e o perfil do funcionário desejável está a mudar. A preferência é geralmente conferida a pessoas mais qualificadas em línguas, não apenas porque podem comunicar além fronteiras mas porque os conhecimentos de línguas tendem a andar de mão com a capacidade de adaptação e o despertar para a importância de criar empatia com os outros.” (The Nuffield Languages Inquiry, 2000 *apud* Galito, 2006: 40).

No caso dos professores de português, especificamente, ao elaborarem materiais didáticos para o ensino do português e ao darem aulas do idioma, tem que se levar em consideração as necessidades individuais de cada aluno e coletivas de cada grupo que se diferenciam entre si. Utilizamo-nos das palavras de Galito (2006) que afirma que os professores de português devem prosseguir com sua vocação, adotando uma postura de *docente de globalização*. Ou seja, precisam se adaptar ao contexto da pós modernidade que traz diferentes abordagens sobre como ensinar e o quê ensinar.

“Admitindo esta possibilidade, o professor pode desempenhar um papel importante na salvaguarda e promoção, neste caso, do Português enquanto Língua de Trabalho e da Lusofonia em geral (da tal comunidade alargada de que falámos a princípio). Ou seja, o professor de Língua Portuguesa pode ajudar a potenciar um mercado: 1) ao conjugar o manancial cultural, com a hipotética curiosidade natural dos alunos por povos e tradições diferentes das suas; 2) ao saber guarnecer a necessidade dos discentes entrarem (ou se manterem activos) no mercado de trabalho, com mais um instrumento de trabalho, possivelmente proficuo e “universal” e, nesse sentido, vantajoso, capaz de abrir janelas de oportunidade que, depois, cada indivíduo deverá saber maximizar em benefício próprio.” (Galito, 2006: 40).

À guisa de conclusão, deixamos uma pergunta que possa incitar em nossos potenciais leitores a curiosidade sobre o que se faz em língua portuguesa e pela língua portuguesa: Uma vez que o potencial do português já foi apresentado, faz sentido parar no plano das ideias e não concretizar a expansão do idioma?

11 A conexão entre língua e o mundo digital.

Desde o advento da internet, os mercados econômicos têm se reinventado a cada instante, motivados pelo objetivo de acompanhar as mudanças trazidas pela rede internacional digital e também pelas novas tecnologias. Pensar em inserção mercadológica hoje é pensar em espaços físicos e espaços digitais. Os que desejam ser páreos para suas concorrências mercantis ou que simplesmente lutam por manter sua empresa em funcionamento, com uma margem de produção suficiente para que seu negócio sobreviva. Esses profissionais precisam estar atualizados com as novas tecnologias de informação e promoção empresarial, sobretudo aquelas realizadas através do mundo digital e pela internet. Mas o que a língua tem a ver com essa reflexão inicial e com a internet e o mundo digital? Absolutamente tudo. Assim como comprova Hamel¹³³ (2013), na era neoliberal, a educação de alta qualidade se tornou um produto caro; bem como o conhecimento de línguas estrangeiras e o uso ou implementação destas no contexto educacional e profissional dos séculos XX e XXI.

Refletir sobre a situação das línguas em geral e principalmente da língua portuguesa frente à importância e a rapidez da internet, é contribuir com um dos pontos mais evidentes na ascensão dessa língua. Afinal, tal abordagem “é seguramente discutível ao nível dos parâmetros e das ponderações, mas constitui uma análise sistemática e integradora da posição relativa das línguas contemporâneas” (Reto, 2012:46).

Formularemos este capítulo de tal modo que possamos oferecer nossa visão sobre a importância da língua portuguesa no mundo digital e na internet, e como embasamento científico utilizaremos os textos de Müller de Oliveira, Daniel Pimienta, António Branco, Cláudio Menezes, Rui Vaz e Afonso João Miguel. Os textos de todos esses autores recém citados compõem o volume dois do número três da Revista Platô do IILP que possuem atributos teóricos suficientes para analisar o valor da língua portuguesa no contexto em questão. Assim, usaremos também outros

¹³³ Em *Language Policy and Ideology in Latin America*, Hamel (2013) trata das questões pertinentes às políticas linguísticas realizadas na América Latina, expondo os períodos históricos de imigração a este continente. O autor foca, sobretudo, na imigração europeia (1875 – 1930) que ao se assentar nos países latino-americanos acabaram por reestruturar o parâmetro de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. Ademais, Hamel demonstra como essa reestruturação no ensino acabou influenciando nas políticas linguísticas nacionais, ao comparar diferentes formas de assimilação linguística e cultural dos recém-chegados com as metodologias e ideologias de ensino então prevalentes.

textos que consideramos indispensáveis para discutir o assunto. Aquele número da revista Platô reúne alguns dos tópicos discutidos no III Colóquio “A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital”, que também dá o nome a esta edição da revista. O III Colóquio foi sediado na cidade de Guaramiranga no Ceará – Brasil, 24 a 26 de abril de 2012 e teve como motivação principal contemplar as discussões sobre a língua na rede, propostas ao IILP pelo PAB2012 - *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa* (Oliveira, 2013).

Começa-se esta análise nos baseando no trabalho de Pimienta (2013), que apresenta uma versão em português de um de seus trabalhos, inspirada em seu texto em inglês do capítulo de *Content and Language*¹³⁴. Nesse trabalho, o autor apresenta um estudo sobre os índices que demonstram o lugar que as línguas ocupam na rede hoje, sobretudo a língua portuguesa. Pimienta se propõe a traçar um panorama sobre as tendências para o futuro das línguas, partindo de uma perspectiva histórica e que comprova a necessidade de proporcionar mais acesso às tecnologias e de produzir mais conteúdo *online* / digital em várias línguas, inclusive em português.

Sabemos o óbvio, sem língua não há comunicação digital e acreditamos que em um futuro muito próximo, as línguas não determinarão apenas a comunicação virtual, mas também a evolução da internet e das múltiplas ferramentas digitais. Hoje, a grande rede mundial que conecta milhões de usuários dispersos pelos quatro cantos do mundo está gerando ainda mais espaço para as discussões sobre os usos das línguas. Se antes não se pensava na possibilidade de fazer da língua uma ferramenta com usos específicos para a internet e o mundo digital, atualmente já se cria línguas a partir desses espaços virtuais. Antes da invenção da internet e até mesmo nos seus primeiros anos, a língua era vista apenas como um meio de comunicação no espaço cibernético. No entanto, na atualidade as línguas servem para muito mais do que isso. A língua hoje é entendida como uma espécie de programa que pode ser estudado, arquivado, utilizado e promovido virtualmente. O intuito é de obter mais destaque a cada uma das línguas presentes na rede e que conseqüentemente representam seus estados, povos, culturas, economias e por fim seus respectivos espaços virtuais.

Assim como pontua Pimienta (2013: 7), *na internet, as únicas fronteiras são as línguas*. Segundo esse autor, somente as pessoas multilíngues são capazes de transitar por estes espaços

¹³⁴ Pimienta, Daniel. Content and language. In: Sadowsky, G. *Development Using the Web: Empowering Poor and Marginalized Populations*. Editor W3C, 2012.

virtuais gerados pela virtualidade e pela era digital que criam fronteiras linguísticas. Aqueles que estiverem bem equipados linguisticamente estarão aptos a ultrapassar os territórios estrangeiros que se consolidam na rede virtual.

“A “territorialidade linguística” da internet e como ela está relacionada aos conteúdos tem sido constantemente subestimada nas análises, porque as pessoas naturalmente tendem a pensar a partir de suas próprias fronteiras linguísticas. Assim, é importante descobrir e então analisar a dimensão oculta da capacidade da internet de incluir a fim de lidar com os desafios futuros do mais recente estágio de evolução e especialmente com a tão mencionada exclusão digital. As línguas são importantes, talvez mais do que nunca, em fazer com que o mundo se torne menor. A internet aumenta a probabilidade de encontros entre pessoas de diferentes línguas e a pergunta real é: que uso relevante alguém pode fazer de seu acesso à internet se sua língua materna não é reconhecida ou se não há conteúdo em sua língua?” (Pimienta, 2014: 7 - 8).

Se no começo do uso da internet e do mundo digital poucos eram os que de fato acessavam e usufruíam das inovações trazidas por esses novos espaços virtuais, a realidade agora é outra. Com a intenção de atingir a todos os seres humanos em qualquer lugar da esfera terrestre, as redes virtual e digital se proclamaram como as detentoras, mas também democratizantes do conhecimento. A língua inglesa que antes atuava em todos os âmbitos do mundo virtual e digital, já não tem mais o monopólio desse conhecimento. Assim como afirma Pimienta (2013), a língua inglesa imperial na rede virtual de antes está com *seus dias contados*, e afortunadamente, a expectativa para o século XXI, é de um mundo virtual concebido a partir do multilinguismo. A cada dia mais, diferentes línguas estão a ocupar o seu lugar às telas, portanto, saber línguas, conhecer línguas e trabalhar com estas línguas é a saída para a atual inclusão e futura permanência no universo digital.

Já passaram por este mundo por volta de 30.000 línguas, sendo que muitas delas foram extintas e se estima hoje um total que varia entre 6.000 a 9.000 línguas em uso. (Pimienta, 2013: 8). No caso do Brasil, segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE, há um total de 274 línguas faladas por 305 diferentes etnias indígenas no país. Ainda que estes dados possam ser um pouco imprecisos pelo fato de algumas dessas línguas já não serem mais faladas. Segundo a coordenadora

geral do IPOL, Rosângela Morello, “temos apenas uma estimativa do número de línguas faladas no Brasil”¹³⁵.

11.1 Línguas, estatísticas e o ciberespaço.

Apresentam-se algumas informações relevantes sobre os usos das línguas na rede. A intenção é mostrar quais os critérios utilizados para medir ou avaliar a presença de cada língua, ainda que a tabela abaixo exponha apenas as estatísticas das 10 línguas mais faladas no mundo:

Tabela 4: Número de usuários da internet por língua.

Top Ten Languages Used in the Web - June 30, 2016 (Number of Internet Users by Language)					
TOP TEN LANGUAGES IN THE INTERNET	Internet Users by Language	Internet Penetration (% Population)	Users Growth in Internet (2000 - 2016)	Internet Users % of World Total (Participation)	World Population for this Language (2016 Estimate)
English	948,608,782	67.8 %	573.9 %	26.3 %	1,400,052,373
Chinese	751,985,224	53.1 %	2,227.9 %	20.8 %	1,415,572,934
Spanish	277,125,947	61.6 %	1,424.3 %	7.7 %	450,235,963
Arabic	168,426,690	43.4 %	6,602.5 %	4.7 %	388,332,877
Portuguese	154,525,606	57.9 %	1,939.7 %	4.3 %	266,757,744
Japanese	115,111,595	91.0 %	144.5 %	3.2 %	126,464,583
Malay	109,400,982	37.8 %	1,809.3 %	3.0 %	289,702,633
Russian	103,147,691	70.5 %	3,227.3 %	2.9 %	146,358,055
French	102,171,481	25.9 %	751.5 %	2.8 %	393,892,299
German	83,825,134	88.3 %	204.6 %	2.3 %	94,973,855
TOP 10 LANGUAGES	2,814,329,132	56.6 %	848.4 %	77.9 %	4,972,343,316
Rest of the Languages	797,046,681	33.7 %	1,141.0 %	22.1 %	2,367,750,664
WORLD TOTAL	3,611,375,813	49.2 %	900.4 %	100.0 %	7,340,093,980

Fonte: Internet World Stats. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats7.htm> />.

Acesso em: 26 outubro, 2016.

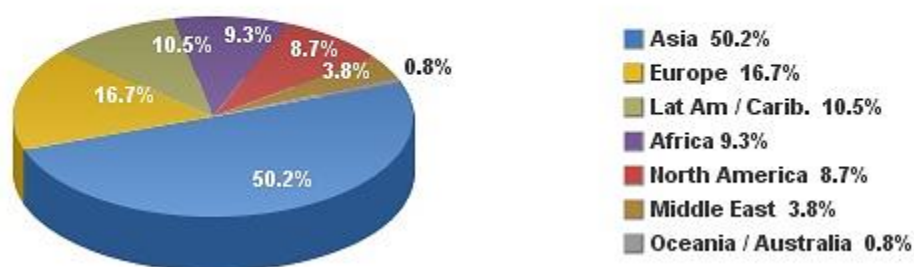
Trazemos estes dados estatísticos extraídos da fonte acima citada, pelo fato de que para se medir a presença de uma determinada língua na internet são necessários mecanismos informáticos

¹³⁵ Morello, Rosângela. Plataforma do letramento. Disponível em: <<http://www.plataformadoletramento.org.br>>. Acesso em: 26 outubro, 2016.

invioláveis que comprovem o uso dessa língua, feito por um falante real e não por uma máquina. Assim sendo, escolhemos a *International Stats* por se tratar de uma das fontes mais idôneas. Consultando esta página, tem-se acesso a dados que demonstram o quanto o uso de uma língua cresce ou diminui, assim como exemplifica Pimienta (2013) ao analisar o uso do inglês na internet. Ao contabilizar os números de usuários e os acessos feitos neste ou naquele idioma, se pode ter uma ideia do quanto se tem produzido linguisticamente em cada língua, bem como medir o grau de letramento digital de cada grupo linguístico e seus respectivos estados. Devido às condições de subdesenvolvimento socioeconômico presentes no hemisfério sul, os índices de acessos à rede pelos países desta região são ínfimos quando comparados com as demais regiões do mundo, como por exemplo a Ásia que totaliza um cinquenta e dois por cento de usuários na atual data.

Imagem 9: Usuários de Internet no Mundo por Regiões.

Internet Users in the World by Regions June 2016



Fonte: Internet World Stats. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats7.htm/>>.

Acesso em: 26 outubro, 2016.

É de extrema importância apresentar os dados anteriores, tabela e imagem, para concluir que a exclusão digital pode estar relacionada não somente com a questão dos acessos em si, mas também ao conteúdo que é oferecido em determinadas línguas. Se além das dificuldades socioeconômicas que passam alguns estados, não houver conteúdo em suas línguas nacionais ou oficiais, seus cidadãos obviamente não acessarão a internet. Portanto, assim como propõe Pimienta (2009), trata-se de incluir a todos digitalmente e conceder-lhes o sentimento de *pertença*.

Alguns dados oferecidos em seguida demonstram uma probabilidade de evolução das línguas em diferentes áreas da internet. Tais constatações são o resultado de um trabalho realizado por Daniel Prado, produzido pela União Latina em 2010 e analisado por Pimenta (2010). Segundo esse estudo, é possível se ter um indicativo das tendências de uso na rede por cada língua. Alguns dos dados nos chamam muita atenção por evidenciarem o crescimento da língua portuguesa em certas áreas da internet. A língua com mais acesso na rede ainda é o inglês, portanto, apresenta-se na seguinte tabela a comparação com relação a porcentagem de acessos feitos nesta língua e em português. Grande parte dos dados tem como base o fluxo de dados por país a partir das informações da página <http://webboar.com> e não estão diretamente relacionados sobre as línguas e conteúdos.

Tabela 5: Probabilidade de Evolução das Línguas em Diferentes Áreas da Internet.

Websites	Porcentagem de Acessos em Inglês	Porcentagem de Acessos em Português
WordPress (Blog)	66%	7%
Tweeter (Rede social)	50%	6%
Google (Motor de busca)	38% / 39%	3%
MSN (Motor de busca)	25%	7%
MegaUpload (P2P)	13%	11%
DepositFiles (P2P)	10%	6%
FileFactory (P2P)	11%	8%
Skype	9%	10%
Wikipedia	23%	3.6%
YouTube	27%	4%

Fonte: Pimenta (2013: 15 – 16).

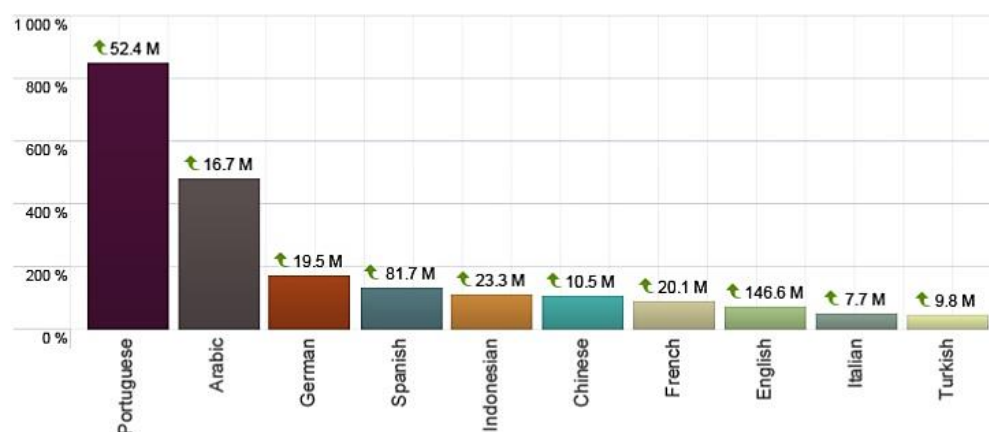
Reserva-se um espaço especial para a rede social do Facebook que segundo o site do *Socialbakers* registrou o português e o árabe como as línguas com maior crescimento entre maio

de 2010 a novembro de 2012. No caso específico do Brasil, provavelmente devido ao encerramento da rede social do *Orkut*, o *Facebook* registrou um crescimento de 13 milhões de usuários, fazendo com que seus acessos em português aumentassem para oito vezes mais no período mencionado. A *Socialbakers* também mencionou no ano de 2012 que o *Brasil está crescendo, rápido*. Com um crescimento de 1.6 milhões de usuários em setembro de daquele mesmo ano, o país tem mantido a posição de um dos países com crescimento mais rápido no *ranking*.

Imagem 7: As Línguas com Maior Crescimento no Facebook.

Top 10 Languages on Facebook and their growth

Ranked by relative improvement during May 2010 - November 2012



Fonte: Social Bakers. Disponível em: <<https://www.socialbakers.com>>. Acesso em: 26 outubro, 2016.

Imagem 10: Lista de Países no Facebook.

List of Countries on Facebook

#	Country	Number of Users	Change	(±%)	Penetration
1	Indonesia	47 328 520	+7 604 380	+19.14%	19.48%
2	India	56 675 820	+3 169 180	+5.91%	4.83%
3	United States	166 029 240	+2 515 400	+1.54%	53.52%
4	Brazil	58 404 860	+1 677 680	+2.96%	29.04%
5	Japan	15 506 280	+1 531 520	+10.96%	12.23%
6	Mexico	38 447 800	+918 760	+2.45%	34.19%
7	Vietnam	7 917 940	+725 020	+10.08%	8.84%
8	Nigeria	5 864 000	+723 980	+14.09%	3.85%
9	South Africa	6 041 500	+693 120	+12.96%	12.30%
10	Russia	6 694 360	+640 360	+10.58%	4.80%

Fonte: Social Bakers. Disponível em: <<https://www.socialbakers.com>>. Acesso em: 26 outubro, 2016.

11.2 Outros dados sobre o português e os países da CPLP na rede.

Da mesma fonte de onde extraímos o gráfico apresentado há poucos instantes, sobre o número de usuários na internet por regiões no mundo, também retiramos as tabelas a seguir que detalham as estatísticas populacionais e de usuários de internet dos países da CPLP, atualizadas no dia 30 de novembro de 2015. Ambas tabelas que apresentaremos foram importadas da IWS (*Internet World Stats*) e têm como base os dados dos U.S. *Census Bureau* (sobre o número populacional) e do ITU (*International Communication Union*), que disponibiliza os dados mais recentes com relação ao número de usuários. Na primeira tabela, configuramos os números relacionados à estatística da população e dos usuários de internet que falam português:

Tabela 6: Usuários Falantes de Português e Estatística Populacional de 2015.

PORTUGUESE SPEAKING INTERNET USERS AND POPULATION STATISTICS - 2015						
REGION	Population (2015 Est.)	World % Pop.	Internet Users 30-Nov-2015	Penetration (% Population)	User % World	Facebook 15-Nov-2015
Portuguese Speakers	263,260,385	3.6 %	131,903,391	50.1 %	3.9 %	113,682,000
Other Languages	6,996,641,858	96.4 %	3,234,357,765	46.2 %	96.1 %	1,401,522,150
WORLD TOTAL	7,259,902,243	100.0 %	3,366,261,156	46.4 %	100.0 %	1,515,204,150

Fonte: Internet World Stats. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats7.htm> />.

Acesso em: 26 outubro, 2016.

Tabela 7: Usuários de Internet por Países da CPLP e Dados Populacionais.

Portuguese Speaking Internet Users - 2015					
COUNTRIES	Population (2015 Est.)	Internet Users 30-Nov-2015	Penetration (% Population)	Users % Table	Facebook 15-Nov-2015
<u>Angola</u>	19,625,353	5,102,592	26.0 %	3.9 %	3,300,000
<u>Brazil</u>	204,259,812	117,653,652	57.6 %	89.2 %	103,000,000
<u>Cabo Verde</u>	545,993	219,817	40.3 %	0.2 %	190,000
<u>Guinea Bissau</u>	1,726,170	70,000	4.1 %	0.1 %	70,000
<u>Mozambique</u>	25,303,113	1,503,005	5.9 %	1.1 %	1,200,000
<u>Portugal</u>	10,374,822	7,015,519	67.6 %	5.3 %	5,600,000
<u>Sao Tome & Principe</u>	194,006	48,806	25.2 %	0.0 %	32,000
<u>Timor Leste</u>	1,231,116	290,000	23.6 %	0.2 %	290,000
TOTAL	263,260,385	131,903,391	50.1 %	100.0 %	113,682,000

Fonte: Internet World Stats. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats7.htm> />.

Acesso em: 26 outubro, 2016.

Nesta segunda tabela, apresenta-se a distribuição populacional dos países da CPLP e de seus usuários na internet, assim como o número de usuários do *Facebook* de cada país. Ao alisar os dados recém apresentados, constata-se que as diferenças socioeconômicas que existem entre os membros da CPLP se refletem no uso que estes fazem da rede. A língua portuguesa, que é a quinta língua mais utilizada na internet depois do inglês, chinês, espanhol e do árabe, demanda muita

atenção. Afinal, a exclusão digital é inegável e alguns países da comunidade¹³⁶ ainda apresentam índices muito baixos na rede. O que pode ser comprovado com o trabalho de Pimienta (2013: 19) que demonstra o quão interessante é analisar os números de produção de páginas web em português. Segundo esse autor, os índices “[...] mostram a profundidade da exclusão de conteúdos já que a França, sozinha, está produzindo em 11/2007 mais páginas em português (0.21 % do total) que a Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste juntos (0,16%)!”. Aquele autor também demonstra que *há uma clara debilidade do português em termos de conteúdos disponíveis na rede*, se comparada com outras línguas como o inglês, espanhol, francês, italiano, alemão e outras. Deve-se incentivar mais produção de sites em português, pois segundo os dados apresentados, verifica-se que há mais usos do português na rede do que produção de conteúdo. Ainda que os índices dos usos sejam baixos devido à exclusão digital anteriormente discutida.

11.3 As línguas na internet hoje e suas expetativas.

Analisando a tabela de síntese sobre a *perspectiva histórica e tendência sobre as línguas na internet* de Pimienta (2013: 22 - 23) se traçou um panorama sobre a presença das línguas na rede hoje, bem como suas expetativas. Se antes, em sua *pré-história* (1970 – 1990) a internet já contava com um grupo de profissionais que dominavam o inglês, após a sua oficialização e *nascimento* (1990 – 1995), esse número cresceu para 80%. No entanto, no período seguinte, *rede 1.0* (1995 – 2005) o idioma até então predominante começa a declinar e atinge 50%, cedendo espaço a outras línguas ocidentais que *buscavam um equilíbrio*. Em um próximo momento, *rede 2.0* (2005 – 2010), a língua inglesa diminui seu percentual para 33% e houve um aumento de línguas asiáticas e do árabe. Na era posterior, a *próxima era* (2010 – 2015) ocorreram mudanças ainda mais significativas, pois o inglês atinge um 25% de presença na rede, o árabe continua a crescer, aumenta-se o número de línguas indígenas com alto número de falantes, o uso de *softwares* de tradução também sobe e há localização de centenas de outras línguas. A partir desse ano, 2016, com expetativas geradas até ao ano de 2030, se espera que 75% da população mundial esteja

¹³⁶ Guiné Equatorial não consta na lista por ter se tornado membro da CPLP em 2014, ainda que o português fosse língua oficial no país desde 2011.

conectada. Do mesmo modo, haverá uma tendência de disseminar ainda mais os *softwares* de tradução. Em suma, essa nova era que já chegou, propõe um aumento de políticas linguísticas direcionadas à rede, conteúdos distribuídos mais igualitariamente entre as línguas, ferramentas linguísticas mais equilibradas, aumento na localização de línguas e uso de ferramentas públicas de suporte à aprendizagem de línguas e ao multilinguismo.

11.4 A reinvenção das línguas e da linguagem humana.

Depois de havermos feito algumas considerações sobre a presença das línguas como um todo no mundo digital, dando alguns destaques para a língua portuguesa, nos propomos agora a fazer uma análise da situação do português nessa revolução conceitual trazida pelos avanços tecnológicos. Também fazemos referências aos possíveis perigos e benefícios que a língua portuguesa pode encontrar nessa nova era dominada pelas tecnologias. Do mesmo modo, apontaremos caminhos que podem oferecer critérios de reavaliação da posição do português no mundo digital hoje e possíveis saídas para que o nosso idioma continue ocupando seu lugar no projeto de expansão enquanto língua internacional de comunicação. Baseamo-nos agora nos estudos de Branco (2013) que apresenta uma análise da *língua portuguesa face ao choque tecnológico digital*.

A tecnologia possibilita um contato infindo com diferentes realidades, culturas e formas de linguagem. A comunicação entre interlocutores acontece em uma mesma língua através das novas ferramentas tecnológicas, e também em línguas diferentes com o auxílio destas mesmas ferramentas. Depois do grande estouro tecnológico e da invenção da internet, diferentes formas de linguagem que antes eram impensáveis, hoje já são realidade e se fazem indispensáveis. No entanto, por mais que hajam muitas possibilidades de conhecimento e acesso à informação trazidos com a tecnologia e com a rede, de nada servirão se não perpassarem pelas línguas. O ser humano está apto, pelo menos uma maioria de nós, a construir e a decodificar diferentes e novas formas de linguagem. Contudo, se não houver uma língua na qual se apoiar, a tentativa de comunicação e partilha de conhecimento se torna ineficaz.

“Por paradoxal que à primeira vista pareça, sendo uma janela para o mundo que nos rodeia, a linguagem humana é também e cada vez mais um dos últimos obstáculos comunicacionais com que nos deparamos na era digital e num mundo globalizado. As novas tecnologias da informação e da comunicação colocam ao nosso alcance pessoas de todo o mundo com quem será fácil interagir, assim como um acervo infindável de informação a que será possível aceder. Contudo, mesmo quando se encontram asseguradas exaustivamente as mais avançadas condições técnicas de acesso, este novo e ilimitado universo de possibilidades continua na sua esmagadora maioria inacessível, encerrado que está dentro das barreiras invisíveis das línguas que o dividem.” (Branco, 2013: 29).

De tal modo, apresentam-se algumas considerações sobre a situação da língua portuguesa no mundo digital, reavaliando seus riscos e oportunidades trazidos por este novo contexto de troca de informação e criação de conteúdo. Tais situações são consequências dos *choques tecnológicos* que originaram mudanças significativas nas civilizações. Ditas mudanças tecnológicas acabaram (re)significando os conceitos de espaço e tempo. Se antes se obtinham informações por meio da oralidade e no *tête-à-tête*, depois do advento da escrita, da imprensa mecânica, das telecomunicações e da internet, os falantes se conectam em qualquer lugar, a qualquer hora e com quase todas as pessoas. Da mesma maneira que aquelas mudanças tiveram resultados positivos como uma possível democratização do conhecimento e estreitamento dos laços pessoais e profissionais, as transformações tecnológicas, e digitais sobretudo, geraram uma série de obstáculos para as línguas em si. Um exemplo pertinente usar neste momento, seria o trazido por Branco (2013) quando afirma que uma língua sem sistema de escrita acaba pode desaparecer ou tem a tendência de se evaporar no tempo e no espaço. Segundo esse mesmo autor, o processo tecnológico tem uma essência controversa no que concerne à linguagem humana, pois ao mesmo tempo que aproxima os indivíduos e falantes de várias línguas, acaba por limitar a diversidade linguística e o multilinguismo. O que acaba culminando em uma “[...] redução do patrimônio cultural e da pluralidade de mundividências que as diferentes línguas sustentam” (Branco, 2013: 30). O autor ainda adverte que por volta de 2.500 línguas, das 6.000 existentes hoje¹³⁷, correm o risco de serem extintas em um futuro não muito distante.

Entre todas as transformações tecnológicas já experimentadas pelas línguas, o atual *choque tecnológico* em transcurso, das telecomunicações e do uso da rede no mundo digital, traz consigo

¹³⁷ Ambos os números apresentados por Branco (2013) fazem referência a uma *estimativa*, relacionada ao total de línguas que podem desaparecer nas seguintes décadas e que existem no mundo hoje.

novas maneiras de percepção sobre as línguas e seus usos. O novo modo de utilização da linguagem humana, através da aplicação das tecnologias atuais, e mais precisamente o *processamento computacional das línguas naturais*, acaba abrindo espaço para um novo campo de pesquisa, o da tecnologia da linguagem. De algum aspecto, essa nova tecnologia da linguagem tem como pretensão obter a “representação do significado a partir do processamento computacional de expressões linguísticas, e vice-versa, da obtenção de expressões linguísticas a partir do processamento da representação do seu significado” (Branco, 2013:31). Essa tecnologia da linguagem se subdivide em duas áreas, a do processamento da própria linguagem e a do processamento da fala. Esse último se ocupa em representar / configurar os enunciados orais através de um sinal analógico; mas também pode acontecer ao contrário. A partir de um processamento de uma representação discreta se pode ter como produto final os dados orais de uma enunciação. Já o processamento da linguagem é aquele que “ocupa-se em mapear entre uma sequência discreta de símbolos linguísticos e a representação do seu significado” (Branco, 2013: 31). A tecnologia da linguagem está permitindo que a linguagem natural seja vista por um outro prisma. Por exemplo, possibilitando a comunicação entre dois indivíduos que não falam a mesma língua e apoiando uma nova geração de interfaces naturais e intuitivas que pode variar *desde eletrodomésticos a robôs pessoais*.

11.5 Interfaces naturais, intuitivas e suas aplicações.

Algumas das novas ferramentas tecnológicas baseadas na linguagem humana e em algumas línguas, já que nem todas as línguas do mundo contam com certas interfaces, são familiares aos que têm acesso à tecnologia e à rede. A tecnologia da linguagem humana serve para desenvolver *softwares* que tem como objeto de trabalho esse tipo de linguagem. Assim como aponta Branco *et al* (2012: 16), esse tipo de tecnologia conecta a linguagem escrita e / ou falada a outras formas de conhecimento. As tecnologias desenvolvidas sob à linguagem escrita ou falada colabora com outros tipos de tecnologia para que a comunicação multimodal seja efetiva. Um exemplo dessa junção entre as diferentes tecnologias são os textos imagéticos e sonoros que aparecem nos filmes, que na maioria das vezes necessitam da linguagem oral e escrita para passar a mensagem que desejam. Esse exemplo pode ser bem explicado através da seguinte imagem:

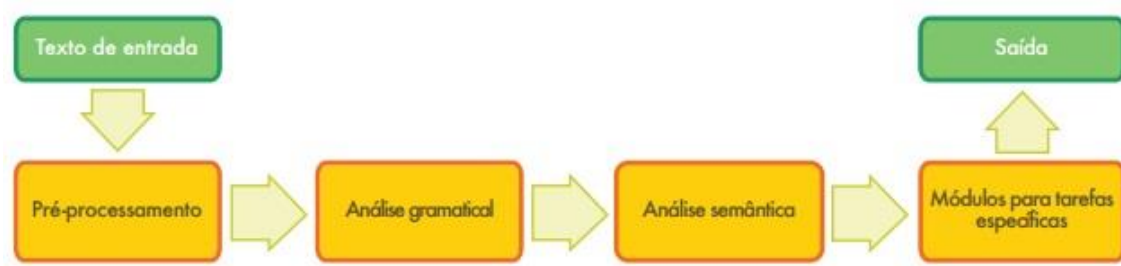
Imagem 12: A tecnologia da imagem em contexto.



Fonte: Branco *et al.* (2012: 17).

Há uma complexidade na criação das aplicações utilizadas para o processamento da linguagem, inclusive no caso das aplicações mais comuns. Vê-se um exemplo desse tipo de aplicações na imagem seguinte, na qual se retrata um sistema de processamento textual. Nesse processamento ocorrem *três módulos que se ocupam da estrutura e do significado do texto de entrada*: o pré-processamento, a análise gramatical e a análise semântica. No primeiro módulo acontece uma *limpeza dos dados, análise ou remoção da formatação, detecção do idioma, etc.* No segundo módulo há uma identificação dos elementos gramaticais e sintáticos do texto de entrada. no último módulo acontece a avaliação semântica que proporciona *desambiguação, resolução de anáforas, representação do significado da frase num modelo interpretável pela máquina.* Finalmente, depois de passar pelos três módulos apresentados, o texto de entrada poderá sofrer outros tipos de ações, como a sumarização automática ou uma busca em base de dados (Branco *et al.*, 2012: 16 – 17).

Imagem 13: Arquitetura típica de uma aplicação para o processamento de texto



Fonte: Branco *et al.* (2012: 17).

A seguir, mostram-se alguns outros exemplos mais concretos e próximos ao contexto do leitor leigo nos assuntos das tecnologias da linguagem. São introduzidas algumas ferramentas de uso cotidiano de muitos para ilustrar como as línguas contribuem com a tecnologia. Na área da verificação da linguagem, talvez a ferramenta mais comum é a de processamento de texto do MS Word e seu corretor automático. Segundo Branco *et al* (2012: 17):

“Os primeiros programas de verificação ortográfica comparavam uma lista de palavras extraídas do texto a analisar com o que constava de um dicionário com palavras corretamente escritas. Hoje dia, esses programas tornaram-se bem mais sofisticados. Além de usarem algoritmos para a análise de texto afinados para a linguagem em apreço, detetam erros relacionados com a morfologia (por exemplo, formação do plural) e a sintaxe, tais como a ausência de um verbo ou a falta de concordância com o sujeito em pessoa e número (por exemplo, como em elas **escreve uma carta*), etc. Ainda assim, a maioria dos corretores ortográficos não alertará para um potencial erro na segunda destas frases:

Fizemos jogos tradicionais, incluindo o *jogo do pião*.

Fizemos jogos tradicionais, incluindo o *jogo do peão*.”.

Para que problemas de concordância lexical como o apresentado anteriormente sejam resolvidos, se necessita um trabalho ainda mais intenso como o representado por Branco *et al* (2012:18) na imagem sobre o corretor automático e sintático. De acordo com esta mesma referência, o modelo de linguagem estatístico pode ser obtido através de uma *grande quantidade de dados* de uma determinada língua. O que acaba por justificar a importância da criação de *corpus online* em português, por exemplo.

Imagem 14: Corretor ortográfico e sintático: modelo estatístico (em cima) e modelo baseado em regras (em baixo).



Fonte: Branco *et al.* (2012: 18).

Outro exemplo de aplicações de verificação de linguagem, específicas da língua portuguesa, são os *softwares* FLIP de Portugal e CoGrOO do Brasil. Ambos verificam a ortografia e a sintaxe do idioma, o primeiro nas variedades europeia e brasileira e o último apenas na variedade brasileira. Ademais, no caso brasileiro, há outro corretor desenvolvido pelo NILC da UNICAMP, o corretor gramatical ReGra para o português brasileiro (Branco *et al.*, 2012: 18 - 19).

Além das aplicações de verificação de linguagem apresentadas no parágrafo anterior, existem outras ferramentas que estão estritamente conectadas à tecnologia da linguagem. As ferramentas de busca na web, por exemplo, também são aplicações que necessitam um estudo detalhado sobre as línguas para que seu funcionamento seja eficiente. Entre essas aplicações, a mais conhecida mundialmente é o *Google* que já acabou até se transformando em um verbo, o *googlar*, e que virou verbete em muitos dicionários, como no dicionário *online* da língua portuguesa, *priberam*. Autores como Branco *et al* afirmam que as próximas aplicações de busca na rede exigirão um trabalho linguístico ainda mais sofisticado, para que possa satisfazer as demandas em muitas línguas conforme suas gramáticas, sintaxes e não somente de acordo com seus níveis lexicais. Por ser uma das tecnologias de linguagem mais utilizadas hoje em dia, trazemos a seguinte imagem que representa o esquema dos principais componentes da *arquitetura de busca na web*. São de grande seriedade os buscadores como o METAMINER, criado em 1996 pela UFMG, que depois se integrou ao portal UOL (Branco *et al.*, 2012: 21).

Imagem 15: Arquitetura da busca na web.



Fonte: Branco *et al.* (2012: 20).

No contexto profissional, por exemplo, costuma-se utilizar os detetores de plágio que servem para melhorar a escrita dos alunos e novos pesquisadores em geral, como o *Turnitin*. Além disso, existem ferramentas que convertem áudios em textos e vice-versa, assim como as utilizadas pelo buscador do *Google*, da *Apple*, pelo sistema de GPS dos automóveis e muitas outras aplicações tão comuns nos *smartphones*. Conforme Branco *et al* (2012: 21), as aplicações que são criadas a partir da tecnologia da fala, contam com três dimensões principais: o *reconhecimento automático da fala*, a *gestão do diálogo* e a *síntese de voz*. Este tipo de aplicações conta com muitos desafios, já que muitas vezes algumas daquelas dimensões podem falhar e apresentar um resultado diferente do que se busca. No entanto, no caso do português, seja na variedade brasileira ou europeia, os sistemas de reconhecimento da língua têm um bom desempenho. Consta a seguir a representação esquemática do sistema utilizado nas aplicações criadas a partir das tecnologias da fala.

Imagem 16: Sistema de diálogo baseado em voz



Fonte: Branco *et al.* (2012: 22).

Disponíveis há muito mais tempo, os tradutores também são muito utilizados. Em suas duas modalidades, a da tradução apenas de palavras e a da tradução de frases mais complexas, os tradutores operados através dos computadores indicam uma outra área de investimento para os estudos linguísticos. Os esforços para se realizar uma tradução de frases e textos mais complexos são maiores. No entanto, há sistemas mais sofisticados que se utilizam de regras e conhecimento linguístico para que se obtenha um melhor resultado nos textos compostos por frases de estruturas gramaticais muito diferentes entre a língua de entrada e a língua alvo.

“O sucesso destes métodos está fortemente dependente da disponibilidade não só de grandes léxicos – com informação morfológica, sintática e semântica –, como também de grandes conjuntos de regras gramaticais concebidas cuidadosamente por linguistas especializados. Alguns dos mais importantes sistemas de tradução automática baseados em regras, como o LOGOS, o Apertium ou o SYSTRAN, estão disponíveis para a língua portuguesa.” (Branco *et al.*, 2012: 24).

Retomando as contribuições de Branco (2013), há ainda aquelas aplicações que são vitais para alguns indivíduos portadores de deficiências. Um exemplo dessas aplicações são os sintetizadores de voz que melhoram o processo de leitura de muitos deficientes visuais e que os possibilitam uma gama maior de conteúdo para leitura, pois muito do conteúdo que se produz hoje em dia não está disponível em braile e muitos websites não dispõem de uma versão para pessoas invisuais.

As ferramentas são inúmeras e citar todas ou boa parte delas neste momento seria inviável, já que nosso foco principal é oferecer uma visão sobre os usos das línguas na tecnologia e na rede e não listar tais ferramentas e suas descrições. Contudo, apresentaremos uma tabela feita a partir de alguns dados compilados por Branco (2013: 32) que reúne algumas aplicações por grupos temáticos e que ilustram algumas das possibilidades do uso da linguagem humana na tecnologia e na rede.

Tabela 8: Aplicações e Ferramentas Tecnológicas com o Uso da Linguagem Humana.

Aplicações de Interação entre o Homem e a Máquina
Interfaces com dispositivos e agentes artificiais / Detecção de linguagem, autor, domínio, ... / Classificação de textos / Agrupamento de textos / Busca de documentos / Extração de informação / Levantamento de opiniões / Interfaces com bases de dados / Resposta a perguntas / Reconhecimento de fala / Síntese de fala...
Aplicações de Interação Multilíngue
Tradução automática / Agentes conversacionais / Publicação multilíngue...
Aplicações de Produção e Verificação de Linguagem
Correção ortográfica / Correção gramatical / Detecção de plágio / Linguagens controladas e sistemas de produção de documentação / Localização de <i>software</i> / Legendagem automática / Sistemas de ditado / Sumarização / Geração de relatórios / Ambientes de apoio à tradução / Simplificação de textos...
Aplicações de Aprendizagem de Linguagens
Formação / Avaliação de competências...
Aplicações da Web
Anotação de metadados / Busca web avançada / Gestão de ontologias...

Branco (2013) também ressalva que algumas dessas aplicações já estão consolidadas, como os tão utilizados motores de busca de documentos. No entanto, há outras que seguem em fase de investigação científica e teste, por exemplo, os sumarizadores. E por fim, hão de surgir aquelas aplicações que terão um futuro promissor essencialmente embasado na tecnologia da linguagem. Dita tecnologia é entendida hoje como uma tecnologia capaz de facilitar o trabalho de muitos profissionais, como se elucidou há alguns instantes. Portanto, por uma ressignificação do mercado tecnológico, o que se prevê para a tecnologia da linguagem é uma maior participação em

sistemas mais amplos ou em sistemas / aplicações mais independentes. Em um futuro não muito distante, essa tecnologia da linguagem auxiliará a comunicação dos seres humanos entre si e até mesmo com as máquinas. A investigação científica feita sobre a tecnologia da linguagem permite que sejam enxergadas *duas dimensões principais inter-relacionadas*: o desenvolvimento de ferramentas de processamento computacional e os recursos linguísticos. Esses recursos são os conjuntos de dados de diversos tipos que se fazem essenciais para o desenvolvimento da investigação científica sobre uma dada língua, *o desenvolvimento e a avaliação de ferramentas de processamento* para o idioma.

“Como exemplo de um tipo de conjunto de dados dos mais simples, pode-se mencionar os corpora de texto corrido, que consistem em coleções de textos, de domínios diversos, tal como eles foram publicados. Mas mais comumente, os recursos linguísticos são conjuntos de dados altamente complexos que são laboriosamente produzidos de modo a registrar e a compilar os aspetos mais sofisticados dos fenómenos linguísticos tal como estes ocorrem ou são instanciados em enunciados usados pelos falantes. Por exemplo, no caso dos léxicos, cada expressão pode ser pormenorizadamente classificada de acordo com as suas várias características linguísticas, desde os aspetos fonéticos até aos semânticos. No caso dos chamados *treebanks*, num outro exemplo, são as frases que são alvo de caracterização exaustiva em termos das relações sintáticas que se encontram instanciadas entre as suas palavras.

[...] As ferramentas de processamento para uma dada língua, por sua vez, realizam um leque de diferentes tarefas que, quando encadeadas, contribuem para executar o mapeamento entre forma e significado nessa língua. Essa tarefas incluem desde a funcionalidade mais básica de determinar o início e o fim de frases, por exemplo, até funcionalidades altamente complexas e sofisticadas, como acontece nas gramáticas de processamento linguístico profundo, que permitem obter a representação semântica em forma lógica da frase de entrada.” (Branco, 2013: 33-34).

Assim como os exemplos anteriormente apresentados, sintetizamos agora, na seguinte tabela, alguns dos recursos linguísticos descritos, e algumas dessas ferramentas de processamento a partir dos exemplos ilustrados por Branco (2013):

Tabela 9: Exemplos de recursos linguísticos e ferramentas de processamento.

Exemplos de Recursos Linguísticos
Corpora anotados / Corpora multilingues paralelos e alinhados / Bases de dados de fala / Listas de palavras / Abreviaturas / Vocabulários / Léxicos / Ontologias lexicais / Terminologias / Treebanks / Propbanks / DeepBanks.
Exemplos de Ferramentas de Processamento
Separador de frases / Separador de palavras / Etiquetador morfossintático / Lematizador / Analisador morfológico / Reconhecedor de nomes de entidades / Desambiguador de aceções de palavras / Analisador de constituição sintática / Analisador de dependências gramaticais / Etiquetador de papéis semânticos / Gramática para processamento linguístico profundo (análise semântica).

Nossa intenção aqui ao trazer todos estes exemplos é justamente a de alertar para o fato de que o necessário é juntar esforços para criar programas de investigação e desenvolvimento, que possibilitem a inserção da língua portuguesa em todos os recursos linguísticos e ferramentas de processamento. Também de suma importância é a criação de aplicações da tecnologia da linguagem apresentadas, com ênfase na língua portuguesa, obviamente.

11.6 O que fazer com e pela língua portuguesa?

Assim como acabou de ser demonstrado, a relação entre língua e tecnologia está consumada e atada a laços muito estreitos. Uma depende da outra para a sua existência e sucesso, quer no âmbito da investigação científica, da representação identitária cultural e linguística, quer no âmbito do mercado internacional. Viu-se que a tecnologia da linguagem abriu novos caminhos para os idiomas que agora precisam estar ativos e presentes no mundo digital para se manterem vivos e produtivos. Assim como acentua Branco (2013), algumas línguas foram desaparecendo ao longo dos anos pelo fato de não terem sido estudadas e por não terem recebido um sistema de escrita. Essa calamidade de desaparecimento de certas línguas tende a continuar, seja através da falta de escrita, seja através da falta de inserção das línguas no contexto digital. Portanto, o que é proposto no presente capítulo é que se incentive o investimento científico tecnológico na língua portuguesa. Para que esta possa continuar progredindo com sua relevância socioeconômica, mantendo firme as identidades múltiplas de seus falantes e atingindo sua aspiração no mercado

internacional. Enfim, há uma estreita relação entre *a língua portuguesa e seu potencial econômico* (Reto, 2012).

A língua que já conta com mais de 250 milhões de falantes no mundo, que está presente em quatro continentes como o inglês e é língua de trabalho em organizações internacionais. Há previsão de aumento em seu número de falantes até 2050. Se leva em consideração o potencial do português em se circunscrever como um único idioma, entre as muitas variedades apresentadas no universo da lusofonia, o idioma pode chegar a alcançar a posição de terceira língua mais falada depois do inglês e do castelhano (Branco, 2013).

“No quadro da rede científica europeia de excelência META-NET,³ foi publicada uma Coleção de Livros Brancos cujos volumes analisam a situação de diferentes línguas na era digital, tendo em atenção a sua preparação em termos de tecnologia da linguagem. Cada volume, elaborado por um grupo de especialistas, é dedicado a uma de 30 línguas europeias. No âmbito desta iniciativa, foi elaborado um estudo comparativo do estado dessas diferentes línguas, tendo sido feita uma classificação apoiada numa escala de cinco níveis, nomeadamente "Apoio excelente", "Apoio bom", "Apoio médio", "Apoio fragmentário" e "Pouco/nenhum apoio".

Em resultado desse estudo comparativo, em termos de processamento da linguagem, a língua portuguesa surge classificada como tendo "Apoio fragmentário": surge em situação mais vantajosa que apenas 8 das outras 29 línguas, e em situação igual ou pior que as restantes, entre as quais se inclui o Alemão, o Castelhana, o Francês, o Italiano e o Neerlandês, avaliada como gozando de "Apoio médio", e o Inglês, com "Apoio bom" (Branco *et al.*, 2012, p.36).” (Branco, 2013: 35).

A língua portuguesa tem muito que melhorar com relação ao incentivo em investigação científica e conseqüentemente com relação ao seu posicionamento frente aos desafios da nova era advinda da tecnologia da linguagem. De tal modo, a língua poderá exercer seu potencial e manter sua posição de língua internacional de comunicação com projeção global. No entanto, cabe sublinhar que dito trabalho deve ser feito em conjunto entre todos os participantes da CPLP e não somente através da iniciativa de alguns, como Brasil e Portugal, que vêm realizando um ótimo trabalho para a manutenção do idioma no mundo virtual.

11.7 Por uma maior visibilidade do português no ciberespaço.

O que se defende neste capítulo é a presença da língua portuguesa no mundo digital e advogamos a favor da permanência do idioma nos ciberespaços já conquistados por ele. Igualmente, pretende-se notar a necessidade de expandir o português a todos os interessados em aprendê-lo ou trabalhar com o idioma. Portanto, salienta-se o ambiente que propicia as tarefas mencionadas e respectivas sugestões para uma expansão maior do idioma no mundo digital.

O ambiente a qual se faz referência é aquele onde já não há mais espaço para qualquer perspectiva monoglota, o que vigora hoje no mundo digital é um *approach* plurilinguístico. Afinal, desde a invenção da rede de dados e da substituição de tecnologias analógicas por tecnologias digitais, a partir dos anos 70 do século passado, há uma reinterpretação dos textos, das imagens e dos sons. No começo desse processo de convergência tecnológica entre as tecnologias analógicas e digitais, os materiais textuais, imagéticos e sonoros podiam ser lidos e interpretados apenas pelos computadores. No entanto, hoje a realidade virtual está presente ainda mais através dos celulares, *tablets*, videogames, etc. O que claramente reconfigura o uso que se faz das línguas. Em definitiva, o mundo digital caminha lado a lado com as línguas e para que estas marquem presença neste ciberespaço é importante que estejam bem equipadas tecnologicamente, atendendo as demandas dos novos espaços linguísticos que já ultrapassam a geografia física. De tal modo, pretendemos repensar as estratégias para que a língua portuguesa esteja ainda mais presente nessa “B@bel digital”, como propõe Menezes¹³⁸ (2013).

Porém, como se pode medir a *vitalidade linguística* de uma língua no ciberespaço? Utilizam-se os parâmetros feitos pela UNESCO e assinalados por Menezes (2013) com o intuito de refletir sobre a situação do português em relação a tais critérios de medida.

¹³⁸ Menezes, Cláudio. Multilinguismo no Ciberespaço: a participação do português numa b@bel digital?. In: Oliveira, M.G. (2013). A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/8490678-Plato-Numero-3-Volume-2-Coloquio-de-Guaramiranga-V02/>>. Acesso em: 26 outubro, 2016.

Tabela 10: Critérios da Unesco para Medir a Vitalidade Linguística.

Critérios UNESCO para medir a vitalidade, perigo, sobrevivência ou revitalização de uma língua
Transmissão intergeracional da língua
Número absoluto de falantes
Proporção de falantes em relação ao total de uma população
Mudanças dos domínios de uso da língua
Resposta a novos domínios e à língua
Disponibilidade materiais para educação e alfabetização numa língua
Atitudes governamentais e institucionais e políticas, incluindo seu estatuto e uso oficial
Atitudes dos membros de uma comunidade em torno da sua própria língua
Quantidade e qualidade da documentação (na e sobre uma dada língua)

Segundo Menezes (2013), há dois estudos que servem de *referência para conhecer a situação de algumas línguas no mundo digital*. O primeiro desses estudos foi desenvolvido por Daniel Pimienta, Daniel Prado e Álvaro Blanco, autores estes a quem fizemos menção páginas atrás. O segundo estudo se trata do censo elaborado periodicamente pelo *Language Observatory Project*, que tem como coordenador o Professor Yoshiki Mikami da Universidade Técnica de Nagaoka no Japão. Assim como fez Menezes, reutilizamos duas tabelas que nos servem para elucidar as devidas medidas que devem ser tomadas a fim de se aprimorar as políticas linguísticas, que olham pela presença da língua portuguesa no mundo digital. A primeira tabela conta com dados extraídos da União Latina (2000), do Internet Word Stats (2005) e da Funredes (2005). Ademais, essa mesma tabela apresenta indicadores que podem variar entre aqueles de valores exatos e precisos ou de valores estimados.

Tabela 11: Indicadores para as línguas na internet (2007).

	EM	ES	FR	IT	PO	RO	AL	CAT	Total
Falantes (milhões) ¹	670	400	130	60	205	30	120	9	6.607 ²
Falantes em % da população mundial	10,1%	6,1%	2,0%	0,9%	3,1%	0,5%	1,8%	0,1%	130% ³
Internautas por língua (milhões) ⁴	366	102	58	31	47	5	59	2	1.154 ⁵
Internautas em % de falantes	54,6%	25,4%	44,9%	52,3%	23,1%	16,5%	49,1%	23,1%	17,5% ⁶
Internautas em % da população mundial	5,5%	1,5%	0,9%	0,5%	0,7%	0,1%	0,9%	0,0%	17,5%
% de internautas por língua	32%	9%	5%	3%	4%	0%	5%	0,2%	130%
% de páginas Web por língua ⁷	45,0%	3,8%	4,4%	2,7%	1,4%	0,3%	5,9%	0,1%	100%
Produtividade linguística por língua ⁸	1,42	0,43	0,87	0,98	0,34	0,66	1,16	0,74	1
Páginas Web por internautas em uma língua determinada	4,44	0,63	2,24	2,93	0,45	0,62	3,25	0,96	

(Fonte: Menezes, 2013: 99)

Com relação a segunda tabela, adiantamos que os dados são retirados de um estudo longitudinal de 12 anos. Esse estudo mede a diversidade linguística na internet e compara a presença de determinadas línguas na rede com a presença do inglês. Ambas tabelas oferecem dados satisfatórios para se afirmar que a presença da língua portuguesa no mundo digital é muito significativa e tende a aumentar. No entanto, para que isso aconteça é importante que haja mais investimento de tempo, financeiro e esforços por parte de todos os que se beneficiam com a presença do português no ciberespaço, ou seja, os membros da CPLP. No fim das contas, são esses os responsáveis pelo planejamento e pela política linguística da língua. Também vale à pena ressaltar que a tentativa de manter a vitalidade linguística do português conta com um diálogo com as demais línguas. Não se trata apenas de expandir o português sem se preocupar em atender as exigências plurilinguísticas da atualidade, que se fazem presente em quase todos os contextos, virtuais ou geográficos.

Tabela 12: Presença na web de línguas estudadas em comparação com o Inglês.

Table 6: Web presence of studied languages compared to English

	SP	FR	IT	PO	RO	GE	CAT
09/98	3.37%	3.75%	2.00%	1.09%	0.20%		
08/00	8.41%	7.33%	4.60%	3.95%	0.37%	11.00%	
01/01	9.46%	7.89%	4.93%	4.44%	0.33%	11.43%	
10/01	11.36%	9.14%	6.15%	5.61%	0.36%	14.08%	
02/02	11.60%	9.60%	6.51%	5.62%	0.33%	14.41%	
02/03	10.83%	8.82%	5.28%	4.55%	0.23%	13.87%	
02/04	10.30%	10.18%	6.09%	4.36%	0.41%	15.35%	
03/05	10.23%	11.00%	6.77%	4.15%	0.37%	15.42%	
11/07	8.45	9.80%	5.92%	3.09%	0.63%	13.12%	0.30%

(Fonte: Pimienta, Daniel *et al.* In: Twelve years of measuring linguistic diversity in the Internet).

11.8 Por uma logística virtual e expansionista da língua portuguesa.

Para que a língua portuguesa esteja presente no mundo virtual de maneira realmente significativa, ou seja, para que esta língua possa representar os países da CPLP no contexto de diversidade linguística digital, se faz necessário seguir certas etapas. Entre elas destacamos o desenvolvimento de *softwares*, *hardware*, de conteúdo nessa determinada língua e o desenvolvimento de conteúdos locais digitalizados (Menezes, 2013: 102). No caso da língua portuguesa, pode-se afirmar que a mesma já ultrapassou algumas das etapas prévias, como a escolha de um sistema de escrita (*script*) e a elaboração de um sistema ortográfico.

Após ultrapassadas as etapas de inserção de uma língua no mundo digital, é importante que haja a manutenção da mesma e uma promoção diligente que garanta a vitalidade do idioma no

ciberespaço. Ao citar o trabalho de da Costa Carvalho e Schlatter¹³⁹ (2011), Menezes (2013: 103) seleciona algumas das ações tomadas pelo Brasil que garantem a difusão do português no contexto internacional. Entre elas: os Grupos de Ensino e Pesquisa de Português Língua Adicional no Brasil, Políticas de Promoção da(s) Língua(s) no MERCOSUL, Ações de Cooperação na Área Educacional para a construção de uma região bilíngue, Projeto Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira (PEIBF), Associação de Universidades – Grupo de Montevideu (AUGM), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e o Curso de Espanhol-Português para Intercâmbio (CEPI).

Ademais dessas ações de promoção da língua portuguesa, destacam-se no nosso trabalho iniciativas como a da Universidade de Brasília. Através de seus departamentos de linguística, português e línguas clássicas, de línguas estrangeiras e tradução, de teoria literária e literaturas, a UnB vem realizando um trabalho exemplar. Exemplos de seus programas são: o PEPPFOL e o PBSL.

“O primeiro desses programas, o PEPPFOL, oferece cursos de Português a toda a comunidade estrangeira da capital federal e a alunos conveniados. Desenvolve, também, projetos de Formação Inicial Continuada para os alunos brasileiros dos cursos de Letras da UnB, além de realizar pesquisas nas áreas de ensino-aprendizagem da língua portuguesa e da cultura brasileira, de formação de professores e da inserção de novas tecnologias da comunicação (TIC) para o ensino de português a falantes de outras línguas. [...] Um aspecto a destacar nessas atividades do Instituto de Letras da UnB é o novo Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da Informação (LEA-MSI, <http://let.unb.br/lea>), criado no Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução.

Criado na esfera do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni, <http://reuni.mec.gov.br>), esse Bacharelado, além da plataforma linguística e suas respectivas culturas, se compõe de três eixos temáticos: áudio-visual, terminologia e multilinguismo digital.” (Menezes, 2013: 104).

¹³⁹ da Costa Carvalho Simone; Schlatter Margarete. Ações de difusão internacional da língua portuguesa. Cadernos do IL. 2011 Jun (42):260-84. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/download/26027/15240>. Acesso em: 26 outubro, 2016.

11.9 O exemplo a ser seguido: Centro Virtual Camões.

O Instituto Camões tem realizado atividades exemplares na promoção da língua portuguesa pelo mundo. Depois da criação do CVC, a contribuição do instituto para a divulgação do português aumentou ainda mais. Entre as áreas que se adaptaram às novas transformações trazidas pela tecnologia, o sistema de ensino e aprendizagem de uma língua exige um novo cenário e uma nova sala de aula, o ciberespaço. Assim sendo, gostaríamos de apresentar as principais linhas de atuação do CVC, que é um dos grandes aliados na difusão e ensino do português na Europa e em outros continentes.

Segundo Vaz (2013), o Centro Virtual Camões tem em média 500 mil acessos mensais. Entre os interessados em aprender o português, ensinar ou estudá-lo, o público que busca o site do instituto comprova a visibilidade do português através de suas visitas. Em sua comunicação, Vaz analisa o trabalho do CVC a partir das estratégias propostas pelo Plano de Ação de Brasília para promover e difundir o ensino da língua portuguesa. De acordo com a linha de divulgação da língua portuguesa, realizada pelo CVC, o Instituto Camões se responsabiliza por ampliar a *oferta de aprendizagem a distância*, do português. Seus cursos que variam desde os níveis mais básicos aos mais avançados, são destinados a alunos estrangeiros com interesse em aprender a língua. Ademais, o CVC está encarregado de criar conteúdo e serviços *online* nas áreas da informação cultural, *incluindo conteúdos para apoio dos docentes de PLE*.

Seguindo a linha de pesquisa e ensino proposto pela Dinamarca no ano de 2009, o Instituto Camões usa o conceito de *flexieducation* para superar *os desafios das alterações demográficas e do progresso tecnológico*. Tal conceito tem como intuito promover uma educação flexível que abarque os diversos modelos educacionais, desde os mais formais aos mais flexíveis e inovadores, como o modelo de *E-learning*, por exemplo. Para corresponder às expectativas do modelo de educação flexível, o instituto referido conta com parceria de universidades e seus pesquisadores para coordenar projetos nos três seguintes eixos: *espaço do saber, espaço de criação de saber e espaço de formação*. Com relação ao *Espaço do Saber*, o CVC se ocupa dos projetos: biblioteca digital, bases temáticas e exposições virtuais. Referente ao segundo eixo, o do espaço de criação de saber, o CVC pretende divulgar os trabalhos sobre a língua e cultura portuguesa realizados por acadêmicos, publicando estes trabalhos na Biblioteca Digital Camões. O instituto virtual foca *na*

promoção e disponibilização de Tecnologias de Informação Linguística do Português. Por fim, com relação ao terceiro e último eixo, o do espaço de formação, o CVC se responsabiliza pelo desenvolvimento de cursos nas áreas de aprendizagem e formação em língua portuguesa, bem como de sua literatura e cultura geral. (Vaz, 2013: 108-110). Mais especificamente, na área de formação, o CVC oferece cursos em três áreas:

Tabela 12: Cursos do CVC na área de Formação.

Ensino	Tradução interpretação	Cultura
Ensino e Aprendizagem do Português Língua Segunda	Tradução e Tecnologias de Informação Linguística	Pós-graduação em Cultura Portuguesa Contemporânea
Materiais Interativos para Português Língua Segunda na Web 2.0	Interpretação de Conferências	Literatura Dramática Portuguesa Contemporânea
A Nova Norma Ortográfica da Língua Portuguesa		A Novíssima Poesia Portuguesa e a Experiência Estética Contemporânea
Pragmática Linguística e Ensino do Português: A Comunicação Oral e Escrita		Literaturas Africanas de Língua Portuguesa
Formação de professores na e para a intercompreensão através de práticas colaborativas on-line		Estudos Pós-Coloniais: Atlânticos Sul
Meio século de literatura		Patrimônios de Influência Portuguesa
		Primeira República e Republicanismo

Fonte: (Vaz, 2013: 111)

Devido ao êxito das atividades realizados pelo IC, alguns de seus cursos são creditados com os ECTS pelas universidades parceiras do Centro de Formação de Professores do IC. O que

significa que ao realizar cursos de formação profissional no instituto, os alunos / profissionais podem se beneficiar da parceria entre ambas instituições reutilizando os créditos obtidos no curso do IC em suas universidades de destino.

Outro projeto que também merece aplausos é o *Ensino de Português no Estrangeiro, 3º ciclo e secundário (14 – 18 anos)*, que aprimorará o conhecimento dos professores de português como língua estrangeira em países como a Alemanha, Andorra, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido, Suíça e outros. (Vaz, 2013: 112).

Em linhas gerais, gostaríamos de parabenizar o trabalho que tem sido realizado pelo Instituto Camões e pelo seu Centro Virtual Camões. Sua determinação serve de exemplo a todos os países membros da CPLP, que também têm como responsabilidade o ensino da língua portuguesa em diferentes contextos.

11.10 Instituto Machado de Assis.

Assim como a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa se dedicam a divulgação da língua portuguesa, o Instituto Machado de Assis também cumpre o mesmo papel. Aquelas duas primeiras realizam este trabalho através da edição de dicionários de referência, respetivamente o Dicionário da Academia Brasileira de Letras e o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Já no caso do IMA, sua tarefa principal é a de:

“[...] formular e coordenar as políticas de promoção da língua portuguesa no Brasil e no mundo; induzir, catalisar e organizar a pesquisa em língua portuguesa; ser referência em língua portuguesa para o ensino e formação de professores e promover atividades científicas e culturais visando à promoção e difusão da língua.

Em consonância com as diretrizes político-pedagógicas de ensino, pesquisa e formação de professores em língua portuguesa, elaboradas pela Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (Colip), o IMA tem o objetivo de formular e coordenar as políticas para a língua portuguesa em quatro eixos: difusão e ensino; documentação; pesquisa e políticas.

Em consonância com o Ministério das Relações Exteriores, o IMA difunde a língua portuguesa em quatro frentes: nos países não lusófonos; em colaboração com a

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); por meio de projetos e acordos culturais e em países estrangeiros onde vivem minorias brasileiras.”¹⁴⁰

Acreditamos que a proposta do IMA é válida, afinal, qualquer contribuição com a promoção linguística do português nos parece interessante. No entanto, ao compararmos a qualidade do serviço *online* oferecido por esse instituto com o IC, percebemos uma imensa diferença. Esperava-se um site e um instituto que oferecesse cursos, materiais e boletins sobre a situação da língua portuguesa através da perspectiva brasileira, assim como acontece com o IILP. Por mais que este último seja limitado com relação ao conteúdo didático que oferece, ao menos é um começo. O que se sugere nestas linhas é que o Brasil e o MEC se empenhem mais em aprimorar esta plataforma de promoção linguística do português no mundo digital.

Ao avaliarmos o conteúdo da página do IMA no site do MEC nos deparamos com um link da Colip que apresenta a portaria número 4.056. Nesse documento, se encontra a informação de que o MEC reconhece *que a promoção da língua portuguesa e de todo o múltiplo patrimônio linguístico do país é uma questão do Estado Brasileiro e de sua Soberania*. Seguindo com as informações do mesmo documento, se encontram as informações de que o estado brasileiro é o responsável por estruturar o projeto de criação do IMA, assim como de divulgar a língua portuguesa, através de políticas linguísticas conjuntas com o Ministério da Cultura. Contrário ao que se previu na VII Cimeira Luso-Brasileira, realizada na cidade do Porto no dia 13 de outubro de 2005, o IMA ainda não possui uma plataforma *online* e não cumpre, portanto, com sua tarefa de promoção linguística. Em uma entrevista concedida no ano passado, 2015, disponível no blogue do IILP, o então ministro da cultura brasileira, Juca Ferreira, mencionou a intenção do Brasil em criar de fato o IMA.

Que fique claro que a intenção aqui ao avaliar a atuação de tal instituto não é sinônimo de insensibilidade. Sabemos que o Brasil tem que investir em outras prioridades mais básicas do que a divulgação do idioma, como o próprio ensino em geral no país. Mas, cremos ser necessário fazer uma análise mais realista sobre as propostas feitas pelo estado brasileiro com relação a política linguística. Principalmente aquela que privilegia a promoção do português, quer na rede ou não.

¹⁴⁰ Instituto Machado de Assis. Ministério da Educação. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12319:ima>>. Acesso em: 01 novembro, 2016.

Supõe-se que a procrastinação de estratégias e ações esperadas do IMA, MEC, e do estado brasileiro, apenas atrasam a avanço social e econômico que o Brasil poderia conseguir com a visibilidade da língua portuguesa.

11.11 Ações futuras pela presença da língua portuguesa na internet.

Acreditamos ter passado um panorama sobre a presença da língua portuguesa no mundo digital hoje, e ter proporcionado uma reflexão sobre as ações a serem tomadas pela CPLP para manter a língua viva no mundo digital. Logo, oferecemos agora outra reflexão que está correlacionada com as anteriores, definir as ações futuras para a vivacidade da língua no ciberespaço.

Utilizamo-nos da metáfora de Miguel (2013) que compara a internet com as caravelas de ontem que expandiram nosso idioma além-mar. A transmissão linguística de antes, hoje se dá de forma mais democrática. Ao falarmos em divulgação do português pelo mundo hoje, estamos nos baseando em uma política linguística respeitada que foi desenvolvida pela CPLP e seus países membros, mas que precisa de reajustes. Tal política linguística para a difusão do português no mundo hoje, e na internet, acontece de forma democrática e liberal, sem atingir ou prejudicar qualquer estado e seus cidadãos / falantes.

“A dimensão da língua portuguesa no mundo virtual parece estar condicionada, entretanto, ao desenvolvimento socioeconómico, científico e tecnológico das nossas sociedades, o que passa necessariamente pelo fortalecimento das instituições nacionais. Neste caso, o conhecimento das potencialidades particulares de cada país, nos domínios em apreço, afigura-se como uma premissa fundamental. Contrariamente ao passado, nos nossos dias, deve-se respeitar a identidade de cada povo, que se revê na língua portuguesa, refreando os interesses de carácter meramente hegemónico e comercial. Este facto pressupõe, portanto, o reconhecimento das especificidades sociolinguísticas de cada país membro da CPLP, o que passa, por exemplo, pela inserção das terminologias científicas e técnicas locais no português comum a usar na internet e noutros meios digitais.” (Miguel, 2013: 114).

Por reconhecer como fundamental a presença da língua portuguesa na internet e no mundo digital, se realizou nos dias 23 a 26 de abril de 2012, o *Colóquio Internacional de Guaramiranga*. Esse evento teve como tema principal *A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital*, do qual se obteve a *Carta de Guaramiranga* que define as diretrizes para a expansão e manutenção da língua portuguesa no ciberespaço e no mundo digital.

A ciência e as TICS são hoje consideradas algumas das promotoras de nossa língua pelo mundo. Quer através da internet ou de outras ferramentas digitais, nossa língua se faz presente nos novos territórios trazidos pela tecnologia e pela virtualidade. A língua portuguesa une a todos os falantes dos países membros da CPLP e se expande a cada vez mais, atingindo a outros falantes de diversas línguas que por inúmeros motivos mantêm contato com o idioma. Não há dúvidas de que a internet e outras tecnologias são algumas das facilitadoras do contato linguístico que antes era apenas físico.

“É consabido que o desenvolvimento multissetorial de todo e qualquer país passa, nos dias de hoje, pela implantação e uso das tecnologias de informação e comunicação, tendo como vector a língua, que deverá servir de elemento de “charneira” na articulação desses meios com a sociedade. Entretanto, para que a língua possa desempenhar o seu papel central/mediador, precisa de acompanhar essa dinâmica, o que pressupõe necessariamente ajustá-la aos desafios do momento.

Inúmeros são os meios ou recursos tecnológicos que viabilizam esse propósito da língua portuguesa e de outras, destacando-se os seguintes: uso da língua em espaços virtuais (sítios da internet, blogs; chats; redes sociais), ensino à distância, conteúdos multimídia (videoconferência, DVD, CD...), telecomunicações, investigação científica, etc. Em suma, hoje, a internet e todos estes meios ajudaram a transformar as relações linguísticas unilaterais do passado em relações multilaterais/transversais.” (Miguel, 2013:117).

No caso do Brasil, sabemos que há muito a ser feito ainda para que a língua portuguesa ganhe mais visibilidade no mundo digital. Apresentamos nossas considerações sobre o papel do IMA há alguns instantes, que poderia fazer muito mais para cumprir com as expectativas das políticas linguísticas propostas pela CPLP e pelo IILP, à moda do IC. No entanto, há algumas iniciativas já tomadas no Brasil que propiciam mais visibilidade à nossa língua pelo mundo inteiro. Entre estas iniciativas destacamos outra vez a TV Brasil, gerida pela EBC. Com iniciativas como esta quem sai ganhando é a língua portuguesa, e assim como menciona (Miguel, 2013: 117), *estes meios facilitam a expansão e a divulgação da língua e interação entre os falantes de português*.

A presença e a vitalidade linguística do português na internet e no mundo digital dependem das políticas linguísticas da CPLP, e daquelas criadas em particular por cada um de seus estados membros. A visibilidade da língua na rede e no mundo digital hoje reflete a realidade socioeconômica, científica e tecnológica dos países que a tem como língua oficial. Ao citar o Professor João Caetano da Universidade Aberta, Miguel (2013:118) ressalta que “uma língua não pode ser mais forte que os países que a sustêm. Na medida em que os países crescerem em importância no palco mundial, também o português crescerá”. Portanto, é necessário que todos os países da CPLP, não somente Portugal e Brasil, se comprometam o mais rápido possível para que nossa língua se consolide na era digital que é um novo espaço para as línguas.

Reconhecemos que cada estado da CPLP têm a sua limitação socioeconômica e que investir em estruturas sociais mais básica é mais urgente. Porém, enfatizamos que hoje língua e desenvolvimento social e econômico caminham lado a lado de mãos dadas¹⁴¹. Assim como reconhece Mário Filipe do IC (*apud* Miguel, 2013:118), no futuro o peso de uma língua será avaliado pela força econômica de um estado ou comunidade, pelo seu avanço científico e pela sua qualidade institucional e não apenas pelo número de falantes que ela possa vir a ter.

Se todos os membros da CPLP se unirem em respeitar as variedades linguísticas que enriquecem o português e os cenários nos quais nossa língua se faz presente com outras línguas autóctones, seremos capazes de contribuir de uma maneira efetiva com a divulgação de nossa língua. Orçamentos, despesas e lucros devem ser cautelosamente analisados, já que toda e qualquer política linguística exige investimento financeiro. E com relação aos países da CPLP, os números referentes a estas avaliações financeiras não são muito satisfatórios, já que a maioria desses países ainda se encontram em fase de desenvolvimento, quando não em subdesenvolvimento. Ao investirmos na promoção da língua e sua manutenção no mundo digital, estamos realizando um exercício linguístico que projeta nosso idioma cada vez mais no cenário internacional. Assim sendo, dependemos dos esforços dos responsáveis pelas políticas linguísticas do português para reescrevermos o futuro do nosso idioma e conseqüentemente de nossas nações.

¹⁴¹ Para informações e exemplos de engajamento social e econômico de outro membro da CPLP na jornada dos trabalhos com a internet e digitais, consultar Miguel (2013). O autor oferece amostras de projetos realizados pelo governo angolano, e por instituições do mesmo país, que incentivam o avance tecnológico e a vitalidade linguística do português na rede e no mundo virtual.

Conclusão.

As discussões ao redor das políticas linguísticas como um todo geram debates éticos, obviamente políticos, e de carácter legal por onde passam. Quer na CPLP, no Mercosul, na União Europeia ou na União Africana, por exemplo, não se medem esforços para se criarem políticas linguísticas que representem a(s) língua(s) de uma comunidade e jurisdição específicas. Se por um lado essas entidades se empenham em criar uma agenda político-linguística, por outro lado nem todos seguem as medidas elaboradas para garantir o bem de suas línguas e culturas. Por esse motivo, parece-nos importante desenvolver estudos sobre a necessidade de se implementar políticas linguísticas na área da língua portuguesa. Por isso, com nossa tese, realizamos este estudo modesto afim de que nossas reflexões cheguem aos ouvidos e às mãos daqueles, que assim como nós, nos preocupamos com o futuro da língua portuguesa.

Pelo fato de o português não ser uma língua minoritária, muito pelo contrário, as estratégias de preservação da língua podem ser deixadas em segundo plano. O que é enfatizado aqui é a estratégia de divulgação, de difusão da língua. Ainda que o verbo *preservar* tenha uma proximidade semântica com a preocupação da existência da língua, nos valemos deste verbo apenas quando *preservar* remete ao ato de *perpetuar*. Em outras palavras, favorecemos a criação de vínculos da língua portuguesa não somente com os seus falantes nativos e onde a língua já é reconhecida como idioma oficial. Mas também, talvez até principalmente, com aqueles com quem o português pode chegar a se vincular, ou seja, os países e espaços que abrem os braços para o potencial da nossa língua.

Portanto, o que se pretendeu no presente trabalho foi um estudo que a partir de agora passará a proporcionar mais reflexões sobre a importância da língua portuguesa no cenário mundial. Sobretudo a variedade brasileira da língua, que sob responsabilidade do Brasil, tem grandes chances de mostrar a cultura da lusofonia pelo mundo e conseqüentemente contribuir para a representatividade cultural e linguística de ambos, país e comunidade.

Constatou-se durante a realização deste trabalho que o que falta ao Brasil, a Portugal, a todos os outros países de língua portuguesa, e inevitavelmente à CPLP, é coerência e coesão na realização dos planos para a divulgação do português. Após vinte anos de CPLP, o português se vê prejudicado culturalmente, assim como os países que fazem parte da comunidade se veem

prejudicados economicamente perante as políticas expansionistas de outros idiomas como o espanhol, francês, inglês, chinês, entre outros. É necessário que todos os agentes envolvidos no processo de divulgação e expansão da língua partam para o pragmatismo e não sejam movidos apenas pelo plano das ideias.

Ademais do que acabamos de mencionar e que denominamos de pragmatismo político-linguístico, ressaltaremos alguns dos tópicos discutidos, elucidando nosso modelo estratégico para a divulgação da língua portuguesa. Modelo esse que está sujeito a futuras reformulações e aprofundamento teóricos.

Primeiramente, aconselhamos que os órgãos responsáveis pela expansão da língua portuguesa, CPLP, Brasil e Portugal repensem a maneira como têm agido para alcançar dita difusão linguística. Notamos que dos documentos derivados das várias reuniões que a CPLP organiza, muito do que se discute fica no papel ou então tarda muito a ser concretizado, como o próprio IILP. O instituto foi criado como a plataforma de divulgação da língua, no entanto, apesar de seu entusiasmo em concretizar as tarefas a ele destinadas, tem sido limitado pela falta de investimento, por exemplo. Ao constatarmos que a primeira reunião para a criação do IILP aconteceu em 1989 em São Luís do Maranhão – Brasil, e que somente em 2002 é que o instituto passou a ter delimitada suas diretrizes e bases jurídicas para poder atuar à favor da língua, nota-se o grande vazio que recém mencionamos, o de colocar na prática a teoria.

Em seguida, explicita-se o quão importante é a consagração de uma política linguística que crie oportunidades e condições para a divulgação do português. Ao constatar os inúmeros problemas que o português tem enfrentado com relação à sua visibilidade no cenário internacional, sugerimos que seja posta em prática os planos para a língua, como já explicitamos, no entanto com data e hora marcadas para tais feitos. Ou seja, ao se pensar em divulgação do idioma a níveis nacional e internacional, é necessário que se reconstrua as possibilidades de acordo com cada contexto em que a língua esteja presente. No caso do Brasil, por exemplo, é necessário que se invista mais em educação, tanto no ensino da língua como no de outras matérias, já que a situação educacional no país precisa de reformas, referimo-nos ao ensino público do país e também ao ensino do português em conjunto com as outras línguas que coexistem no país, sejam elas indígenas ou imigrantes. Com relação à CPLP, um bom exemplo de ação a ser concretizada, contando com os cumprimentos de prazos, é o aumento de incentivo de atividades de ensino do

português enquanto língua estrangeira. Se a comunidade, por exemplo, exigir que cada país incentive e mantenha mais programas de leitorado em países estrangeiros, há uma chance maior de que o interesse acadêmico e científico pelo nosso idioma evolua. Continuando nessa linha de português como instrumento de criação de conhecimento científico-acadêmico, observamos também a extrema necessidade de se investir em pesquisas em português e sobre o português; o que se aplica para todos os países membros da CPLP. Ainda sobre atingir os prazos desejados e pré-estipulados, vemos que consequências ao não cumprimentos dos mesmos podem servir para melhorar a ‘tranquilidade’ que paira entre os países da CPLP em concretizar os planos pró-língua. Assim como fizeram autores como Silva (2005: 526), o que constatamos desde o início dessa pesquisa é a “notória inadequação entre o discurso e a ação” da CPLP. Assim sendo, sugerimos que mais ações sejam realizadas para que a meta final da promoção da língua portuguesa aconteça, a de tornar a língua um idioma internacional.

No caso da promoção da língua portuguesa e dos benefícios que essa expansão pode trazer para os países membros, a teoria não tem porque ser formulada se não for levada à prática. Organizações do porte da CPLP, que estão compostas por países com uma mesma língua e até mesmo uma história muito parecida e partilhada, têm o potencial para criar um poder econômico através dessa mesma língua e de suas culturas. Como acentua Sanches (2014:19), a língua portuguesa tem grande influência no oceano Atlântico em conjunto com o inglês e o francês. Investir na expansão da língua portuguesa em zonas como a citada anteriormente, é propagar democracia e melhorias sociais a todos. Ainda seguindo com as conclusões de Sanches, com as quais concordamos, nossa língua é estrategicamente bem localizada e atrativa aos estados daquele oceano. No entanto, o que se tem feito até agora para aproveitar todo o potencial da língua não tem se mostrado suficiente, ainda que Brasil e Portugal estejam empenhados em oferecer mais ao português. Passar da teoria à prática é ação cabal para que todos os planos para a língua sejam validados. Logo, implementar novas vias de realização dos planos políticos linguísticos para o português é medida que demanda certa urgência.

A criação da CPLP aconteceu por causa da língua portuguesa, portanto, pressupõe-se que todos os países membros são conscientes do valor da sua língua, culturalmente e economicamente no mundo hoje. Assim sendo, destaca-se a importância de enxergarmos a língua com uma ferramenta capaz de aumentar a mobilidade linguística e econômica dos falantes do português. Mas a pergunta que se perpetuou durante a elaboração deste estudo é justamente se a CPLP e o

Brasil realmente querem e sabem aproveitar todo o potencial aderido pela língua durante seus anos de história? A língua portuguesa precisa sentir que seus representantes estão, de fato, trabalhando em prol de sua expansão. Somente assim a língua poderá mostrar e usufruir de todos seus atributos sociais, culturais e econômicos, o que só será possível com a concretização dos muitos planos para a língua. A língua portuguesa somente será promovida como língua internacional no momento em que se concretizarem os ideais da CPLP, o que depende exclusivamente da própria comunidade, ou seja, de todos os seus países membros.

Somos cientes de que para a implementação de planos políticos, sejam eles linguísticos ou não, é necessário que sejam investidos tempo e dinheiro. Logo, ao analisarmos as ações da CPLP e do Brasil para a promoção fomos obrigados a questionar o investimento financeiro já feito pela língua portuguesa. De acordo com nossas análises, vemos que há mais uma vez, a falta de coerência entre investimentos e resultados. Se todo o tempo e o capital já investido para a promoção da língua portuguesa fosse eficaz, a língua já estaria em outro patamar em sua divulgação, e como antes, o IILP aqui também serve de exemplo. Como pode um instituto internacional, que se responsabiliza por uma tarefa tão importante como a promoção internacional da língua portuguesa, sobreviver em meio a falta de suporte financeiro e técnico? Espera-se que agora com a presidência da CPLP nas mãos do Brasil para os próximos anos, o português brasileiro possa disfrutar de mais prestígio internacional como se esperava no momento da criação da comunidade. Em consequência, as outras variedades da língua também serão representadas internacionalmente, já que a língua é única. Portugal tem feito um trabalho excelente para a promoção do idioma através das iniciativas do governo português e do aclamado Instituto Camões. No entanto, outros países, que assim como o Brasil, necessitam se comprometer na empreitada de expansão do mundo da lusofonia.

A discussão relacionada com o ensino do idioma no Brasil é um dos outros grandes problemas para que melhor se represente a língua portuguesa. Fizemos aqui uma discussão sobre a metodologia de ensino do idioma, o que contribui para uma melhor relação do aluno falante do português com sua língua materna, afim de que possa se relacionar com esta de maneira mais autêntica, o que ajuda a melhorar a representatividade do binômio língua e identidade cultural. Consequentemente, ao se identificar melhor com a sua língua e sua cultura, o aluno brasileiro se sentirá mais consciente da importância daquela dicotomia e se apropriará mais de suas raízes linguísticas e geográficas, não se subjugando aos interesses alheios, quaisquer que eles sejam.

Comprova-se a máxima de que sem educação, não há nação. Com relação ao ensino da língua portuguesa nos PALOP, apresentamos apenas uma pequena observação já que um estudo detalhado sobre como se ensinar e aprender o português na África resultaria em um outro trabalho doutoral, devido à complexidade do assunto.

Ademais, centrando-nos no nosso objeto específico de estudo, refletimos sobre a relação do Brasil com a CPLP, explicitando que a agenda política externa do país tem outras prioridades, como suas relações com os países do sul, entre eles seus vizinhos do Mercosul e países africanos como a África do Sul. Ao termos cedido espaço para os capítulos que tratam do papel do Brasil na divulgação da língua e de suas relações políticas com o Mercosul e outros países do hemisfério sul, pudemos acrescentar em nossa discussão o seguinte argumento: embora o Brasil faça parte da CPLP e seja um dos grandes promissores para o futuro da língua portuguesa, esse mesmo país acaba por colocar em segundo plano a comunidade e a própria língua. O que se dá pelo fato de o país ainda ser um ‘gigante’ em desenvolvimento e ter outras prioridades em resolver seus problemas sociais, econômicos e políticos. Não vemos o Brasil aqui como um vilão para a língua portuguesa, ainda que sejamos conscientes do diferencial que o país pode oferecer a língua e que por razões plausíveis não o faz. Devido à sua situação social e econômica, o país tem que priorizar atendimentos básicos. Portanto, entendemos que milhões de cidadãos brasileiros sofrem com problemas estruturais básicos como a falta de educação de qualidade já mencionada, a falta de um sistema de saúde, a falta de segurança urbana, etc. Pensando que um dos propósitos da CPLP é gerar melhor qualidade de vida aos cidadãos falantes do português, podemos argumentar que o Brasil cumpre com o seu papel, se acreditarmos que o governo investe tempo e dinheiro para solucionar os problemas recém mencionados. Uma vez que ditos problemas imploram por resoluções mais imediatas e urgentes, compreende-se que a língua portuguesa acabe sendo deixada ‘de lado’. O cenário perfeito seria uma mudança estrutural na política brasileira que contemplasse tanto as soluções necessárias para sanar os problemas socioeconômicos que fazem parte da rotina dos brasileiros, e que consequentemente conseguisse contribuir para a concretização dos ideais da CPLP para o português.

Entre os ideais propostos para a divulgação do idioma, encontra-se a presença da língua portuguesa em suas diásporas, como mantê-la em ambientes estrangeiros e como propagá-la? Por ser o ambiente das diásporas de extrema importância em divulgar nossa língua e identidade cultural, apresentou-se nesta tese uma avaliação do papel do governo brasileiro, mais

especificamente do Ministério da Educação e Cultura, ao se examinar as atividades de promoção linguística e cultural realizadas por ambos. Pode-se constatar que a cidade de Madri, que é um dos destinos mais procurados por brasileiros emigrantes, é um excelente exemplo de como se difundir o português. Iniciativas como a Casa do Brasil e da revista BrazilcomZ servem de arquétipo para a representatividade da língua e da cultura brasileiras no mundo. Assim sendo, criar mais ações como as que aqui analisamos são de grande valor a todos os interessados em expandir o português pelo mundo e de finalmente proporcionar ao português o estatuto de língua internacional que há tanto tempo espera alcançar.

Outros dois tópicos também importantes para concretizarmos o modelo estratégico de política linguística aqui proposto, são os investimentos em criar mais oportunidades para a língua portuguesa no setor acadêmico-científico e no mundo do trabalho. Em realidade, pensamos nos dois pontos aqui debatidos como uma via de mão-dupla, pois sabemos que para chegar ao mundo profissional, a língua deve passar pela academia e ser vista como um idioma de ciências. De tal modo, faz-se necessário a valorização da língua nesses ambientes que definem a cada instante o futuro das línguas em geral.

O tema que completa o modelo estratégico que vimos discutindo refere-se à presença do português no mundo digital, que assim como os dois tópicos discutidos no parágrafo anterior representa o futuro das línguas e da representatividade cultural de cada estado. Além de servir como plataforma de expansão cultural e linguística, o mundo virtual gera dia após dia novas oportunidades para se fazer negócios com a línguas. Logo, aumentar a presença do português na rede digital e virtual, proporcionará novas oportunidades de inserção socioeconômica aos falantes do idioma.

Pensar em todas as etapas propostas neste trabalho de doutorado e chegar a executá-las e estar cientes das oportunidades que são geradas para a língua portuguesa, portanto, trabalhar pela expansão da língua em todos os contextos aqui discutidos é cumprir com as promessas feitas até ao momento pela CPLP e pelo Brasil.

Reconhecemos as ações já concretizadas em favor da língua portuguesa, entre elas, destacamos a criação da própria CPLP, do IILP, do OLP, entre outras iniciativas a favor da língua. Mas, assim como exposto nesta tese, nossa língua pede mais porque pode mais. Uma mostra de que se pode fazer mais pelo português, sobretudo no Brasil, é a concretização do Instituto Machado

de Assis, que mesmo sendo um dos responsáveis pela divulgação do idioma, continua sem fazer muito pela língua e por si mesmo. Quando comparado com o instituto Camões, aquele é visto como um projeto prematuro e primário, o que reflete a imagem do português no Brasil e no Mundo.

Uma vez que a base estrutural de todos os programas, órgãos e institutos responsáveis pela divulgação da língua forem repensados e então suas ações postas em prática, o português poderá, finalmente, gozar de todo o prestígio que lhe é intrínseco. Uma língua que é falada em nove países como idioma oficial, que devido a sua relevância no cenário econômico mundial acabou gerando uma comunidade como a CPLP e que é vista por falantes nativos e estrangeiros como uma língua internacional, merece sair do plano das ideias e ocupar espaços a si destinados. Mesmo que muitos dos problemas não sejam passíveis de serem resolvidos com as políticas linguísticas, é inconcebível desvincular as possibilidades sociais e econômicas geradas por uma política linguística do português.

Se os estados da CPLP são capazes de gerenciar recursos econômicos, naturais, por que não gerir eficazmente sua língua mãe? Há sempre duas saídas em qualquer tipo de negociação política e econômica, o sucesso ou o fracasso. Assim sendo, alertamos aquela comunidade e o Brasil para as duas possibilidades, torcendo para que o êxito seja sinônimo da política linguística pela língua portuguesa. O português depende hoje da ação de órgãos representantes e de seus falantes, que nos terrenos da democracia, são capazes de extrair do idioma o melhor que ele tem a oferecer, uma vez que a identidade cultural e linguística intrínseca à língua portuguesa já foi perpetuada. Acreditamos que para que haja o sucesso na divulgação do português, mudanças políticas são necessárias.

Ao entrarmos em contato com o mundo das políticas linguísticas, pudemos confirmar que há muitas evidências que ajudam a mitigar os problemas na execução da política linguística do português. Assim como em qualquer outro âmbito das relações humanas, sociais, econômicas, as políticas linguísticas para a língua portuguesa contam com uma complexidade que podem gerar resultados não tão satisfatórios. No entanto, ainda continua sendo de suma importância desenvolver trabalho, que como este, produzam teorias plausíveis de serem levadas à prática. Por isso, é que vemos o nosso trabalho e de muitos outros linguistas, como obras essenciais, que dentro de sua modéstia, apresenta soluções, das quais se podem extrair uma única conclusão, o bem e a prosperidade da língua portuguesa, de suas ricas culturas e identidades que nela se renegociam.

Conclusión.

Las discusiones sobre las políticas lingüísticas como conjunto generan debates éticos, obviamente políticos, y de carácter legal sea donde sea. Quiera o no en la CPLP, Mercosur, en la Unión Europea o en la Unión Africana, por ejemplo, no se miden esfuerzos para crear políticas lingüísticas que representen la(s) lengua(s) de una comunidad y jurisdicción específica. Por un lado, esas entidades se empeñan en crear una agenda político-lingüística, y por otro lado no todas siguen las medidas elaboradas para garantizar los bienes de sus lenguas y culturas. Por ese motivo, nos parece importante desarrollar estudios sobre la necesidad de implementación de políticas lingüísticas en el área de la lengua portuguesa. De tal modo, realizaremos este estudio con cautela que para nuestras reflexiones lleguen al oído de los que, como nosotros, nos preocupamos por el futuro de la lengua portuguesa.

Las estrategias de preservación de la lengua podrían quedarse en segundo plano por el mero hecho de que el idioma portugués no sea una lengua minoritaria. Lo que queremos destacar aquí es la estrategia de difusión de la lengua. Aunque el verbo *preservar* tenga una proximidad semántica con la preocupación de la existencia de la lengua, este verbo solo tiene sentido cuando *preservar* remite al acto de *perpetuar* y consecuentemente *prosperar*. En otras palabras, no solo favorecemos la creación de vínculos de la lengua portuguesa con sus hablantes nativos y donde la lengua ya es reconocida como idioma oficial. Sino que también con aquellos con los que el portugués puede llegar a ser vinculado, es decir, los países y espacios que abren los brazos para recibir el potencial de la lengua portuguesa.

Por lo tanto, lo que se pretendió en el presente trabajo fue un estudio que a partir de ahora dejará paso a más reflexiones sobre la importancia de la lengua portuguesa en el panorama mundial. Sobre todo de la variedad brasileña de la lengua, que bajo la responsabilidad de Brasil, tiene grandes oportunidades de mostrar la cultura de la lusofonía por el mundo, y así contribuir a la representatividad cultural y lingüística de ambos, país y comunidad.

Durante la realización de este trabajo, constatamos que lo que le falta a Brasil, Portugal, a los países de lengua portuguesa, e inevitablemente a la CPLP, es coherencia y cohesión en la realización de los planos para la difusión del idioma portugués. Tras veinte años de CPLP, el idioma portugués se ve perjudicado culturalmente, así como los países que forman parte de la

comunidad. Esos países se ven perjudicados económicamente ante las políticas expansionistas de otros idiomas como el español, el francés, el inglés, el chino, entre otros. Es necesario que todos los agentes implicados en el proceso de difusión de expansión de la lengua partan desde un cierto pragmatismo y no tomen iniciativa solo por el plano de las ideas.

Además de lo que acabamos de mencionar y que denominamos de pragmatismo político-lingüístico, resaltaremos algunos de los tópicos discutidos para elucidar nuestro modelo estratégico para la difusión de la lengua portuguesa. Dicho modelo es sujeto a futuras reformulaciones y profundizaciones teóricas.

Primeramente, aconsejaremos a los organismos responsables de la expansión de la lengua portuguesa, la CPLP, Brasil y Portugal específicamente, que repiensen el modo de actuar para alcanzar dicha difusión lingüística. Notamos que de los documentos derivados de las varias reuniones que la CPLP organizó, mucho de lo hablado se queda en el papel o tarda mucho en ser concretizado, como el propio IILP. El instituto fue creado como una plataforma de difusión de la lengua, y a pesar del entusiasmo para concretizar las tareas del mismo, surgieron limitaciones por la falta de inversión financiera. Al constatar que la primera reunión para la creación del IILP fue en 1989 en São Luís do Maranhão – Brasil, y que las directrices y las bases jurídicas para poder actuar a favor de la lengua del instituto solo fueron definidas en 2002, notamos un vacío, el de aplicar la práctica a la teoría.

En seguida, se explicita la importancia de la implementación de una política lingüística que cree oportunidades y condiciones para la difusión del idioma portugués. Al constatar los innumerables problemas al que el idioma portugués se enfrenta en relación con su visibilidad en el panorama internacional, sugerimos que se ponga en práctica los planos para la lengua, como ya mencionamos anteriormente, pero de manera determinada y oficial. Al pensar en la difusión del idioma a nivel nacional e internacional, es necesario que se reconstruyan las posibilidades de acuerdo en cada contexto en el que la lengua esté presente. En el caso de Brasil por ejemplo, es necesario abordar más el problema de la educación, tanto en la enseñanza de la lengua como en la de otras materias, ya que la situación educacional en el país necesita reformas. Hablamos de la enseñanza pública del país y de la enseñanza del portugués con otros idiomas que coexisten en el país, sean los idiomas indígenas o lenguas de inmigrantes. Con respecto a la CPLP, un buen ejemplo de acción para concretizar con respecto a los cumplimientos de plazos, sería el aumento

de incentivos de actividades en la enseñanza del portugués como lengua extranjera. Si la comunidad exige que cada país incentive y mantenga más programas de lectorado en países extranjeros, habrá más oportunidades para que el interés académico y científico por el idioma portugués evolucione. Continuando en esta línea del portugués como instrumento de creación de conocimiento científico-académico, observamos también la fuerte necesidad de invertir en la investigación del portugués y sobre el idioma portugués en sí; lo que se aplica para todos los países miembros de la CPLP. Si hablamos de los plazos deseados y pre-estipulados, vemos que las consecuencias al no cumplirlos pueden servir para mejorar la ‘tranquilidad’ que amenaza a los países de la CPLP para concretizar los planos para la lengua. Así como hicieron autores como Silva (2005: 526), constatamos desde el inicio de estas investigaciones que lo que las motivaron fue la “notoria inadecuación entre el discurso y la acción” de la CPLP.

En el caso de la promoción de la lengua portuguesa y de los beneficios que esa expansión puede aportar a los países miembros, la teoría no tiene porqué ser formulada si no se lleva a la práctica. Organizaciones de igual importancia a la de la CPLP que están formadas por países por una misma lengua y hasta por una misma historia, parecida y compartida, tienen fuerza para crear una potencia económica a través de esa misma lengua y de su cultura. Como destaca Sanches (2014:19), la lengua portuguesa tiene una gran influencia en el océano Atlántico junto al inglés y al francés. Invertir en la expansión de la lengua portuguesa en zonas como esa, es propagar democracia y mejoras sociales para todos. Siguiendo con las conclusiones de Sanches con las que concordamos plenamente, la lengua portuguesa está bien localizada estratégicamente y es atractiva para los estados de dicho océano. Aun así, lo que se hizo hasta ahora para aprovechar de todo el potencial de la lengua no es suficiente, aunque Brasil y Portugal se empeñen en ofrecer más al idioma portugués. Pasar de la teoría a la práctica es indispensable para que todos los planos para la lengua sean validados. Luego, implementar nuevas vías de realización de los planos políticos lingüísticos para el idioma portugués es medida urgente.

La creación de la CPLP surgió gracias a la lengua portuguesa, por lo tanto, se presupone que todos los países miembros son conscientes del valor de su lengua, a nivel cultural y económico en el mundo hoy en día. Así mismo, destacamos la importancia de entender la lengua como una herramienta capaz de aumentar la movilidad lingüística y económica de los hablantes del idioma portugués. La pregunta que se perpetuó durante la elaboración de este estudio es justamente si la CPLP y Brasil realmente quieren y saben sacar provecho de todo el potencial adquirido por la

lengua durante su historia. La lengua portuguesa necesita sentir que sus representantes están realmente trabajando para su expansión. Solo así la lengua podrá mostrar y gozar de todos sus atributos sociales, culturales y económicos, lo que solo será posible con la concretización de los numerosos planos para la lengua. La lengua portuguesa solo será promovida como lengua internacional en el momento en que se concreten los ideales de la CPLP, cosa que depende exclusivamente de la propia comunidad, es decir, de todos los países miembros.

Somos conscientes de que para la implementación de planos políticos, sean lingüísticos o no, es necesario invertir tiempo y dinero. Al analizar las acciones de la CPLP y de Brasil para la promoción lingüística del idioma portugués, tuvimos que cuestionar la inversión financiera ya realizada, analizando así las acciones ya concretizadas. De acuerdo con nuestro análisis, vemos que existe la falta de coherencia entre inversiones y resultados. Si todo el tiempo y el capital ya invertido para la promoción de la lengua portuguesa fuesen eficaces, la lengua ya estaría a otro nivel con respecto a la difusión y vemos que el IILP aquí también sirve de ejemplo. ¿Cómo puede un instituto internacional, que es responsable de una tarea tan importante como la promoción internacional de la lengua portuguesa, sobrevivir con tanta falta de soporte financiero y técnico? Esperemos que ahora, con la presidencia de la CPLP en manos de Brasil durante los próximos años, el idioma portugués de Brasil pueda disfrutar de más prestigio internacional como esperado en el momento de la creación de la comunidad. En consecuencia, las otras variedades de la lengua también serán representadas a nivel internacional, ya que la lengua es única. Portugal ha hecho un trabajo excelente para la promoción del idioma a través de las iniciativas del gobierno portugués y del aclamado Instituto Camões. Sin embargo, en otros países como Brasil, se necesita más compromiso en la expansión del mundo de la lusofonía.

El debate relacionado con la enseñanza de los idiomas en Brasil es uno de los grandes problemas planteados para que la lengua portuguesa tenga mejor representación. El debate trató de la metodología de la enseñanza del idioma, lo que contribuye a una mejor relación del alumno hablante del portugués con su lengua materna, para que este pueda relacionarse con ella de manera más auténtica. Ese tipo de relación de autenticidad, ayuda a mejorar la representatividad del binomio lengua e identidad cultural. Por consiguiente, al identificarse mejor con su propia lengua y cultura, el alumno brasileño se sentirá más consciente de la importancia de aquella dicotomía y se apropiará más de sus raíces lingüísticas y geográficas, sin ser influenciado por intereses ajenos, sean cuales sean. Aquí podemos comprobar la máxima que dice que sin educación no hay nación.

En relación con la enseñanza de la lengua portuguesa en los PALOP, hicimos una pequeña observación, ya que un estudio sobre cómo enseñar y aprender el idioma portugués en África sería otro trabajo doctoral, debido a la complejidad del asunto.

Además, hicimos reflexiones sobre la relación entre Brasil y la CPLP, explicando que la agenda política externa del país tiene otras prioridades, como sus relaciones con los países del sur. Entre esos países se encuentran los vecinos del Mercosur y los países africanos como África del Sur. Al dejar espacio para los capítulos que trataron del papel de Brasil en la difusión de la lengua, y de sus relaciones políticas con Mercosur y otros países del hemisferio sur, pudimos añadir en nuestros debates el argumento siguiente: aunque Brasil forme parte de la CPLP y sea una de las grandes promesas para el futuro de la portuguesa, el país coloca en segundo plano la comunidad y la propia lengua. Lo que se da por hecho de Brasil ser considerado como un ‘gigante’ en desarrollo, es decir, el país tiene otras prioridades para resolver como sus problemas sociales, económicos y políticos. No vemos Brasil como un obstáculo para la lengua portuguesa, aun siendo conscientes de las diferencias que el país puede ofrecer a la lengua y que por posibles razones no lo hace. Debido a su situación social y económica, aquel país tiene que priorizar atendimientos básicos. Lo que sí sabemos es que millones de ciudadanos brasileños sufren por causa de problemas estructurales básicos como la falta de educación de calidad, la falta de un sistema de salud, la falta de seguridad urbana, sin mencionar otras decenas de dificultades adicionales. Al tener en mente que los propósitos de la CPLP es crear una calidad de vida mejor para los ciudadanos hablantes del idioma portugués, podemos argumentar que de un cierto modo, Brasil cumple con su papel, si consideramos que el gobierno invierte tiempo y dinero para solucionar los problemas aquí mencionados. Una vez que dichos problemas piden resoluciones cada vez más inmediatas y urgentes, se entiende que la lengua portuguesa acaba siendo apartada. El panorama perfecto sería un cambio estructural en la política brasileña, que contemplase las soluciones necesarias para sanar los problemas socioeconómicos que forman parte de la rutina de los brasileños. De esa misma manera, dicho cambio contribuiría a la concretización de los ideales de la CPLP para el idioma portugués.

Entre los ideales propuestos para la difusión del idioma, se encuentra la presencia de la lengua portuguesa en sus diásporas, como mantenerla en ambientes extranjeros y como propagarla. Al ser el ambiente de diásporas de extrema importancia a la hora de difundir el idioma portugués y la identidad cultural, presentamos en esta tesis una evaluación del papel del gobierno brasileño,

y más específicamente del Ministerio de la Educación y Cultura, al examinar las actividades de promoción lingüística y cultural realizadas por ambos. Podemos constatar que la ciudad de Madrid, uno de los destinos más buscado por los brasileños emigrantes, es un excelente ejemplo de cómo se puede difundir el idioma portugués. Iniciativas como la *Casa do Brasil* y la revista *BrazilcomZ* sirven de arquetipo para la representatividad de la lengua y de la cultura brasileña en el mundo. De eso modo, crear más acciones como las que analizamos aquí son de gran valor para todos los interesados en la expansión del portugués por el mundo, y de finalmente proporcionar al idioma portugués el estatuto de lengua internacional que tanto tardó en alcanzar.

Citaremos dos temas adicionales, también importantes para concretizar el modelo estratégico de política lingüística propuesto: las inversiones en la creación de más oportunidades para la lengua portuguesa en el sector académico-científico y en el mundo laboral. Sabemos que para llegar al mundo profesional, la lengua debe pasar por el mundo académico y percibirse como un idioma de ciencias. Por consecuente, es necesario valorar la lengua de aquellos ambientes que definen a cada instante el futuro de las lenguas en general.

El tema que completa el modelo estratégico del que hemos hablado anteriormente se refiere a la presencia del idioma portugués en el mundo digital, que al igual que los dos temas mencionados en el párrafo anterior representa el futuro de las lenguas y de la representatividad cultural de cada estado. Además de servir como plataforma de expansión cultural y lingüística, el mundo virtual genera cada día nuevas oportunidades para hacer negocios con la lengua. También el hecho de aumentar la presencia del portugués en la red digital y virtual proporcionará nuevas oportunidades de inserción socioeconómica para los hablantes del idioma portugués.

Pensar en todas las etapas propuestas en este trabajo de doctorado y conseguir llevarlas a cabo es demostrar la ciencia de las oportunidades generadas para la lengua portuguesa. Por lo tanto, trabajar por la expansión de la lengua en todos los contextos discutidos en este trabajo es cumplir con las promesas hechas hasta hoy en día por la CPLP y por Brasil.

Reconocemos las acciones ya concretizadas en favor de la lengua portuguesa, entre ellas, destacamos la creación de la propia CPLP, del IILP, de la OLP, entre otras. Como lo podemos ver en esta tesis, el idioma portugués pide más porque puede más. Una prueba de que se puede hacer más por el idioma portugués, sobretodo en el caso de Brasil, es la concretización del Instituto Machado de Assis, que aunque sea uno de los responsables de la difusión del idioma, sigue sin

hacer mucho por la lengua por sí mismo. Cuando lo comparamos con el Instituto Camões, es visto como un proyecto prematuro y primario, que refleja la imagen del idioma portugués en Brasil y en el mundo.

Una vez que se repiense la base estructural de todos los programas, órganos e institutos responsables de la difusión de la lengua y que pongan sus acciones en práctica, entonces el idioma portugués podrá finalmente gozar de todo el prestigio. Una lengua hablada en nueve países como idioma oficial, que debido a su importancia en el panorama económico mundial acabó generando una comunidad como la CPLP. La lengua portuguesa es percibida por sus hablantes nativos y extranjeros como una lengua internacional, merece salir del plano de las ideas y ocupar espacios a la que es destinada. Aunque muchos problemas no se resuelvan con las políticas lingüísticas, es inconcebible desvincular las posibilidades sociales y económicas generadas por una política lingüística del idioma portugués.

Si los estados de la CPLP son capaces de administrar recursos económicos, naturales, ¿porque no administrar de manera eficaz su propia lengua madre? Siempre existen dos salidas en cualquier tipo de negociación política y económica, el éxito o el fracaso. Por consiguiente, ponemos en guardia aquella comunidad y a Brasil para ambas posibilidades, apoyando para que el éxito sea sinónimo de política lingüística por la lengua portuguesa. Hoy en día, el idioma portugués depende de la acción de los organismos representantes y de sus hablantes, que en los caminos de la democracia son capaces de extraer lo mejor que el idioma puede ofrecer, una vez que la identidad cultural y lingüística de la lengua portuguesa ya fue perpetuada. Pensamos que para que haya éxito en la difusión del idioma portugués, son necesarios ciertos cambios políticos.

Al entrar en contacto con el mundo de las políticas lingüísticas, podemos confirmar que existen muchas pruebas que ayudan a mitigar los problemas en la ejecución de la política lingüística del idioma portugués. Como en cualquier otro ámbito de las relaciones humanas, sociales y económicas, las políticas lingüísticas para la lengua portuguesa son muy complejas y pueden generar resultados no tan satisfactorios. Sigue siendo importante el desarrollo de ese tipo de trabajo, que como esta tesis, pueden surgir teorías que se pueden llevar a la práctica. Por eso vemos nuestro trabajo, que en toda modestia, presenta soluciones de las que se pueden sacar una única conclusión: desarrollar políticas lingüísticas para la lengua portuguesa es querer la prosperidad de la lengua, de sus ricas culturas e identidades que en ella misma se renegocian.

Conclusion.

The discussion concerning language policies as a whole generates ethical, obviously political, and legal debates. Whether within the CPLP, the Mercosul, the European Union or the African Union, for example, the efforts to formulate language policies that represent the language(s) of a community and of a specific jurisdiction are immeasurable. Whilst these entities strive to create a linguistic-political agenda, on the other hand, not all follow the measures elaborated to ensure the welfare of their own languages and cultures. For such reason, and since the author comprehends the necessity for more regulatory studies on the CPLP and its language policies, he hopes he can contribute to the Portuguese-speaking community, and to the language itself, with the present thesis. This study was carefully designed so that the thoughts expressed may be heard, and put into practice by those who, as the author, do care about the future of the Portuguese language.

Due to the fact that Portuguese is not a minority language, quite the contrary, language preservation strategies risk to be left in the background. What is emphasized here is the strategy of diffusion, the dissemination of the language. Although the verb *preservar* (preserve) has a semantic proximity with the concern for the existence of the language, such verb is used here only when “preserving” refers to the act of “perpetuating” and, eventually “thriving”. In other words, the present study supports the creation of bonds within the Portuguese language, yet, not only among its native speakers and where the language is already recognized as the official language. While also, maybe even mainly, within those with whom Portuguese can establish a connection, i.e. those countries and spaces that open their arms to the potential of this language.

Hence, what has been expected in the present work was a study that may provide more points of reflection on the importance of the Portuguese language globally. Particularly the Brazilian variety which, under the responsibility of Brazil, has a good chance to show the Lusophony culture to the world and, consequently, contribute to the cultural and linguistic representation of both country and community.

During the realization of the present work, the author acknowledged that what Brazil, Portugal, all the other Portuguese-speaking countries and, inevitably, the CPLP lack is coherence and cohesion in the realization of the plans for the diffusion of Portuguese. After twenty years

since the foundation of the CPLP, the Portuguese language is culturally hindered, as well as the countries that are part of such community are economically damaged by the expansion policies of other languages such as Spanish, French, English, Chinese, among others. It is vital, for all actors involved in the process of linguistic dissemination and expansion, to move toward pragmatism, rather than being driven by a mere plan of ideas.

Besides the aforementioned issue, namely political-linguistic pragmatism, the author here emphasizes a few topics among the ones discussed, in order to elucidate the presented strategic model for the linguistic diffusion of Portuguese. Such model will be, as a matter of fact, object of future reformulations and theoretical deepening.

First, it is recommended that the organs responsible for the expansion of the Portuguese language, the CPLP, Brazil and Portugal in particular, should rethink how they have been operating to achieve the so-called linguistic diffusion. What the author noticed, from the documents of several meetings that the CPLP has organized, is that much of what is discussed remains on paper, or it is hardly put into practice, as the IILP itself. The Institute was created as a platform for the dissemination of the language, however, despite its enthusiasm in achieving its predetermined tasks, it has been limited by the lack of financial investment, for example. It is remarkable how the first meeting for the creation of the IILP happened in 1989 in São Luís do Maranhão - Brazil, and that only in 2002 the Institute has received defined guidelines, and legal bases, to be able to act in favour of the language; the great cleavage just mentioned, putting the theory into practice.

Thereafter, the author explains the importance of the consecration of a language policy that creates opportunities and conditions for the diffusion of Portuguese. Worth mentioning here are the numerous problems that Portuguese has faced regarding its visibility on the international scene, hence the present study suggests that the plans for the language shall be put into practice, as specified, however, with scheduled dates and times. That is, reflecting upon the diffusion of a language at national and international level, it is necessary to rebuild the possibilities according to each context in which the language is present. In the case of Brazil, for example, it is crucial to invest more in education, as much in the teaching of the language as in the other subjects, since the educational situation in the country needs reformation. The reference here is toward public education in the country as well as toward the teaching of Portuguese in conjunction with the other languages that coexist in the country, be they indigenous or languages of immigrants. Regarding

the CPLP, a good example of action to be implemented, pondering on achieved deadlines, is the increased incentive for teaching activities of Portuguese as foreign language. Might the community require that each country shall encourage and maintain more lecturing programs in foreign countries, there will be a greater chance that the academic and scientific interest for the Portuguese language shall evolve. Continuing along this line, with Portuguese as an instrument of creation of scientific-academic knowledge, this study also stresses the urgency to invest in research in Portuguese and concerning Portuguese; which applies to all member countries of the CPLP. Moreover, on reaching the desired and pre-set deadlines, the consequences of negligence may serve to improve the “tranquility” lingering among the CPLP countries in achieving pro-linguistic plans. As authors, such as Silva did (2005:526), what was certified from the beginning of this research, and what prompted the research itself, was the “notorious inadequacy between speech and action” by the CPLP. Therefore, the author suggest that more actions should be taken to achieve the main goal of the promotion of the Portuguese language, to make it an international language.

In the case of the promotion of the Portuguese language and the benefits that this expansion can bring to the member countries, theory does not have to be formulated if it is not carried out in practice. Organizations such as the CPLP, composed of countries with the same language and even a very similar and shared history, have the potential to create an economic power through that same language and its cultures. As Sanches remarks (2014:19), the Portuguese language has great influence in the Atlantic Ocean, alongside English and French. Investing in the expansion of the Portuguese language in areas such as this means spreading democracy and social improvements to all. Following the findings of Sanches, with whom the author agrees *in toto*, Portuguese, is strategically well located and attractive to the countries of this Ocean. Nonetheless, the actions taken by Brazil and Portugal, so far, are not enough to make the most of the language potential. The author believes that those countries are willing to make more efforts for the Portuguese language, and for this reason, it is suggested in this thesis that it is time to fulfill the language planning through more concrete actions.

The creation of the CPLP occurred because of the Portuguese language, therefore, it is assumed that all member countries are aware of the value of their own language in today world, culturally and economically. Thus, what the study highlights is the importance of seeing the language as a tool, able to increase the linguistic and economic mobility of Portuguese speakers.

Yet, the question perpetuating during the preparation of this study it is precisely whether the CPLP and Brazil really want, and know how, to take advantage of the full potential acquired by the idiom during its years of history. The Portuguese language needs to feel that its representatives are, in fact, working for its expansion. Only along such way may the language enjoy all its social, cultural and economic attributes, which will only be possible with the implementation of the many plans for the language. The Portuguese language will only be promoted as international language once the ideals of the CPLP are implemented, which depends solely on the community itself, that is, on all its member countries.

The author is aware that for the implementation of political plans, be they linguistic or not, time and money must be invested. Afterwards, analyzing the actions of the CPLP and Brazil to promote the Portuguese language, the present research was forced to question the financial investment already carried out, assessing the actions already implemented. According to the analysis presented in this study, there is, once again, a lack of coherence between investments and results. If all the time and the capital invested for the Portuguese language promotion were effective, the language would be on another level in its diffusion, and as before, the IILP serves as example. How can an international institute, responsible for a task as important as the international promotion of the Portuguese language, survive amid the lack of financial and technical support? What is expected now is that, with the CPLP Presidency in the hands of Brazil in the coming years, Brazilian Portuguese may enjoy more international prestige as expected at the time of the creation of this community. As a result, the other varieties of the language will also be represented internationally, since the language is one. Portugal has done an excellent job for the promotion of the language through the initiatives of the Portuguese Government and the acclaimed Camões Institute. However, other countries, such as Brazil, need to commit more in the worldwide expansion of the lusophone world.

The discussion related to the teaching of the language in Brazil is one of the other major problems that best represent the Portuguese language. What was discussed here is the teaching methodology of the language, which contributes to a better relation between the Portuguese-speaking students with their mother tongue, thus that they may relate to it in a more authentic manner, which helps to improve the representativeness of language and cultural identity. Consequently, identifying themselves better with their language and their culture, Brazilian students feel more aware of the importance of such dichotomy and thus they appropriate more

significantly of their own linguistic and geographical roots, not serving the interests of others, no matter what such interests may be. It is generally acknowledged that there is no nation without education. As to the teaching of Portuguese in the PALOP, (*Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*, African Countries with Portuguese as Official Language) the study presented only a reduced observation, since a detailed study on the teaching and learning process of Portuguese in Africa would result in another PhD dissertation, due to the complexity and esteem of the object.

Furthermore, the present research offered reflections on the relations of Brazil with the CPLP, explaining that the country's foreign policy agenda has other priorities, like its relations with the countries of the South. In those chapters that dealt with the role of Brazil in the dissemination of the language and its political relations with the Mercosul and other countries in the southern hemisphere, such as South Africa, the following argument was added to the discussion: although Brazil is part of the CPLP and represents one of the greatest promises for the future of the Portuguese language, this same country has eventually put this community and its own idiom in the background. Yet, such situation might be justified by the fact that this country is still a “giant” in development and has other priorities, namely solving its social, economic and political problems. The author does not consider Brazil as a villain for the Portuguese language here, although he is aware of the difference between what the country might offer to the language and the plausible reasons why it does not. What is known is that millions of Brazilian citizens suffer from basic structural problems such as the already mentioned lack of quality education, the lack of a health care system and urban security, not to mention other difficulties. Since one of the purposes of the CPLP is to generate a better quality of life for Portuguese-speaking citizens, it may be debated that, in a sense, Brazil fulfills its role, granted that the government invests time and money to solve the aforementioned issues. And since said problems are begging for more immediate and urgent resolutions, it is understood that the Portuguese language ends up being left “aside”. The perfect scenario would be a structural change in Brazilian politics contemplating the solutions needed to address the socioeconomic problems that are part of the routine of Brazilians. Likewise, said change would facilitate the achievement of the CPLP's ideals for the language.

Among the proposed ideas for the promotion of the language, there is the presence of Portuguese in the diasporas. How should it be kept in foreign environments and divulged? As the diasporas are of utmost importance to disseminate both language and cultural identity, this thesis assessed the role of Brazilian government, specifically the Ministry of Education and Culture, to

examine the linguistic and cultural promotion activities realized by both. It may be noticed that the city of Madrid, one of the most preferred destinations by Brazilian emigrants, is an excellent example of how to spread the Portuguese language. Initiatives such as the *Casa do Brasil* (House of Brazil) and *BrazilcomZ* magazine serve as archetypes to sustain the representativeness of the Brazilian language and culture in the world. Hence, creating more actions such as those analyzed here, is valuable to anyone interested in expanding the Portuguese language around the world, and finally giving it the international language *status* that for so long it has hoped to achieve.

Two other as much important topics to develop the language policy strategic model proposed here, are the investments necessary to create more opportunities for the Portuguese language in the academic and scientific sector, and in the global job market. Although the former has already been mentioned, it is again here, as these two points are both parts of a twofolded discussion. It is accepted that, to reach the professional world, the language must pass through the academia and must be recognized as a language of scientific research. Thus, the appreciation of the language in these environments is necessary, since they define every moment of the future of languages in general.

The theme that completes the strategic model discussed in this work refers to the presence of Portuguese in the digital world, as much as the two topics mentioned in the previous paragraph represent the future of languages and cultural representation of each country. Beyond serving as a cultural and linguistic expansion platform, the virtual world generates every day new opportunities to do business with languages. Therefore, increasing the presence of Portuguese in the digital and virtual networks will provide new opportunities of socio-economic integration for its speakers.

Contemplating all the steps proposed in this PhD work, and achieving their execution, means demonstrating conscience for the opportunities generated for the Portuguese language. Therefore, striving for the expansion of the language in all contexts discussed here is to comply with the promises made so far by the CPLP and Brazil.

This study does recognize those actions already implemented in favor of Portuguese, such as the very creation of the CPLP, the IILP, and the OLP (*Observatório da Língua Portuguesa*, Portuguese Language Observatory) to quote but a few. Yet, as debated in this thesis, the language calls for more because it can achieve more. A proof that more can be done for Portuguese, especially in the case of Brazil, is the foundation of the Institute Machado de Assis, which

however, as being one of those institutions responsible for linguistic diffusion, has not accomplished much for the language and for itself. When compared with the Camões Institute, the former is seen as a premature and primary project, which reflects the image of Portuguese, in Brazil and in the whole world.

Once the structural basis of all programs, agencies and institutions responsible for language disclosure are rethought and then their actions put in place, Portuguese shall finally be able to enjoy all the prestige that is intrinsic to it. A language that is spoken in nine countries as official language, which because of its relevance in the global economy has led to a community such as the CPLP. Portuguese is considered by native and foreign speakers as an international language, it deserves to leave the level of ideals and occupy the space destined to it. Even though many of the problems quoted here are not likely to be solved by language policies, it is inconceivable to unlink the social and economic opportunities generated by a language policy for Portuguese.

If the CPLP member countries are able to manage economic and natural resources, why would not they effectively manage their own mother tongue? There are always two outputs in any kind of political and economic negotiation, success or failure. Therefore, this study is a warning for that community and Brazil of these two possibilities, hoping that success is synonymous with a Portuguese language policy. Portuguese now depends on the actions of its representative organs and speakers, who, grounded on democracy, are able to extract the best that the idiom has to offer, once the intrinsic cultural and linguistic identity of Portuguese has already been perpetuated. The author believes that to have success in spreading the Portuguese language, changes in policies are crucial.

Touching upon the world of language policies, the present research confirmed that there is plenty of evidence to help mitigating the problems in the implementation of the Portuguese language policy. As in any other extent of the human relations, may they be social, economic, etc., linguistic policies for the Portuguese language are of such complexity that can generate not so satisfactory results. However, it still remains of paramount importance to develop this kind of work that, as this thesis, can produce plausible theories to be put into practice. Hence, this is the reason why the author intends his own work, and those of many other linguists as essential, which, in its modesty, provides solutions from which one sole conclusion may be drawn, the welfare and prosperity of the Portuguese language, its rich cultures and identities that in itself are renegotiated.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, J. L. C. A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo. Annablume. 2010.
- AMARAL JR, José M. "África: Inserir a Cultura Popular na Economia", África Hoje, Novembro. 2003.
- ARACIL, Lluís V. "Conflicte lingüístic i normalització lingüística a l'Europa nova." *Papers de sociolingüística* (1965).
- ASSMAN, Jan. *Religi3n y memoria cultural: Diez estúdios*. Buenos Aires: Lilmod, 2008.
- ASSMAN, Jan; Czaplicka, John. *Collective Memory and Cultural Identity*. New German Critique, No. 65, Cultural History/Cultural Studies. (Spring - Summer, 1995), pp. 125-133. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0094-033X%28199521%2F22%290%3A65%3C125%3ACMACI%3E2.0.CO%3B2-Z>> Acesso em: 25 out. 2011
- BACK, Eurico. *Fracasso do ensino de português: proposta de solu33o*. Vozes, 1987.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. Parábola, 2003.
- BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza...* Typ. da Acad. real d. ciencias, 1866.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Aula de Português: discurso e saberes escolares*. Martins Fontes, 1997.
- BENVENISTE, Émile. "O aparelho formal da enuncia33o." *Problemas de lingüística geral II* 3, 1989.
- BOURDIEU, Pierre, and John B. Thompson. *Language and symbolic power*. Harvard University Press, 1991.

_____. "Lo que significa hablar?", Artigos IPN – Instituto Pedagógico Nacional, Colombia-Sur América, 2004.

BRANCO, António. A língua portuguesa face ao choque tecnológico digital. 2013. In: Oliveira, M. G. (2013). A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/849067-Plato-Numero-3-Volume-2-Coloquio-de-Guaramiranga-V02/>>. Acesso em: 26 outubro, 2016.

BRANCO, António, *et al.* *The Portuguese Language in the Digital Age*. White Paper Series, Springer-Verlag, Berlin Heidelberg, 2012.

CALVET, Louis-Jean, and Lía Varela. *Las políticas lingüísticas*. Buenos Aires: Edicial, 1997.

_____. *Pour une écologie des langues du monde*. Plon, Paris, 1999.

_____. "Le marché aux langues. Les effets linguistiques de la mondialisation." *Paris, Plon 1* (2002): 20.

_____. *Towards an ecology of world languages*. Polity, 2006.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2006.

_____. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CARVALHO, Maria Paula Schmidt. *Caravanas da identidade: por dentro da maior reportagem do Brasil e perto dos brasileiros*. Editora Sulina, 2010.

CHAUDENSON, R. (1991) *La francophonie: représentations, réalités, perspectives*, colección "Langues, économie et développement", Institut d'études créoles et francophones, Aix-en-Provence.

CHAVES, Carolina Wiedemann. "Mídia virtual e a diáspora brasileira: a identidade nacional retratada em sites para expatriados." (2012).

CHOMSKY, Noam. "Aspects of the Theory of Syntax." *Cambridge, Mass* (1965).

_____. *The generative enterprise*. Dordrecht Holland. Foris Publications, 1982.

CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris. "The sound pattern of English." (1968).

CLAS, André. Terminologia e terminologia lexicográfica. In: Lima, Maria dos Santos; Ramos, Patrícia Chittoni. (Orgs.) *Terminologia e ensino de segunda língua: Canadá e Brasil*. Porto Alegre: UFRGS. 2001.

CORREIA, Eugénio Anacoreta. Falta de recursos financeiros impede a expansão do português. Blogue do IILP. 13 maio, 2016. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2015/05/13/falta-de-recursos-financeiros-impede-a-expansao-do-portugues/>>. Acesso em: 13 junho, 2016.

COUTO, Jorge. "A nossa Magna Língua Portuguesa". Fórum Novas Fronteiras, 1999.

DA CUNHA, Celso Ferreira. *Língua, nação, alienação*. Editora Nova Fronteira, 1981.

DA COSTA CARVALAHO, Simone. Políticas De Promoção Internacional Da Língua Portuguesa: Ações Na América Latina. *Trabalhos Em Linguística Aplicada*, 51.2, 2016.

DA COSTA CARVALHO, Simone; SCHLATTER, Margarete. Ações de difusão internacional da língua portuguesa. *Cadernos do IL*. 2011 Jun(42):260-84. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/download/26027/15240>. Acesso em: 26 outubro, 2016.

DA SILVA, Diego Barbosa. "O passado no presente: história da promoção e difusão da língua portuguesa no exterior." *Anais do XIV CNLF* (2014): 3018.

_____. Por uma política linguística da União Europeia? A questão do multilinguismo. In: *Cadernos do CNLF*, vol. XIII, número 4 – Anais do XIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro: Cifefil, 2009, p. 1074 – 1083

DA SILVA, Juremir Machado. *As tecnologias do imaginário*. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.

DA SILVA, Vanessa Souza; CYRANKA, Lúcia Furtado de Mendonça. "A Língua Portuguesa na escola ontem e hoje." *Linhas Críticas* 15, no. 29 (2009): 271-287.

DE ALMEIDA, Patrícia Maria Campos; DUARTE, Andrea Lima Belfort. "Ensino do português no contexto do Mercosul: revisitando o passado para compreender o presente e planejar futuras ações." *Revista Horizontes de Linguística Aplicada* 9, no. 2 (2011): 13.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque; EULALIO, Alexandre; RIBEIRO, Leo Gilson. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, 1995.

DE JOUËT-PASTRÉ, Clemence. (2012) In: Oliveira, G. M.; Monteiro, A. (Org.). *Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (Platô) - Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) - V.1, N.2 (2012), Cidade da Praia, Cabo Verde: Editora do IILP, 2012*. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/781082-Plato-Volume-1-N-2-Coloquio-da-Praia-V1-1/> Acesso em 01 de agosto de 2016.

DE SWANN, Abram. *Words of the world: The global language system*. John Wiley & Sons, 2013.

FASOLD, Ralph. *The Sociolinguistics of Society*, Londres, Blackwell, 1984.

FERGUSON, Charles A. "Diglossia." *word* 15, no. 2 (1959): 325-340.

_____. "National Sociolinguistic Profile Formula", *Sociolinguistics*, ed. W. Bright, La Haya, Mouton, 1966.

FERNANDES, Duval Magalhaes; NUNAN, Carolina. "O imigrante brasileiro na Espanha: perfil e situação de vida em Madrid." *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (2008).

FISHMAN, Joshua A. "Sociolinguistics: A brief introduction." (1970).

FOUCAULT, M. *Ordem do discurso (A)* (Vol. 1). Edições Loyola. 1971.

FRAGOSO, Suely; RECUEDO, Raquel; AMARAL, Adriana. "Métodos de pesquisa para internet." *Porto Alegre: Sulina* 1 (2011).

GAIVÃO, Mousinho Luiz. *CPLP – ESTRATÉGIAS DE UMA LÍNGUA GLOBAL*. (2010a).

_____. *CPLP: A CULTURA COMO PRINCIPAL FACTOR DE COESÃO*. (2010b).

GALITO, Maria Sousa. "Impacto econômico da língua portuguesa enquanto língua de trabalho." *CI-CPRI, AGL* 1 (2006): 1-97.

GAMA, Jaime. Processo histórico. CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2752.aspx>> . Acesso em: 10 abril, 2016.

GERALDI, João Wanderley. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Mercado de Letras, 1996.

_____. (Org.). *O texto em sala de aula*. São Paulo. Ática, 2004.

GLÜCK, Helmut. *Sprachtheorie und Sprach (en) politik*. Fachbereich 7, Kommunikation/Ästhetik der Universität Osnabrück, 1981.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. Martins Fontes, 1998.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação Mídia e Consumo*, 4(11), 11-25. 2008.

_____. Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos. Claraluz, 2004.

GUTERRES, Antônio. Blogue do IILP. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/>>. Acesso em: 29 novembro, 2016.

HAMEL, Rainer Enrique. "Language policy and ideology in Latin America." 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

HAUGEN, Einar, "Planning in Modern Norway", in *Anthropological Linguistics*, 1/3, 1959.

_____. "Linguistics and Language Planning", in William Bright, *Sociolinguistics*, La Haya, Mouton, 1966.

HEINZ KLOSS, "Abstand Languages and Ausbau Languages", in *Anthropological Languages*, 9, 1967.

HILLER, Harry H.; TARA M. Franz. "New ties, old ties and lost ties: the use of the internet in diaspora." *New Media & Society* 6, no. 6 (2004).

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. Unibrade-Centro de Cultura, 1985.

HUNTINGTON, Samuel. *O Choque das Civilizações*. Lisboa: Gradiva, 2009.

ILARI, Rodolfo. *A lingüística e o ensino da língua portuguesa*. Martins Fontes, 1997.

KRIEGER, Maria da Graça. Tecnologias e instrumentos linguísticos para a presença do português nos organismos: terminologia em língua portuguesa. In: Oliveira, G. M.; Morello, A. (Org.). *Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (Platô) - Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) - V.2, N.4 (2013)*, Cidade da Praia, Cabo Verde: Editora do IILP, 2013. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/951625-Plato-Numero-4-Volume-2-Coloquio-de-Luanda-V03/>. Acesso em: 10 outubro, 2016.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Parábola Ed., 2008.

LAFONT, Robert. "Un problème de culpabilité sociologique: la diglossie franco-occitane", in *Langue française*, 9, 1971.

LAMPREIA, Luiz Felipe. *Diplomacia Brasileira: palavras, contextos e razões*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

_____. Discurso pronunciado na abertura dos trabalhos da LI Assembléia Geral da ONU, em 23 de setembro de 1996, In SEIXAS CORREA, L. F. de (org.) *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 611-620

LAPONCE, Jean. "Babel and the market: Geostrategy for minority languages." *Languages in a globalising world* (2001).

LOTT, Leonardo. A política de promoção da língua portuguesa implementada pelo Departamento Cultural do Itamaraty: realidade e desafios. In: *III Encontro Nacional sobre Políticas de Língua(s) e Ensino*. Brasília: ALAB, 2009.

MACIEL, Maria Eunice. "Uma cozinha à brasileira." *Revista Estudos Históricos* 1, no. 33 (2004): 25-39.

MACHLUP, Fritz. *The production and distribution of knowledge in the United States*. Vol. 278. Princeton university press, 1962.

MARAZZI, Christian. *O lugar das meias*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2009.

Marinho, Marildes. "A oficialização de novas concepções para o ensino de Português no Brasil." (2001).

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Leitura, produção de textos e a escola: reflexão sobre o processo de letramento*. Autores Associados, 1994.

MATEUS, Maria Helena Mira. *O Português: Caminhos da Investigação*. 1984.

_____. "O português: caminhos da investigação." *O português: caminhos da investigação* (1996).

_____. "Uma política de língua para o português." *A língua Portuguesa, Universidade de Santiago de Compostela* (2002a).

_____. "Ensino da língua e desenvolvimento educativo." *Perspectiva* 20, no. 1 (2002b): 13-22.

_____. "Objectivos e estratégias de uma política linguística." *XVIII Encontro Nacional da APL, Universidade do Porto* (2002c).

_____. "Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreende que a mesma língua identifique culturas diferentes?." *Revista de Letras* 1, no. 25 (2003).

_____. "A mudança da língua no tempo e no espaço." *A língua portuguesa em mudança, Lisboa: Caminho* (2005): 13-30.

_____. "Difusão da Língua Portuguesa no Mundo." *FLUL/ILTEC* (2008).

MATSUURA, Koïchiro. UNESCO: 50% das línguas faladas no mundo estão em extinção. UNRIC Centro Regional de Informação das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/15531>>. Acesso em: 11 maio, 2016.

MAYONE DIAS, Eduardo. *Falares emigreses: uma abordagem ao estudo*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. 1989.

MELLO, Georgina. Falta de recursos financeiros impede a expansão do português. Blogue do IILP. 13 maio, 2016. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2015/05/13/falta-de-recursos-financeiros-impede-a-expansao-do-portugues/>>. Acesso em: 13 junho, 2016.

MENDONÇA, Maria. Novo acordo ortográfico agora é obrigatório em todo o Brasil. Blogue do IILP. 2 jan, 2016. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2016/01/02/novo-acordo-ortografico-agora-e-obrigatorio-em-todo-o-brasil/>>. Acesso em: 13 junho, 2016.

_____. Bate-Papo com Marisa Mendonça, Diretora Executiva do IILP. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oORg2_o1Pgc>. Acesso em: 18 junho, 2016.

MENEZES, Cláudio. Multilinguismo no Ciberespaço: a participação do português numa b@bel digital?. In: Oliveira, M.G. (2013). *A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital*. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/8490678-Plato-Numero-3-Volume-2-Coloquio-de-Guaramiranga-V02/>>. Acesso em: 26 outubro, 2016.

MIGUEL, Afonso João. Internet: a nova grande caravela da língua portuguesa na era digital. In: Oliveira, M.G. (2013). *A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital*. Disponível em?: <<http://www.youblisher.com/p/8490678-Plato-Numero-3-Volume-2-Coloquio-de-Guaramiranga-V02/>> Acesso 26 de outubro de 2016.

MIYAMOTO, SO. "Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)." *Revista Brasileira de Política Internacional* 52, no. 2 (2009): 21.

MORELLO, Rosângela. Plataforma do letramento. Disponível em <<http://www.plataformadoletramento.org.br>>. Acesso em: 26 outubro, 2016.

NINYOLES, Rafael L. *Estructura social i política lingüística*. 1989.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. "O lugar das línguas: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia." (2010).

_____. "Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI." (2013). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a10v52n2.pdf>>. Acesso em: 13 maio, 2016.

OLIVEIRA, Gilvan Muller; MONTEIRO, Adelaide. (Org.). *Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (Platô) - Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) - V.1, N.2* (2012), Cidade da Praia, Cabo Verde: Editora do IILP, 2012. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/781082-Plato-Volume-1-N-2-Coloquio-da-Praia-V1-1/>>. Acesso em: 1 agosto, 2016.

OLIVEIRA, José Aparecido de. "Mensagem do Embaixador José Aparecido de Oliveira", in CARDIM, C. H. & CRUZ, J. B. (org.) – CPLP: *Oportunidades e Perspectivas*. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/IPRI, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. In *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Pontes. 2009.

OSAKABE, Haqira. *Ensino de gramática e ensino de literatura*. In: Geraldi, João Wanderley (Org.). *O texto em sala de aula*. São Paulo. Ática, 2004, p. 26 – 31.

PATTEN, Allan. Political theory and language policy. *Political theory* 29, no. 5 (2001): 691-715.

PIMENTA, Daniel. 'Digital divide, social divide, paradigmatic divide'. 2009. In: *International Journal of Information Communication Thecnologies and Human Development*, V1, N1, January-March. 2009. Disponível em: <http://funredes.org/mistica/english/cyberlibrary/thematic/Paradigmatic_Divide.pdf>. Acesso em: 26 outubro, 2016.

_____. Content and language. In: Sadowsky, G. *Development Using the Web: Empowering Poor and Marginalized Populations*. Editor W3C, 2012.

_____. O Espaço das Línguas na Internet: Panorama e Tendências com Ênfase no Português. 2013. In: Oliveira, M. G. (2013). *A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital*. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/849067-Plato-Numero-3-Volume-2-Coloquio-de-Guaramiranga-V02/>>. Acesso em: 26 outubro, 2016.

Pimienta, Daniel *et al.* Twelve years of measuring linguistic diversity in the Internet. UNESCO, 2009.

PINTO, José Filipe, and José Carlos Gaspar Venâncio. *Do império colonial à comunidade dos países de língua portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Vol. 2. Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), 2005.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Mercado de Letras, 1996.

PRUDENT, Lambert-Félix. "Diglossie et interlecte." *Langages* 61 (1981): 13-38.

RAY PUNYA, S. *Language Standardization: Studies in Prescriptive Linguistics*, La Haya, Mouton, 1963.

REIS, Michele. Theorizing diaspora: perspectives on "classical" and "contemporary" diáspora. Blackwell Publishing Vol. 42 (2) 2004. p.41- 58.

RETO, Luís Antero. *Potencial económico da língua portuguesa*. Leya, 2012.

REZENDE, Claudia Barcellos. *Retratos do estrangeiro: identidade brasileira, subjetividade e emoção*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. "Relações político-comerciais Brasil-África (1985-2006)." PhD diss., Universidade de São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bahktin. In: Meurer, José Luiz, Adair Bonini, and Desiree Motta-Roth. *Gêneros: teorias, métodos, debates*. Parábola Ed., 2005.

ROMAINE, Suzanne. The bilingual and multilingual community. In T.K. Bathia and W.C. Richie (eds), *The handbook of bilingualism*, 385 – 405. Oxford: Balckwell, 2004.

RUAK, Taur Matan. Blogue do IILP. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/>>. Acesso em: 29 novembro, 2016.

RUIZ, Castor Bartolomé Bartolomé. *Os paradoxos do imaginário*. Ed. Unisinos, 2003.

SANCHES, Edalina Rodrigues. "The community of Portuguese Language Speaking Countries: The role of language in a globalizing world." In *Workshop*, University of Pretoria (South Africa). 2014.

SARMENTO, Julião. "Inquérito. Para a Divulgação da Língua Portuguesa", Suplemento do JL – Jornal de Letras, Artes e Ideias, n.º 933, ano XXVI, 2006.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. "O PORTUGUÊS NO MERCOSUL1." (2009).

SILVA, Mário Filipe da. "Promoção da língua portuguesa no mundo: hipótese de modelo estratégico." 2005.

SILVA, Raul Calane Alves da. Debate sobre Acordo Ortográfico "não tem razão de ser". Blogue do IILP. 11 maio, 2016. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/2016/05/11/debate-sobre-acordo-ortografico-nao-tem-razao-de-ser/>>. Acesso em: 13 junho, 2016.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. "Diversidade e unidade: a aventura linguística do português." *Revista Icalp* 11 (1988): 60-72.

_____. *O português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. Parábola, 2004.

_____. *Contradições no Ensino do Português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. São Paulo. Contexto, 2005.

SOARES, Magda. Prefácio. In: Batista, Antônio Augusto Gomes. *Aula de português: discurso e saberes*. São Paulo. Martins Fonte, 1997.

SOUSA-GOMES, João Carlos de. Brasil propõe português como língua de trabalho na UNESCO. Observatório de Relações Internacionais. Disponível em: <https://neccint.wordpress.com/2009/10/11/brasil-propoe-portugues-como-lingua-de-trabalho-da-unesco/> Acesso em: 29 novembro, 2016.

STEWART, William A. "An outline of linguistic typology for describing multilingualism." *Study of the role of second languages in Asia, Africa and Latin America, Washington, DC: Center for Applied Linguistics* (1962): 15-25.

_____. "A Sociolinguistic Typology for Describing National Multilingualism", *Reading in the Sociology of Language*, La Haya, Mouton (1968).

STURZA, Eliana Rosa. Políticas linguísticas e políticas educacionais: os espaços do português no mercosul. In: Oliveira, G. M.; Morello, A. (Org.). *Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (Platô)* - Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) - V.2, N.4 (2013), Cidade da Praia, Cabo Verde: Editora do IILP, 2013. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/951625-Plato-Numero-4-Volume-2-Coloquio-de-Luanda-V03/> . Acesso em: 10 outubro, 2016.

TARALLO, Fernando, and Tânia Alkmin. *Falares crioulos: línguas em contato*. Ática, 1987.

TAULI, V. *Practical linguistics: The theory of language planning*. In *Proceedings of the Ninth International Congress of Linguists*. Cambridge, Mass. (pp. 27-31), 1962.

_____. *Introduction to a Theory of Language Planning*, Upsala, 1968 (redatado desde 1962).

_____. "Practical Linguistics: The Theory of Language Planning", *Proceedings of the Ninth Congress of Linguists*, Cambridge, Mass., 1962, La Haya, Mouton, 1964, p. 605.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Vol. 5. Livraria Sá da Costa, 1982.

TURI, Joseph. "Le pourquoi et le comment du droit linguistique." *Langage et société* 47 (1994).

VAZ, Rui. O centro virtual Camões: Divulgação e Formação. In: Oliveira, M.G. (2013). A Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital. Disponível em?: <http://www.youblisher.com/p/8490678-Plato-Numero-3-Volume-2-Coloquio-de-Guaramiranga-V02/> Acesso 26 de outubro de 2016.

PÁGINAS WEB CONSULTADAS

BLOGUE DO IILP:

Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/>>. Acesso em: 18 junho, 2016.

BRAZILCOMZ:

Disponível em: <<http://www.revistabrazilcomz.com/>>. Acesso em: 26 setembro, 2016.

CASA DO BRASIL:

Disponível em <<http://www.casado brasil.org>>. Acesso em: 26 setembro, 2016.

CPLP:

Disponível em: <<http://www.cplp.org> >. Acesso em: 10 abril, 2016.

IBGE:

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31 julho, 2016.

IILP:

Disponível em: <<http://www.iilp.cplp.org>>. Acesso em 12 de junho de 2016.

INSTITUTO CAMÕES:

Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt>>. Acesso em: 04 agosto, 2016

INTERNET WORLD STATS:

Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats7.htm> />. Acesso em: 26 outubro, 2016.

MERCOSUL:

Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br>>. Acesso em: 12 outubro, 2016.

MRE:

Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 05 agosto, 2016.

MRE Ministérios de Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 12 setembro, 2016.

PLATAFORMA DO LETRAMENTO:

Disponível em: <<http://www.plataformadoletramento.org.br>>. Acesso em: 26 outubro, 2016.

OBSERVATÓRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

Disponível em: <https://neccint.wordpress.com/2009/10/11/brasil-propoe-portugues-como-lingua-de-trabalho-da-unesco/> Acesso em: 29 novembro, 2016.

PRIBERAM:

Disponível em: <<https://www.priberam.pt/>>. Acesso em: vários 2015, 2016.

RAE:

Disponível em: <<http://www.rae.es/>>. Acesso em: vários 2015, 2016.

SCIELO:

Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: vários 2015, 2016.

SOCIAL BAKERS:

Disponível em: <<https://www.socialbakers.com>>. Acesso em: 26 outubro, 2016.

UNRIC:

Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/actualidade/15531>>. Acesso em: 11 maio, 2016.

UOL:

Disponível em: <<https://www.uol.com.br/>>. Acesso em: vários 2016.

VENTOS DA LUSOFONIA:

Disponível em: <<https://ventosdalusofonia.wordpress.com/2012/07/09/iilp-carta-de-luanda-sobre-a-lingua-portuguesa-nas-organizacoes-internacionais/>>. Acesso em: 22 agosto, 2016.

YOUTUBE:

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oORg2_o1Pgc>. Acesso em: 18 junho, 2016.

ANEXOS

ANEXO I: Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP¹⁴²

Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP

Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996,

Imbuídos dos valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social;

Tendo em mente o respeito pela integridade territorial e a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado, bem como o direito de cada um estabelecer as formas do seu próprio desenvolvimento político, económico e social e adoptar soberanamente as respectivas políticas e mecanismos nesses domínios;

Conscientes da oportunidade histórica que a presente Conferência de Chefes de Estado e de Governo oferece para responder às aspirações e aos apelos provenientes dos povos dos sete países e tendo presente os resultados auspiciosos das reuniões de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa, realizadas em Brasília em 9 de Fevereiro de 1994, em Lisboa em 19 de Julho de 1995, e em Maputo em 18 de Abril de 1996, bem como dos seus encontros à margem das 48^a, 49^a e 50^a Sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas; Consideram imperativo:

- Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação;
- Encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum;
- Reiterar, nesta ocasião de tão alto significado para o futuro colectivo dos seus Países, o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa. Reafirmam que a Língua Portuguesa:

¹⁴² CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2752.aspx>> . Acesso em: 10 abril, 2016.

- Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada;
- É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista;
- É igualmente, no plano mundial, fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente;
- Tende a ser, pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns. Assim, animados de firme confiança no futuro, e com o propósito de prosseguir os objectivos seguintes:
 - Contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica, e, nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP;
 - Incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP);
 - Incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação;
 - Envidar esforços no sentido do estabelecimento em alguns Países Membros de formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização;
 - Alargar a cooperação entre os seus Países na área da concertação político-diplomática, particularmente no âmbito das organizações internacionais, por forma a dar expressão crescente aos interesses e necessidades comuns no seio da comunidade internacional; • Estimular o desenvolvimento de acções de cooperação interparlamentar;
 - Desenvolver a cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes; através da definição e concretização de projectos de interesse comum, explorando nesse sentido as várias formas de cooperação, bilateral, trilateral e multilateral;
 - Dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente

valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros;

- Mobilizar interna e externamente esforços e recursos em apoio solidário aos programas de reconstrução e reabilitação e acções de ajuda humanitária e de emergência para os seus Países;
- Promover a coordenação das actividades das diversas instituições públicas e entidades privadas, associações de natureza económica e organizações não-governamentais empenhadas no desenvolvimento da cooperação entre os seus Países;
- Promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos Países Membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas nos Países Membros, bem como a coordenação e o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração;
- Incentivar a cooperação bilateral e multilateral para a protecção e preservação do meio ambiente nos Países Membros, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável;
- Promover acções de cooperação entre si e de coordenação no âmbito multilateral para assegurar o respeito pelos Direitos Humanos nos respectivos Países e em todo o mundo;
- Promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia;
- Promover e incentivar medidas que visem a melhoria efectiva das condições de vida da criança e o seu desenvolvimento harmonioso, à luz dos princípios consignados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança;
- Promover a implementação de projectos de cooperação específicos com vista a reforçar a condição social da mulher, em reconhecimento do seu papel imprescindível para o bem estar e desenvolvimento das sociedades;
- Incentivar e promover o intercâmbio de jovens, com o objectivo de formação e troca de experiências através da implementação de programas específicos, particularmente no âmbito do ensino., da cultura e do desporto.

Decidem, num acto de fidelidade à vocação e à vontade dos seus Povos, e no respeito pela igualdade soberana dos Estados, constituir, a partir de hoje, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Feita em Lisboa, a 17 de Julho de 1996

Pela República de Angola

Pela República Federativa do Brasil

Pela República de Cabo Verde

Pela República da Guiné-Bissau

Pela República de Moçambique

Pela República Portuguesa

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

ANEXO II: Estatutos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa¹⁴³.

Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007)

Artigo 1º (Denominação) A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação políticodiplomática e da cooperação entre os seus membros.

Artigo 2º (Estatuto Jurídico) A CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.

Artigo 3º (Objectivos)

São objectivos gerais da CPLP:

a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;

b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;

c) A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Artigo 4º (Sede) A Sede da CPLP é, na sua fase inicial, em Lisboa, a capital da República Portuguesa.

Artigo 5º (Princípios Orientadores) 1. A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

a) Igualdade soberana dos Estados membros;

b) Não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;

c) Respeito pela sua identidade nacional;

d) Reciprocidade de tratamento;

¹⁴³ CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2752.aspx>> . Acesso em: 10 abril, 2016.

- e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;
- f) Respeito pela sua integridade territorial;
- g) Promoção do Desenvolvimento;
- h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

2. A CPLP estimulará a cooperação entre os seus membros com o objectivo de promover as práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos Direitos Humanos.

Artigo 6º (Membros) 1. Para além dos membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos.

2. A admissão na CPLP de um novo Estado é feita por decisão unânime da Conferência de Chefes de Estado e de Governo, e tem efeito imediato.

3. O pedido formal de adesão deverá ser depositado no Secretariado Executivo da CPLP.

Artigo 7º (Observadores) A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa poderá admitir Observadores com categoria de Associados ou com categoria de Consultivos.

Poderá ser atribuída a categoria de Observador Associado:

1. Aos Estados que, embora não reunindo as condições necessárias para ser membros de pleno direito da CPLP, partilhem os respectivos princípios orientadores, designadamente no que se refere à promoção das práticas democráticas, à boa governação e ao respeito dos direitos humanos, e prossigam através dos seus programas de governo objectivos idênticos aos da Organização;

2. Às organizações internacionais, universais ou regionais, aos organismos intergovernamentais e às entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autónomos que partilhem os princípios orientadores e os objectivos da CPLP nos termos referidos na alínea anterior;

3. Os Estados, as Organizações Internacionais Universais ou Regionais, os organismos intergovernamentais e as entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autónomos, a que se refere o número anterior, beneficiarão dessa qualidade a título permanente e poderão participar, sem direito a voto, nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo, bem como no Conselho de Ministros, sendo-lhes facultado o acesso à correspondente documentação não confidencial, podendo ainda apresentar comunicações desde que devidamente autorizados. Poderão ser ainda convidados para Reuniões de carácter técnico;

4. Poderá ser atribuída a categoria de Observador Consultivo às organizações da sociedade civil interessadas nos objectivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respectivo envolvimento em iniciativas relacionadas com acções específicas no âmbito da Organização;
5. A categoria de Observador Consultivo permitirá às entidades a quem for atribuída assistir a reuniões de carácter técnico e o acesso às decisões tomadas nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo, bem como pelo Conselho de Ministros;
6. As candidaturas à categoria de Observador Associado deverão ser devidamente fundamentadas de modo a demonstrar um interesse real pelos princípios e objectivos da CPLP. Serão apresentadas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros, o qual recomendará a decisão final a ser tomada pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
7. As candidaturas à categoria de Observador Consultivo, devidamente fundamentadas, serão dirigidas ao Secretariado Executivo que, após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente, as encaminhará para o Conselho de Ministros para decisão;
8. A qualidade de Observador Associado ou Consultivo poderá ser retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verificarem alterações das condições que recomendaram a sua concessão. A decisão final caberá ao órgão que decidiu a respectiva admissão, com base em proposta do Secretariado Executivo e após apreciação pelo Comité de Concertação Permanente;
9. Qualquer Estado membro poderá, caso o julgue oportuno, solicitar que uma Reunião tenha lugar sem a participação de Observadores.

Artigo 8º (Órgãos) 1. São Órgãos de Direcção e Executivos da CPLP:

- a) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- b) O Conselho de Ministros;
- c) O Comité de Concertação Permanente;
- d) O Secretariado Executivo.

2. A Assembleia Parlamentar da CPLP é o órgão que reúne os Parlamentos nacionais dos Estados membros.

3. Além dos referidos nos números anteriores, também são órgãos da CPLP a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação e as Reuniões Ministeriais.

4. Na materialização dos seus objectivos a CPLP apoia-se também nos mecanismos de concertação político-diplomática e de cooperação já existentes ou a criar entre os Estados membros da CPLP.

Artigo 9º (Instituto Internacional de Língua Portuguesa) O Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) é a Instituição da CPLP que tem como objectivos a planificação e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização em fora internacionais.

Artigo 10º (Conferência de Chefes de Estado e de Governo) 1. A Conferência é constituída pelos Chefes de Estado e/ou de Governo de todos os Estados membros e é o órgão máximo da CPLP.

2. São competências da Conferência:

- a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;
- b) Adoptar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
- c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
- d) Eleger de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;
- e) Eleger o Secretário Executivo da CPLP.

3. A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados membros.

4. As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados membros.

Artigo 11º (Competências do Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo) São competências do Presidente da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo:

- a) Presidir às reuniões da Conferência;
- b) Acompanhar a implementação das decisões da Conferência e a acção dos demais órgãos da CPLP;
- c) Representar a CPLP;

d) Convocar e transmitir orientações ao Presidente do Conselho de Ministros e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da Organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;

e) O mais que lhe for incumbido pela Conferência.

Artigo 12º (Conselho de Ministros) 1. O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados membros.

2. São competências do Conselho de Ministros:

a) Coordenar as actividades da CPLP;

b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;

c) Definir, adoptar e implementar as políticas e os programas de acção da CPLP;

d) Aprovar o orçamento da CPLP e do IILP;

e) Formular recomendações à Conferência em assuntos da política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP;

f) Recomendar à Conferência o candidato para o cargo de Secretário Executivo;

g) Eleger o Director Executivo do IILP;

h) Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objectivos e programas da CPLP;

i) Realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência.

3. O Conselho de Ministros elege de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos.

4. O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

5. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência, à qual deverá apresentar os respectivos relatórios.

6. As decisões do Conselho de Ministros são tomadas por consenso.

Artigo 13º (Competências do Presidente do Conselho de Ministros) São competências do Presidente do Conselho de Ministros:

- a) Presidir às reuniões do Conselho;
- b) Acompanhar a acção dos demais órgãos da CPLP e a implementação das decisões da Conferência e do Conselho;
- c) Representar a CPLP;
- d) Convocar e transmitir orientações ao Coordenador do Comité de Concertação Permanente e ao Secretário Executivo sempre que achar necessário para o cumprimento das decisões da Conferência e do Conselho e das iniciativas que se mostrem pertinentes e adequadas ao bom desempenho da Organização em matéria de política geral, estratégias e funcionamento harmonioso da organização;
- e) O mais que lhe for incumbido pela Conferência e pelo Conselho.

Artigo 14º (Comité de Concertação Permanente) 1. O Comité de Concertação Permanente é constituído por um representante de cada um dos Estados membros da CPLP.

2. Compete ao Comité de Concertação Permanente acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas dos outros órgãos da CPLP.

3. Compete ainda ao Comité de Concertação Permanente acompanhar as acções levadas a cabo pelo IILP, assegurando a sua concordância com a orientação política geral da CPLP.

4. O Comité de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

5. O Comité de Concertação Permanente é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros.

6. As decisões do Comité de Concertação Permanente são tomadas por consenso.

7. O Comité de Concertação Permanente pode constituir grupos de trabalho para apoiá-lo nas suas tarefas.

8. O Comité de Concertação Permanente poderá tomar decisões sobre os assuntos mencionados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 12º, ad referendum do Conselho de Ministros.

Artigo 15º (Assembleia Parlamentar da CPLP) 1. A Assembleia Parlamentar é o órgão da CPLP que reúne representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países.

2. Os Parlamentos Nacionais têm igual voto na Assembleia. 3. Compete à Assembleia Parlamentar:

a) Apreciar todas as matérias relacionadas com a finalidade estatutária e a actividade da CPLP, dos seus órgãos e organismos;

b) Emitir parecer sobre as orientações, a política geral e as estratégias da CPLP;

c) Reunir-se, a fim de analisar e debater as respectivas actividades e programas, com o Presidente do Conselho de Ministros, o Secretário Executivo e o Director Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP e bem assim com os responsáveis por outros organismos equiparáveis que venham a ser criados no âmbito da Organização;

d) Adoptar, no âmbito das suas competências e por deliberação que reúna a maioria expressa do conjunto das suas delegações, votos, relatórios, pareceres, propostas ou recomendações.

4. A Assembleia Parlamentar tem direito a receber e a obter a informação e a documentação oficial dos órgãos da CPLP.

5. A Assembleia Parlamentar pode constituir grupos de trabalho e missões de observação internacional, nomeadamente missões eleitorais, bem como designar enviados especiais para relatar sobre assuntos específicos no âmbito da Comunidade.

6. O Presidente da Assembleia Parlamentar, eleito por um período de dois anos não renovável, tem assento nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

7. Os Estatutos e o Regimento da Assembleia Parlamentar são adoptados mediante deliberação aprovada por consenso das delegações nacionais ou, na falta deste, por maioria qualificada.

Artigo 16º (Competências do Instituto Internacional de Língua Portuguesa) 1. Na prossecução dos seus objectivos, quer entre Estados membros, quer no plano internacional, o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) tomará em consideração a orientação geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como a diversidade cultural dos países que a constituem.

2. O IILP gozará de autonomia científica e administrativa, recebendo orientação quanto aos objectivos a prosseguir dos seus órgãos próprios nomeadamente do Conselho Científico.

3. O IILP é chefiado por um Director Executivo que é uma Alta Personalidade dos Estados membros, preferencialmente com experiência em políticas de Língua Portuguesa, e que será eleito pelo Conselho de Ministros para um mandato de dois anos, renovável uma única vez.

4. A acção do Director Executivo será apoiada pelo Conselho Científico composto por representantes de todos os Estados membros e que se reunirá, no mínimo, anualmente. O Secretariado Executivo far-se-á representar na reunião do Conselho Científico pelo Assessor para matérias da Língua e Cultura.

Artigo 17º (Secretariado Executivo) 1. O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem as seguintes competências:

a) Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comité de Concertação Permanente;

b) Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;

c) Organizar e participar nas reuniões dos vários órgãos da CPLP;

d) Acompanhar a execução das decisões das Reuniões Ministeriais e demais iniciativas no âmbito da CPLP.

2. O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo.

Artigo 18º (Secretário Executivo) 1. O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Estados membros da CPLP, eleito para um mandato de dois anos, mediante candidatura apresentada rotativamente pelos Estados membros por ordem alfabética crescente.

2. No final do mandato, é facultado ao Estado membro cujo nacional ocupa o cargo de Secretário Executivo apresentar candidatura, por mais um mandato de dois anos, para o cargo de Secretário Executivo.

3. São principais competências do Secretário Executivo:

a) Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objectivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento;

b) Apresentar propostas ao Conselho de Ministros e às Reuniões Ministeriais, após consulta ao Comité de Concertação Permanente;

c) Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comité de Concertação Permanente;

- d) Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados membros e outras instituições da CPLP;
- e) Propor a convocação de reuniões extraordinárias sempre que a situação o justifique;
- f) Responder pelas finanças, pela administração geral e pelo património da CPLP; g) Representar a CPLP nos fora internacionais;
- h) Celebrar acordos com outras organizações e agências internacionais, após aprovação pelo Comité de Concertação Permanente;
- i) Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros e pelo Comité de Concertação Permanente;
- j) O Secretário Executivo poderá delegar no Director Geral parte das suas funções incluindo, com carácter excepcional e informados os Estados membros, a sua representação no exterior.

Artigo 19º (Director Geral) 1. O Director Geral é recrutado entre os cidadãos nacionais dos Estados membros, mediante concurso público, pelo prazo de 3 anos, renovável por igual período;

2. O Director Geral é responsável, sob a orientação do Secretário Executivo, pela gestão corrente do Secretariado, planeamento e execução financeira, preparação, coordenação e orientação das reuniões e projectos levados a cabo pelo Secretariado.

Artigo 20º (Reunião dos Pontos Focais de Cooperação) 1. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP.

2. A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação é coordenada pelo representante do Estado membro que detém a Presidência.

3. Compete à Reunião dos Pontos Focais de Cooperação assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade, devendo o seu coordenador apresentar ao Comité de Concertação Permanente um ponto de situação sobre a execução dos programas apresentados no início de cada semestre.

4. Os Pontos Focais de Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

Artigo 21º (Reuniões Ministeriais) 1. As Reuniões Ministeriais são constituídas pelos Ministros e Secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros.

2. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, em nível ministerial ou equivalente, as acções de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais.

3. O Estado membro anfitrião promoverá o depósito, junto do Secretariado Executivo, dos documentos aprovados nas Reuniões Ministeriais, que deles dará conhecimento ao Comité de Concertação Permanente.

4. As acções aprovadas no âmbito das Reuniões Ministeriais serão financiadas por fontes a serem identificadas por esses órgãos. As acções a serem financiadas pelo Fundo Especial da CPLP deverão submeter-se às normas e procedimentos previstos no Regimento do Fundo Especial.

Artigo 22º (Quórum) O Quórum para a realização de todas as reuniões da CPLP e das suas instituições é de pelo menos seis Estados membros.

Artigo 23º (Decisões) As decisões dos órgãos da CPLP e das suas instituições são tomadas por consenso de todos os Estados membros.

Artigo 24º (Regimento Interno) Os órgãos e instituições da CPLP definirão o seu próprio regimento interno.

Artigo 25º (Proveniência dos Fundos) 1. Os fundos da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados membros, mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho de Ministros.

2. A CPLP conta com um Fundo Especial, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das Acções Concretas levadas a cabo no quadro da CPLP, constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas, e regido por Regimento próprio, aprovado pelo Conselho de Ministros.

Artigo 26º (Orçamento) 1. O orçamento de funcionamento da CPLP estende-se de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro do mesmo ano.

2. A proposta orçamental é preparada pelo Secretário Executivo e, depois de apreciada pelo Comité de Concertação Permanente, submetida à decisão dos Estados membros, pelo menos três meses antes do início do novo exercício orçamental.

3. O Director Executivo do IILP apresentará, anualmente, ao Comité de Concertação Permanente, um Projecto de Orçamento de Funcionamento acompanhado das necessárias notas explicativas. No início de cada ano, o Director Executivo do IILP apresentará um relatório detalhado da execução orçamental, por forma a que este seja apresentado às Auditorias que inspeccionam as contas da CPLP.

4. O orçamento de funcionamento do IILP será aprovado, anualmente, pelo Comité de Concertação Permanente ad referendum do Conselho de Ministros, devendo seguir procedimentos similares aos do orçamento de funcionamento da CPLP.

Artigo 27º (Património) 1. O Património da CPLP é constituído por todos os bens, móveis ou imóveis, adquiridos, atribuídos, ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privadas.

Artigo 28º (Emenda) 1. O Estado ou Estados membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão por escrito ao Secretário Executivo uma notificação contendo as propostas de emenda.

2. O Secretário Executivo comunicará ao Comité de Concertação Permanente as propostas de emenda referidas no n.º 1 do presente Artigo, que as submeterá à aprovação do Conselho de Ministros.

Artigo 29º (Entrada em Vigor) 1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura e, definitivamente, após a conclusão das formalidades constitucionais por todos os Estados membros.

2. Os presentes Estatutos serão adoptados por todos os Estados membros em conformidade com as suas formalidades constitucionais.

Artigo 30º (Depositário) Os textos originais da Declaração Constitutiva da CPLP e dos presentes Estatutos serão depositados na Sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados membros.

Lisboa, em 2 de Novembro de 2007

ANEXO III: Resolução sobre o Regulamento dos Observadores Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.¹⁴⁴

XIV REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Cidade da Praia, 20 de Julho de 2009

Resolução sobre o Regulamento dos Observadores Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido na Cidade da Praia, na sua XIV Reunião Ordinária, no dia 20 de Julho de 2009;

Considerando o disposto nos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), designadamente a previsão da categoria de Observador Consultivo;

Constatando o elevado número de entidades que pretendem aceder a essa categoria;

Considerando, ainda, que a admissão de Observadores Consultivos deve ser feita por forma a preservar os princípios orientadores expressos nos Estatutos da CPLP, bem como a índole política e o carácter não confessional da Organização;

Reconhecendo o valor potencial do contributo dos Observadores Consultivos na prossecução dos objectivos estatutários da CPLP;

Atendendo à necessidade de elaborar um regulamento que estabeleça as condições de concessão da categoria de Observador Consultivo e o seu relacionamento com a Organização;

DECIDE:

Aprovar o Regulamento dos Observadores Consultivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, anexo à presente Resolução.

Feita na Cidade da Praia, a 20 de Julho de 2009

¹⁴⁴ CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org>> . Acesso em: 10 abril, 2016.

REGULAMENTO DOS OBSERVADORES CONSULTIVOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Artigo 1.º (Objecto)

O presente Regulamento visa definir as condições de atribuição e funcionamento da categoria de Observador Consultivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Artigo 2.º (Âmbito)

O presente Regulamento aplica-se às entidades que pretendem beneficiar ou já beneficiam da categoria de Observador Consultivo da CPLP no âmbito das suas relações com a Organização.

CAPÍTULO II Concessão da Categoria

Artigo 3.º (Concessão)

A categoria de Observador Consultivo pode ser atribuída a organizações da sociedade civil empenhadas nos objectivos prosseguidos pela CPLP, designadamente através do respectivo envolvimento em iniciativas relacionadas com acções específicas no âmbito da Organização.

Artigo 4.º (Processo de candidatura)

1. A admissibilidade à categoria de Observador Consultivo da CPLP implica a apresentação de um processo de candidatura que deve ser instruído com os seguintes elementos:

- a) Exposição detalhada dos motivos da candidatura;
- b) Estatutos da entidade candidata;
- c) Relatório e Contas do último exercício;
- d) Plano de actividades.

2. A CPLP reserva-se ao direito de solicitar elementos adicionais ou de quaisquer esclarecimentos tidos por convenientes, susceptíveis de fundamentar a pretensão da entidade interessada, bem como facilitar a análise das candidaturas apresentadas.

Artigo 5.º (Tramitação)

1. O processo de candidatura à concessão de categoria de Observador Consultivo da CPLP está sujeito à apresentação de proposta para o efeito por um Estado membro e segue a seguinte tramitação:

- a) Entrega da proposta pelo Estado membro ao Secretariado Executivo da CPLP;
- b) Elaboração pelo Secretariado Executivo da CPLP de uma avaliação prévia da proposta, a submeter ao Comité de Concertação Permanente da CPLP (CCP);
- c) Apreciação da candidatura em sede de CCP, designadamente pela elaboração de um parecer fundamentado a respeito, e apresentação do mesmo ao Conselho de Ministros da CPLP para aprovação.

2. Caso a sede da entidade candidata se situe fora do espaço CPLP, cabe à mesma definir o Estado membro para submissão da sua candidatura.

3. Cabe ao Secretariado Executivo garantir que as candidaturas apresentadas seguem a tramitação definida no presente artigo, bem como prestar qualquer esclarecimento sobre o seu andamento.

Artigo 6.º (Critérios orientadores)

Na apreciação das candidaturas são considerados, entre outros, os seguintes factores:

- a) A representatividade da entidade candidata nos Estados membros da CPLP;
- b) A capacidade de actuação da entidade candidata;
- c) O seu Plano de Actividades.

Artigo 7.º (Numerus clausus)

A concessão da categoria de Observador Consultivo da CPLP está limitada ao máximo de cinco por ano.

Artigo 8.º (Manutenção da categoria)

1. A manutenção da categoria de Observador Consultivo da CPLP está sujeita à continuidade da verificação das condições que determinaram a sua concessão, bem como ao cumprimento do estabelecido no presente Regulamento.

2. No caso de se verificar qualquer alteração das condições referidas ou uma situação de incumprimento do Regulamento, a categoria de Observador Consultivo deve ser suspensa por um período de até doze meses, mediante decisão do Comité de Concertação Permanente nesse sentido.

3. Em caso de manutenção das condições que justificaram a suspensão, o Comité de Concertação deve submeter à aprovação do Conselho de Ministros subsequente, uma proposta fundamentada de exclusão da entidade em causa.

4. Quaisquer das decisões referidas no presente artigo devem ser previamente comunicadas à entidade em causa.

CAPÍTULO III Parceria entre a CPLP e os Observadores Consultivos

Artigo 9.º (Parceria)

1. A colaboração entre a CPLP e os Observadores Consultivos compreende o domínio da promoção e difusão da Língua Portuguesa, assim como todas as áreas de cooperação nas quais a CPLP desenvolve acções específicas.

2. O desenvolvimento da parceria entre a CPLP e os Observadores Consultivos é orientado pelos seguintes instrumentos da Organização:

a) A Estratégia Geral de Cooperação da CPLP;

b) O Plano Indicativo de Cooperação e o Acordo Geral de Cooperação da CPLP;

c) Os Planos e Programas sectoriais de cooperação; d) As Resoluções e outros instrumentos de orientação adoptados pela Organização.

Artigo 10.º (Formas de Cooperação)

1. A cooperação entre a CPLP e os Observadores Consultivos pode revestir as seguintes formas: a. Troca de informações; b. Parceria na implementação de projectos no âmbito da CPLP; c. Co-financiamento de programas, projectos e acções; d. Comparticipação financeira da CPLP, através do Fundo Especial, em projectos de Observadores Consultivos, quando apresentados à reunião dos Pontos Focais de Cooperação pelos Pontos Focais dos respectivos Estados membros e aprovados por aquele órgão; e. Comparticipação financeira dos Observadores Consultivos em iniciativas da CPLP.

2. As responsabilidades financeiras resultantes da Cooperação entre a CPLP e os Observadores Consultivos são objecto de Protocolo a ser celebrado entre o Secretariado Executivo e as entidades executoras.

3. O Protocolo acima mencionado deve conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos: a. Objectivos da actividade; b. O plano de trabalho; c. O orçamento;
- d. O cronograma de desembolso.

Artigo 11.º (Troca de informações)

1. Os Observadores Consultivos devem remeter ao Secretariado Executivo o seu plano anual de actividades até ao final do ano antecedente.
2. O Secretariado Executivo decide sobre a divulgação da informação acima referida às Comissões Temáticas pertinentes, bem como aos órgãos da CPLP.
4. O Secretariado Executivo disponibiliza aos Observadores Consultivos as decisões tomadas no Conselho de Chefes de Estado e de Governo e Conselho de Ministros.

Artigo 12.º (Parcerias em Projecto)

A parceria entre a CPLP os Observadores Consultivos pode ser concretizada através de:

- a) Projectos desenvolvidos entre Observadores Consultivos nos quais a CPLP seja associada ou beneficiária;
- b) Projectos desenvolvidos pela CPLP nos quais um ou mais Observadores Consultivos sejam convidados a participarem;
- c) Projectos co-financiados pelo Fundo Especial, nos termos da alínea d) do Artigo 9.º.

CAPÍTULO IV Direitos e deveres dos Observadores Consultivos

Artigo 13.º (Direitos)

1. Os Observadores Consultivos gozam dos seguintes direitos: a. A participação na Reunião Anual entre o Secretariado Executivo e os Observadores Consultivos.
- b. O acesso às decisões tomadas na Conferência de Chefes de Estado e de Governo e no Conselho de Ministros;
- c. Condição preferencial como parceiros institucionais em iniciativas promovidas pela CPLP;
- d. A possibilidade de, mediante convite, assistir a Reuniões Técnicas.

Artigo 14.º (Deveres)

1. Constituem deveres dos Observadores Consultivos:
 - a. Apoiar, respeitar e promover os objectivos e os princípios orientadores consagrados nos Estatutos da CPLP;
 - b. Apoiar, sempre que possível, o alargamento e o aprofundamento da cooperação entre entidades dos Estados membros em todos os domínios de cooperação nos quais a CPLP se encontra estatutariamente empenhada;
 - c. Difundir, entre os seus membros e no âmbito das suas acções, informações relevantes sobre os fins e as actividades da CPLP;
 - d. Agir sem fins lucrativos no âmbito das acções promovidas em parceria com a CPLP;
 - e. Promover o cumprimento de iniciativas da CPLP que se enquadrem na sua área de actuação;
 - f. Participar, dentro das suas possibilidades, em actividades da CPLP para as quais seja solicitado.
 - g. Indicar um Ponto Focal responsável pelo acompanhamento dos assuntos da CPLP, um substituto deste e os respectivos contactos telefónicos, FAX e endereços de correios electrónico.
 - h. Submeter ao Secretariado Executivo da CPLP, mediante solicitação expressa:
 - i. Relatório e Contas de exercícios anteriores;
 - ii. Relatório sucinto das actividades do Observador Consultivo que se enquadrem nos fins estatutários da CPLP.
 - i. Informar o Secretariado Executivo de quaisquer alterações estatutárias.

CAPÍTULO V Comissões de Temáticas

Artigo 15.º (Finalidade das Comissões Temáticas)

Os Observadores Consultivos devem agrupar-se em Comissões Temáticas, as quais desenvolvem, prioritariamente, dois tipos de actividades:

- a) Debate e troca de experiências sobre temas da sua competência com vista à identificação e partilha de boas práticas;
- b) Identificação, formulação, procura de financiamento e implementação de projectos comuns.

Artigo 16.º (Constituição das Comissões Temáticas)

1. Estabelecem-se as seguintes Comissões Temáticas:

- a. Comissão de Promoção e Difusão da Língua Portuguesa;
- b. Comissão de Saúde;
- c. Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia;
- d. Comissão de Ambiente;
- e. Comissão de Assuntos Culturais

2. Cabe ao Secretariado Executivo aprovar novas Comissões, sob proposta de dois Observadores Consultivos.

Artigo 17.º (Funcionamento das Comissões Temáticas)

1. A Coordenação das Comissões é exercida por um Observador Consultivo, eleito entre os membros de cada Comissão para um mandato de um ano.

2. A Coordenação da Comissão Temática assegura a dinamização das actividades da Comissão, a difusão de toda a informação junto dos membros da Comissão, organiza reuniões periódicas de trabalho e assegura a promoção das actividades da Comissão.

3. Cada Comissão Temática realiza anualmente uma reunião pública ou um Seminário, destinado a difundir os trabalhos da Comissão junto do público.

4. As conclusões das reuniões das Comissões são remetidas ao Secretariado Executivo.

CAPÍTULO - IV Disposições finais e transitórias

Artigo 18.º (Portal CPLP)

1. Toda a informação produzida no âmbito do relacionamento entre os Observadores Consultivos e o Secretariado Executivo é recolhida, nos canais próprios, no Portal CPLP.

2. A responsabilidade pela actualização dos conteúdos em cima referidos no

Portal CPLP cabe ao Secretariado Executivo, apenas quanto a:

- a) Identificação dos Observadores Consultivos;

b) Composição das Comissões;

c) Documentos produzidos na Reunião Anual entre os Observadores Consultivos e o Secretariado Executivo.

3. A utilização do Portal CPLP para a divulgação de outra informação relevante sobre os Observadores Consultivos, incluindo carregamento de conteúdos, é contratada entre o Secretariado Executivo e cada um dos Observadores Consultivos.

4. O Secretariado Executivo fornece a informações necessárias à utilização do Portal CPLP pelos Observadores Consultivos, desvinculando-se contudo da responsabilidade por utilização abusiva por parte destes.

Artigo 19.º (Propostas de alteração)

As propostas de alteração ao presente Regulamento devem ser submetidas pelos Estados membros ao Secretariado Executivo, para enquadramento e comunicação ao Comité de Concertação Permanente, que decide sobre a sua submissão ao Conselho de Ministros, para aprovação.

Artigo 20.º (Produção de efeitos)

O presente Regulamento produz efeitos a partir da data da sua aprovação por Resolução do Conselho de Ministros da CPLP.

Feito na Cidade da Praia, a 20 de Julho de 2009.

ANEXO IV: Carta de Luanda¹⁴⁵.

Colóquio Internacional de Luanda

“A Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais”

CARTA DE LUANDA

Considerando que o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, adotado na VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Luanda em julho de 2010, constitui um documento estratégico pragmático que fixa os objetivos a concretizar;

Considerando que o Plano de Ação de Brasília realça uma crescente afirmação mundial do Português e propõe, para o efeito, uma estratégia para a sua contínua e efetiva implementação nas Organizações Internacionais como língua oficial e de trabalho;

Considerando que os países da CPLP têm desenvolvido iniciativas para a promoção e difusão da Língua Portuguesa, numa atuação conjunta no processo da sua mundialização, nomeadamente nas Organizações Internacionais, Regionais e Agências Especializadas;

Considerando que entre as medidas mais importantes para a promoção da Língua Portuguesa constam também as medidas tomadas na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Lisboa, em julho de 2008, refletidas na sua Declaração sobre a Língua Portuguesa;

Considerando as pertinentes formulações da Carta da Praia, de novembro de 2011, adotada pelo Colóquio Internacional sobre a Língua Portuguesa nas Diásporas, e da Carta de Guaramiranga, de abril de 2012, adotada pelo Colóquio Internacional sobre a Língua Portuguesa na Internet e no Mundo Digital;

Considerando a importância da presença e do papel da Língua Portuguesa nas organizações e fóruns internacionais em todos os aspectos do desenvolvimento, desde a interação social e compreensão mútua entre os povos até à promoção do diálogo entre culturas, à educação e à informação, bem como o acesso e transferência do conhecimento científico e tecnológico;

¹⁴⁵ IILP: Carta de Luanda sobre a Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais. Ventos da Lusofonia. 19 julho, 2012. Disponível em: <<https://ventosdalusofonia.wordpress.com/2012/07/09/iilp-carta-de-luanda-sobre-a-lingua-portuguesa-nas-organizacoes-internacionais/>>. Acesso em: 22 agosto, 2016.

Os participantes do Colóquio de Luanda sobre a Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais, realizado de 03 a 05 de julho de 2012, recomendam ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa:

– a produção de um texto informativo nas seis línguas oficiais das Nações Unidas sobre a situação do Português e o empenho dos países da CPLP na sua adoção como língua oficial da ONU e das suas Agências;

– a organização de um fórum de debates de planificação linguística envolvendo os blocos regionais – União Africana, União Europeia, SADC, Mercosul, CEDEAO, CEEAC, ASEAN e Estados ACP, entre outros – com vista à internacionalização do Português nos organismos internacionais;

– a atuação, junto das organizações internacionais, no sentido de fomentar o processo de ensino-aprendizagem do Português como língua estrangeira, visando estimular a proficiência dos seus funcionários;

– a criação de uma comissão que proceda à inventariação dos programas e consórcios de cursos de tradutores e intérpretes, nos países da CPLP, visando um melhor conhecimento neste domínio e o seu desenvolvimento;

– a produção e disponibilização, na página eletrónica do Instituto, de um registo de tradutores/intérpretes e de instituições que ofereçam estes serviços nas cidades-sede das Organizações Internacionais ou que acolhem eventos internacionais, de modo a disponibilizar rapidamente a informação;

– a criação de um portal de informações para o registo de obras terminológicas com equivalentes em português, na forma de um inventário dos trabalhos terminológicos já realizados em Língua Portuguesa em diversos âmbitos, contendo:a) dados de identificação de instrumentos terminológicos (glossários, léxicos especializados, dicionários técnico-científicos, bancos de dados terminológicos); b) conjuntos terminológicos já sistematizados e disponíveis para consulta;

– a contribuição, no contexto da realização, no Brasil, do Campeonato Mundial de Futebol, em 2014, e dos primeiros Jogos Olímpicos num país de Língua Portuguesa, a ocorrer em 2016, para a criação de um banco de dados terminológicos na área. Ainda neste âmbito, diligenciar, junto do Comité Olímpico e Paraolímpico Internacional, para a admissão do Português como língua de trabalho.

Recomendam, igualmente, à organização da II Conferência Internacional sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial:

– a sensibilização dos países da CPLP para a convergência na definição de uma política de língua multilateral;

- a participação de regiões que, embora pertencentes a Estados externos à CPLP, integram na sua identidade elementos linguísticos e culturais desta Comunidade;
- a abertura ao envolvimento da sociedade civil na concepção, realização e avaliação das atividades da II Conferência;
- a inclusão, na agenda, do tema referente à oferta de cursos de formação de gestores de terminologia nos países da CPLP;
- o desenvolvimento de sinergias para a promoção da Língua Portuguesa como língua de relação e como língua internacional, dados os laços privilegiados entre a China e os países de Língua Portuguesa, através do Fórum de Macau.

Luanda, 05 de julho de 2012.

ANEXO V: “XI Conferência de chefes de estado e de governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”¹⁴⁶

Brasília, 31 de outubro e 1 de novembro de 2016

Declaração de Brasília

1. Os Chefes de Estado e de Governo da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República da Guiné Equatorial, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Democrática de Timor-Leste, ou seus representantes, reuniram-se na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Brasília, nos dias 31 de outubro e 1 de novembro de 2016.
2. Elegeram Sua Excelência o Senhor Michel Temer, Presidente da República Federativa do Brasil, como Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, para os próximos dois anos.
3. Celebraram os 20 anos de constituição da CPLP, que logrou consolidar-se como foro privilegiado de diálogo e de colaboração entre os países de Língua Portuguesa, bem como plataforma para a projeção do idioma que os une, tendo-se tornado uma organização internacional reconhecida pela comunidade internacional.
4. Reafirmaram a plena validade do compromisso histórico consagrado na Declaração Constitutiva da CPLP, com a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Estados-Membros, que constituem um espaço geograficamente descontínuo, mas identificado pelo idioma comum e pelos primados da paz, da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social.
5. Aprovaram as orientações constantes no relatório sobre a Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026) e renovaram a sua determinação em prosseguir aprofundando a concertação político-diplomática, a cooperação em todas as áreas e a promoção e difusão da Língua Portuguesa no mundo, de modo a fortalecer a organização e a sua presença junto aos cidadãos dos Estados-Membros e junto à comunidade internacional.
6. Congratularam-se com a escolha do Senhor Eng.º António Guterres para o cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas, o primeiro cidadão de um Estado-Membro da CPLP a ocupar

¹⁴⁶ Declaração de Brasília. Blogue do IILP. 2 novembro, 2016. Disponível em: <<https://iilp.wordpress.com/>>. Acesso em: 5 novembro, 2016.

tão elevada posição. Saudaram ainda as Nações Unidas pela forma transparente e consensual como foi conduzido o processo de designação.

7. Congratularam-se também com a exitosa realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro, em agosto e setembro de 2016, tendo sido a primeira vez que as Olimpíadas e as Paraolimpíadas foram celebradas em um país de Língua Portuguesa.

8. Tomaram nota, com satisfação, das medidas e atividades levadas a cabo e dos encontros celebrados desde a X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Díli, a 23 de julho de 2014 (listados em anexo a esta Declaração), para a concretização dos objetivos da Comunidade.

9. Saudaram a escolha de “A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” como tema da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo e comprometeram-se em promover o diálogo político, a troca de experiências e a cooperação com vista a apoiar, no âmbito da CPLP, a implementação da Agenda 2030 e de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das 169 metas associadas.

10. Congratularam-se com a proclamação de 2016 como o “Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil” e assumiram o compromisso de prosseguir cooperando com vista à prevenção e eliminação da exploração do trabalho infantil no âmbito da Comunidade.

11. Reafirmaram o interesse dos Estados-Membros em estimular o crescimento dos fluxos comerciais e de investimento entre os integrantes da CPLP, por meio do fortalecimento da coordenação entre os Estados. Destacaram, nesse sentido, a realização do Fórum Econômico Global, numa iniciativa inovadora, que aliando o esforço governamental às iniciativas empresariais da Comunidade, busca atrair investimentos para o desenvolvimento socioeconômico no espaço da Comunidade, em consentâneo com o objetivo 17 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

12. Aprovaram a concessão da categoria de Observador Associado da CPLP à Hungria, à República Checa, à República Eslovaca e à República Oriental do Uruguai, cuja adesão à Organização muito a prestigia pela visibilidade política internacional que lhe acresce.

13. Ressaltaram o relevante papel que os Observadores Associados podem desempenhar nas atividades da CPLP e instaram o Secretariado Executivo, em coordenação com os Estados-Membros, a propor estratégias para intensificar o envolvimento dos Observadores Associados com a Organização.

14. Saudaram a realização da VI sessão da Assembleia Parlamentar da CPLP, em Brasília, entre 5 e 7 de abril de 2016, e assinalaram a importância dos trabalhos da Assembleia Parlamentar para a Comunidade e os seus cidadãos.

15. Tomaram boa nota do pedido dos Procuradores-Gerais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de que seus Encontros, de carácter anual, possam ser integrados na estrutura institucional da CPLP.

16. Reafirmaram a importância do envolvimento da sociedade civil nas atividades da CPLP e recomendaram a continuidade do processo de crescente institucionalização da sua participação na Comunidade, por meio da articulação com os Observadores Consultivos e com outros mecanismos de organização da sociedade civil, como o Fórum da Sociedade Civil, com vista à construção de um mecanismo integrado de diálogo e colaboração entre a sociedade civil e a CPLP.

Concertação política e diplomática

17. Destacaram a realização de eleições regulares nos Estados-Membros e a legitimidade democrática que daí decorre, elementos essenciais de afirmação dos direitos do homem e do cidadão, e da preservação de instituições democráticas e representativas, bem como do reforço do Estado de direito democrático.

18. Saudaram o papel da CPLP e dos seus Estados-Membros na observação de eleições em São Tomé e Príncipe (outubro de 2014) e em Moçambique (outubro de 2014), bem como no acompanhamento da eleição na Guiné Equatorial (abril de 2016).

19. Regozijaram-se pelo importante papel desempenhado pelo fórum P5 – integrado pelas Nações Unidas, União Africana, CEDEAO, União Europeia e CPLP – e pela Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas, na configuração específica para a Guiné-Bissau, no acompanhamento da situação política guineense e na promoção de um diálogo construtivo entre os atores políticos guineenses, bem como na facilitação do diálogo com os parceiros internacionais, essencial para a implementação de um roteiro para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento econômico e social que o povo guineense tanto almeja;

Mandataram o Secretário Executivo da CPLP a continuar a acompanhar a situação política na Guiné-Bissau e a manter um quadro de concertação e interação com os atores políticos guineenses e os parceiros internacionais e regionais.

20. Congratularam-se com o anúncio da conclusão dos procedimentos internos de ratificação dos Estatutos da CPLP e com a entrega simbólica da respetiva carta ao Secretário Executivo da CPLP, que consolida a integração da Guiné Equatorial na CPLP e abre caminho à adoção do acervo comunitário;

Registraram com agrado a solicitação da Guiné Equatorial de apoio técnico à harmonização legislativa interna, decorrente da moratória à pena de morte em vigor, no sentido de a converter

em abolição, em conformidade com os princípios fundamentais e valores universais comungados por todos os Estados-Membros;

Reconheceram os esforços empreendidos pela Guiné Equatorial na adoção plena da Língua Portuguesa, designadamente através dos órgãos de comunicação social, com destaque para a Televisão Nacional e Rádio Asonga, bem como a integração da Língua Portuguesa no currículo dos Centros Educativos;

Reiteraram o empenho em apoiar os esforços da Guiné Equatorial na sua plena integração na CPLP, em aspetos que possam vir a ser identificados junto dos órgãos da CPLP;

Felicitaram a iniciativa da Guiné Equatorial em instituir o Prêmio UNESCO/Guiné Equatorial em Ciências da Vida, que em 2015 foi atribuído a um cidadão de um Estado-Membro da CPLP.

21. Tomaram nota dos esforços realizados por Timor-Leste para delimitar definitivamente, em harmonia com o Direito Internacional, as fronteiras marítimas com ambos os vizinhos, a Austrália e a Indonésia, e expressaram solidariedade à causa timorense em assegurar o exercício dos direitos soberanos e de jurisdição sobre o seu território marítimo, nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e garantir assim um futuro melhor para o povo de Timor-Leste;

Saudaram o início das discussões preparatórias entre Timor-Leste e a Indonésia com vista a delimitar as fronteiras marítimas entre os dois países, num espírito de amizade e no âmbito do direito internacional, e reconheceram a iniciativa de Timor-Leste em iniciar um processo de conciliação obrigatória com a Austrália, um mecanismo de resolução de disputas no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que está a ser posto em prática pela primeira vez, com o objetivo de alcançar uma solução justa e aceitável para ambas as partes.

22. Registraram, com satisfação, a adoção, em 6 de julho de 2015, pela 69.^a Assembleia Geral das Nações Unidas, da Resolução 69/311 “Cooperação entre as Nações Unidas e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, e reiteraram a importância de estreitar a colaboração entre a CPLP e as Nações Unidas, suas agências, entidades e programas, bem como outros organismos internacionais, regionais e subregionais.

23. Reafirmaram a necessidade de avançar na reforma das Nações Unidas, em particular de seu Conselho de Segurança, com vistas a reforçar sua representatividade, legitimidade e eficácia, por meio da incorporação de novos membros permanentes e não permanentes e do aprimoramento dos métodos de trabalho do órgão;

Reiteraram seu apoio à aspiração do Brasil de ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança ampliado, recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião do Conselho de Ministros (Salvador, 1997), da Declaração de São Tomé e Príncipe (2004), da Declaração de

Bissau (2006), da Declaração de Lisboa (2008), da Declaração de Luanda (2010), da Declaração de Maputo (2012) e da Declaração de Díli (2014). Reiteraram, igualmente, nesse âmbito, o apoio à pretensão da África de estar representada na categoria de membro permanente do Conselho de Segurança.

24. Assinalaram que a mobilidade e a circulação no espaço da CPLP constituem um instrumento essencial para o aprofundamento da Comunidade e a progressiva construção de uma cidadania da CPLP, e reconheceram a necessidade de que sejam retomadas as discussões sobre o tema, levando em conta as diferentes realidades de cada Estado-Membro. Ao mesmo tempo, reconheceram que a aplicação dos Acordos de Brasília, de forma gradual e diferenciada pelos Estados-Membros, deverá contribuir para uma maior circulação dos cidadãos no espaço CPLP. Neste sentido, saudaram a decisão das Autoridades de São Tomé e Príncipe em isentar de vistos todos os cidadãos dos Estados-Membros para estadas de um período de até 15 dias.

25. Reafirmaram o compromisso de reforçar o direito humano à alimentação adequada nas políticas nacionais e comunitária, reconhecendo o seu papel na erradicação da fome e da pobreza nos países da Comunidade, bem como a prioridade dada ao tema da segurança alimentar e nutricional na agenda da CPLP. Destacaram, nesse sentido, a necessidade de implementar as ações previstas no plano de atividades da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) e de consolidar o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP).

26. Reiteraram a importância do tema dos oceanos para os Estados-Membros da CPLP e, nesse sentido, reafirmaram o compromisso com a negociação de novo acordo internacional juridicamente vinculante, no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), sobre a conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha além das jurisdições nacionais. Reafirmaram, ainda, o compromisso de, até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, fomentando, para tanto, a cooperação entre os países membros da CPLP. Asseveraram a vontade política comum de assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e de seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na CNUDM, que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos.

27. Instaram os Estados que ainda não o fizeram a assinar e ratificar o Acordo sobre Medidas do Estado do Porto para Prevenir, Impedir e Eliminar a Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada, negociado no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

28. Sublinharam a vontade política comum de promover a imagem da CPLP através do endosso de candidaturas dos seus Estados-Membros a cargos e funções em organizações internacionais,

manifestando o endosso da CPLP às seguintes candidaturas, no âmbito do sistema das Nações Unidas:

- a) Candidatura do Embaixador Gilberto Vergne Saboia, do Brasil, à reeleição como membro da Comissão de Direito Internacional, para o mandato 2017-2021, nas eleições que ocorrerão durante a 71.^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 2016;
- b) Candidatura do Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, do Brasil, à reeleição como Juiz da Corte Internacional de Justiça, para o mandato 2018-2027, nas eleições que ocorrerão durante a 72.^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 2017;
- c) Candidatura do Brasil à reeleição como membro do Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias das Nações Unidas, para o mandato 2018-2020, nas eleições que ocorrerão durante a 72.^a Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 2017;
- d) Candidatura do Juiz José Luís de Jesus, de Cabo Verde, à reeleição no cargo de Juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar, para o mandato 2017-2020;
- e) Candidaturas do Professor Doutor Aldino Santos de Campos, de Portugal, e do Almirante Ribas Marques, do Brasil, à Comissão de Limites da Plataforma Continental, para o mandato 2017-2022;
- f) Candidatura da Professora Doutora Patrícia Galvão Teles, de Portugal, à Comissão do Direito Internacional, para o mandato 2017 a 2021.

29. Assinalaram a importância do diálogo e da colaboração mantidos pelos Grupos CPLP nas diversas capitais e cidades-sede de organismos internacionais e recomendaram que as suas atividades sejam estimuladas e aprofundadas, tendo em conta o seu potencial.

Cooperação

30. Reiteraram a relevância da cooperação para o desenvolvimento sustentável dos Estados-Membros e para a consolidação e a projeção internacional da Comunidade.

31. Destacaram, nesse sentido, o potencial que a cooperação da CPLP oferece, numa lógica de cooperação horizontal e triangular, para a partilha de conhecimento e de experiências entre a cooperação tradicional e a cooperação Sul-Sul e com outros contextos e atores internacionais.

32. Reafirmaram a necessidade de fortalecer a ação dos Pontos Focais de Cooperação, de acordo com suas atribuições, promovendo designadamente a sua capacitação e a sua crescente articulação com os pontos focais setoriais, de modo a consolidar uma perspectiva integrada da cooperação na

CPLP, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no quadro da Agenda 2030;

Reiteraram a relevância e a necessidade de um amplo compromisso e parceria para a promoção e concretização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável nos Estados-Membros, num espírito de solidariedade reforçado e focado nas necessidades daqueles em maior situação de pobreza e vulnerabilidade.

33. Ressaltaram a necessidade de desenvolver estratégias e mecanismos para o financiamento das atividades de cooperação da CPLP.

34. Registraram a importância de fortalecer a execução técnica e operacional do Plano Indicativo de Cooperação (PIC) e dos planos estratégicos setoriais, estimulando e promovendo a capacitação dos agentes responsáveis por sua implementação.

35. Reafirmaram o seu compromisso com a defesa e promoção dos direitos humanos, enquanto pilares da dignidade humana e do bem-estar das populações dos Estados-Membros da CPLP, objetivos centrais de todos os esforços de cooperação intracomunitária. Nesse sentido, destacaram a importância de aprofundar a discussão sobre a promoção e a proteção dos direitos humanos no âmbito da CPLP, inclusive, mas não exclusivamente, por meio do intercâmbio de boas práticas em direitos humanos e pelo estímulo à educação em matéria de direitos humanos.

36. Evidenciaram a assinatura, no âmbito da XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em Díli, em julho de 2015, da Convenção Multilateral de Segurança Social da CPLP, instando a que todos os Estados-Membros a ratifiquem.

37. Enaltecaram os avanços registados no domínio da energia, com a realização, em junho de 2015, em Cascais, da I Reunião de Ministros da Energia da CPLP e da I Conferência Energia para o Desenvolvimento da CPLP e em outubro de 2016, em Malabo, da I Reunião Técnica da Energia, que evidenciaram o potencial da CPLP enquanto ator global na diplomacia da energia, lançando as bases para uma cooperação que poderá assegurar a segurança e sustentabilidade energética e garantir o acesso universal à energia, nas suas diversas tipologias, no espaço comunitário.

Ação Cultural, Promoção e Difusão da Língua Portuguesa

38. Destacaram a importância de desenvolver projetos conjuntos com o objetivo de difundir e fortalecer a Língua Portuguesa, incentivando a realização de iniciativas comuns e o contato entre as redes de institutos, de centros culturais e de leitorados dos Estados-Membros, no entendimento de que a realização de ações conjuntas contribui para marcar o carácter internacional da Língua Portuguesa e a pluralidade cultural que lhe é intrínseca.

39. Reafirmaram a importância da circulação e da difusão de bens culturais entre os Estados-Membros na disseminação dos produtos culturais contemporâneos em Língua Portuguesa, reconhecendo que esta permitirá o fortalecimento das potencialidades econômicas desse setor e representa um importante passo na difusão da diversidade cultural em Língua Portuguesa em todo o mundo.

40. Congratularam-se pelos resultados alcançados até agora pelo Programa CPLP Audiovisual, que tem logrado estimular a produção e a veiculação da produção audiovisual dos Estados-Membros, através da rede das emissoras de televisão públicas nestes países.

41. Saudaram Timor-Leste por organizar a III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, em Díli, de 15 a 17 de junho de 2016, que marcou o caráter contínuo e regular da reflexão alimentada pelas Conferências, bem como ressaltou o escopo global da Língua Portuguesa, discutida em conferências na América, na Europa e, agora, na Ásia. Registraram, ainda, de forma positiva, o contributo do IILP para a realização de Colóquios Preparatórios para a III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (Díli e Praia);

Recomendaram que se calendarizem, para o primeiro trimestre de 2017, as reuniões necessárias dos segmentos técnico-científico e político-diplomático para a configuração final do Plano de Ação de Díli.

42. Enfatizaram o papel central do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) na coordenação em temas relativos ao idioma, em conformidade com diretrizes estabelecidas pela CPLP. Concordam, por isso, na necessidade do fortalecimento do IILP, com meios humanos e financeiros de modo a cumprir cabalmente o seu mandato.

43. Congratularam-se com o desenvolvimento dos principais projetos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (Plataforma Vocabulário Ortográfico Comum e Portal do Professor Língua Estrangeira/Língua Não Materna) e com a criação de novos projetos (Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa e Plano de Leitura CPLP).

44. Saudaram a assinatura do Memorando de Cooperação entre a República da Namíbia, País Observador Associado da CPLP, e o IILP com o objetivo de promover o idioma, com ênfase na formação de professores de Língua Portuguesa para os diferentes níveis do sistema educativo.

45. Regozijaram-se com o fato de a comemoração do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP se vir afirmando nos Estados-Membros e noutros países, bem como em diferentes comunidades da diáspora, como manifestação de que “a Língua Portuguesa é um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projeção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista”.

46. Congratularam-se com a atribuição do “Prêmio José Aparecido de Oliveira” em ex aequo ao Dr. Jorge Fernando Branco de Sampaio, antigo Presidente da República Portuguesa, ao Professor Doutor Carlos Lopes, ex-Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África, e ao Embaixador Lauro Barbosa da Silva Moreira, Diplomata de carreira do Brasil e primeiro Representante Permanente junto da CPLP, pelo elevado mérito, e pelo extenso contributo para a difusão dos valores da CPLP e a visibilidade da Comunidade, demonstrados por estas ilustres individualidades.
47. Elegeram a Dr.^a Maria do Carmo Trovoada Pires de Carvalho Silveira, indicada pela República Democrática de São Tomé e Príncipe, para o cargo de Secretária Executiva da CPLP, para um mandato de dois anos, de 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018.
48. Concordaram que o(a) Secretário(a) Executivo(a) que sucederá a Dr.^a Maria do Carmo Trovoada Pires de Carvalho Silveira será indicado(a) pela República Portuguesa e exercerá o seu mandato por dois anos, de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020.
49. Decidiram que os mandatos dos Secretários Executivos passam a ter início no dia 1 de janeiro do primeiro ano de mandato, e término no dia 31 de dezembro do ano subsequente.
50. Congratularam-se com a renovação do mandato da Diretora Geral do Secretariado Executivo da CPLP, Dr.^a Georgina Benrós de Mello.
51. Saudaram, com satisfação, a recondução da Diretora Executiva do IILP, Professora Doutora Marisa Guião de Mendonça, para o segundo mandato.
52. Tomaram nota da adoção, pelo Conselho de Ministros, das seguintes resoluções sobre:
- i) A IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil;
 - ii) A Declaração do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP);
 - iii) O Fórum Económico Global;
 - iv) A Mobilidade na CPLP;
 - v) O Repositório Científico da CPLP;
 - vi) A Representatividade dos Estados-Membros no Secretariado Executivo da CPLP;
 - vii) A Alteração do Regulamento dos Observadores Consultivos da CPLP (supressão do numerus clausus);
 - viii) A Alteração do Regulamento do Prémio “José Aparecido de Oliveira”;
 - ix) O Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Conteúdos Audiovisuais da CPLP – Programa CPLP Audiovisual;
 - x) A Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP;
 - xi) As Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa;

- xii) O Relatório de Auditoria às Demonstrações Financeiras do Secretariado Executivo da CPLP no ano de 2014;
 - xiii) O Relatório de Auditoria às Demonstrações Financeiras do IILP no ano de 2014;
 - xiv) O Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo da CPLP para o Exercício de 2017;
 - xv) O Orçamento de Funcionamento do IILP para o Exercício de 2017.
53. Aprovaram as seguintes declarações:
- i) Declaração sobre “A Nova Visão Estratégica da CPLP (2016-2026)”;
 - ii) Declaração sobre os 20 anos da CPLP;
 - iii) Declaração sobre a CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
 - iv) Declaração sobre a Situação Política na Guiné-Bissau;
 - v) Declaração sobre as Disputas das Fronteiras Marítimas.
54. Aprovaram a Declaração de Apreço ao Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Taur Matan Ruak.
55. Aprovaram a Declaração de Apreço ao Secretário Executivo da CPLP, Embaixador Murade Isaac Murargy, pela qual expressam um voto de louvor pela dedicação, elevada competência e determinação com que serviu a CPLP, durante os seus mandatos.
56. Prestaram homenagem ao antigo Presidente da República de Cabo Verde, António Mascarenhas Monteiro.
57. Prestaram homenagem ao Padre Leão da Costa, da República Democrática de Timor-Leste.
58. Saudaram, com satisfação, a disponibilidade da República de Cabo Verde para acolher a XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 2018;
59. Felicitaram as autoridades brasileiras pela excelente organização e expressaram o seu agradecimento pelo acolhimento e pela hospitalidade dispensada a todos os participantes na XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita e assinada em Brasília, a 1 de novembro de 2016.

Pela República de Angola

Manuel Domingos Vicente, Vice-Presidente da República de Angola

Pela República Federativa do Brasil

Michel Temer, Presidente da República Federativa do Brasil

Pela República de Cabo Verde

Jorge Carlos Fonseca, Presidente da República de Cabo Verde

Pela República da Guiné-Bissau

Baciro Djá, Primeiro-Ministro da República da Guiné-Bissau

Pela República da Guiné Equatorial

Obiang Nguema Mbasogo, Presidente da República da Guiné Equatorial

Pela República de Moçambique

Oldemiro Júlio Marques Balói, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique

Pela República Portuguesa

Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa

António Costa, Primeiro-Ministro da República Portuguesa

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

Evaristo do Espírito Santo Carvalho, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe

Pela República Democrática de Timor-Leste

Taur Matan Ruak, Presidente da República Democrática de Timor-Leste”

